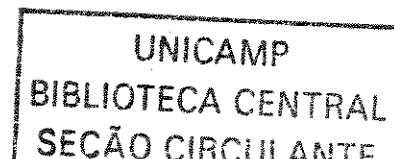


RUTH BOHUNOVSKY

***A CRISE DO PARADIGMA CARTESIANO
NA “CIÊNCIA DA TRADUÇÃO” DE WOLFRAM WILSS***

Tese apresentada ao Curso de Lingüística
Aplicada do Instituto de Estudos da
Linguagem da Universidade Estadual de
Campinas como requisito parcial para
obtenção do título de Doutor em
Lingüística Aplicada

Campinas
Julho 2003



RUTH BOHUNOVSKY

***A CRISE DO PARADIGMA CARTESIANO
NA “CIÊNCIA DA TRADUÇÃO” DE WOLFRAM WILSS***

Tese apresentada ao Curso de Lingüística
Aplicada do Instituto de Estudos da
Linguagem da Universidade Estadual de
Campinas como requisito parcial para
obtenção do título de Doutor em
Lingüística Aplicada

Orientadora: Profa. Dra. Rosemary Arrojo

Campinas

Julho 2003

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

UNIDADE	36
Nº CHAMADA	UNICAMP
	B635c
V	EX
TOMBO BC	56297
PROC.	16-124/03
C	☐
D	☒
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	9/12/03
Nº CPD	

CM00190088-7

BIBID 305009

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA IEL - UNICAMP

B635c	Bohunovsky, Ruth A crise do paradigma cartesiano na "ciência da tradução" de Wolfram Wilss / Ruth Bohunovsky. - - Campinas, SP: [s.n.], 2003. Orientador: Rosemary Arrojo Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. 1. Wilss, Wolfram, 1925-. 2. Teoria do conhecimento - Filosofia. 3. Linguística. 4. Pós-modernismo(Literatura). I. Arrojo, Rosemary. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.
-------	---



Profa. Dra. Rosemary Arrojo - Orientadora

Profa. Dra. Carmen Zink Bolognini

Profa. Dra. Cristina Carneiro Rodrigues

Profa. Dra. Leila Cristina de Mello Darin

Profa. Dra. Maria José Rodrigues Faria Coracini

Este exemplar e a redação final da tese
defendida por Luth Bohunovsky

e aprovada pela Comissão Julgadora em
05/09/2003.



Profa. Dra. Maria José Rodrigues Faria Coracini
Coordenadora da Sub-Comissão de Pós-Graduação

Aos meus pais
Für meine Eltern

Agradeço

À CAPES, pela concessão da bolsa de estudos.

À Profa. Dra. Rosemary Arrojo, pelas ricas discussões sobre tradução, linguagem e poder em sala de aula e pela orientação rigorosa e exigente deste trabalho.

À Profa. Dra. Carmen Zink Bolognini, por ter me levado à tradução, pelos muitos incentivos e pelo apoio ao longo destes anos, pela cuidadosa supervisão dos meus estágios docentes e pela orientação de uma qualificação de área.

Aos Profs. Drs. Maria José Coracini, Maria Paula Frota, Kanavillil Rajagopalan e Paulo Oliveira, pelas sugestões valiosas por ocasião de exames de qualificação, realizados em diferentes momentos, e pelas indicações bibliográficas.

Ao Prof. Dr. Paulo Ottoni, por ter ampliado meu horizonte sobre tradução e sobre Derrida.

A Ana Maria Siqueira, pela revisão cuidadosa e caprichada desta tese e pelas trocas constantes, e a Severino, pelo trabalho de “mensageiro”.

Aos meus colegas do IEL, pelo companheirismo e pelo interesse no meu trabalho.

A Adilson, por ter despertado meu interesse pela física quântica, e a Adilson e Lucas, pela paciência, pelo apoio e pela tolerância com meus humores.

Aos meus pais, por terem me apoiado moral e financeiramente durante todos os meus estudos.

Danke meinen Eltern, für die moralische und finanzielle Unterstützung während meines ganzen Studiums.

SUMÁRIO

RESUMO	11
ABSTRACT	12
INTRODUÇÃO	13
 CAPÍTULO I: O CONCEITO DE CIÊNCIA SEGUNDO WOLFRAM WILSS: RAÍZES HISTÓRICAS E A RELAÇÃO COM O MODELO CARTESIANO	 23
I.1 Da lingüística estrutural para a “ciência da tradução”	
I.1.1 <i>A lingüística como “ciência-piloto” do movimento estruturalista e o interesse pela tradução</i>	25
I.1.2 <i>Mounin, Nida e Catford: precursores das abordagens “científicas” na área de tradução</i>	35
I.1.3 <i>Wolfram Wilss: um teórico da Übersetzungswissenschaft que se destaca nas discussões sobre uma “ciência da tradução”</i>	47
I.2 O paradigma cartesiano como ponto de orientação para a “ciência da tradução” de Wilss	
I.2.1 <i>A ciência cartesiana como paradigma dominante: um “modelo global de racionalidade científica”</i>	55
I.2.2 <i>A “confusão metodológica” de Wilss: o primeiro indício da inviabilidade de uma “ciência da tradução” cartesiana</i>	67
 CAPÍTULO II: O SIGNIFICADO ESTÁVEL E O TRADUTOR INVISÍVEL: A CRISE DO PARADIGMA CARTESIANO NA “CIÊNCIA DA TRADUÇÃO” DE WOLFRAM WILSS	 77
II.1 A questão semântica na “ciência da tradução” de Wilss	
II.1.1 <i>O significado estável e independente do leitor: uma condição indispensável para uma “ciência da tradução” cartesiana</i>	79
II.1.2 <i>O texto “técnico-científico” como base para a “ciência da tradução”: a visão de Wilss revela-se questionável</i>	89
II.2 O tradutor: sujeito cartesiano ou “problema desagradável”?	
II.2.1 <i>A invisibilidade do tradutor: outra condição imprescindível para uma “ciência da tradução”</i>	111
II.2.2 <i>O tradutor “ideal” versus o tradutor humano: o impasse de Wilss</i>	119

CAPÍTULO III: O MODELO CARTESIANO EM QUESTÃO: ABALOS EM UM VELHO PARADIGMA	133
III.1 Questionamentos do modelo cartesiano nos estudos da tradução	
III.1.1 <i>Pós-modernidade, desconstrução e pós-estruturalismo</i>	135
III.1.2 <i>As discussões "pós-modernas" sobre o significado</i>	143
III.1.3 <i>O tradutor visto pela psicanálise: um sujeito social e subjetivo</i>	155
III.2 O abalo do modelo cartesiano nas ciências naturais	
III.2.1 <i>A física quântica: o início de uma "metamorfose" da ciência</i>	171
III.2.2 <i>Novos olhares "científicos" sobre o significado</i>	185
III.2.3 <i>O sujeito como parte integrante do processo científico: as ciências naturais relativizam o dualismo cartesiano</i>	197
CONSIDERAÇÕES FINAIS	209
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	215

RESUMO

A presente tese objetiva analisar as bases sobre as quais se apoia o conceito de “ciência” utilizado por Wolfram Wilss nos seus livros *The science of translation* (1977/1982), *Kognition und Übersetzen* (1988) e *Knowledge and Skills in Translator Behaviour* (1996). O referido teórico é considerado um dos teóricos mais representativos da vertente cientificista da “ciência da tradução” alemã (*Übersetzungswissenschaft*). Partindo da sua própria teorização, procuro mostrar que existe um descompasso entre alguns dos pressupostos implícitos no conceito de “ciência” (quando empregado conforme o paradigma “filosófico” cartesiano, como no caso de Wilss) e as características de qualquer tradução. Desenvolvo minha análise com base em dois conceitos relevantes para qualquer teorização sobre a tradução e que constituem um norte importante para este trabalho: o significado e o sujeito. A partir desse fio condutor, esta tese procura analisar se a relação que Wilss estabelece entre a sua proposta “científica” e o modelo epistemológico das ciências naturais – que, segundo o referido teórico, fundamentar-se-ia exclusivamente na filosofia cartesiana - seria realmente justificada. Argumento que usar o conceito de “ciência” seguindo as premissas do paradigma cartesiano mostra-se problemático, não apenas quando relacionado à prática tradutória, mas também em cotejo com o seu emprego por uma parte da comunidade científica e por teóricos da ciência contemporâneos, que têm questionado amplamente esse modelo científico. Assim, defendo que tanto os problemas e as contradições inerentes à teorização de Wilss como, também, a visão de linguagem e sujeito adotada por uma parte dos cientistas naturais contemporâneos evidenciam a impossibilidade de se desenvolver uma “ciência da tradução” nos moldes propostos pelo referido teórico.

ABSTRACT

Wolfram Wilss is considered to be one of the most representative theorists of the scientific tendency in the "science of translation" (*Übersetzungswissenschaft*) in Germany. Based on three of his principle books - *The science of translation* (1977/1982), *Kognition und Übersetzen* (Cognition and Translation) (1988) and *Knowledge and Skills in Translator Behaviour* (1996) – this dissertation examines the theoretical foundation of the concept of "science" exposed by this author. Starting with the theorization of Wilss, I argue that there is a conflict between some of the tacit presuppositions of this concept (when used according to the "philosophical" Cartesian paradigm like in the case of Wilss) and the characteristics of any translation. I develop my argument on the basis of two concepts that are indispensable for any theorization about translation and that constitute an important link in this analysis: "meaning" and "subject". Besides, I discuss the relation that Wilss establishes between his own "scientific" work and the epistemological model of the natural sciences. According to Wilss, the latter model is based exclusively on the Cartesian philosophy. My claim is that the application of the concept of science obeying the principles of this paradigm is problematic when related to translation practice, and also in comparison to the usage of this concept in some works of contemporary natural scientists and of theorists of science who have led an extensive controversy about this scientific model. Thus, I argue that not only the problems and contradictions that exist in the theorization of Wilss but also the concept of language and subject adopted by an important part of the contemporary scientific community make evident the impossibility to develop a "science of translation" as proposed by the quoted theorist.

INTRODUÇÃO

No panorama alemão dos estudos de tradução, Wolfram Wilss é um dos teóricos que mais têm marcado essa área nas últimas décadas. Isso pode ser atestado pela sua vasta bibliografia que inclui vários livros e artigos sobre diversos temas na área como a relação entre a tradução e a semiótica (1980), ou entre a tradução e a lingüística contrastiva (1981), sobre o ensino de tradução (1984; 1992) e sobre a história da tradução na Alemanha (1999), para citar apenas alguns. Numa publicação comemorativa em homenagem ao 75º aniversário desse produtivo autor, os organizadores destacam que se trata de um teórico “que preparou o caminho para a ciência da tradução na Alemanha e no exterior”¹ e que “marcou profundamente o desenvolvimento” dessa “ciência” (Angelika Lauer et al., 1996: ix). Eles mencionam também que os “principais livros” de Wilss – a saber, *The Science of Translation* (A ciência da tradução) (1977/1982)², *Kognition und Übersetzen* (Cognição e tradução) (1988), *Übersetzungsfertigkeit: Annäherung an einen komplexen übersetzungswissenschaftlichen Begriff* (A habilidade de traduzir: uma abordagem a um conceito complexo da ciência da tradução) (1992b) e, também, *Knowledge and Skills in Translator Behaviour* (Conhecimento e habilidades no comportamento do tradutor) (1996a) – “refletem ao mesmo tempo as tendências de desenvolvimento da ciência da tradução e [da ciência] de interpretação” (Lauer et al., 1996: ix). A definição de Wilss como um expoente representativo da sua área, pelo menos dentro da Alemanha, parece ser sustentada também por Edwin Gentzler, visto que esse teórico discute a “ciência da tradução” desse país com base no livro *The Science of Translation* (1993: 60-67). Gentzler destaca ainda que, na Alemanha, Wilss ilustraria melhor que ninguém a “influência de [Eugene A.] Nida” (ibid.: 60), autor que, conhecidamente,

¹ Esta e todas as traduções do alemão, do inglês e do espanhol, citadas neste trabalho, são minhas, com exceção dos textos que já foram traduzidos para o português, conforme indicação nas referências bibliográficas.

² Nos casos em que utilizei uma tradução ou uma edição posterior à primeira, a referência à data da publicação original ou da primeira edição foi colocada em primeiro lugar entre os parênteses e o ano da edição usada por mim, após uma barra.

contribuiu muito para o surgimento “da disciplina da ciência da tradução” (Katharina Reiss, 1995: 9)³.

Se essas observações já indicam a posição de destaque ocupada por Wilss no contexto alemão dos estudos tradutórios, elas revelam também uma grande frequência do uso do termo “ciência” nessa área⁴. Em relação a esse aspecto, é importante ressaltar que o termo alemão “*Wissenschaft*” (“ciência”) permite uma interpretação bastante ampla, pois pode denominar qualquer área “acadêmica” ou “escolar” (Hans J. Vermeer, 1996: 3). No dicionário alemão *Duden* (1989), encontram-se duas definições para o termo, ambas de caráter geral. Conforme a primeira, “*Wissenschaft*” seria uma “atividade de pesquisa numa determinada área que conduz a um conhecimento fundamentado em argumentos”, ou, como indica a segunda definição, o “conhecimento de alguém numa determinada área”. O uso mais amplo do termo evidencia-se também pelo fato de, nos países de língua alemã, áreas acadêmicas como História, Literatura, etc. serem denominadas “*Wissenschaften*”. É pertinente registrar que nesses países é comum a divisão de todas as áreas acadêmicas entre “ciências naturais” (*Naturwissenschaften*) e “ciências humanas” (*Geisteswissenschaften*). Essa dicotomia remete à formulação de Wilhelm Dilthey (1956/1980), para quem o aspecto subjetivo inerente a qualquer pesquisa acerca da realidade humana determinaria uma separação ou até, como menciona Boaventura de Sousa Santos, um “fosso epistemológico” (1989/1993: 59), entre as ciências naturais – incluindo aqui todas as ciências exatas, biológicas e físicas – e as ciências humanas – abrangendo as áreas humanas, sociais e literárias⁵. Embora em constante debate⁶, esse dualismo corresponde ao uso geral dos dois referidos termos em alemão,

³ Sobre o papel de Nida para a “ciência da tradução”, cf. também Gentzler (1993: 52-60) e Snell-Hornby (1988/1995: 14).

⁴ Cf. também Snell-Hornby (1988/1995); Kadric (1995); Sorvali (1996); Salevsky (1998) e Gerzymisch-Arbogast e Mudersbach (1998).

⁵ A idéia de que essas duas áreas representam “culturas” absolutamente opostas, com “inteligências” diferentes, foi sugerida também por Charles P. Snow (1961).

⁶ Cf., por exemplo, Santos (1989/1993: 58-60).

independentemente se se considera possível, desejável ou talvez inviável uma proximidade metodológica entre os dois campos.

Diante disso, torna-se claro que a expressão alemã "*Übersetzungswissenschaft*" ("ciência da tradução") pode ser entendida no sentido de um estudo acadêmico, ou uma área acadêmica, que se dedique à tradução. No entanto, é também possível entender "*Wissenschaft*" ("ciência") como "o processo de pesquisa metódica [...] intersubjetiva", conforme a *Brockhaus Enzyklopädie* (1974) – que sugere uma interpretação mais rigorosa. Tal interpretação parece ser defendida, por exemplo, por Rolf Stachowitz que entende que "*Wissenschaft*" se referiria cada vez menos a qualquer "disciplina acadêmica" e cada vez mais àquelas disciplinas que seguiriam o "método científico" (apud Radegundis Stolze, 1994: 44). Tal "método científico" seria, segundo o mesmo autor, caracterizado pela "objetividade, o rigor metodológico, a formalidade, a intersubjetividade e a possibilidade de verificação" (ibid.: 43). Destacar a variedade das possíveis interpretações do termo "*Wissenschaft*" é relevante para deixar claro que os teóricos alemães que utilizam esse termo para se referir à sua área não estão necessariamente compartilhando os mesmos interesses ou premissas. Nesse sentido, Stolze aponta que a palavra "*Übersetzungswissenschaft*" é interpretada de maneiras divergentes por teóricos que atuam nos países de língua alemã como, por exemplo, Werner Koller, Hans G. Hönig e Paul Kussmaul, Katharina Reiss, Mary Snell-Hornby ou Wilss (1994: 232). Assim, para se discutir o emprego do termo "*Wissenschaft*" por autores alemães, precisa-se levar em conta que o seu mero uso não pode, automaticamente, ser interpretado como uma tentativa de se desenvolver uma rigorosa metodologia para a área, ou de aproximá-la do nível metodológico das ciências naturais – como sugeriria talvez o emprego de "*science*" ou "ciência", respectivamente, em textos em inglês ou português⁷.

⁷ Seguindo o exemplo de Snell-Hornby (1988/1995: 14), não traduzo, ao longo desta tese, o termo "*Übersetzungswissenschaft*" quando me refiro à área acadêmica dos estudos da tradução nos países de língua alemã. Em outros casos, traduzo "*Wissenschaft*", "*wissenschaftlich*", etc. com "ciência", "científico", etc. Mas, devido às diversas possibilidades de se interpretar esse termo em alemão procurarei sempre exemplificar a visão de ciência defendida pelo respectivo autor citado.

Entretanto, é oportuno salientar que, embora o termo "*Wissenschaft*" seja aplicável a todas as áreas acadêmicas nos países de língua alemã, independentemente dos seus fundamentos metodológicos ou epistemológicos⁸, na área de tradução pode ser observada uma tendência de se empregar um conceito de ciência bastante estreito, comprometido com o modelo científico das ciências naturais. Essa tendência predominou sobretudo nos anos 60 e 70 do século passado⁹. Foi nessa época, por exemplo, que Koller, ao comentar sobre crítica de tradução, declarou que ela precisaria "muito" de uma "base científica", o que, segundo o autor, significaria um conjunto de "procedimentos, critérios e normas objetivos" (1974/1981: 266). Referindo-se a trabalhos teóricos dessa mesma época, Snell-Hornby destaca que, "assim como a lingüística pretende tornar os estudos da linguagem estritamente científicos, a *Übersetzungswissenschaft* tenciona tornar os estudos da tradução rigorosamente científicos", pretendendo adotar "concepções e métodos das ciências exatas, sobretudo da matemática e da lógica formal" (1988/1995: 14)¹⁰. Ainda de acordo com Snell-Hornby, a "teoria da tradução tradicional" teria sido avaliada como "pré-científica", "subjéitiva" e "ingênua" (ibid.) pelos teóricos que aderiram a uma postura cientificista. É pertinente também mencionar que, em vários trabalhos teóricos que abordam o desenvolvimento dos estudos da tradução na Alemanha, Wilss é apresentado

⁸ Ciente de se tratar de um conceito para o qual existe um "repositório de definições" (Santos, 1989/1993: 21; conferir também ibid.: 19-22), utilizo o termo "epistemologia" no presente trabalho num sentido amplo, conforme sugerido, por exemplo, nas duas definições que se encontram no dicionário Houaiss: "*FIL* 1 reflexão geral em torno da natureza, etapas e limites do conhecimento humano, esp. nas relações que se estabelecem entre o sujeito indagativo e o objeto inerte, as duas polaridades tradicionais do processo cognitivo; teoria do conhecimento [...] 2 freq. estudo dos postulados, conclusões e métodos dos diferentes ramos do saber científico, ou das teorias e práticas em geral, avaliadas em sua validade cognitiva, ou descritas em suas trajetórias evolutivas, seus paradigmas estruturais ou suas relações com a sociedade e a história; teoria da ciência" (2001).

⁹ Cf. por exemplo Snell-Hornby (1988/1995: 14) ou Reiss (1995: 10).

¹⁰ Conforme já mencionei, no seu livro publicado em inglês, Snell-Hornby mantém o termo *Übersetzungswissenschaft* em alemão. No meu entender, isso pode ser visto como um indício de essa autora estar consciente das possíveis divergências semânticas entre "*science of translation*" e "*Übersetzungswissenschaft*". A variedade de possíveis interpretações desses termos não foi considerada, por exemplo, por Gentzler que traduz "*Übersetzungswissenschaft*" como "*science of translation*", sem nenhum comentário sobre as diferenças semânticas (1993: 60).

exatamente como um representante da tendência teórica interessada em tornar a área da tradução “científica”, no sentido restrito do termo¹¹.

Depois do auge do interesse científicista, têm surgido, cada vez mais, críticas ao uso estrito do termo “ciência” em relação à tradução. Snell-Hornby, por exemplo, observa que a outrora almejada adaptação de “idéias e métodos” das ciências naturais para a área da tradução teria fracassado (1988/1995: 14). Reiss é outra autora que se declara explicitamente contra o uso do termo “ciência” de uma maneira que sugira a busca de proximidade com as ciências naturais (1995: 9-11). Porém, como ilustra, por exemplo, o livro *Methoden des wissenschaftlichen Übersetzens* (Métodos de tradução científica), de Heidrun Gerzymisch-Arbogast e Klaus Mudersbach, o uso do termo “ciência” num sentido mais estrito ainda continua sendo defendido também em trabalhos mais recentes, posteriores às décadas “científicistas”. Partindo do pressuposto de que a tradução seria um “procedimento guiado por métodos e regras” (1998: 15), esses autores entendem, por exemplo, que esse “procedimento” deveria ser “cientificamente verificável” (ibid.: 9). Sem negar a existência da “intuição” e da “criatividade”, eles consideram esses aspectos incompatíveis com o “modo sistemático de proceder” (ibid.: 16) e decidem, portanto, excluí-los dos “raciocínios metódicos” a serem desenvolvidos no referido livro (ibid.).

As observações citadas até agora permitem concluir que, no contexto alemão dos estudos da tradução, não há unanimidade sobre a interpretação do conceito de “*Wissenschaft*”, embora o termo seja freqüentemente utilizado. Reiss sintetiza de maneira ilustrativa essa situação quando define a “*Übersetzungswissenschaft*” como sendo, “para alguns, (já) uma naturalidade, para outros (ainda) um escândalo” (1995: 9). Muitos teóricos de tradução concordam, no entanto, com a avaliação de que as tentativas de tornar a sua área mais “científica” tenham acontecido com o objetivo de aumentar a reputação

¹¹ Cf., por exemplo, Snell-Hornby (1988/1995); Gentzler (1993) ou Stolze (1994).

acadêmica dessa disciplina, “ainda jovem e muito heterogênea” (Gerzymisch-Arbogast e Mudersbach, 1998: 16)¹².

A partir dessas premissas, o objetivo principal desta tese consiste justamente em analisar as bases sobre as quais se apoia o conceito de “ciência” utilizado por Wolfram Wilss, um dos teóricos mais representativos da “*Übersetzungswissenschaft*” alemã. Em vez de elaborar um panorama com as diversas interpretações apresentadas para o referido termo por diversos autores, optei por uma leitura mais rigorosa de alguns livros do referido teórico. A inexistência de trabalhos acadêmicos enfocando exclusivamente a atividade teórica de Wilss – no contexto brasileiro, os seus livros são mencionados apenas tangencialmente por alguns autores¹³ – justifica certamente o foco de minha pesquisa nesse autor. Ao concentrar-me na obra de um único teórico, espero também poder oferecer uma discussão mais aprofundada, explorando, por exemplo, as implicações, muitas vezes problemáticas, da visão de “ciência” de Wilss para a sua própria teorização sobre a prática tradutória ou abordando a inserção do seu conceito de “ciência” no contexto epistemológico mais geral do século XX. Já que os livros desse estudioso são considerados bastante representativos para a área da tradução na Alemanha, é certamente possível generalizar, pelo menos até certo ponto, as conclusões que resultam de uma análise da sua teorização. Ou seja, partindo do pressuposto de que seus livros “refletem” as “tendências de desenvolvimento” da “ciência da tradução” na Alemanha (Lauer et al., 1996: ix), a visão de ciência de Wilss, assim como os problemas teóricos que ela implica e as mudanças pelas quais ela passa, podem ser considerados modelares da tendência mais cientificista dentro dessa área acadêmica. É pertinente mencionar ainda que não se trata de questionar toda a esfera de atuação de Wilss no campo dos estudos da tradução, mas de discutir criticamente apenas o modo como ele emprega o conceito de “ciência”, tão fundamental na sua teorização. Pretendo argumentar que a maneira como o autor

¹² Cf. também Snell-Hornby (1988/1995: 8) e Reiss (1995: 10-11).

¹³ Cf., por exemplo, Vieira (org.) (1996), Rodrigues (1998) ou Azenha (1999).

utiliza esse conceito mais compromete do que beneficia seu objetivo de aumentar o reconhecimento acadêmico da sua área.

Além de mostrar que existe um descompasso entre alguns pressupostos implícitos no referido conceito (na maneira como Wilss dele se serve) e as características de qualquer uso de linguagem, esta tese também objetiva verificar se a relação que o teórico estabelece entre a sua proposta “científica” e o modelo epistemológico das ciências naturais seria realmente justificada. Para tal, procuro analisar se as conclusões de Wilss, fruto da sua orientação teórica pelo que supõe ser o modelo das ciências “duras”, encontrariam o respaldo de todos os cientistas naturais, conforme sugerido pela sua própria argumentação. Minha hipótese é de que não. Defendo que o conceito de “ciência”, na forma como é empregado por Wilss, não encontra o respaldo pretendido pelo autor. Seu uso mostra-se problemático, não apenas quando relacionado à tradução, mas também em cotejo com o seu emprego por uma parte da comunidade científica e por teóricos da ciência contemporâneos.

No que tange a essa discussão sobre a posição da “ciência da tradução” de Wilss no contexto da epistemologia contemporânea, uma parte da minha argumentação é dedicada a identificar o paradigma “filosófico” cartesiano (Thomas S. Kuhn, 1962/1970: 121) como o modelo de cientificidade que predominou, entre os séculos XVII e XX, tanto nas ciências naturais – por exemplo, na física newtoniana –, quanto nas áreas humanas. De um modo geral, esse paradigma implica uma visão extremamente determinista não só do universo e da realidade física, como também em relação à linguagem e ao sujeito. Nesta tese, trabalho com o intuito de mostrar que a concepção de Wilss em relação à “ciência da tradução” pode ser definida como cartesiana.

Para a discussão que pretendo desenvolver aqui, é relevante mencionar ainda o fato de que com o surgimento da física quântica – a física que trata dos fenômenos atômicos – iniciou-se um intenso questionamento do modelo científico

tradicional. Durante as primeiras décadas do século XX, um grupo de físicos – entre eles, Max Planck, Niels Bohr e Werner Heisenberg – descobriu vários fenômenos relacionados à estrutura atômica que não podiam ser explicados com a ajuda dos conceitos utilizados pela física clássica, isto é, newtoniana. Em decorrência disso, iniciou-se um intenso questionamento das bases dessa física tradicional, que repercutiu também nas áreas humanas, sobretudo na filosofia. Deve-se destacar que o maior estímulo para se refletir sobre as supostas implicações filosóficas e epistemológicas das descobertas revolucionárias na física quântica veio dos próprios físicos – por exemplo, de Heisenberg, com o seu livro *Física e filosofia* (*Physics and Philosophy: The Revolution in Modern Science*) (1958/1999). Em decorrência desses debates – empreendidos inicialmente por físicos e mais tarde por pensadores das mais diversas áreas –, começou-se a contestar também a validade absoluta das premissas do paradigma "filosófico" cartesiano (Kuhn, 1962/1970: 121) acerca da linguagem e do sujeito. Esse aspecto é explorado nesta tese para inserir meu exame crítico da concepção de "ciência" de Wilss num contexto epistemológico maior. Esse enfoque segue o intuito de corroborar meus argumentos críticos acerca da teorização desse autor. Além disso, pretendo mostrar que alguns debates, ainda vistos como atuais por diversos representantes da nossa área, já podem ser considerados ultrapassados nas próprias ciências naturais – tidas pelos mesmos teóricos como o modelo exemplar de cientificidade.

Diante desse cenário, é pertinente destacar que, nos livros em que Wilss aborda a necessidade e a possibilidade de uma "ciência da tradução", encontram-se várias discussões sobre o suposto contexto teórico e epistemológico de tal "ciência". Foram, sobretudo, essas insistentes discussões do teórico que me levaram a concentrar minha pesquisa nesse autor e a definir alguns de seus livros como sendo a base a partir da qual desenvolvo minha reflexão. Enfoco sobretudo três dos livros acima citados, *The Science of Translation* (1977/1982), *Kognition und Übersetzen* (1988), e *Knowledge and Skills in Translator Behaviour* (1996a). Fiz essa escolha por dois motivos: trata-se de alguns dos "principais livros" desse

autor e, além disso, das abordagens mais abrangentes sobre a sua visão da tradução como uma “ciência”.

Tendo em vista os objetivos propostos, divido esta tese em três partes com diferentes enfoques temáticos. No primeiro capítulo, analiso a maneira como se revela o desejo do teórico de aproximar a área da tradução do nível das ciências ditas “duras” (Wilss, 1996a: 30) e abordo as raízes históricas e o contexto teórico da sua postura cientificista. Considero oportuno uma contextualização introdutória do autor em foco, sobretudo pelo fato de se tratar do primeiro trabalho cuja abordagem se concentra nesse autor, pelo menos no contexto brasileiro dos estudos da tradução.

O passo seguinte é a tentativa de mostrar que, ao buscar uma aproximação com o modelo científico das ciências naturais, Wilss orienta-se pelo paradigma “filosófico” cartesiano, o qual ele apresenta como sendo o paradigma de predomínio absoluto nas ciências em geral. Procuro ilustrar que esse modelo paradigmático se revela inadequado para abordar problemas de tradução, pois as questões tradutórias apontadas pelo autor como sendo problemáticas evidenciam incompatibilidades com os pressupostos que o fundamentam e, portanto, não podem ser “resolvidas” dentro de tal “modelo”. Desenvolvo minha análise a esse respeito, no capítulo II, com base em dois conceitos relevantes para qualquer teorização sobre a tradução e que constituem um norte importante para este trabalho: o significado e o sujeito.

No último capítulo, discuto o conceito de “ciência” em relação à tradução partindo das reflexões que têm sido desenvolvidas acerca desse conceito tanto no âmbito das ciências naturais nos últimos cem anos quanto no contexto da “pós-modernidade” – termo utilizado por Wilss e com o qual associo também o “pós-estruturalismo” e a “desconstrução”. Wilss considera as ciências naturais como a mais alta representação de cientificidade, ao passo que mantém uma postura negativa acerca da referida tendência filosófica “pós-moderna”. Ao questionar a

crença do teórico de que as referidas ciências “modelares” se sustentam numa visão absolutamente cartesiana de linguagem e de sujeito – e ao argumentar que alguns cientistas naturais, no que se refere a essas duas categorias, têm mostrado uma postura que se assemelha muito mais àquela de teóricos “pós-modernos” – proponho que a concepção de cientificidade defendida por Wilss ignora acontecimentos importantes nas ciências naturais nos últimos cem anos. Esses acontecimentos ignorados pelo estudioso são exatamente aqueles que vão colocar em xeque a utilidade da visão de ciência que sustenta o seu próprio projeto “científico”. O suposto abismo que, de acordo com Wilss, existiria entre a visão de linguagem e de sujeito de pensadores “pós-modernos” e aquela na qual se baseiam as ciências naturais não me parece tão evidente e justificado como defende a sua argumentação.

CAPÍTULO I

**O CONCEITO DE CIÊNCIA SEGUNDO WOLFRAM WILSS:
RAÍZES HISTÓRICAS E
A RELAÇÃO COM O MODELO CARTESIANO**

O surgimento do interesse em desenvolver uma "ciência da tradução", nos anos 60 do século passado, tem uma relação direta com o fato de, já nas décadas anteriores, vários lingüistas – geralmente definidos como "estruturalistas"¹⁴ – terem mostrado "pretensões" científicas (Michael A. K. Halliday et al., 1964/1974: 30). Tais "pretensões" influenciaram os estudos da tradução na medida em que incentivaram discussões sobre a possibilidade e a necessidade de tornar a tradução um ramo da "ciência lingüística", ou de torná-la uma "ciência" independente, porém baseada na lingüística. Como observa José Paulo Paes, o enorme aumento da atividade tradutória e "o grande impulso" da lingüística no século XX faziam esperar que, baseada nessa disciplina, "a teoria da tradução finalmente [fosse] receber as luzes científicas de que havia muito carecia" (1990: 33). Diante disso, o primeiro passo desta tese será discutir a estreita ligação entre o florescimento da "ciência lingüística" e o início das discussões sobre o possível desenvolvimento de uma "ciência da tradução". O destaque do papel da lingüística nos estudos da tradução no século XX já foi enfatizado em muitos trabalhos dessa

¹⁴ A expressão "lingüística estrutural", no presente trabalho, tem uma definição abrangente. Sigo Giulio C. Lepschy que, em seu livro *A lingüística estrutural* (1966/1975), aborda tendências bastante diversas como a lingüística saussureana, a escola de Praga, a escola de Copenhague, o estruturalismo estadunidense, a lingüística funcional e estrutural e a gramática transformacional, reunindo-as sob essa denominação. Como meu interesse não é realizar um histórico nem analisar as diferenças entre as diversas vertentes da lingüística do século XX, mas sim apontar o interesse de muitos lingüistas em tornar sua área "científica", considero conveniente o emprego dessa definição ampla, sem me aprofundar nos detalhes de cada tendência. Para uma discussão sobre as dificuldades de encontrar uma única definição do termo "estruturalismo", ou "lingüística estrutural", veja, por exemplo, Lepschy (1966/1975: 6); Culler (1982/1999: 16-30); Dosse (1991/1993: 16) e Joseph (1996: 225).

área¹⁵, de modo que não me proponho a apresentar uma análise detalhada a esse respeito. Viso comentar apenas determinados aspectos da visão de ciência, defendida por diversos lingüistas e teóricos de tradução, que considero relevantes para o encaminhamento geral da discussão apresentada neste trabalho. Dentro do contexto de estudiosos que pretendem elaborar uma "ciência da tradução", destaco o papel de Wolfram Wilss como um representante exemplar dessa vertente cientificista da área e discuto a sua orientação pelo paradigma cartesiano.

¹⁵ Cf., por exemplo, Chesterman (1997); Delisle (1988); Frola (2000); Gentzler (1993); Kelly (1979); Newmark (1981); Snell-Hornby (1988/1995) e Steiner (1975/1994).

I.1 Da **lingüística estrutural** para a "**ciência da tradução**"

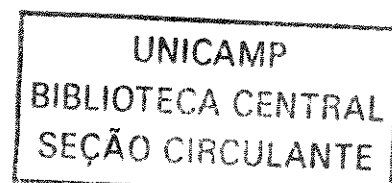
I. 1.1 *A lingüística como "ciência-piloto" do movimento estruturalista e o interesse pela tradução*

A lingüística estrutural não constitui um movimento homogêneo ou de definição única. Apesar disso, o desejo de fundamentar, ou de fortalecer, o *status* "científico" e, conseqüentemente, o prestígio acadêmico dessa área é uma das marcas mais evidentes que se pode identificar nos teóricos das várias escolas dessa vertente. Conforme aponta François Dosse, no seu livro *História do estruturalismo*, esse movimento "inscreve-se na filiação positivista" (1991/1993: 34) e defende "a idéia de que um conhecimento só se reveste de interesse se se inspirar no modelo da ciência, ou se lograr transformar-se em ciência" (ibid.). No panorama geral do estruturalismo, a lingüística ocupa, ao lado da antropologia e da psicanálise, um lugar especial, pois desempenha a função de "ciência-piloto" (ibid.: 13) e representa o modelo para a aquisição científica das ciências sociais em geral. O antropólogo Claude Lévi-Strauss – certamente uma das personagens mais importantes do estruturalismo – mostra claramente que atribui à lingüística esse papel de destaque, quando comenta que,

[no] conjunto das ciências sociais ao qual pertence indiscutivelmente, a lingüística ocupa [...] um lugar excepcional: ela não é uma ciência social como as outras, mas a que, de há muito, realizou os maiores progressos: a única, sem dúvida, que pode reivindicar o nome de ciência e que chegou, ao mesmo tempo, a formular um método positivo e a conhecer a natureza dos fatos submetidos à sua análise (1958/1970: 47).

Lévi-Strauss menciona que considera a lingüística a área cujos métodos mais se aproximariam daqueles das ciências naturais (cf. ibid.: 86) e lamenta que, até aquele momento, não tenha sido possível aplicar ao campo da antropologia esses "métodos rigorosos dos quais a lingüística verifica diàriamente a eficácia" (ibid.)¹⁶.

¹⁶ Publicação de 1970, anterior à reforma ortográfica de 1971.



Essa suposta falta de "cientificidade" do próprio campo de pesquisa leva Lévi-Strauss a confessar que sente "inveja" (ibid.) da lingüística. Portanto, pode-se afirmar que, no seu auge, a lingüística estrutural representou, mais do que qualquer outra ciência humana, a possibilidade de essa área ganhar um prestígio "científico" e acadêmico comparável àquele que possuem as ciências reconhecidas há séculos, como a física, a química e a biologia.

Como exemplificam as citações mencionadas de Dosse (1991/1993) e Lévi-Strauss (1958/1970), a lingüística estrutural é, geralmente, associada à pretensão de transformar o estudo da linguagem em uma "ciência". Apesar do papel de destaque do termo "ciência" no contexto do estruturalismo, deve-se ressaltar o fato de haver opiniões divergentes sobre o exato início do caráter "científico" dos estudos da linguagem. No seu livro *Introdução à lingüística*, George Mounin observa que a definição do momento do nascimento da lingüística, ou seja, do "estudo científico da linguagem" (1968: 33), depende do "ponto de vista em que nos situarmos", pois seria possível dizer que começou "por volta do século V antes da nossa era, ou em 1816 com Bopp, ou em 1916 com Saussure, ou em 1926 com Trubetzkoy, ou em 1956 com Chomsky" (ibid.: 23). Alguns autores, como, por exemplo, David Crystal, consideram toda a tradição lingüística antes do século XX como "*acientífica*" (1971/1991: 93; grifo do autor)¹⁷. Outros definem como o início da "ciência da linguagem" o século XIX, isto é, a lingüística histórica-comparativa, cujo aparecimento é habitualmente associado ao nome de Franz Bopp¹⁸. Segundo Lepschy, a lingüística estrutural não representaria um rompimento com a tradição lingüística do século XIX, seria muito mais um "renovamento de seus métodos, tanto mais fecundo quanto era devido não a extrínsecos preconceitos filosóficos mas às próprias necessidades que impunham, de dentro, os problemas da análise lingüística" (ibid.: 6). Benjamin Lee Whorf apresenta outra visão possível e chega a afirmar que "a lingüística é uma ciência muito antiga" que "foi fundada [...] por Panini na Índia, alguns séculos antes de Cristo" (1940b/1987: 232). Mounin, por

¹⁷ Tal visão é defendida também, por exemplo, por Martinet (1964/1972: x).

¹⁸ Cf., por exemplo, Sapir (1928/1961: 17); Bloomfield (1933/1969: 3) e Lepschy (1966/1975: 3).

sua vez, opina que, quanto à lingüística, "trata-se de um saber muito antigo, e de uma ciência muito jovem" (1968: 25). Para citar um último exemplo, Ferdinand de Saussure considera a "Gramática", inaugurada pelos gregos, a primeira das "três fases sucessivas" pelas quais teria passado a "ciência" lingüística (1916/1969: 7). Entretanto, logo depois de classificá-la como uma fase "científica", esse teórico observa que a referida "Gramática" teria sido "desprovid[a] de qualquer visão científica" (ibid.). Menciono essa incoerência como mais um exemplo do uso impreciso e variado do termo "ciência" em relação à lingüística, e para mostrar que essa imprecisão pode ser encontrada não só quando se toma o conjunto de trabalhos de diferentes teóricos, mas também em um texto isolado de um determinado autor.

O fato de haver opiniões tão diferentes, entre os próprios lingüistas, sobre o momento inicial em que o seu campo de pesquisa teria se tornado uma "ciência" revela uma não-unanimidade em relação a uma definição exata de tal conceito. Evidentemente, os teóricos que definem a lingüística como uma ciência de tradição milenar e aqueles que a definem como uma ciência muito jovem não partem da mesma visão sobre o que levaria algo a ser considerado "científico". Apresento essa falta de consenso concernente ao termo "ciência" no intuito de sugerir que uma discussão sobre o conceito desse termo na obra de um determinado teórico – que é um dos objetivos deste trabalho – deve levar em consideração que não existe uma definição única e consensual a esse respeito, nem mesmo dentro de uma única área de estudo, ou até no trabalho de um único autor, como evidenciam as observações de Saussure, citadas no parágrafo anterior.

Apesar das diferenças entre as opiniões dos lingüistas mencionados sobre a idade exata da "ciência lingüística", não se encontra, na literatura consultada, nenhum autor que negue o interesse da lingüística estrutural em se tornar uma "ciência". Um dos motivos para o destaque extraordinário da lingüística estrutural no contexto das ciências foi o seu suposto sucesso ao aplicar "o rigor e o

formalismo das 'ciências exatas' ao estudo de um fenômeno como o da linguagem, freqüentemente considerado objeto típico das 'ciências históricas'" (Lepschy, 1966/1975: V). No entanto, não deve ser ignorado que, já em trabalhos de gramática comparada anteriores à lingüística estrutural, constata-se uma orientação pelos princípios e modelos das ciências naturais, particularmente da biologia¹⁹. Ou seja, o interesse em aproximar a lingüística dessas ciências de renome não surgiu apenas com a lingüística estrutural – como sugere a observação supracitada de Lepschy. De qualquer modo, as referências às ciências naturais, muitas vezes vistas como o modelo ideal para a área da lingüística, podem ser explicadas, pelo menos em parte, pela filiação do movimento estruturalista à tradição positivista – já mencionada no começo deste capítulo – e pelas conseqüências daí resultantes: o interesse em eliminar toda especulação metafísica dessas teorias estruturalistas e a necessidade de reconhecer apenas resultados empiricamente testados. Essa almejada aproximação da lingüística com as ciências naturais tinha como objetivo alcançar um reconhecimento maior para aquela área e, também, para o movimento estruturalista em geral. Nesse sentido, o sociólogo Raymond Boudon, numa entrevista concedida a Dosse, menciona que o estruturalismo dava "a impressão de que as ciências humanas [iam se] tornar ciências completas, como a física de Newton" (Dosse, 1991/1993: 45) e, conseqüentemente, ganhar uma maior reputação acadêmica.

As referências às ciências naturais são numerosas na literatura sobre o estruturalismo. Joseph, por exemplo, comenta que a lingüística teria se aproximado, durante os últimos 200 anos, cada vez mais das ciências naturais (1996: 221). Já antes do apogeu do movimento estruturalista nos anos 60, o lingüista Edward Sapir mostra seu interesse em contribuir para tal aproximação, ao observar, por exemplo – em uma comunicação lida em 1928 – que "a língua" teria "uma regularidade a que só as ciências naturais costumam dar formulação" (1969: 26). Como exemplo, aliás bastante representativo, de um teórico

¹⁹ Cf., por exemplo, Mounin (1968: 27).

interessado em tornar a lingüística uma disciplina metodologicamente comparável às ciências naturais, pode-se mencionar Louis T. Hjelmslev que pretendia, com seus *Prolegômenos a uma teoria da linguagem* (1961/1975), opor-se ao caráter "subjetivo" (ibid.: 4), "poético", "discursivo" (ibid.: 8), "anedótico", "metafísico" e "estético" (ibid.: 9) de "certa tradição humanista que, sob diversas formas, até agora predominou na ciência lingüística" (ibid.: 7) com "diletantismo e apriorismo" (ibid.: 4). Hjelmslev apresenta sua teoria como sendo "racional" (ibid.: 4), fornecendo "métodos exatos", "generalizações" (ibid.: 7) e "sistematizações" (ibid.: 8). Sua teoria da glossemática, que enfoca as propriedades formais da linguagem, implica uma tal abstração da linguagem comum que permite aproximá-la, por exemplo, dos sistemas formais da matemática, como observam Ducrot e Todorov (1972/1974: 40). Noam Chomsky pode ser citado aqui como outro lingüista que também mostrou interesse em aproximar seus estudos do nível científico da física ou da matemática (cf. Joseph, 1996: 228)²⁰.

Sobretudo em comparação com Hjelmslev, cujas observações citadas no parágrafo anterior indicam uma visão bastante determinista e racionalista de ciência, considero relevante destacar alguns comentários de Benjamin Lee Whorf, outro lingüista geralmente reconhecido como estruturalista²¹, pois eles mostram uma postura diferente em relação ao caráter do conhecimento científico. Isso evidencia-se, por exemplo, na sua observação de que, na "ciência moderna", "nenhum indivíduo é livre para descrever a natureza com absoluta imparcialidade, mas está preso a certas formas de interpretação, mesmo que se imagine totalmente livre" (1940a/1987: 214). Além disso, Whorf frisa as "mudanças radicais" que estariam acontecendo "no mundo da ciência, sobretudo na física, mas também na química, na biologia e nas ciências humanas" (1940b/1987: 220). Entre as áreas de pesquisa que mais teriam contribuído para mudar "as maneiras de se pensar sobre os fatos", o lingüista menciona, entre outras, a teoria da relatividade e a teoria quântica (ibid.). Segundo ele, teriam surgido "conceitos

²⁰ Sobre a postura científica de Chomsky confira, também, cap. II.1.1. deste trabalho.

²¹ Referências que associam Whorf ao estruturalismo, encontram-se, por exemplo, em Lepschy (1966/1975: 135) e Joseph (1996: 225).

radicalmente diferentes" que não caberiam mais "no olhar sobre o mundo que atravessou o grande período da ciência clássica, sem sofrer alterações" (*ibid.*). Tendo em vista o enfoque desta tese, considero pertinente apontar essas observações, pois elas indicam que o fato de Whorf estar ciente das discussões epistemológicas que aconteceram nas ciências naturais, desde o início do século XX, seja um dos motivos para a sua visão divergente da dos outros lingüistas mencionados. Embora ele não estabeleça, explicitamente, uma relação direta entre o seu conhecimento dessas mudanças epistemológicas e a sua observação sobre a impossibilidade de uma imparcialidade absoluta do cientista frente ao seu objeto de estudo, pode-se interpretar a postura de Whorf a esse respeito como um reflexo de tais mudanças na sua visão de ciência. Acredito ser possível fazer essa interpretação porque o questionamento acerca da possibilidade de uma observação absolutamente neutra, indubitavelmente, representa uma das "mudanças radicais" no "mundo das ciências" do século XX, mencionadas por Whorf²².

Apesar de se poder perceber o desejo de Whorf de atribuir uma posição especial ao lingüista dentro do contexto das ciências em geral, visto que o considera o cientista que mais se aproximaria da imparcialidade frente ao seu objeto de pesquisa (1940a/1987: 214), o quadro apresentado permite a conclusão de que o contato desse lingüista com as discussões epistemológicas que surgiram – a partir da física quântica por exemplo – influenciaram a sua visão em relação ao conceito de ciência. Isso fica claro, também, pelo seu distanciamento explícito da visão clássica de ciência (1940b/1987: 220), geralmente relacionada à filosofia cartesiana. Pode-se concluir que Whorf, ao se referir à "ciência" lingüística, parte de pressupostos, no que se refere a uma possível definição de tal conceito, que não seriam aceitos, por exemplo, por lingüistas como Hjelmslev ou Chomsky, já que estes associam o conceito de "ciência" ao suposto caráter "exato" (Hjelmslev, 1961/1975: 7) e "universal" (Chomsky, 1966/1972: 73) de uma área.

²² Essa questão será discutida mais aprofundadamente no capítulo III deste trabalho.

Apesar de uma diversificação interna, a lingüística estrutural nos anos 60 foi, sem dúvida, marcada por um grande otimismo cientificista. Foi nesse contexto que surgiram os primeiros trabalhos sobre a possibilidade de se desenvolver uma "ciência da tradução", pois a lingüística era considerada o ponto de partida para qualquer abordagem sobre tradução. Para ilustrar essa relação entre as duas áreas, pode-se mencionar, a título de exemplo, o comentário de Andrew Chesterman de que "as influências da lingüística moderna nas teorias de tradução são associadas à ambição de se chegar à objetividade e à clareza, dando prioridade à [...] equivalência e esforçando-se para chegar a um método científico" (1997: 30-31). Elżbieta Tabakowska (1993) descreve outro aspecto fundamental para se entender a importância da lingüística estrutural para o surgimento das primeiras tentativas de se estabelecer uma "ciência da tradução".²³ De acordo com essa teórica,

a distinção entre *langue* e *parole* – que mais tarde foi modificada para reaparecer na oposição competência e desempenho de Chomsky – levou à criação de um status ontológico da linguagem: ela foi definida como um sistema de distinções que, supostamente, existiam como um conjunto de regras independentes dos seus usuários: a linguagem não seria uma função do falante, mas algo que haveria de ser aceito pelo indivíduo. O caráter objetivo das regras lingüísticas foi considerado uma garantia para a transmissão efetiva de informação (1993: 6).

Como essa citação ilustra bem, a dicotomia *langue/parole* de Saussure – estabelecida antes da dicotomia de Chomsky entre *competência* e *desempenho* – foi a base para a crença na possibilidade de regras objetivas, ou seja, "científicas", tanto na lingüística quanto na tradução²⁴. Os primeiros trabalhos teóricos que pretendiam fundar uma "ciência da tradução", baseada na lingüística, surgiram nos anos 60 – na época do auge da lingüística da *langue* – antes de aparecerem as primeiras críticas contra a exclusão do "fator humano" da lingüística

²³ Discussões mais aprofundadas sobre a influência de teorias lingüísticas estruturalistas na área de tradução encontram-se, por exemplo, em Kelly (1979); Snell-Hornby (1988/1995: 65-109); Hatim e Mason (1990: 21-35) e Baker (1992).

²⁴ Sobre a relação entre a lingüística da *langue* e os estudos da tradução, veja também Frota (2000: 21-42).

(Tabakowska, 1993: 10), isto é, contra as tentativas de excluir o sujeito falante, particularmente notáveis na gramática gerativa (ibid.).²⁵

Antes de abordar, no seguinte item, os primeiros livros que foram explicitamente apresentados como o passo inicial para o desenvolvimento de uma "ciência da tradução", considero relevante deter-me, brevemente, no artigo "*On Linguistic Aspects of Translation*", de Roman Jakobson (1959/1992). Como outros trabalhos de lingüistas estruturalistas²⁶, esse texto dedica-se ao tema da tradução, expressando a esperança do seu autor no futuro sucesso desse campo de pesquisa e incentivando, assim, trabalhos mais abrangentes sobre o tema. No referido artigo, Jakobson, além de definir três tipos de tradução, os quais se tornaram um ponto de partida para muitos estudos teóricos da área (ibid.: 145), declara que "toda experiência cognitiva e suas classificações podem ser transferidas para qualquer língua existente" (ibid.: 147). Com essa observação, o lingüista fornece um argumento em favor de uma teoria da tradução geral e opõe-se, aparentemente, à idéia da "intraduzibilidade", sugerida por vários outros lingüistas estruturalistas²⁷. Jakobson defende, também, que "as atividades tradutórias têm de ser mantidas sob constante investigação da ciência lingüística" (ibid.: 146).

Além desses aspectos, que foram relevantes para o surgimento do interesse em desenvolver uma "ciência da tradução" baseada na lingüística, gostaria de chamar a atenção para uma referência, feita por Jakobson no mesmo

²⁵ Gostaria de mencionar que não é minha intenção julgar se, nas últimas décadas, a área da lingüística - ou uma parte dela - tem aderido a uma posição cientificista na mesma medida que algumas teorias sobre tradução. Nesse sentido, refiro-me a S. Chau (1984) que observa um "atraso entre as idéias correntes na teoria lingüística geral e sua passagem subsequente para os trabalhos da teoria da tradução, assim como a sua eventual aplicação pedagógica em manuais de tradução. Desse modo, as tendências mais recentes na lingüística não se refletem ainda nos manuais de tradução, enquanto que as vertentes estruturalistas ainda são influentes" (apud Hatim e Mason, 1990: 31).

²⁶ Cf., por exemplo, Firth (1956a/1968, 1956b/1968), Vinay e Darbelnet (1958/1984); Halliday (1961/1976); Halliday, McIntosh e Strevens (1964/1974).

²⁷ Sobre a suposta "intraduzibilidade" sugerida por lingüistas estruturalistas e o "paradoxo" que isso acarreta para a área da tradução, qual seja, o questionamento da própria possibilidade teórica da tradução, veja Arrojo (1992: 71-79) e Frota (2000: 35).

artigo, ao físico Niels Bohr, um dos fundadores da física quântica. Na citação, o referido cientista adverte sobre a relação "de complementaridade" entre "o uso prático de cada palavra" e as tentativas de encontrar "definições rigorosas" para "evidências experimentais" (apud Jakobson, 1959: 147)²⁸. Ou seja, Jakobson recorre a um físico para mencionar que a "linguagem ordinária" (ibid.), isto é, o "uso prático" das palavras, não seria compatível com as "definições rigorosas" necessárias para fazer jus às "evidências experimentais". O lingüista não se detém nesse tema, mas fica claro que, longe de servir como base para um caráter mais "exato" da lingüística, a citação do físico quântico Bohr serve, muito mais, para alertar sobre um certo relativismo acerca de definições lingüísticas estritamente "exatas" ou "universais" – como as propostas, por exemplo, por Hjelmslev (1961/1975) ou Chomsky (1966/1972). Menciono esse aspecto para sugerir que a partir do referido trabalho de Jakobson pode-se perceber uma ligação entre as eventuais dúvidas sobre a possibilidade de se chegar a definições universais ou permanentemente válidas em relação à linguagem e as discussões que surgiram no contexto da física quântica – já que o teórico cita um representante dessa área para sustentar a sua argumentação.

Com base nos exemplos dados neste item, tentei ilustrar duas posturas divergentes em relação ao conceito de "ciência", que podem ser exemplarmente identificadas entre os teóricos citados. Por um lado, nos comentários supracitados de Sapir (1969), Hjelmslev (1961/1975) e Chomsky (cf. Joseph, 1996: 228), percebe-se o desejo de aproximar o conhecimento da lingüística da "regularidade", "exatidão" e "universalidade", em geral atribuídos às ciências naturais, isto é, o desejo de enquadrar a lingüística dentro de uma visão determinista e racionalista de ciência. Por outro lado, vimos, sobretudo em Whorf, o exemplo de um teórico que, embora também esteja interessado em que a

²⁸ Em relação à linguagem, o termo "complementaridade" deve ser entendido como a "oposição de sentido entre dois itens lexicais contrários pela qual a afirmação de um deles implica a negação do outro" (Houaiss, 2001). Já no contexto da física, o termo "complementaridade" se refere ao "princípio da mecânica quântica que pode se traduzir na existência de descrições experimentais de sistemas quânticos que se excluem mas descrevem aspectos complementares do fenômeno físico, p. ex., a dualidade onda-partícula" (ibid.).

lingüística se torne uma "ciência", expõe um certo conhecimento sobre as discussões epistemológicas na área da física quântica – que, conforme já mencionei na introdução, implicam um questionamento de pressupostos fundamentais da epistemologia tradicional. E, o que é fundamental para minha argumentação, esse conhecimento parece estar ligado a uma postura mais crítica no que concerne à possibilidade de se chegar a constatações universais ou permanentes sobre a linguagem.

No entanto, ao refletir sobre as diferentes orientações epistemológicas dos trabalhos lingüísticos, deve-se lembrar que essa questão não é abordada nos livros em que, pela primeira vez, a proposta de uma "ciência da tradução" foi mencionada. Como evidenciam vários comentários de autores que escreveram sobre a história dos estudos da tradução no século XX²⁹, é apenas o otimismo cientificista da lingüística estrutural – entendido como a crença na possibilidade de uma "ciência" orientada pelo modelo tradicional das ciências naturais, de validade universal e de base racionalista – que se reflete nos trabalhos sobre tradução, publicados na mesma época. Os livros que serão abordados no próximo item – os primeiros que pretendem contribuir explicitamente para o desenvolvimento de uma "ciência da tradução" –, representam exemplos clássicos desse reflexo.

²⁹ Cf., por exemplo, Kelly (1979); Delisle (1988); Gentzler (1993); Snell-Hornby (1988/1995); Chesterman (1997) e Frota (2000).

I.1.2 Mounin, Nida e Catford: precursores das abordagens "científicas" na área de tradução

No contexto cientificista da lingüística e dos estudos da tradução, os livros *Os problemas teóricos da tradução* (*Les problèmes théoriques de la traduction*) (1963/1975), de Georges Mounin; *Toward a Science of Translating* (1964), de Eugene A. Nida, e *Uma teoria lingüística da tradução* (*A Linguistic Theory of Translation*) (1965/1980), de John C. Catford, são considerados exemplares do começo de discussões cujo objetivo é desenvolver uma "ciência da tradução"³⁰. Os referidos livros são vistos como trabalhos diferentes daqueles considerados empíricos, ou das abordagens chamadas "subjetivas", "ingênuas", ou "pré-científicas" (Snell-Hornby, 1988/1995: 1, 14) que teriam dominado a área até a publicação das teorias pretensamente mais científicas. Em *Translation: An Interpretative Approach* (1988), Jean Delisle apresenta a sua visão a esse respeito, que é compartilhada por muitos teóricos de tradução contemporâneos³¹. Segundo ele, "antes da Segunda Guerra Mundial, as teorias de tradução foram quase sempre comparações filosóficas de textos" (1988: 32), e as observações feitas sobre tradução teriam sido apenas "impressões gerais heterogêneas ou intuições subjetivas" (ibid.). Mas, continua o autor, "nos anos cinquenta", os estudos teóricos sobre a tradução tornaram-se – graças aos "avanços na lingüística e em outras disciplinas" – mais "científicos", mais "sistemáticos", e "as impressões e avaliações subjetivas foram muito menos enfatizadas que anteriormente" (ibid.).

Nas décadas de 40 e 50, ainda reinava um certo ceticismo acerca da possibilidade da tradução³². Os trabalhos de Mounin, Nida e Catford, acima mencionados, representam uma mudança dessa postura cética para uma visão

³⁰ Cf., por exemplo, Kelly (1979: 14, 22-23); Delisle (1988: 33) e Chesterman (1997: 31-32).

³¹ Cf., por exemplo, Kelly (1979: 2); House (1981: 1); Newmark (1981: 8); Hatim e Mason (1990: 22) e Paes (1990: 33).

³² Os trabalhos que melhor representariam tal postura cética são, segundo Lawrence Venuti (2000), *"The Anaximander Fragment"*, de Martin Heidegger (1946) e *"Meaning and Translation"*, de Willard v. O. Quine (1959).

extremamente otimista em relação à questão de a tradução ser, ou não, um empreendimento possível. Apesar das diferenças entre as propostas teóricas dos três autores enfocados, eles compartilham a visão de Delisle (1988), acima mencionada, pois não deixam dúvida de que acreditam na necessidade de tratar a área da tradução mais cientificamente, com base nos supostos avanços da lingüística.

Em *Os problemas teóricos da tradução* – ao fazer uma análise sobre a suposta utilidade de várias teorias lingüísticas para o "estudo científico" da tradução (1963/1975: 23) –, Mounin comenta trabalhos anteriores ao dele e declara que, "reunindo [aquela] matéria toda", obter-se-ia "um empirismo da tradução, por certo jamais desprezível, mas sempre empirismo" (ibid.). No entanto, de acordo com o autor, esse "empirismo" teria sido superado, pois "[a] situação acaba[ra] de se modificar" (ibid.). Segundo o teórico, devido ao sucesso da "ciência lingüística" (ibid.: 27), pode-se atribuir, às reflexões sobre o assunto que surgiram a partir do final dos anos 50, "a condição de objeto distinto, ou de domínio distinto, de estudo científico" (ibid.). O estudioso observa que "seria paradoxal" se a tradução "continuasse excluída de uma ciência da linguagem" (ibid. 19)³³ e constata que "é possível propor [...] que a lingüística [...] esclare[ça] para os próprios tradutores os problemas da tradução" (ibid.: 19). Citando Jean-Paul Vinay e Jean Darbelnet, o teórico sugere que a tradução deveria ser considerada uma "disciplina exata" (ibid.: 24). Mounin discute teorias relativistas acerca da questão da tradução (cf. ibid.: 49 - 62), porém defende a idéia de que poderia existir "equivalência" entre textos, baseada em "universais" (cf. ibid.: 170 - 206). Assim, o problema colocado pelo autor não era apenas evidenciar a possibilidade da tradução, mas torná-la cada vez mais "científica" (cf., por exemplo, ibid.: 95, 124).

Em *Towards a Science of Translating*, Nida observa que "houve [...] desenvolvimentos importantes [...] na lingüística" (1964: ix) que "contribuíram de

³³ Cf., também, ibid.: 22, 23, 25, 27.

maneira muito significativa" (ibid.) para a organização do seu livro, definido por ele como uma contribuição para a "ciência da tradução" (ibid.: 5). De acordo com Nida, o objetivo do seu trabalho seria descrever "a transferência de uma mensagem de uma língua para outra", o que, segundo o teórico, seria "um tópico válido para a descrição científica" (ibid.: 3; cf. também 5). A partir do pressuposto de que a tradução seria possível, a questão enfocada por Nida é a maneira como esse suposto transporte de significados deveria acontecer. Assim, ele propõe que, para traduzir "de maneira científica e prática" (ibid.: 68), o tradutor deveria, em primeiro lugar, reduzir o texto de partida a seus "núcleos", depois transferir seu significado para a língua de chegada e, finalmente, gerar nessa língua uma expressão estilística e semanticamente equivalente àquela do texto de partida (ibid.).

Catford apresenta, no prefácio a *Uma teoria lingüística de tradução*, a seguinte declaração sobre a relação entre uma suposta teoria da tradução e a lingüística:

Uma vez que a tradução se prende à língua, a análise e descrição dos seus processos deve fazer uso considerável de categorias estabelecidas para a descrição de línguas. Deve, em outras palavras, esboçar uma teoria de língua: uma teoria lingüística geral (1965/1980: s.p.).

O autor declara, no mesmo livro, que a "teoria lingüística geral de que nos servimos" seria "essencialmente a que foi desenvolvida [...] sobretudo por M.A.K. Halliday e grandemente influenciada pelo trabalho de J. R. Firth" (ibid.: 1). Catford não se refere explicitamente ao conceito de "ciência", mas diz que pretende estabelecer "uma teoria de tradução que se po[ssa] esboçar em qualquer exame de problemas específicos" (ibid.: s.p.) da tradução e menciona a possibilidade de "regras de tradução" (ibid.: 33). Apesar de não propor explicitamente uma "ciência da tradução", o autor considera essa atividade como estreitamente ligada à "ciência lingüística" (ibid.: s.p.).

Embora se possa afirmar que Mounin, Nida e Catford acreditam na possibilidade de uma futura "ciência da tradução", sobretudo devido ao sucesso

da "ciência lingüística", é possível constatar que nenhum desses três teóricos desenvolve uma discussão mais detalhada sobre as supostas características epistemológicas de tal "ciência". Entretanto, devido ao enfoque que atribuem à relação entre a área da tradução e as diferentes escolas da lingüística estrutural, pode-se inferir que os três teóricos em foco aderem à visão de ciência dominante na lingüística estrutural, qual seja, a de que todo o conhecimento que se pretendesse científico deveria acercar-se do nível de prestígio das ciências naturais³⁴. Essa constatação é corroborada pela opinião de Chesterman de que a vertente lingüística dos estudos da tradução teria implicado um forte vínculo com a "tradição positivista, depois da excursão romântica" (1997: 30), uma visão que também é compartilhada por Frota (2000: 31). O fato de Mounin se opor, explicitamente, à transformação da lingüística numa "*Geisteswissenschaft*", ou seja, numa "ciência humana" (Mounin, 1963/1975: 82), e de definir como base fundamental para a "ciência" da linguagem o "excelente método cartesiano" (ibid.: 158; cf. também 130) revela o seu desejo de aproximar sua área do modelo epistemológico tradicionalmente atribuído às ciências naturais. Esse mesmo desejo transparece também em outros comentários feitos por Mounin, assim como em observações de Nida e Catford, sobre o suposto caráter objetivo e universal das suas teorias³⁵.

O enfoque na semântica como uma das áreas fundamentais para os estudos da tradução é um aspecto que revela a grande importância que Mounin, Nida e Catford atribuem à lingüística para a elaboração de uma "ciência da tradução"³⁶. A aspiração comum dos três autores de tornar as relações entre significado e significante "objetivas" reflete o interesse de aproximar os estudos da tradução de um nível "científico". Porém, é exatamente essa busca dos teóricos por definições supostamente "objetivas" para os significados a serem traduzidos que traz contradições às suas argumentações – como procuro mostrar a seguir.

³⁴ Cf. item 1.1 deste capítulo.

³⁵ Cf. Mounin (1963/1975: 138-140, 205); Nida (1964: ix, 5, 9, 227) e Catford (1965/1980: s.p.).

³⁶ Cf. Mounin (1963/1975: 21, 95); Nida (1964: 21) e Catford (1965/1980: 38).

A argumentação de Mounin ao longo do seu livro *Os problemas teóricos da tradução* (1963/1975) não deixa dúvida de que esse teórico identifica a noção de "ciência" com uma pretensa objetividade semântica. Isso ocorre, por exemplo, quando ele define as terminologias técnicas e científicas como sendo livres das chamadas "conotações" (cf. *ibid.*: 138), que variariam para cada leitor (cf. *ibid.*: 140, 151). As referidas terminologias compor-se-iam apenas de definições objetivas (*ibid.*: 140), isto é, de "denotações", que indicariam "a atribuição arbitrária de um determinado signo a uma determinada realidade não-lingüística" (*ibid.*: 143). Segundo Mounin, foi o lingüista Bloomfield quem tentou "fornecer à noção de sentido uma base objetiva" (*ibid.*: 36)³⁷, isto é, "científica" (*ibid.*). No entanto, o estudioso também observa que foi esse mesmo lingüista quem reconheceu ser "cientificamente impossível captar o sentido dos enunciados lingüísticos", pois isso "eqüivaleria [...] a postular 'nada mais nada menos que a onisciência'" (*ibid.*: 37). Embora Mounin, ainda citando Bloomfield, observe que "para dar uma definição cientificamente exata de cada enunciado de uma língua, ser-nos-ia necessário possuir um conhecimento cientificamente exato de todas as coisas do mundo do falante" (*ibid.*: 37), ele acredita que

nos aproximaremos muito gradativamente graças à marcha da humanidade em direção a um maior conhecimento, através de séculos e séculos. É no momento atual, por razões metodológicas e provisórias, que se revela impossível captar o sentido, cientificamente falando; por conseguinte, é no momento atual que a tradução é impossível, no sentido científico (*ibid.*: 38).

Rosemary Arrojo, num dos seus ensaios do livro *O signo desconstruído* (1992), do qual ela é a organizadora, relaciona essa postura contraditória de Mounin à sua visão logocêntrica. Segundo a autora, essa visão seria caracterizada pela crença no "avanço científico" e na "busca do algoritmo definitivo, supra-histórico e independente de qualquer sujeito, contexto ou ideologia", por uma "obsessão pelo lógico, pelo racional" e pela "necessidade de rejeitar tudo o que seja subjetivo, contingente e dependente do contexto" (*ibid.*: 74). Conforme

³⁷ Na presente tese, os termos "significado" e "sentido" podem ser entendidos praticamente como sinônimos. O fato de eles, em certas tradições filosóficas, designarem dimensões diferentes não tem implicações para o desenvolvimento da argumentação aqui apresentada.

argumenta a teórica, seria essa visão logocêntrica que levaria Mounin "ao extremo de cogitar a negação da própria evidência da tradução na tentativa de preservar a 'ciência' da linguagem que defende" (ibid.: 75). Esse "delírio logocêntrico de Mounin" – para usar ainda as palavras de Arrojo (ibid.: 76) – revela-se também quando o autor, mesmo definindo as conotações como "ligadas de maneira indissolúvel às denotações" (Mounin, 1963/1975: 151), propõe, "por questões de método", abstrair as "denotações" de um termo das suas respectivas "conotações" (ibid.). Ou seja, o "método", pretensamente "científico", justificaria a separação entre a denotação e a conotação – algo que o próprio Mounin, na mesma página do referido livro, declara ser impossível. Apesar dessas contradições, pode-se observar que Mounin, em momento algum, propõe um questionamento do conceito de ciência que emprega. Pelo contrário, o teórico sugere que o "conhecimento imperfeito" (ibid.: 39) da humanidade sobre a linguagem e a tradução deveria, de qualquer maneira, adaptar-se às supostas exigências do trabalho "científico", para possibilitar definições "objetivas". Assim, mesmo sem poder definir qualquer base semântica "objetiva" para a pretendida "ciência da tradução", Mounin não perde a crença nessa possibilidade.

No livro *Uma teoria lingüística da tradução*, de Catford (1965/1980), pode-se detectar uma problemática semelhante àquela identificada no trabalho de Mounin (1963/1975). O teórico descreve sua visão a respeito da relação entre tradução e significado da seguinte maneira:

é possível uma espécie restrita de 'transferência de significado' de uma língua para outra; mas fica igualmente claro que isso não é o que normalmente se entende por *tradução*. Em 'tradução' há substituição de significados da LF [língua-fonte] para a LM [língua-meta]: não transferência de significados da LF para a LM" (Catford, 1965/1980: 53).

Ou seja, no entender de Catford, "o objetivo na tradução" deveria estar em "escolher equivalentes da LM não com 'o mesmo significado' dos itens da LF mas com a maior imbricação possível na faixa de situação" (ibid.: 54-55). Nessa citação, observa-se que Catford considera a "equivalência" e a "situação" como dois aspectos inter-relacionados. Visto que, segundo ele, o "problema central na prática da tradução consiste em encontrar equivalentes de tradução" (ibid.: 23), e

"uma tarefa central na teoria da tradução consiste em definir a natureza e as condições da equivalência de tradução" (ibid.), pode-se concluir que a "situação" deveria ocupar, igualmente, um lugar importante na sua teoria. Isso pode ser observado também quando o autor constata que "quanto maior o número de traços de situação comuns aos significados contextuais de ambos os textos, os da LF e o da LM, 'melhor' a tradução" (ibid.: 54). Ao abordar o tema da "situação", Catford a define como sendo determinada pelo "ambiente bio-sociofísico específico" (ibid.: 57) e pelo "tempo e lugar específicos, entre participantes específicos" (ibid.). Assim, Catford reconhece que cada tradução acontece numa "situação" diferente, determinada por fatores variáveis. Visto que a "situação" variaria de tradução para tradução, variaria, também, o que Catford chama o "significado contextual", pois este é visto como dependente da "situação" (ibid.: 5). Todas essas citações deixam claro que não haveria uma maneira estável e fixa para se definir qual seria a "melhor" tradução, pois a "situação" e o "significado contextual" – que influenciam tal avaliação – mudam constantemente.

Se, por um lado, Catford entende que a "situação" específica de cada tradução é importante para se definir a "equivalência", por outro, é possível constatar que o autor não admite essa incerteza em relação à "equivalência" e ao "significado contextual" quando se posiciona sobre o que deveria ser uma "teoria de tradução". Isso pode ser claramente observado quando ele apresenta um modelo matemático para medir os "equivalentes textuais específicos" (ibid.: 32) de um texto. Cito, a seguir, um trecho do livro de Catford para ilustrar tal modelo:

Num texto de qualquer extensão, alguns itens específicos da LF [língua-fonte] ocorrem quase com certeza diversas vezes. Para cada ocorrência, haverá um equivalente textual específico na LM [língua-meta]. [...] Podemos expressá-la (a equivalência textual) em dados reais; por exemplo: 'o item X na LF ocorre 79 vezes nesse texto, e o seu equivalente na LM é x em todos os casos'; ou em percentagem: 'X na LF = x na LM, 100%'; ou finalmente, em *probabilidade*, segundo a escala de probabilidade na qual 1 (um) significa 'certeza absoluta' e 0 (zero) significa 'impossibilidade absoluta': 'X na LF = x na LM, 1'; isto é, 'X na LF tem, como seu equivalente textual, x na LM, com a probabilidade 1'. Isso significa que se escolhermos ao acaso qualquer ocorrência de X no texto da LF é certo que o seu equivalente na LM será x (1965/1980: 32).

Tal procedimento para medir a equivalência textual entre dois textos específicos poderia, segundo Catford, ser "generalizado" para "formular 'regras de tradução' aplicáveis a outros textos, e talvez à 'língua como um todo'; ou, mais estritamente, a todos os textos dentro da mesma *variante* da língua" (ibid.: 33, grifo do autor). Pode-se argumentar que, ao reconhecer que a tradução é o resultado das circunstâncias que a regem, Catford deveria também reconhecer a impossibilidade de sistematizações e definições do que seria uma tradução "equivalente". No entanto – semelhante à maneira como o fez Mounin –, Catford não perde a esperança numa futura realização de uma "teoria da tradução" objetiva. Apesar de seus próprios argumentos contra a possibilidade de uma total objetivação da tradução, a crença na "ciência lingüística" e o interesse em determinar que a tradução faça parte dessa suposta ciência predominam no seu trabalho.

Na sua tese de doutorado, *Tradução e diferença: uma proposta de desconstrução da noção de equivalência em Catford, Nida, Lefevere e Toury* (1998), Cristina C. Rodrigues chega a determinadas conclusões sobre a teoria de Catford e sobre a sua visão de ciência que precedem minha argumentação apresentada no parágrafo acima. A autora dá destaque, em primeiro lugar, à esperança de Catford de que, no futuro, uma "teoria geral de substância de situação" pudesse "vir a resolver, cientificamente, a questão do significado e da equivalência" (ibid.: 50) e, assim, fundamentar uma "teoria da tradução". Em segundo, Rodrigues destaca o fato de o próprio Catford observar que a possibilidade de tal tratamento "científico" do significado seja no mínimo, duvidosa, uma vez que o autor reconhece que os "traços funcionalmente relevantes de situação" (1965/1980: 140) são determinantes para definir a "equivalência de tradução". Dessa maneira, o próprio Catford indicaria "que sua teoria não é tão 'objetiva' quanto vinha sendo anunciada, na medida em que a noção de 'funcionalmente relevante' é interpretativa" (Rodrigues, 1998: 52), ou seja, depende de fatores extralingüísticos, necessariamente variáveis. A estudiosa entende que Catford não se mostra preocupado com uma "análise do

que a tradução é", mas sim determinado a incluir a tradução dentro da lingüística (cf. *ibid.*: 55) e, assim, de uma "ciência" reconhecida.

A leitura do livro *Toward a Science of Translating*, de Nida (1964), revela também a existência de contradições entre a visão desse autor sobre uma possível "ciência da tradução" e alguns dos seus comentários sobre as características de qualquer tradução. Nida distingue entre a linguagem dita "científica" ou "técnica" (1964: 222), a "literária" (cf. *ibid.*: 163) e a linguagem "poética" (cf. *ibid.*: 164). Segundo ele, ao traduzir um texto dito poético, não seria possível falar em "reprodução", mas só em "recriação" (*ibid.*: 164), enquanto um texto "literário" seria tanto "melhor" quanto mais difícil fosse sua tradução (*ibid.*: 163). Diferentemente desses dois tipos de texto que implicariam problemas na tradução, os textos "científicos" ou "técnicos" seriam "mais fáceis para serem traduzidos" (*ibid.*: 223). Segundo o raciocínio de Nida, esses diferentes graus de dificuldade de tradução explicam-se pelo fato de que, diferentemente das linguagens "poética" e "literária", a linguagem "técnica" ou "científica" seria precisa, sistemática, compreensível (1964: 78) e neutra (*ibid.*: 113). O teórico define esse tipo de linguagem como pertencente a "sociedades que se tornaram intelectualmente conscientes das suas experiências (atividades, percepções e concepções)" (*ibid.*: 222) e que "formulam suas observações em leis (ou observações) cada vez mais abrangentes" (*ibid.*). Essas observações e "classificações sistemáticas (muito diferentes das sistemáticas do povo)" seriam, de acordo com Nida, "mais apropriadas para generalizações do que para acontecimentos específicos" (*ibid.*). No entanto, em outro trecho, o autor afirma que existem culturas ou línguas que teriam diferentes "perspectivas científicas" (*ibid.*: 223) – o que permite concluir que Nida reconhece que as características de uma área considerada "científica" podem variar de uma língua para outra, ou seja, não são intrínsecas a um texto, mas constituem convenções culturais, pois o que é entendido como "científico" em uma língua, a partir de uma determinada "perspectiva científica", não seria necessariamente visto como um texto "científico" em outra língua. Assim, implicitamente, o próprio autor põe em questão a

possibilidade, defendida por ele mesmo, de uma ciência da tradução "objetiva" (ibid.: 9) que poderia ser aplicada em qualquer processo tradutório (cf. ibid.: ix).

A "ciência da tradução" proposta por Nida tem sido alvo de críticas de vários estudiosos da área. Em *Contemporary Translation Theories* (1993), Gentzler dedica parte do capítulo "*The Science of Translation*" a uma análise das pretensões "científicas" de Nida e enfoca a posição religiosa do teórico. Chega à conclusão de que Nida "fornece um modelo excelente para [um tipo de] tradução que envolve a manipulação de textos para servir aos interesses de uma crença religiosa, mas falha em fornecer a base para algo que, no ocidente, geralmente se concebe como 'ciência'" (ibid.: 60). De maneira semelhante, Rodrigues, na tese supracitada, aponta a tentativa de Nida de apresentar a sua própria interpretação da Bíblia como "objetiva" e de desautorizar a versão tradicional, católica (1998: 65-66). Conforme a autora, além de sua teoria não cumprir as supostas exigências de uma "objetividade científica", a "relação objetiva" entre o tradutor e o texto, defendida por Nida, mostrar-se-ia também como sendo inviável na prática, visto que o próprio teórico apresenta exemplos que evidenciam a importância do contexto e o caráter interpretativo da tradução (ibid.: 95). Assim, os comentários de Gentzler e Rodrigues colocam em xeque não só a possibilidade de objetividade defendida por Nida em sua teoria, mas também a da existência de neutralidade por parte do tradutor.³⁸

Um aspecto relacionado ao interesse de Nida em contribuir para o desenvolvimento de uma "ciência da tradução" é o uso que faz da gramática gerativa transformacional de Chomsky para legitimar a sua teoria como "científica". Em uma análise às referências e alusões do teórico em relação a Chomsky – que, aliás, se declarou contra o uso das suas propostas teóricas para a tradução (cf. Gentzler, 1993: 50) – Gentzler mostra que, simplificando e modificando o modelo de Chomsky, Nida o aplica à sua teoria da tradução para se

³⁸ Esse aspecto, a neutralidade do tradutor suposta por Nida, é destacado – e criticado – também por Arrojo (1986/2000: 12-13) e Frota (2000: 29).

beneficiar da autoridade "científica" que a gramática gerativa possuía e para sugerir que o seu próprio projeto fosse uma "análise 'científica' objetiva" dos problemas tradutórios (ibid.: 55). A influência de Chomsky sobre Nida evidenciase, sobretudo, na sua visão sobre o "núcleo" que existiria "em qualquer língua", definido como a "estrutura mínima da qual o resto pode, de maneira eficiente e relevante, ser deduzido" (Nida, 1964: 66). Caberia ao tradutor definir o respectivo "núcleo" de cada sentença e "transportá-lo" para uma sentença em outra língua, supostamente sem interferir nesse "transporte" de significados.

Considerando o objetivo desta tese, julgo relevante destacar ainda a argumentação de Frota sobre o conceito de sujeito empregado tradicionalmente nos estudos da tradução. Ao propor a abertura da área para o "sujeito do inconsciente" (1999: 68), a autora atribui a defesa do "sujeito de Descartes" (ibid.), supostamente consciente e racional, às teorias de tradução baseadas na lingüística saussureana como, por exemplo, a de Nida³⁹. Frota promove a "desconstrução" de tal "sujeito de Descartes" na tradução ao evidenciar a influência do inconsciente, da "subjetividade" na escrita tradutória. Em relação às teorias "lingüísticas" de tradução, Frota conclui que "somos levados a questionar a validade de teorias de tradução que, presas à ciência, precisam excluir uma parte essencial daquilo que exatamente justificaria sua existência": o "espaço da linguagem que recebe e constitui o sujeito" (2000: 39).

Os trabalhos de Arrojo (1992: 76), Gentzler (1993), Rodrigues (1998) e Frota (1999; 2000), mencionados acima, abordam a existência de contradições e conflitos teóricos acerca da visão de ciência nos livros dos três autores aqui focalizados. Sintetizando tais críticas, podem-se definir as contradições existentes em relação ao significado e ao papel do tradutor como pontos cruciais para mostrar a impossibilidade de se desenvolver uma "ciência da tradução" nos moldes estabelecidos pelos três teóricos. Assim, com base nos trabalhos referidos

³⁹ Sobre a influência da lingüística saussureana nas teorias de Mounin, Nida e Catford, veja também Snell-Hornby (1988/1995: 26) e Ottoni (1997).

acima, pode-se constatar que o uso tradicional de "ciência" na área da tradução está vinculado à tentativa de tornar "objetivas" as relações entre o significado e o significante para, a partir de tal "objetividade", ser estabelecida uma base que possibilite uma posição neutra do tradutor no seu trabalho. Essa relação levou-me a desenvolver uma argumentação acerca dos livros de Wilss, no capítulo II, com base nessas mesmas duas questões, apontadas como sendo problemáticas nos trabalhos enfatizados no presente item – isto é, a questão do significado e o papel atribuído ao tradutor. Como procuro argumentar, embora defenda uma "ciência da tradução" a partir de uma visão mais complexa em relação ao próprio conceito de "ciência", Wilss não consegue evitar contradições semelhantes às constatadas nos seus "precursores" Mounin, Nida e Catford. Mas, antes disso, como próximo passo neste trabalho, tentarei descrever o contexto teórico dos estudos da tradução no qual se inserem os trabalhos de Wilss.

I.1.3 *Wolfram Wilss: um teórico da Übersetzungswissenschaft que se destaca nas discussões sobre uma "ciência da tradução"*

No seu livro *Translation Studies: An Integrated Approach*, Mary Snell-Hornby comenta que existem duas "escolas" teóricas predominantes na área dos estudos da tradução na Europa (1988/1995: 14). Trata-se, em primeiro lugar, da "*Übersetzungswissenschaft*", desenvolvida na Alemanha pelos teóricos Otto Kade, Gert Jäger, Albrecht Neubert, Wolfram Wilss, Katharina Reiss e Werner Koller (ibid.) e, em segundo, da "escola de manipulação", representada por teóricos como André Lefevere, José Lambert, Theo Hermans, Susan Bassnett e Gideon Toury, que trabalha em Israel (ibid.: 22). Gentzler apresenta uma divisão semelhante da área e contrapõe a "*Übersetzungswissenschaft*" – atribuída a teóricos alemães, sobretudo a Wilss (1993: 60) – aos estudos promovidos por teóricos da Bélgica e dos Países-Baixos como, por exemplo, James Holmes, Raymond van den Broeck e André Lefevere (ibid.: 73-74, 90-104) e também às abordagens baseadas na teoria dos "polissistemas", desenvolvidas por Itamar Even-Zohar e Gideon Toury (ibid.: 105-143).

Um aspecto que distingue, *grosso modo*, as vertentes supracitadas é o foco das suas respectivas pesquisas. A *Übersetzungswissenschaft*⁴⁰ se interessa, sobretudo, em aumentar o conhecimento e o controle sobre o ato tradutório. Já os representantes da escola de manipulação, para usar a definição mais ampla de Snell-Hornby que inclui as tendências teóricas definidas por Gentzler, enfocam o "produto" da tradução – isto é, as mudanças, diferenças e manipulações que qualquer tradução traz consigo em relação ao seu "original". Ou seja, essa tendência aborda questões relacionadas a traduções concretas no contexto de uma determinada sociedade (cf. Gentzler, 1993: 73)⁴¹. Pode-se, portanto,

⁴⁰ Conforme já indiquei na introdução desta tese, nos casos em que abordo a referida "escola" de tradução alemã não traduzo o termo "*Übersetzungswissenschaft*".

⁴¹ Para uma discussão aprofundada sobre a escola de manipulação – também chamada de "estudos descritivos de tradução" – cf. Bassnett-McGuire (1980); Hermans (1985, 1999) e Stolze (1994: 131-137).

constatar que existem concepções divergentes sobre o que deveria ser o objeto de estudo da área, se o processo de traduzir (*translating*) ou o seu produto, isto é, o texto traduzido em si (*translation*). Segundo afirma Roberto Mayoral Asensio, "essa distinção é muito clarificadora e os dois ramos dos estudos correspondentes já divergiram tanto que poderiam constituir duas disciplinas separadas" (2001: 51). Snell-Hornby revela uma posição semelhante, pois observa que as duas "escolas" de tradução defendem abordagens que se excluem mutuamente, "cada uma passando por cima do outro campo de estudo com termos exageradamente vagos e gerais, [tratando-o] como sendo uma área fora dos próprios objetivos, interesses e responsabilidades" (1988/1995: 23). Radegundis Stolze é outra autora que aponta a falta de interação entre os dois grupos quando menciona que a *Übersetzungswissenschaft*, radicada na Alemanha, existiria "quase sem vínculo" com as pesquisas realizadas em outros países europeus e nos Estados Unidos (1994: 7)⁴². Trago à baila essas observações para alicerçar a definição da *Übersetzungswissenschaft* como uma tendência dos estudos da tradução que se diferencia de outras, em primeiro lugar, pelo fato de ser normalmente relacionada a trabalhos de teóricos alemães⁴³ e, em segundo, pelo seu enfoque, quase exclusivo, no ato tradutório em si.

Conforme já mencionei na introdução desta tese, nos anos 60 e 70, a área da tradução na Alemanha – isto é, a *Übersetzungswissenschaft* – foi marcada por uma tendência teórica fortemente cientificista. Vejamos, à guisa de exemplo, um trecho de Karl-Heinz Freigang (1978) que ilustra novamente tal visão. Esse autor afirma que "o objetivo principal de uma metodologia científica da tradução é o desenvolvimento de procedimentos de análise com os quais se poderia chegar a informações sobre os textos de línguas naturais que poderiam servir de *tertium comparationis* na tradução desses textos" (1978: 153). O teórico entende o processo de traduzir como "uma série de operações" que levariam à "estrutura

⁴² A diferença entre os focos de estudo das duas vertentes é destacada também por Gentzler (1993: 73).

⁴³ Para discussões detalhadas sobre as diferentes teorias alemãs, veja, por exemplo, Gentzler (1993: 67-73); Ranke (1989); Snell-Hornby (1986); Stolze (1994) e Vieira (1996).

profunda", isto é, à "informação semântica e pragmática que está na base do texto" (ibid.). Tal "estrutura profunda" – evidentemente uma referência à gramática gerativa de Chomsky⁴⁴ – deveria, segundo o autor, ser idêntica no texto de partida e no texto de chegada, para garantir uma "tradução equivalente" (ibid.: 152). Freigang se refere a Erwin Koschmieder, Wolfram Wilss e S. J. Schmidt como sendo outros autores que defenderiam a mesma visão de tradução (ibid.: 153)⁴⁵. Além disso, o autor deixa claro que o "ponto decisivo" do procedimento descrito – ou seja, chegar à tradução "equivalente" depois de definir a "estrutura profunda" de um texto e mantê-la igual no texto a ser traduzido – estaria na diminuição do caráter "intuitivo" do trabalho tradutório (ibid.: 168).

A partir das observações citadas até agora neste trabalho, e com base em outros estudos e comentários de vários autores⁴⁶, pode-se definir a *Übersetzungswissenschaft* como uma vertente teórica cujos representantes procuram, muitas vezes, basear seus trabalhos em teorias lingüísticas, supostamente "científicas"⁴⁷. Interessam-se, sobretudo, por questões metodológicas, normativas e prescritivas do ato tradutório, como também pela busca de critérios "objetivos", principalmente para fins didáticos ou para a crítica de tradução. Essa vertente mostra uma grande preocupação com a tentativa de aumentar o controle sobre o ato tradutório e focaliza principalmente o conceito de "equivalência"⁴⁸. Seus estudos baseiam-se, sobretudo, em traduções de textos não-literários, visto que o significado de tais textos é considerado mais "controlável" ou "acessível" (Snell-Hornby, 1988/1995: 1; 23). Diferentemente da escola de manipulação – que, geralmente, trata de traduções concretas –, a

⁴⁴ Sobre a relação entre a *Übersetzungswissenschaft* e a gramática gerativa de Chomsky, veja também Stolze (1994: 47).

⁴⁵ Apesar de não ser citado por Freigang, Werner Koller pode ser mencionado como mais um teórico alemão que esboçou um "modelo gerativo de tradução" baseado numa "língua *universalis*", isto é, em "uma metalíngua semântica", supostamente independente das línguas individuais (cf. Stolze, 1994: 41).

⁴⁶ Cf., por exemplo, Wilss (org.) (1981); Snell-Hornby (1988/1995: 14); Gentzler (1993); Stolze (1994) e Mayoral Asensio (2001).

⁴⁷ Cf., por exemplo, Stolze (1994: 44-50).

⁴⁸ Cf., por exemplo, Stolze (1994: 43-58).

Übersetzungswissenschaft concentra-se, para usar as palavras de Gentzler, nos estudos sobre "traduções hipotéticas ideais" (1993: 73) e procura um "método" que seja aplicável a todos os tipos de tradução e que possa ajudar a se chegar à "melhor" tradução possível.

Nesse âmbito cientificista dos primeiros anos da *Übersetzungswissenschaft*, Wolfram Wilss – considerado um dos representantes mais prestigiados dessa vertente⁴⁹ – evidencia de um modo muito claro o desejo de contribuir para tornar a tradução "científica". Mostra-se isso, por exemplo, no fato de ele mesmo traduzir o título do seu livro *Übersetzungswissenschaft* (1977) para o inglês *The Science of Translation* (1977/1982) – embora esteja consciente do uso diferente das duas palavras. O conhecimento sobre as diferenças semânticas entre esses dois termos pode ser constatado quando o teórico alemão comenta a proposta de James S. Holmes de substituir o termo "ciência da tradução" (*science of translation*) por "estudos da tradução" (*translation studies*), visto que tal denominação exprimiria melhor a impossibilidade de a área atingir "o rigor metodológico de uma verdadeira ciência" (1977/1982: 52). Wilss menciona, também, que o termo alemão "*Übersetzungswissenschaft*" poderia ser considerado "mais aceitável do que seu equivalente inglês", já que seria "mais geral" do que "*science*" (ibid.). Como ele próprio aponta, o termo inglês "é normalmente um sinônimo de ciência natural [*natural science*]" (ibid.). Esses comentários confirmam a minha suposição de que, ao traduzir o termo "*Übersetzungswissenschaft*" como "*science of translation*", esse autor realmente acredita numa aproximação da sua área com o modelo metodológico das ciências naturais. Além disso, nos seus livros, há outras observações que fornecem indícios de que Wilss deve ser considerado não apenas um representante da *Übersetzungswissenschaft*, mas também um defensor do desenvolvimento de uma "ciência da tradução". O teórico define, por exemplo, como a finalidade da "pesquisa aplicada de tradução", tornar "objetivo o processo (e, por fim, o

⁴⁹ Cf., por exemplo, Hatim e Mason (1990: 4); Gentzler (1993: 60-67) e Snell-Hornby (1988/1995: 14).

resultado) da tradução" e "criar as precondições [...] para o desenvolvimento de estratégias racionais para resolver problemas [de tradução]" (1977/1982: 7). Em *Knowledge and Skills in Translator Behaviour* (1996a), o estudioso alemão constata que a meta da lingüística – com a qual, segundo ele, os estudos da tradução estariam estreitamente relacionados (1977/1982: 11) – é "formular regras comparáveis às das ciências naturais" (1996a: 87). Além disso, ele afirma que seu interesse é evitar a "marginalização" da área da tradução na "comunidade científica", ou seja, é contribuir para aproximar os estudos de tradução do nível de uma "ciência" (cf. *ibid.*: 37), cujas características são descritas pelo teórico como sendo "a objetividade, a simplicidade e a completude" (*ibid.*: 50).

Ao analisar trabalhos representativos da *Übersetzungswissenschaft*, percebe-se que as discussões desenvolvidas por teóricos associados a essa vertente passaram, nas últimas décadas, por uma mudança. Nos primeiros trabalhos – isto é, dos anos 60 e 70 –, evidencia-se a preocupação predominante de aproximar a tradução da lingüística⁵⁰, enquanto, em trabalhos mais tardios, foi privilegiado o debate de aspectos funcionais⁵¹, contextuais⁵², culturais⁵³ e cognitivos⁵⁴ da tradução – ainda que os teóricos não tenham negado a presumida importância da lingüística para sua área⁵⁵. Além disso, alguns dos estudiosos mudaram explicitamente a sua visão concernente à suposta necessidade de tornar sua área mais "científica". É o caso, por exemplo, de Hans J. Vermeer. Em 1988, esse autor ainda apresenta um artigo seu como sendo uma contribuição para tornar a tradução mais "objetiva" (1988: 243) ou "científica" (*ibid.*: 267). Entretanto, alguns anos depois, chega a definir a sua posição teórica como estreitamente ligada à visão pós-estruturalista de Arrojo (Vermeer, 1996: 1) – que, como se

⁵⁰ Cf., por exemplo, a coletânea *Übersetzungswissenschaft*, de Wilss (1981), que reúne trabalhos teóricos sobre tradução, escritos entre 1959 e 1978, de autores como, p. ex., Jakobson (1959); Levý (1967); Nida (1975) e Freigang (1978).

⁵¹ Cf., sobretudo, Reiss (1976); Reiss e Hans J. Vermeer (1984); Nord (1993) e Snell-Hornby (1988/1995: 43-48).

⁵² Cf., por exemplo, Hönig e Kussmaul (1982/1984) e Hönig (1986).

⁵³ Cf., por exemplo, Snell-Hornby (1988/1995).

⁵⁴ Cf., por exemplo, Wilss (1988) e Tabakowska (1993).

⁵⁵ Cf., por exemplo, Reiss (1976: 1); Wilss (1977/1982); Hönig e Kussmaul (1984: 14); Snell-Hornby (1988/1995: 65-110); Tabakowski (1993) e Stolze (1994).

sabe, é uma veemente crítica das tentativas de tornar os estudos da tradução rigorosamente "objetivos" ou "científicos"⁵⁶. Snell-Hornby, ao apresentar um histórico da área, declara que aquela parte da *Übersetzungswissenschaft* que se orienta exclusivamente pela lingüística e pela metodologia das ciências naturais se encontraria "paralisada" (1988/1995: 2), ou até mesmo "morta" (ibid.: 14). A autora defende a idéia de se caracterizar a *Übersetzungswissenschaft* como uma "ciência humana", em vez de uma "ciência exata" (1986: 27) e afirma que a "objetividade científica" dos estudos da tradução – "exigida pelo pensamento acadêmico" dos anos 70 – seria uma mera "ilusão" (1988/1995: 30). Depois da primeira fase cientificista, a área da tradução seria dominada por um "princípio holístico, ligado ao [conceito de] *gestalt*" e "baseado em protótipos dinâmicos" (ibid.: 2, 28-29), o que Snell-Hornby considera uma "alternativa para as formas e categorizações [de tipos de textos e de equivalência] tradicionais" (ibid.: 3). Pode-se observar, no entanto, que, apesar das suas críticas em relação à tentativa de aproximar a *Übersetzungswissenschaft* do modelo metodológico das ciências naturais, o interesse principal da teórica parece não ter mudado significativamente em relação às suas propostas mais antigas. Por exemplo, ela ainda define como "a meta de uma teoria da tradução" não apenas "refletir sobre o processo de traduzir", mas também "fornecer um modelo de referência para o tradutor", que o levaria a realizar "traduções melhores" (1986: 12).

Entre os teóricos associados à *Übersetzungswissenschaft*, Wilss pode ser considerado um exemplo de autor que mudou a sua visão de ciência e cujos livros deixam transparecer esse fato. Em *The Science of Translation*, o referido teórico menciona explicitamente a possibilidade de uma "ciência da tradução" e relaciona esse conceito às ciências naturais (1977/1982: 52). Além disso, insiste que a "ciência da tradução" estaria "interessada em fornecer [...] conceitos e métodos que possibilitar[iam] descrever de maneira objetiva a sincronização de textos de línguas diferentes" (ibid.: 66). Já em *Kognition und Übersetzen*, o autor mostra-se mais cauteloso, pois não só indaga se, com o "postulado pós-moderno, anti-

⁵⁶ Cf., Arrojo (1986, 1992).

metodológico", de Paul Feyerabend, não teria acabado "o sonho de uma ciência metodologicamente rigorosa" (1988: 11), como também levanta a dúvida se o fim de tal "sonho" não atingiria, "sobretudo, uma ciência que lida com textos" (ibid.). Além disso, Wilss não se refere mais a "métodos", ainda que insista na idéia de que a "teoria de tradução" deveria "estudar os planos que formam a base para os projetos e empreendimentos tradutórios" (1988: 20) e "trazer à luz as condições mentais e os processos que definem o ato de traduzir" (ibid.: viii). No livro mais recente entre os analisados aqui, *Knowledge and Skills in Translator Behaviour*, Wilss nem usa mais o termo "ciência" e passa a empregar "estudos da tradução" (cf., por exemplo, 1996a: ix). A partir disso, pode-se concluir que ele acaba concordando com a visão crítica em relação à "exatidão metodológica de uma verdadeira ciência" (1977/1982: 52), expressa por Holmes. Mas, apesar de tais mudanças no seu pensamento, Wilss revela que ainda acredita que, no futuro, o "valor científico" (1996a: 2) dos estudos da tradução possa aumentar, pois, no seu entender, "ao avaliar" tal "valor científico" do campo, "não se pode esquecer que os estudos da tradução [...] *ainda* são uma área de pesquisa *muito jovem* e metodologicamente algo instável" (ibid., meus grifos).

A constatação de que houve uma mudança de Wilss em relação à sua visão sobre uma "ciência da tradução" transparece, também, em trabalhos de outros autores que comentam acerca dos seus livros. Gentzler, ao abordar o livro *Science of Translation* (1977/1982), apresenta Wilss como o representante mais importante da *Übersetzungswissenschaft* explicitamente cientificista. Porém, no final da sua análise, esse mesmo autor observa que, "embora [Wilss] continue defendendo princípios introduzidos em [seu livro] *Übersetzungswissenschaft*", o seu "trabalho mais recente" permitiria uma leitura mais complexa, pois "analisa tanto componentes culturais quanto fatores criativos, de uma maneira que dificulta a investigação científica" (1993: 69). Mayoral Asensio, por sua vez, aborda apenas o livro *Knowledge and Skills in Translator Behavior* (1996a) e apresenta Wilss como um defensor de uma postura crítica em relação à possibilidade de se chegar a um "algoritmo compreensivo de análise, síntese e avaliação" (Mayoral Asensio,

2001: 41-42). Como revelam esses exemplos, dependendo do livro do teórico que esteja sendo analisado, pode-se chegar a opiniões divergentes acerca da visão de Wilss sobre a possibilidade do desenvolvimento de uma "ciência da tradução".

Como indicam as afirmações de Vermeer e Snell-Hornby citadas anteriormente, a mudança da visão de Wilss sobre o uso do termo "ciência" em relação à área da tradução pode ser considerada como sintomática dentro desse campo na Alemanha. Porém, parece-me que essa mudança não ocorreu sem contradições ou problemas, pois o fato de Wilss ainda insistir na possibilidade de um futuro aumento do nível de cientificidade da área (1996a: 2) mostra um conflito a respeito do emprego desse conceito. Por um lado, há observações do teórico, mesmo no seu livro mais recente aqui mencionado (1996a), que evidenciam seu interesse em desenvolver métodos e modelos de tradução aplicáveis na prática e em chegar a uma descrição objetiva do ato tradutório. Por outro lado, encontram-se observações que sugerem a inviabilidade de realizar tais tarefas sem "ignorar muitos aspectos [da tradução], sobretudo aqueles de natureza comunicativa" (1977/1982: 13). Essa questão já foi apontada por Stolze que destaca essa ambivalência de Wilss: o seu desejo de desenvolver "mecanismos" para tornar a tradução mais "objetiva" (1994: 218) e a sua "confissão da subjetividade e da individualidade do tradutor" (ibid.: 217). Stolze complementa que tal "subjetividade" e "individualidade" seriam vistas por Wilss como um "aspecto negativo" (ibid.), ou como um "defeito" (ibid.: 218), uma vez que, segundo este último, essas duas categorias "não correspond[eriam] às normas científicas modernas" (ibid.: 220). Ou seja, pode-se resumir que, apesar de uma mudança na postura do teórico em relação ao uso do termo "ciência", o conflito entre o seu desejo de tornar a tradução rigorosamente "científica", num sentido tradicional, e o seu reconhecimento da impossibilidade de determinar todos os fatores que deveriam ser levados em consideração para tal empreendimento é perceptível em todos os seus livros discutidos aqui.

1.2 O paradigma cartesiano como ponto de orientação para a "ciência da tradução" de Wilss

1.2.1 A ciência cartesiana como paradigma dominante: um "modelo global de racionalidade científica"

Uma descrição sucinta e suficientemente exata da vida intelectual das raças européias, durante os dois séculos e um quarto anteriores à nossa época, dirá que viveram do capital de idéias acumulado que lhes foi fornecido pelo gênio do século XVII.

A. N. Whitehead, *Science and the Modern World*, 1925

Antes de iniciar minha discussão sobre a orientação de Wolfram Wilss pelo paradigma cartesiano, julgo pertinente abordar as características mais marcantes desse modelo científico e mostrar a sua condição de padrão epistemológico dominante nas ciências e na filosofia desde o século XVII. Para isso, baseio-me nas reflexões desenvolvidas por Thomas S. Kuhn, no seu livro *A estrutura das revoluções científicas* (*The Structure of Scientific Revolutions*) (1962/1987), pois entendo que a abordagem desse pensador seja a mais esclarecedora para sustentar a hipótese defendida neste trabalho. Kuhn é – ao lado de Paul Feyerabend e Karl R. Popper – um filósofo que marcou as discussões epistemológicas do século XX. Colocando em questão a imagem tradicional de ciência, vista como um processo de acumulação contínuo de conhecimento, defende a idéia de que a história da ciência seria constituída por diferentes "paradigmas". O autor emprega esse termo em dois sentidos. Por um lado, explica que entende por paradigmas "realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência" (1962/1987: 13). Por outro, menciona que o termo pode se referir, também, a "toda a constelação de crenças, valores, técnicas, etc., [que são] compartilhadas pelos membros de uma determinada comunidade [científica]" (ibid.: 218). Segundo Kuhn, existem paradigmas que

possuem validade apenas para um pequeno grupo especializado de cientistas (ibid.: 30, 94), mas também outros que afetam uma grande parte dos cientistas – por exemplo, o paradigma copernicano, o newtoniano ou o paradigma fundado pela "revolução" de Einstein (ibid.: 94).

Segundo a visão de Kuhn, uma comunidade científica que partilha um paradigma, sem questioná-lo e sem fundar outro, representa a "ciência normal" (ibid.: 29). Os períodos da "ciência normal", marcados por um determinado paradigma, seriam interrompidos por "revoluções científicas" que começariam por uma "crise" do paradigma vigente e implicariam a aprovação de um novo modelo explicativo (cf. ibid.: 94-105) – supostamente mais adequado para resolver os problemas científicos que se mostraram insolúveis dentro do paradigma anterior. Assim, o "progresso" da ciência não se daria através de mudanças contínuas, mas por meio de acontecimentos abruptos – isto é, revolucionários – que seriam responsáveis pelas "mudanças de paradigma" (cf. ibid.: 145-171).

No presente trabalho, ao me referir ao "paradigma cartesiano", parto da definição que o próprio Kuhn fornece para essa expressão. Segundo ele, trata-se de um "paradigma filosófico"⁵⁷ criado "por Descartes e desenvolvido na mesma época que a dinâmica newtoniana" (ibid.: 156). Como explica Kuhn,

[esse] paradigma serviu tanto à Ciência como à Filosofia. Sua exploração, tal como a da Dinâmica [newtoniana], produziu uma compreensão fundamental que talvez não pudesse ser alcançada de outra maneira (ibid.: 156).

Kuhn atribui ao paradigma cartesiano uma importância essencial tanto para a história das ciências naturais quanto para a filosofia⁵⁸. A influência de um único paradigma em vários campos do conhecimento durante um grande período de

⁵⁷ Na tradução para o português do referido livro de Kuhn, utilizada neste trabalho, consta apenas o termo "paradigma" (1962/1987: 133). No entanto, na versão original inglesa *The Structure of Scientific Revolutions*, o autor utiliza a expressão "*philosophical paradigm*" (1962/1970: 121), que traduzo por "paradigma filosófico" e passo a utilizar ao longo desta tese.

⁵⁸ Outros autores que destacam a importância do paradigma cartesiano para as ciências e a filosofia desde o século XVII são, por exemplo, Capra (1975/1995: 50); Heisenberg (1958/1999: 110-115); Russell (1945/1957c: 46-64) e Santos (1987: 10-23).

tempo é possível a partir do pressuposto de que um determinado paradigma poderia ser "um paradigma para muitos grupos científicos", sem ser "o mesmo paradigma em todos esses casos" (ibid.: 75). Nesse sentido, Kuhn explica que um paradigma poderia "dar origem simultaneamente a diversas tradições da ciência normal que coincidem parcialmente, sem serem coexistentes" (ibid.). Ou seja, é possível que diferentes campos ou fases da ciência se orientem pelo mesmo paradigma, embora de maneiras diferentes. Assim, ao se definir o paradigma cartesiano como o "paradigma filosófico" dos últimos séculos, conforme proposto por Kuhn, não se exclui a possibilidade de a orientação por esse modelo ter implicações e conseqüências divergentes nas diversas áreas acadêmicas. O paradigma cartesiano pode ser definido, portanto, como o modelo epistemológico no qual estavam ancoradas as várias tradições de ciência e de filosofia desde o século XVII, apesar de elas terem mostrado diferenças notáveis entre si. Mas, como veremos no capítulo III, somente no século XX irá ocorrer a "crise" do paradigma cartesiano nas ciências naturais, provocada por descobertas no campo da física – assim como foi o seu surgimento.

Um texto que talvez represente, melhor do que qualquer outro, a "revolução científica" que inaugurou o paradigma filosófico da modernidade é o *Discurso do método* (*Discours de la Méthode*) (1637), de René Descartes. Foi publicado num momento em que várias descobertas científicas – principalmente no campo da física e da astronomia, como as de Giordano Bruno, Nicolau Copérnico, Johannes Kepler ou Galileu Galilei – tinham levado a uma "separação entre o saber filosófico e o saber científico" (Franklin Leopoldo e Silva, 1993: 23). Tal "separação" decorreu não apenas dessas descobertas, mas também da "insuficiência sistemática da filosofia aristotélica" (ibid.) diante desses fatos científicos. Assim, por um lado, a filosofia aristotélica – o modelo filosófico vigente até aquela época⁵⁹ – mostrava-se ultrapassada para explicar as descobertas científicas revolucionárias (ibid.), isto é, tinha entrado em "crise". Por outro, os novos conceitos introduzidos pelas ciências naturais "influenciaram profundamente" a filosofia moderna (Russell, 1945/1957c:

⁵⁹ Cf., por exemplo, Russell (1945/1957a: 236); Santos (1987/1993: 12) e Silva (1993: 10).

46). Como destaca Bertrand Russell, o próprio Descartes – o "fundador da filosofia moderna" (ibid.) – foi também um dos homens que marcaram a ciência no século XVII (ibid.). A relação estreita entre os métodos e os resultados da astronomia e da física e o surgimento da filosofia da modernidade explicam por que é imprescindível se levar em consideração o desenvolvimento científico daquela época ao se discutir o início da filosofia correspondente. Como não cabe aqui tratar dessa relação aprofundadamente, concentro-me apenas nos aspectos que considero relevantes para o desenvolvimento da minha argumentação. Nesse sentido, é fundamental entender que as descobertas científicas de Copérnico, Kepler e Galilei – e, mais tarde, de Newton – transformaram "por completo [...] a visão dos homens cultos" (Russell, 1945/1957c: 59). Russell resume essa mudança com as seguintes palavras: o "reinado da lei havia-se estabelecido na imaginação dos homens, tornando incríveis coisas tais como a magia e a feitiçaria" (ibid.). Foi o início do caminho do sucesso da "ciência" no sentido moderno, em detrimento da autoridade não apenas de magia e feitiçaria, mas, também, da ideologia da Igreja Católica.

Nesse contexto, o filósofo, matemático e cientista Descartes tentou "construir um edifício filosófico completamente *novo*", com a "nova confiança que o homem passou a sentir por si mesmo em consequência do progresso da ciência" (Russell, 1945/1957c: 85; grifo do autor). O interesse de Descartes foi "refazer o caráter sistemático do saber, unindo novamente ciência e filosofia, física e metafísica" (Silva, 1993: 23). Para tanto, o filósofo define a "razão" como ponto de partida para qualquer raciocínio "científico". Além disso, orientado pela concepção galileica de que a natureza seria tal que se prestasse "naturalmente a um tratamento matemático" (ibid.: 24), Descartes pretende estabelecer, a partir do modelo do conhecimento matemático, um "saber filosófico acerca de todos os assuntos que interessam [ao] progresso humano" (ibid.: 14). Como afirma o próprio filósofo, seu interesse consiste em "procurar o verdadeiro método para atingir o conhecimento de todas as coisas de que [seu] espírito fosse capaz" (Descartes, 1637/s.d.: 64). Partindo do pressuposto de que cada coisa poderia possuir apenas "uma verdade" (ibid.: 67), Descartes defende a idéia de que o uso da "razão" é uma aplicação do

modelo matemático na área da filosofia poderiam garantir que se chegasse a tal "verdade", supostamente única. O filósofo não deixa dúvida de que está convencido do grande valor do "método" proposto por ele, já que declara "ter descoberto diversas verdades mais úteis e mais importantes do que tudo o que anteriormente aprendera ou, até, esperara aprender" (ibid.: 85), embora destaque que seu intento não tenha sido "ensinar [...] o método que deve cada um seguir para bem guiar a sua razão, mas tão-só fazer ver de que modo procur[ou] guiar a [sua]" (ibid.: 53). Apesar dessa postura modesta, as discussões epistemológicas e metodológicas de Descartes fundaram o paradigma filosófico que marcou, de uma maneira ou de outra, todas as áreas científicas da época moderna⁶⁰ – ainda que parte de seu pensamento filosófico tenha sido alvo de questionamentos⁶¹.

No *Discurso do método*, Descartes define quatro "leis" que comporiam seu "método" e que eu gostaria de citar aqui não apenas por representarem a base do seu próprio modelo metodológico, mas por terem se tornado o modelo para todo o trabalho científico realizado durante os séculos posteriores. A primeira "lei" de Descartes requer do cientista absoluta neutralidade e racionalidade, pois este deveria "jamais receber por verdadeira coisa alguma que [...] não conhecesse evidentemente como tal" e "evitar cuidadosamente a precipitação e a prevenção" (ibid.: 65). Na segunda "lei", Descartes propõe um modelo de análise, segundo o qual um cientista deveria "dividir cada uma das dificuldades que [...] examinasse em tantas parcelas quanto fosse possível e requerido para melhor as resolver" (ibid.). Como observa Silva em relação à segunda "lei", trata-se "de uma idéia tradicional da filosofia, mas Descartes confere a ela um teor matemático, já que a divisão das dificuldades é pensada por ele segundo o modelo da decomposição de equações complexas ou da redução de múltiplos aos seus multiplicadores" (1993: 31). A terceira "lei" exige do cientista "conduzir por ordem os [...] pensamentos, começando pelos objetos mais simples e mais fáceis de conhecer, para subir pouco a pouco [...] até ao conhecimento dos mais complexos" (Descartes,

⁶⁰ Cf., por exemplo, Gadamer (1983: 9-25) e Santos (1987/1993; 1989/1993).

⁶¹ Cf. Russell (1945/1957c: 89).

1637/s.d.: 65). De acordo com Silva, essa "lei" é que "permitirá a dedução como forma de ampliar o saber" (1993: 31). Assim como a segunda e a terceira, a quarta "lei" também evidencia a orientação de Descartes pela matemática, pois exige do cientista de "fazer sempre enumerações tão completas e revisões tão gerais que fique seguro de nada omitir" (Descartes, 1637/s.d.: 65-66).

Ao discutir – mesmo superficialmente – o paradigma cartesiano, é importante mencionar que a física newtoniana teve um papel fundamental para sua longevidade. Kuhn destaca, por um lado, que a obra de Descartes teria sido fundamental para o surgimento da visão de um universo ordenado, quantificável e cognoscível, na qual se baseiam as leis de Newton (Kuhn, 1962/1987: 64-65). Por outro lado, não se deve esquecer que, durante séculos, a física newtoniana também forneceu argumentos em favor da visão determinista do paradigma cartesiano. Em relação a essa tradição da física, John Gribbin explana o seguinte:

Segundo as leis de Newton, o comportamento de uma partícula é previsível de maneira exata com base nas suas ações recíprocas com outras partículas e as forças que atuam nela. Se, um dia, fosse possível conhecer o lugar e a velocidade de todas as partículas no universo, então seria possível predizer, com maior precisão, o futuro de qualquer partícula e, com isso, o futuro do universo. [...] A mecânica clássica de Newton forneceu muitas provas para essa visão determinista do universo, uma visão que deixa, no entanto, pouco espaço para o livre-arbítrio do homem ou para o acaso (1984/2000: 23).

Enquanto Gribbin enfatiza o papel da física newtoniana para as ciências naturais, Mario Novello destaca a sua influência para a filosofia e explica que

este mundo sólido, fechado sobre si, compromissado com uma visão absolutista e dogmática, dominara desde Newton não só o mundo científico, produzindo aí uma fundamentação da Física, como também influenciara praticamente todas as atividades do pensamento que dele extraía suas referências e nele encontrava um paradigma dos diferentes programas filosóficos desde então desenvolvidos (1999: 38).

Santos, por sua vez, destaca explicitamente a relação entre a física newtoniana e o paradigma cartesiano, quando menciona que, segundo a mecânica newtoniana, o "mundo da matéria" seria uma "máquina" cujas operações poderiam ser

determinadas “extactamente por meio de leis físicas e matemáticas” (1987/1993: 17)⁶², um mundo “estático e eterno a flutuar num espaço vazio” e, ainda, um mundo “que o racionalismo cartesiano” teria tornado “cognoscível por via da sua decomposição nos elementos que o constituem” (ibid.).

A partir das observações mencionadas até agora, pode-se argumentar que o paradigma cartesiano, corroborado pelo sucesso da física newtoniana, caracteriza-se por uma visão extremamente determinista tanto em relação à natureza e ao universo, quanto em relação às “verdades” filosóficas⁶³. Essa visão explica a crença de Descartes de que possa haver um único método a ser aplicado em qualquer campo “científico”. Em relação a essa concepção metodológica, Silva sintetiza a visão de Descartes e observa que

sendo a verdade uma só, a certeza, que é a apropriação da verdade pelo espírito, é de um único tipo. Conseqüentemente, o método, isto é, as regras pelas quais o espírito atinge a verdade, é o mesmo para toda e qualquer evidência que possa ser alcançada. Essa descoberta de Descartes marca a atitude teórica que inaugurará o pensamento dos tempos modernos (1993: 17).

Como sugere essa citação, de acordo com a concepção de Descartes, as quatro “leis” que fundamentam seu “método” poderiam ser aplicadas a qualquer área de conhecimento para se chegar a “verdades” ainda desconhecidas.

Uma reflexão relevante sobre o pensamento científico fundado na filosofia cartesiana, encontra-se no livro *Um discurso sobre as ciências*, de Boaventura de Sousa Santos, em que esse autor discute a história do “modelo global de racionalidade científica” (1987/1993: 10), constituído “a partir da revolução científica do século XVI e [...] desenvolvido nos séculos seguintes basicamente no domínio das ciências naturais” (ibid.). Conforme Santos, a “consciência filosófica” teria sido conferida a esse “modelo de racionalidade” por Francis Bacon e,

⁶² Neste trabalho, citações de livros editados conforme a ortografia utilizada em Portugal não serão adaptadas para o português do Brasil.

⁶³ Sobre o caráter determinista da visão de mundo cartesiana, cf. também Russell (1945/1957c: 97).

"sobretudo", por Descartes (ibid.: 11). O autor apresenta uma lista das características mais marcantes desse "modelo", evidenciando o grau de influência das idéias de Descartes sobre o pensamento epistemológico dos últimos séculos. Conforme relata, o referido modelo parte do pressuposto de uma separação total entre a natureza e o ser humano (ibid.: 13) e da crença na possibilidade de uma observação descomprometida e livre, sistemática e "tanto quanto possível rigorosa dos fenômenos naturais" (ibid.). Calcado em idéias matemáticas (ibid.: 14), esse modelo enfoca o conhecimento causal e a previsão do comportamento futuro dos fenômenos (ibid.: 16). Além disso, baseia-se na crença de que os resultados científicos possam ser independentes do tempo e do lugar (ibid.) e na visão de um "mundo-máquina" que possibilitaria hipóteses universais (ibid.). Fundamenta-se também em um suposto privilégio de se poder pesquisar a maneira de funcionamento de qualquer objeto, em detrimento de "*qual o agente ou qual o fim das coisas*" (ibid., grifo do autor). Segundo Santos, esse "modelo de racionalidade" teria norteado a ciência moderna desde o século XVI e teria se estendido, no século XIX, às emergentes ciências sociais. Bacon, Giambattista Vico e Charles de Montesquieu são mencionados como os "grandes precursores" das tentativas de aplicar o "modelo de racionalidade" das ciências naturais ao estudo da sociedade (ibid.: 18)⁶⁴.

Dentro das ciências sociais, Santos destingue duas vertentes com posturas divergentes em relação a uma orientação pelo "modelo de racionalidade", tradicionalmente atribuído às ciências naturais. A primeira, "sem dúvida dominante", mostraria interesse em "aplicar, na medida do possível, ao estudo da sociedade todos os princípios epistemológicos e metodológicos que presidiam o estudo da natureza desde o século XVI" (ibid.: 19). Conforme assinala Santos, essa vertente – denominada, às vezes, de "física social" (ibid.) – caracterizar-se-ia por sua idéia de que as ciências sociais estariam "atrasadas" em relação às ciências

⁶⁴ Sobre as discussões acerca do suposto nível de cientificidade das ciências sociais e da possibilidade de aproximá-las das ciências naturais, veja, também, Santos (1989/1993: 55-68).

naturais, sobretudo por motivos metodológicos⁶⁵, embora "esse atraso, com tempo e dinheiro, p[udesse] vir a ser reduzido ou mesmo eliminado" (ibid.: 21).⁶⁶ A segunda vertente mencionada por Santos defende a noção de que os obstáculos que separariam as ciências sociais das naturais seriam "intransponíveis" (ibid.: 21). Os representantes dessa segunda tendência partem do pressuposto de que a ação humana é "radicalmente subjetiva" (ibid.: 22) e que, portanto, não pode ser descrita, nem explicada, com bases nas suas características exteriores e objetiváveis. A partir dessa visão, seria necessário, para as ciências sociais, "utilizar métodos de investigação e mesmo critérios epistemológicos diferentes dos correntes nas ciências naturais" (ibid.), ou seja, seria necessário "reivindicar [...] um estatuto epistemológico e metodológico próprio" (ibid.: 19).

Essas duas concepções metodológicas existentes nas ciências sociais – "a primeira, sujeita ao jugo positivista, a segunda, liberta dele" (ibid.: 19) – seriam tradicionalmente consideradas "antagônicas", conforme menciona Santos (ibid.). No entanto, como observa o autor, a segunda "[se] revela mais subsidiária do modelo de racionalidade das ciências naturais do que parece" (ibid.: 22). A seguir, destaco a argumentação de Santos que sustenta tal observação, pois sugere que a concepção de ciência social que parte de uma postura antipositivista

[partilha] com [o modelo de racionalidade das ciências naturais] a distinção natureza/ser humano e tal como ele tem da natureza uma visão mecanicista à qual contrapõe [...] a especificidade do ser humano. A esta distinção, primordial na revolução científica do século XVI, vão-se sobrepor nos séculos seguintes outras, tal como a distinção natureza/cultura e a distinção ser humano/animal, para no século XVIII se poder celebrar o caráter único do ser humano. A fronteira que então se estabelece entre o estudo do ser humano e o estudo da natureza não deixa de ser prisioneira do reconhecimento da prioridade cognitiva das ciências naturais, pois, se, por um lado, se recusam os condicionantes biológicos do comportamento humano, pelo outro usam-se argumentos biológicos para fixar a especificidade do ser humano (1987/1993: 23).

⁶⁵ Para uma discussão aprofundada sobre os problemas metodológicos e os supostos obstáculos que dificultariam uma aproximação das ciências sociais com o modelo das ciências naturais, ver Nagel (1961: 447-502).

⁶⁶ Como aponteí no item 1.1 deste capítulo, a lingüística estrutural, sobretudo nos anos 60, estava claramente marcada por essa visão.

Depois desse raciocínio, o autor chega à conclusão de que ambas as concepções de ciência social a que aludiu "pertencem ao paradigma da ciência moderna, ainda que a concepção mencionada em segundo lugar represente, dentro deste paradigma, um sinal de crise e contenha alguns dos componentes da transição para um outro paradigma científico" (ibid.). Isso significa que, conforme Santos, mesmo os que defendem um "estatuto epistemológico e metodológico" (ibid.: 19) próprio para as ciências sociais em geral, não conseguem escapar a uma orientação pelo mesmo paradigma que marca exatamente as ciências naturais.

Sem dúvida, durante séculos o paradigma cartesiano foi a base para as ciências naturais, dentro das quais só passou a ser repensado durante o século XX, inicialmente por físicos quânticos⁶⁷. No âmbito da filosofia, o início de um questionamento dos pressupostos desse paradigma aconteceu antes, sobretudo com as obras de Arthur Schopenhauer e Friedrich Nietzsche que, como menciona Hans-Georg Gadamer, inauguraram a crítica "das ilusões da autoconsciência" (1983: 19). Certamente, esses dois filósofos foram pioneiros ao tentarem "sacudir" as estruturas das certezas epistemológicas modernas (ibid.). A "revolução científica" das ciências naturais – que se iniciou com a teoria da relatividade de Albert Einstein e, sobretudo, com a mecânica quântica⁶⁸ – parece, em certa medida, corroborar essa crítica filosófica acerca do modelo cartesiano de cientificidade. A seguir, cito ainda um trecho do livro de Kuhn (1962/1987) mencionado anteriormente, no qual esse autor se refere a essa suposta crise que encerraria o paradigma cartesiano-newtoniano. Kuhn aponta que,

como o exemplo da dinâmica newtoniana também indica, até mesmo o mais impressionante sucesso no passado não garante que a crise possa ser postergada indefinidamente. As pesquisas atuais que se desenvolvem em setores da Filosofia, da Psicologia, da Linguística e mesmo da História da Arte, convergem todas para a mesma sugestão: o paradigma tradicional está, de algum modo, equivocado (1962/1987: 156).

⁶⁷ O papel de cientistas da área da física quântica nas discussões sobre o paradigma cartesiano será discutido ainda no subcapítulo III.2.

⁶⁸ Cf., por exemplo, Gadamer (1983: 19) e Santos (1987/1993: 23).

Com essa observação, Kuhn refere-se tanto ao fim da validade absoluta da dinâmica newtoniana, quanto ao fato de que a crise paradigmática das ciências naturais se reflete em várias áreas humanas. Será meu interesse, a partir do próximo item, argumentar que as contradições e os problemas que percebo na "ciência da tradução" proposta por Wilss podem ser vistas como um exemplo dessa crise paradigmática na área dos estudos da tradução.

1.2.2 A “confusão metodológica” de Wilss: o primeiro indício da inviabilidade de uma “ciência da tradução” cartesiana

No item 1.1.3, destaquei o interesse de Wilss em desenvolver uma “ciência da tradução” e, com isso, contribuir não só para evitar “a marginalização dos estudos da tradução dentro e fora da ‘comunidade científica’” (1996a: 37), mas também para tornar a sua “autonomia científica [...] inteiramente aceita” (ibid.: 3). Além dessa relação entre o “valor científico” (1996a: 2) de uma área e a sua reputação acadêmica, é importante mencionar outro motivo que Wilss apresenta para explicar a suposta necessidade de uma “abordagem rigorosamente mais científica” (1977/1982: 53) nos estudos da tradução. Conforme esse autor,

[a] teoria da ciência sofreu uma reorientação geral passando de uma maneira hermenêutica-histórica de pensar para uma abordagem analítica e orientada pela classificação, que leva em consideração maneiras de pensar específicas de uma área dominada pela teoria dos sistemas. [...] A força penetrante dessa nova teoria de ciência é muito visível, no que concerne à área da lingüística, na tentativa de *seguir o modelo das ciências naturais no desenvolvimento de processos operacionais que procuram ter a maior exatidão metodológica possível, coerência e descobertas verificáveis* (1977/1982: 53; meu grifo).

Em vários momentos, Wilss menciona que os estudos da tradução estariam estreitamente relacionados à lingüística⁶⁹ que, por sua vez, pretenderia “formular regras comparáveis às das ciências naturais” (1996a: 87). Embora o teórico evite estabelecer uma relação direta entre o “modelo” das ciências naturais e a “ciência da tradução” proposta por ele, suas observações permitem supor que ele tenciona propor aos estudos da tradução uma orientação semelhante àquela da lingüística, ou seja, uma orientação pelo “modelo” das ciências naturais, o que poderia ajudar a se chegar à “maior exatidão metodológica possível” e a “descobertas verificáveis” (1977/1982: 53). Essa afirmação é corroborada não só pelo fato de Wilss considerar a tradução uma área de estudo fundamentada na lingüística como também por ele não tecer críticas à suposta orientação da lingüística pelo modelo científico das ciências naturais. Conforme menciona o estudioso, as

⁶⁹ Cf., por exemplo, Wilss (1977/82: 11, 66, 112, 113, 205; 1996a: 122).

ciências naturais teriam um "papel dominante" no mundo do final do século XX (1988: 2), graças à "convicção enraizada no Iluminismo de que apenas a ciência teria a chave para a verdade" e que somente ela poderia fornecer uma "imagem objetiva da realidade" (ibid.). Para o autor, as ciências humanas (*Geisteswissenschaften*), ao contrário das ciências naturais, teriam passado por uma "perda de prestígio" (ibid.: 1). Certamente, a partir de tal visão, uma orientação pelas ciências naturais parece o meio mais sensato para garantir algum sucesso na tentativa de aumentar o *status* científico e acadêmico da área.⁷⁰ Visto que, conforme o estudioso, o método matemático teria "avançado [...] em áreas originalmente não matemáticas" e se tornado um "catalisador para um novo tipo de metodologia científica" (1988: 170), a "aplicação" desse modelo – responsável pelo êxito das ciências naturais (ibid.) – na tradução lhe parecia também bastante adequada. Como já abordei no item I.1.3, o interesse em aproximar a área da tradução das ciências naturais é um traço característico de vários outros teóricos pertencentes à *Übersetzungswissenschaft*, sobretudo na fase inicial, nos anos 60 e 70 – época em que foi publicado o livro *Übersetzungswissenschaft* (1977), de Wolfram Wilss, traduzido posteriormente para o inglês como *The Science of Translation* (1977/1982).

Nos livros aqui focalizados, encontram-se algumas observações que revelam a visão de Wilss sobre as características das ciências naturais – que, por sua vez, seriam o "padrão" da "teoria moderna de ciência" (1977/1982: 13; cf. também 1988: 63). Conforme o teórico, sobretudo dois aspectos marcariam as ciências naturais: sua "objetividade" e seus "métodos processuais livres de valores" (ibid.). Citando K. Mundersbach (1987), Wilss menciona também a "possibilidade de repetição [de experimentos]" como "critério de cientificidade" (1988: 125). Ao equiparar a objetividade à universalidade (1996a: 78), Wilss não deixa dúvida de que concebe o conhecimento científico não apenas como o resultado de uma pesquisa neutra e repetível, mas também caracterizado por uma

⁷⁰ A postura de Wilss a esse respeito parece semelhante à de Mounin, que "adverte" explicitamente que a tradução não deveria se tornar uma "*Geisteswissenschaft*" (Mounin, 1963/1975: 82), conforme mencionei no item I.1.2.

validade universal. Tal concepção manifesta-se, também, em sua pressuposição de que seja possível uma separação absoluta entre sujeito e objeto. Esse pressuposto, em que, segundo Wilss, qualquer "ciência" estaria fundamentada⁷¹, indica a sua visão de que apenas uma independência total entre o cientista e seu objeto de estudo poderia possibilitar um resultado universalmente válido, isto é, "científico". Como essas citações evidenciam, é notável a relação entre a visão de ciência defendida por Wilss e o paradigma cartesiano, visto que as características comumente identificadas com esse modelo epistemológico são apontadas pelo teórico como sendo as características de qualquer área que se pretenda "científica". Refiro-me, especificamente, à "objetividade", à "neutralidade", à suposta separação absoluta entre sujeito e objeto e à "validade universal" – termos usados por Wilss sem que o autor faça qualquer relativização ou discussão crítica a seu respeito.

A orientação de Wilss pelo paradigma cartesiano reflete-se também na sua visão de "teoria". O autor relaciona esse conceito ao desenvolvimento de uma "descrição sistemática" (1977/1982: 15) ou de "modelos formais" que seriam um "símbolo do *status* de dignidade de qualquer ciência" (ibid.: 84). Ou seja, quanto mais "teórico" – isto é, mais sistemático, formalizado, abstrato –, mais "científico" seria considerado um determinado discurso acadêmico. Tal visão do teórico transparece também na sua observação de que o "logocentrismo" – estreitamente ligado à filosofia cartesiana por pressupor a possibilidade de um sujeito absolutamente racional e de consciência plena⁷² – se tornaria cada vez mais forte no mundo científico (1988: 137), pretendendo "substituir o sujeito auto-referente por um sistema algorítmico" (ibid.). A seguir, cito um trecho de Arrojo sobre a concepção logocêntrica de "teoria", com o intuito de esclarecer e contextualizar o

⁷¹ Cf. Wilss (1977/1982: 67; 1988: 114; 1996a: 21, 49).

⁷² A relação entre o logocentrismo e o paradigma da ciência moderna é destacada, por exemplo, por Derrida. Segundo o filósofo, o logocentrismo, além de ser o "etnocentrismo mais original e poderoso" (1973: 3-4), determinaria não apenas o "*conceito de escritura* e da "*história da metafísica*", mas também o "*conceito da ciência* ou da cientificidade da ciência" (ibid.: 4; grifos do autor). Conforme explica Derrida, esse conceito - "determinado como *lógica*" - sempre teria sido considerado "um conceito filosófico, ainda que a prática da ciência nunca tenha cessado, de fato, de contestar o imperialismo do *logos*" (ibid.: 4; grifos do autor).

pensamento de Wilss a esse respeito, já que o próprio estudioso afirma que o logocentrismo seria considerado "o único método que promete sucesso para se chegar à verdade científica" (Wilss, 1988: 137). Arrojo explica que,

[em] nossa civilização logocêntrica que cultua a possibilidade da razão e da lógica como categorias independentes de qualquer subjetividade, é o olhar examinador da *theoría* que se inscreve num plano "superior". Ao plano da teoria, associamos a reflexão, os princípios fundamentais, os modelos, os esquemas, os sistemas e tudo aquilo que constitui a postura "científica" que, além de descrever, em geral pretende também alterar, normatizar, direcionar seu objeto. À *praxis*, isolada pela *theoría* na categoria de objeto, associamos a sabedoria popular, o intuitivo, a experiência concreta, a coisa em si, o empírico (1992: 107-108; grifos da autora).

Essa visão logocêntrica em relação à oposição teoria/prática está estreitamente ligada à dicotomia discurso científico/senso comum. De acordo com esse pensamento, existiria, por um lado, o discurso científico – isto é, analítico, racional, teórico, de validade universal e expresso, preferencialmente, em linguagem matemática –, e, por outro, o senso comum, a prática, expressa através de uma linguagem comum ou literária. Conforme opina Wilss, a "atual teoria e prática da ciência" privilegiaria o "pensamento racional", marcado, entre outros traços característicos, pela "redução analítica" (1988: 136-137) que, por sua vez, seria uma das "estratégias de pesquisa mais bem sucedidas de todos os tempos", pois permitiria a representação "do todo como função de suas partes, no sentido físico-matemático" (ibid.). Segundo o teórico, a "tendência analítica" implicaria, além dos aspectos já discutidos, uma diminuição da importância atribuída ao "individual" e, ao mesmo tempo, um enfoque sobre o "geral" (1988: 137).

Partindo do pressuposto de que a filosofia cartesiana determina a concepção de Wilss em relação à "ciência" em geral, interessa-me, agora, discutir como essa postura se reflete nas propostas e opiniões do teórico sobre as características da "ciência da tradução" para a qual pretende contribuir. Conforme abordei no item 1.1.3, não há dúvida de que o estudioso alemão relaciona repetidamente o conceito de ciência em tradução a aspectos tradicionalmente associados ao modelo ortodoxo, cartesiano, de cientificidade. Alguns exemplos

disso são suas declarações de que a tradução precisaria tornar-se mais "objetiva" e que a "ciência da tradução" deveria contribuir para tal. Assim, o teórico define como uma finalidade dessa "ciência" tornar "objetivo" não só o processo de traduzir, mas também o seu "resultado" (1977/1982: 7)⁷³. Wilss também mostra interesse em desenvolver "*estratégias racionais* para resolver problemas [tradutórios]" (ibid.: 7), ou um "*modelo lógico* de descrição e explicação" para se chegar a conclusões que poderiam ser "aplicáveis a partir de vários pontos de vista à teoria de tradução" (ibid.: 63, meus grifos). Como mais um exemplo para fundamentar a identificação da postura metodológica desse teórico como sendo cartesiana, pode-se mencionar a sua afirmação de que a "ciência da tradução" estaria "interessada em fornecer um conjunto *de conceitos e métodos* que possibilitar[iam] a *descrição objetiva* da sincronização interlingual de textos" (ibid.: 66, meus grifos).

Apesar da orientação de Wilss pelo paradigma cartesiano, não pode ser ignorado que esse teórico não está absolutamente convencido da possibilidade de sucesso de tal orientação. É forçoso dizer que ele mesmo acredita estar enfrentando um conflito metodológico ou, para usar as suas próprias palavras, uma "confusão metodológica" (1977/1982: 13). Julgo ser possível afirmar que esse conflito reflete a indecisão do teórico entre uma abordagem "analítica" – compatível com o paradigma cartesiano – e uma abordagem "hermenêutica" da tradução. Para ilustrar essa "confusão" do autor, pode-se mencionar que ele, por um lado, aponta como sendo "a finalidade" de uma suposta ciência da tradução investigar de maneira "analítica" os "problemas de tradução" (1977/1982: 7). Por outro lado, algumas páginas depois, descreve a "ciência da tradução" como "cognitiva-hermenêutica-associativa" (ibid.: 13; cf. também, 1996a: 30). O próprio Wilss define uma "abordagem analítica" como sendo caracterizada pela "descrição e explicação de processos e estruturas superindividuais", pela "observação que mantém distância" do objeto de pesquisa e pelo interesse em alcançar um

⁷³ Outras observações do autor que revelam seu desejo de tornar a tradução o mais "objetiva" possível encontram-se em Wilss (1977/1982: 65, 66, 152, 184, 204, 216, 221, 222; 1988: 125; 1996a: 4, 12, 122, 180, 183).

"controle racional" do tradutor sobre seu trabalho (1996b: 23). Ao contrário de uma posição hermenêutica, que incluiria tanto a postura do observador ou do leitor quanto o diálogo com "o outro" (ibid.: 22), uma postura "analítica" seria caracterizada pela exclusão do sujeito e tentaria evitar uma relação com a "própria existência" do pesquisador (ibid.: 23). Obviamente, uma "ciência da tradução analítica" corresponderia muito mais às exigências "científicas", já que – como já mencionei acima – a vertente analítica é entendida por Wilss como a "força penetrante" da "teoria da ciência" (1977/1982: 53). O estudioso deixa claro, porém, que considera no mínimo improvável que tal abordagem seja possível em relação à sua própria área acadêmica, pois, conforme observa, "apenas em parte", a "ciência da tradução" poderia ser "formalizada, adaptada ao modelo matemático e tornada operacional" (1977/1982: 13). Embora entenda que a "confusão metodológica" da área poderia ser "eliminada" (1988: 136-137) se pudesse passar por um "processo redutível" que levaria a uma "abstração [...] da realidade lingüística" (ibid.: 13), ele alega, ao mesmo tempo, que tal "processo" teria a "séria desvantagem de forçar a ciência da tradução a ignorar muitas das suas próprias características, especialmente aquelas de natureza comunicativa" (ibid.).

Outro exemplo do fato de que o referido autor se mostra consciente de que constitui um problema examinar a tradução a partir de uma visão tradicional de ciência é uma citação que ele apresenta de G. Jäger (1975). Wilss parece endossar o pensamento desse teórico de tradução quando este afirma que

[a] ciência da tradução encontra-se numa encruzilhada que [lhe] causa problemas de metodologia. Se insistir em tratar de maneira exaustiva a natureza problemática da tradução como um todo surge o problema de ter de enfrentar um objeto que é literalmente impenetrável; se decidir a favor de uma abordagem teórica, corre um risco muito grande de se tornar metodologicamente estéril e de produzir explicações que vão ter pouca relevância para uma ciência da tradução orientada pela prática (1977/1982: 14).

Em *Kognition und Übersetzung*, o teórico alude ao mesmo problema ao registrar que a "ciência da tradução" se encontraria numa "situação difícil", pois teria de optar ou por se constituir uma área de pesquisa "sem limites", isto é, sem abstração ou "teoria", ou por se contentar com uma "maneira de observação

seletiva" (1988: 63), isto é, incompleta. Em *Knowledge and Skills in Translational Behaviour*, o mais recente livro de Wilss examinado aqui, o teórico questiona se os estudos da tradução deveriam discutir o processo tradutório "de maneira abstrata e ignorar aspectos vitais ou privilegiar fatos e dados empíricos" (1996a: 5). Para citar mais um exemplo dessa preocupação do autor, apresento ainda outra questão colocada por ele: se a tradução deveria ser estudada de maneira "econômica", "parcimoniosa" e, desse modo, "cientificamente mais elegante e adequada", ou de maneira "menos elegante, mas mais próxima da realidade da tradução" (1996a: 13). Esse conflito parece ser insolúvel: ou cumprem-se as supostas exigências definidas pela teoria da ciência, ou estuda-se a tradução como ela se apresenta em exemplos concretos. Alcançar ambos os objetivos parece ser impossível. Como Wilss não se decide por nenhuma das duas possibilidades, a "confusão metodológica" (1977/1982: 13) que ele mesmo reconhece em seu trabalho, continua.

Essa "confusão metodológica" mostra-se também na postura ambígua de Wilss no que diz respeito à necessidade de a "ciência da tradução" focar características gerais que valeriam para qualquer tradução, ou apenas questões específicas relativas a uma determinada tradução. Em *The Science of Translation*, o teórico distingue entre três "formas" da "ciência da tradução" (1977/1982: 79). A primeira "forma" seria a "ciência da tradução geral, independente de línguas específicas, que visa a caracterizações lógicas [...] [e] estuda as regularidades universais do processo de tradução" (ibid.). A segunda "forma" é definida como a "ciência da tradução descritiva" que seria ligada a um par de línguas e que, "ao testar o raio operacional da [forma] 1, examina empiricamente os problemas específicos da tradução de um determinado texto de partida para um determinado texto de chegada" (ibid.). Como terceira "forma", Wilss menciona a "ciência da tradução aplicada", também ligada a um par de línguas e que, "ao testar a possibilidade de tornar operacionais as [formas] 1 e 2, examina [...] as possibilidades e os limites de ensinar e aprender a traduzir" (ibid.: 80). Considerando a visão de ciência de Wilss, a primeira "forma" corresponderia, sem

dúvida, melhor do que as outras às “exigências” das “ciências (naturais), [que] não pretendem fazer constatações sobre o singular e o único” (1988: 149). No entanto, o autor reconhece que a “ciência da tradução” teria chegado a um “limite teórico” e que, “apesar de terem sido importantes”, as tentativas de desenvolver modelos formalizados do processo de tradução não teriam acrescentado nada de novo à área (1977/1982: 84). Diante desse quadro, o estudioso chega a citar a visão cética de Friedrich W. Nietzsche, segundo quem “deveríamos desconfiar das vozes que declaram resolver um todo bem definido através de um raciocínio abstrato” (ibid.). Na mesma página, Wilss ainda afirma que, depois de ter chegado ao “limite teórico”, a “ciência da tradução” teria “voltado sua atenção à descrição detalhada de processos concretos de tradução” – podendo ser denominada de “ciência descritiva da tradução” (ibid.).

Levando em conta que entendo a “confusão metodológica” de Wilss como importante para ilustrar minha argumentação sobre os problemas implícitos a uma orientação pelo paradigma cartesiano na área dos estudos da tradução, cito, a seguir, mais algumas observações exemplares com o intuito de ilustrar essa “confusão” que permeia, de maneira constante, os três livros focalizados nesta tese. Assim, o teórico declara, por exemplo, que a “ciência da tradução tem de compreender que não deve atuar mais cientificamente do que seu caráter e sua complexidade permitam” (1988: 25). Entretanto, manifesta-se claramente contra a “atitude exageradamente negativa” (1996a: 4) e o “derrotismo científico” (ibid.: 5) de J. F. Graham que acredita ser “quase impossível saber o que a tradução é, ou saber o que dizer e pensar sobre ela sem consider[ar] as evidências em detalhes” (apud Wilss, 1996a: 5). Embora reconheça que o “modelo cartesiano” não poderia dar conta da “intuição” na tradução (1988: 136), Wilss refuta a visão de tradução expressa pelo filósofo Jacques Derrida (1996a: 123) – representante de uma tendência filosófica pós-cartesiana que entende qualquer tradução como uma “transformação regulada” (Derrida, 1981; apud Bass, 1998: 57). Por um lado, o teórico alemão declara-se contrário à lingüística gerativa na tradição neopositivista do “primeiro” Wittgenstein e de Carnap (1988: 148), por outro,

insiste que a "ciência lingüística" se encontraria ligada a uma "teoria da ciência" na tradição de Auguste Comte e Galileu (ibid.: 149). Wilss considera uma "ciência livre de valores" mera "ficção" (ibid.: 149), mas continua extremamente cético em relação à vertente filosófica denominada de "pós-modernidade" (ibid.: 150-151).

Diante desse panorama das observações de Wilss concernentes à possibilidade de uma "ciência da tradução" e ao conceito de "ciência" num sentido mais amplo, é relevante mencionar o fato de que o teórico mostra, sobretudo nos livros de 1988 e 1996, ter conhecimento das discussões epistemológicas que ocorreram nas ciências naturais a partir do começo do século XX. Levando em conta sua opinião crítica em relação à tendência filosófica "pós-moderna" que, para usar as palavras de Santos (1989/1993), representa uma tendência da "desdogmatização" da ciência, considero possível entender os momentos nos quais Wilss revela uma postura epistemológica mais relativista como seu endosso às referidas mudanças epistemológicas nas ciências naturais, às quais atribui um "prestígio" maior do que às vertentes filosóficas que estão marcadas por uma postura crítica ao cartesianismo (1988: 1). Nesse sentido, é interessante citar, por exemplo, suas observações de que "vivemos numa época de relativismo científico" (1996a: 31) e de que uma "ciência exata com uma separação clara entre sujeito e objeto" tem sido "revista" a partir das discussões na física, sobretudo de Heisenberg (1988: 15). Porém, o reconhecimento das mudanças epistemológicas ocorridas não apresenta o fim da postura "confusa" de Wilss a esse respeito, pois o teórico pondera, por exemplo, que a "separação entre sujeito e objeto" continua, "em princípio, válida" (ibid.: 114).

Como mais um exemplo da "confusão metodológica" desse autor, cito ainda duas observações que evidenciam a sua postura relutante em relação a uma possível mudança da sua visão de ciência. Wilss menciona que a física quântica e a teoria da relatividade teriam "mudado profundamente nossa imagem da realidade" (1988: 153), mas declara, poucas páginas depois, que "precisamos de iluminismo e racionalismo crítico" (ibid.: 163). E, mesmo no mais recente de

seus livros aqui discutidos, no qual define os estudos da tradução como sendo uma “ciência suave” (*soft science*), em vez de uma “ciência dura” (*hard science*), e em que aponta seu caráter “cognitivo, hermenêutico, associativo” (1996a: 30), Wilss insiste que os estudos da tradução deveriam desenvolver “*standards* de processamento, estratégias e normas” que poderiam ajudar o tradutor no seu trabalho (ibid.: 44).

No meu entender, uma consequência do conflito discutido acima é que, embora pretenda evitar “a marginalização” da área de tradução na “comunidade científica” (1996a: 37), Wilss sugere exatamente que uma tentativa de se desenvolver uma “ciência da tradução”, da maneira proposta por ele, estaria sempre condenada ao fracasso, pois, em vários momentos, deixa claro que considera impossível a aplicação do modelo cartesiano no estudo dessa área de forma absoluta. Ele afirma, por exemplo, que uma “ciência da tradução” poderia “satisfazer, apenas limitadamente, as exigências de objetividade e de métodos de processamento livres de valores que são feitas pela teoria moderna da ciência de acordo com o seu padrão, as ciências naturais” (1977/1982: 13; cf. também, 1988: 63, 106). Embora o teórico atribua essa suposta inferioridade científica ao fato de a “ciência da tradução” ser apenas uma “ciência nova” (1996a: 2), procurarei mostrar, no próximo capítulo desta tese, que a sua argumentação evidencia que a própria natureza da tradução impede o desenvolvimento de uma “ciência da tradução” orientada pelo modelo cartesiano, definido por Wilss como dominante na “teoria e prática científica” (1988: 136).

CAPÍTULO II

O SIGNIFICADO ESTÁVEL E O TRADUTOR INVISÍVEL: A CRISE DO PARADIGMA CARTESIANO NA "CIÊNCIA DA TRADUÇÃO" DE WOLFRAM WILSS

Depois de ter definido o modelo cartesiano como o paradigma filosófico da época moderna e a visão de ciência defendida por Wolfram Wilss como sendo fortemente marcada por esse paradigma, pretendo agora discutir como uma orientação por esse modelo de cientificidade determina a concepção de dois aspectos que são relevantes para qualquer abordagem teórica da tradução: o significado e o sujeito. Em primeiro lugar, abordo essa questão com base em trabalhos representativos da lingüística e dos estudos da tradução que constituem o contexto teórico no qual se inserem os livros de Wilss. Após essa contextualização, faço uma análise sobre o modo como esse teórico concebe o significado e o sujeito – e, conseqüentemente, o tradutor. Em segundo lugar, procuro questionar a visão de Wilss a esse respeito, não só a partir de contradições identificadas nos seus argumentos, mas também a partir de comentários explícitos do autor que revelam a problemática de uma orientação pelo paradigma cartesiano ao tratar de questões da tradução.

II.1 A questão semântica na "ciência da tradução" de Wilss

II.1.1 O significado estável e independente do leitor: uma condição indispensável para uma "ciência da tradução" cartesiana

O significado é mantido puro - para que seja possível a ciência pura.
Tilman Borsche, 1996

No *Discurso do Método* (1637/s.d.) de Descartes, encontramos apenas observações esparsas a respeito da linguagem, mas dois aspectos característicos da concepção de linguagem e de significado dentro do paradigma cartesiano já estão presentes nesse livro. Em primeiro lugar, trata-se da opinião do filósofo de que "as palavras da[riam] a entender o pensamento dos homens" (ibid.: 99). Embora isso seja uma observação pouco comprometedora, ela aponta a visão – que pretendo definir aqui como cartesiana – de que a linguagem seria uma mera representação das idéias do seu emissor. Para corroborar tal constatação – que não seria justificada com base apenas na referida frase de Descartes –, considero relevante me reportar à "lingüística cartesiana", conforme concebida por Noam Chomsky. No meu entender, a descrição desse teórico sobre o tema não só oferece uma visão do que pode ser denominado de "lingüística cartesiana", mas também ilustra o suposto caráter representativo que a linguagem possuiria a partir de uma postura cartesiana. No seu livro *Lingüística cartesiana: um capítulo da história do pensamento racionalista* (1966/1972), Chomsky explica os fundamentos dessa tradição lingüística que teria sido inaugurada por Descartes, desenvolvida pela *Gramática* de Port-Royal (ibid.: 91) e, finalmente, aperfeiçoada pela gramática gerativa chomskeana (ibid.: 45). Conforme esse lingüista, nos últimos séculos, houve um "desenvolvimento coerente e fecundo, de um corpo de idéias e conclusões referentes à natureza da linguagem, associado a uma certa teoria do pensamento", que poderia "ser julgado como resultado da revolução cartesiana" (ibid.: 11).

Sem entrar em detalhes sobre a relação que Chomsky estabelece entre a "lingüística cartesiana" e a sua própria teoria, podem-se distinguir, a partir de sua

argumentação, algumas características da "lingüística cartesiana", quais sejam: a procura por "uma explicação racional do fato lingüístico" (ibid.: 73), um grande interesse por "princípios universais da estrutura da linguagem" (ibid.: 7; cf. também: 66, 73) e, conseqüentemente, o papel insignificante atribuído às diferenças entre as línguas individuais (ibid.: 32). Além disso, a "lingüística cartesiana", assim como o paradigma cartesiano em geral, parte da visão de que o "espírito" humano seria algo plenamente racional que realizaria apenas "três operações: conceber, julgar e raciocinar" (ibid.: 43). Baseando-se no dualismo que fundamenta todo o paradigma cartesiano, isto é, na "distinção fundamental entre corpo e espírito" (ibid.: 44), Chomsky argumenta que

a lingüística cartesiana admite caracteristicamente que a linguagem tem dois aspectos. Em particular, pode-se estudar um sinal lingüístico do ponto de vista dos sons que o constituem e dos caracteres que representam estes sinais, ou do ponto de vista de sua 'significação', isto é, [...] a maneira como os homens se servem dele para significar seus pensamentos (ibid.: 44).

A partir disso, pode-se entender que o pressuposto cartesiano da possibilidade de uma separação absoluta entre a "substância extensa" – isto é, o corpo – e a "substância pensante" – isto é, o espírito – leva não apenas à crença na possibilidade da existência de uma realidade "objetiva", que poderia ser observada pelo homem sem sofrer a sua interferência, mas também à convicção de que existiria um significado independente da interferência ou da influência de qualquer sujeito. Em outras palavras, a dicotomia corpo/espírito no paradigma cartesiano corresponderia à dicotomia forma/conteúdo, na área dos estudos da linguagem. Dessa maneira, quando Chomsky afirma que "a linguagem" seria "um instrumento para a livre expressão do pensamento" (ibid.: 23) e que "os processos lingüísticos e mentais" seriam "virtualmente idênticos" (ibid.: 43), ele parte da idéia cartesiana de que o pensamento, isto é, a "razão", seria um "instrumento universal" (ibid.: 25), capaz de desvelar as "verdades" da "realidade" externa, e que a linguagem poderia representar tal pensamento de maneira absoluta – independentemente da língua

na qual ele é expresso.⁷⁴ É nesse sentido também que se deve entender a opinião de Descartes a que me referi anteriormente, segundo a qual as palavras possibilitariam "entender o pensamento" (1637/s.d.: 99), pois, mesmo que o próprio filósofo não tenha pretendido sugerir tal interpretação, foi essa que se estabeleceu nos últimos séculos, conforme insinua a descrição da lingüística cartesiana de Chomsky.

Gostaria de abordar a discussão sobre o segundo aspecto da lingüística cartesiana que me interessa aqui – a saber, a diferenciação absoluta entre a linguagem científica e a linguagem comum ou literária – a partir de algumas observações de Tilman Borsche, que se encontram na introdução da antologia *Klassiker der Sprachphilosophie* (Clássicos da filosofia da linguagem) (1996). Nesse texto, o autor aborda uma relação que, a meu ver, está estreitamente ligada ao pressuposto da identidade entre "processos lingüísticos e mentais" (Chomsky, 1966/1972: 43), qual seja, a relação entre os conceitos de linguagem e de ciência, ao longo dos últimos séculos. Borsche julga que, "depois de Galilei e Descartes", o "ideal filosófico de conhecimento" que marcou "a concepção moderna de ciência" teria sido "orientado pelo modelo matemático e marcado por uma negligência total da [influência da] linguagem". De acordo com esse autor, tal "concepção moderna de ciência" teria se tornado dominante, entre outras áreas, na filosofia da linguagem, onde teria validade "até o presente"⁷⁵ (1996: 10). Borsche menciona também que, a partir desse "ideal filosófico", os "aspectos naturais e históricos da linguagem são considerados acidentais, no sentido de que não atingem o pensamento, o ser e a verdade" (ibid.: 9). Essas observações confirmam, mais

⁷⁴ Essa postura é radicalmente oposta àquela defendida, por exemplo, por Wilhelm von Humboldt ou Sapir e Whorf, que partem do princípio de que a língua individual na qual se expressa um indivíduo influencia profundamente seu "espírito", sua visão de mundo. Nesse sentido, Chomsky afirma que a tese de Humboldt de que "cada língua oferece um 'mundo de pensamento' e um ponto de vista de pito único [...] separa-se radicalmente do quadro da lingüística cartesiana" (1966/1972: 32).

⁷⁵ Com essa constatação, o autor não nega que tenham surgido críticas à concepção cartesiana de linguagem ao longo dos séculos - como, por exemplo, de Francis Bacon, Thomas Hobbes, Friedrich Nietzsche, Wilhelm Dilthey, Ludwig Wittgenstein, François Lyotard ou Jacques Derrida (cf. Borsche, 1996: 10-12). Borsche apenas sugere que a concepção cartesiana em relação à linguagem continuou predominante, apesar das críticas surgidas por parte de diversos filósofos.

uma vez, que, de acordo com as premissas da "lingüística cartesiana", a linguagem não seria constitutiva nem para a "descoberta" da "verdade", nem para a sua divulgação e, portanto, não o seria também para o discurso científico em geral.

Para esclarecer a "origem" do suposto antagonismo entre a "linguagem científica" e a "linguagem comum" ou "literária", é pertinente fazer menção ao fato de a relação entre ciência e linguagem estar estreitamente ligada à dicotomia entre a ciência e o senso comum, outra característica do paradigma em questão. Já o próprio Descartes declara que seria muito mais provável que "um só homem" – isto é, um "sujeito cartesiano" que agisse segundo as quatro "leis" propostas pelo filósofo⁷⁶ – descobrisse "as verdades um pouco difíceis de descobrir", do que "um povo inteiro" (1637/s.d.: 63). Essa observação faz supor que Descartes se baseia na referida dicotomia entre o "senso comum" – que seria dependente do momento histórico, cultural, etc. dos diferentes "povos" – e o "discurso científico", supostamente objetivo, de validade universal e independente dos "exemplos" e dos "costumes" (ibid.: 58). Conforme aponta Santos, a "ruptura epistemológica" entre senso comum e ciência foi fundamental para a formação do pensamento científico desde a época de Descartes, pois a ciência se constituiu contra o senso comum (1989/1993: 33) que, por sua vez, foi visto como uma aglomeração de "opiniões [e] formas de conhecimento falso com que é preciso romper para que se torne possível o conhecimento científico, racional e válido" (ibid.).

Refletindo-se sobre as consequências dessa dicotomia para a concepção de significado, parece ficar claro que a linguagem "científica" seria o lugar onde o significado de uma palavra poderia ser único, visto que seria produzido por um sujeito "racional" e representaria a "verdade" que seria sempre "única" – o que não poderia ocorrer no "senso comum", marcado por diferenças culturais dos respectivos povos e por uma "pluralidade das vozes" (Descartes, 1637/s.d.: 63). Fica igualmente claro que, a partir disso, o interesse das ciências tem sido excluir,

⁷⁶ Cf. cap. 1.2.1 desta tese.

dos seus respectivos discursos, a “linguagem comum”, pois ela poderia dificultar o “acesso” à “verdade” científica. A respeito desse tema, Santos pondera que

[o] paradigma da ciência moderna travou desde o início uma luta cerrada contra a linguagem vulgar do senso comum, veiculadora de concepções falsas tornadas evidentes pela aparente transparência de uma linguagem comum a todos. Luta de tal maneira cerrada que a ciência passou a confiar exclusivamente numa linguagem incomum por excelência, a linguagem matemática, considerando-a a única capaz de restituir por inteiro o rigor do conhecimento científico moderno. Desde então, foram marginalizadas tanto a linguagem vulgar como a linguagem literária e humanística, ambas indignas, pelo seu caráter analógico, imagético e metafórico, do rigor técnico do discurso científico (1989/1993: 127).

Se, como evidencia a citação de Santos, a dicotomia senso comum/conhecimento científico, nas ciências naturais – e, mais tarde, nas ciências humanas – levou a um esforço no sentido de excluir qualquer ambigüidade ou falta de transparência da linguagem científica, nos estudos da linguagem, a oposição entre os dois tipos de discurso teve implicações mais amplas. Assim, a dedicação mais intensa à literatura, por parte de estudiosos da linguagem, deu um prestígio maior a essa forma de discurso sem, no entanto, sacudir as bases da visão cartesiana. A esse respeito, entendo ser oportuno citar algumas observações de Arrojo sobre o pensamento logocêntrico da “lingüística cartesiana”⁷⁷. A autora afirma que, na tradição logocêntrica, “a origem do significado é necessariamente localizada no significante (no texto, na ‘mensagem’, na palavra), nas intenções (conscientes) do emissor/autor, ou numa combinação ou alternância dessas duas possibilidades” (1992: 35). Visto que, a partir de uma postura cartesiana, os processos lingüísticos e mentais seriam “virtualmente idênticos” (Chomsky, 1966/1972: 43), nenhuma dessas possibilidades colocaria em xeque os fundamentos da “lingüística cartesiana”. A respeito das mesmas “possibilidades” de localizar o suposto significado em um determinado texto, Arrojo ainda pondera que

[a] primeira [dessas possibilidades] se reflete, por exemplo, na noção de literalidade que autoriza a possibilidade de um significado subordinado à letra, anterior a qualquer interpretação e independente de qualquer

⁷⁷ Sobre a relação entre o logocentrismo e o paradigma cartesiano, cf. a nota 72, no cap. I.2.2. desta tese.

contexto. Reflete-se, também, na concepção de literariedade que ainda domina a tradição dos estudos literários entre nós: a noção de que o literário e o poético se encontram *no texto*, como propriedades intrínsecas que o marcam indelevelmente e o distinguem dos textos "não-literários". [...]

A segunda possibilidade, como vimos, projeta no emissor/autor a origem do significado, e as atribuições que lhe são conferidas em nossa tradição logocêntrica e patriarcal lembram as de uma figura paterna autoritária e controladora que tem o direito indiscutível de determinar os destinos e os contornos de sua "prole" (1992: 35-36; grifos da autora).

Ainda segundo Arrojo, a "projeção da origem do significado para fora do sujeito 'receptor' e de seu contexto de leitura" seria uma "conseqüência do desejo de um 'significado transcendental', neutro e independente da situação de 'recepção'" (ibid.: 36; grifos da autora). Pode-se entender esse desejo de independência de lugar, de tempo e do sujeito em relação ao objeto a ser pesquisado – identificado por Arrojo em relação à tradição logocêntrica dos estudos da linguagem – como a busca de adaptar o conhecimento sobre o comportamento lingüístico aos princípios nos quais se baseia o paradigma cartesiano em geral.

Resumindo a argumentação desenvolvida até agora neste item, é possível constatar que, a partir de uma visão cartesiana, a linguagem, sobretudo a "linguagem científica", seria um sistema de símbolos para a comunicação – esta entendida como o transporte transparente de informação. Atribui-se, geralmente, à linguagem "não científica" a característica de ser tão-somente a "representação" do pensamento criativo e das idéias do seu autor – que teria a liberdade de incluir no texto da sua autoria a possibilidade de interpretações variadas –, enquanto a linguagem "científica" é vista como um "espelho" do "pensamento científico" e, conseqüentemente, da "realidade" extralingüística. Nesse sentido, essa linguagem seria marcada por significados estáveis, únicos e transparentes e corresponderia às exigências do racionalismo e do universalismo científico.

Diante desse cenário, é, no mínimo, curioso observar que, já no *Discurso do método*, de Descartes, pode-se encontrar um trecho a partir do qual é possível levantar dúvidas em relação à possibilidade de significados estáveis no próprio

discurso científico. O filósofo relata que tentou, "muitas vezes", explicar algumas das suas opiniões a "pessoas de muito bom engenho" que pareceram "entendê-las muito distintamente". Todavia, quando tais pessoas tentaram repetir as palavras ouvidas, ele notou "que as mudaram quase sempre de tal sorte que já não podia reconhecê-las" como as suas (1637/s.d.: 111). O que parece estar sendo subentendido nesse comentário é a possibilidade de a linguagem nem sempre cumprir a função que lhe foi atribuída pelo próprio filósofo, ou seja, ser um instrumento para poder "entender o pensamento dos homens" (ibid.: 99).

Antes de iniciar a discussão sobre a postura de Wilss em relação ao significado no ato tradutório no próximo item, julgo ainda ser útil, para introduzir e contextualizar tal análise, abordar a maneira como, de um modo geral, o significado foi compreendido por alguns teóricos da *Übersetzungswissenschaft*. Com isso, procuro ilustrar não só a influência da teoria chomskeana nos trabalhos mencionados, como também o fato de que as argumentações de Santos (1989/1993) e Arrojo (1992), citadas acima, podem ser aplicadas exemplarmente para discutir a visão defendida por diversos representantes da *Übersetzungswissenschaft*. Conforme destaquei no primeiro capítulo, essa vertente teórica, comumente relacionada com trabalhos de teóricos alemães, mostra uma tendência de entender a tradução como um fenômeno puramente lingüístico e um grande interesse em torná-la mais "objetiva" e "científica". Creio ser possível argumentar que as propostas teóricas mais conhecidas dessa "escola" dos estudos da tradução correspondem claramente à visão da "lingüística cartesiana", abordada acima. Um exemplo disso é a concepção – enraizada na "ciência da comunicação" (cf. Stolze, 1994: 44) – da tradução como um processo de "mudança de código", cujo objetivo seria manter "invariável" o "conteúdo de informação" de um texto (ibid.). Tal visão – compartilhada por Kade, Neubert e Jäger, entre outros (cf. Stolze, 1994) – só pode ser defendida a partir do pressuposto de que cada texto teria um certo significado ou uma certa informação, determináveis e invariáveis, que poderiam ser transportados para outra língua. Partindo desse ponto de vista, o tradutor seria o "receptor" da "mensagem na

língua-fonte", que teria de "decodificar" para se tornar o "emissor" da "mensagem na língua-meta" (cf. Stolze, *ibid.*: 45). Como afirma Stolze, essa maneira de compreender a tradução "marcou muito intensamente a *Übersetzungswissenschaft* alemã" (*ibid.*: 46). Erwin Koschmieder tentou, por exemplo, tornar a tradução um "processo meramente lingüístico", no qual o tradutor deveria apenas definir "*das Gemeinte*" (1965/1981: 48) – isto é, o significado "profundo", entendido por Koschmieder como o "*tertium comparationis*" (apud Stolze, 1994: 48) – e transportá-lo inalteradamente para outra língua. Conforme a concepção desse teórico, através de tal procedimento, deveria ser possível alcançar o suposto objetivo principal de qualquer tradução, isto é, estabelecer a "equivalência" entre o texto de partida e o texto de chegada (*ibid.*: 48).

A visão de que qualquer enunciado ou texto teria algum "núcleo" (Nida, 1964: 68), ou significado metatextual estável, é outra característica que pode ser atribuída a muitos trabalhos representativos da *Übersetzungswissenschaft*, pelo menos em um primeiro momento⁷⁸. Sem dúvida, tal compreensão da linguagem, vista como a "superfície" de um suposto significado "profundo", indica também uma semelhança com o "imaginário" da gramática gerativa, conforme aponta Stolze (1994: 47). Essa autora registra que muitos trabalhos da *Übersetzungswissenschaft* "desenvolveram modelos semelhantes [à gramática gerativa], em diferentes níveis de abstração ou formalização" sem, no entanto, terem chegado a qualquer "aplicação em textos concretos" (*ibid.*). Nesse contexto, é interessante mencionar que Werner Koller criou, explicitamente, um "modelo de tradução gerativo" (*ibid.*: 41).

Ao se discutir a visão de significado de alguns teóricos que representam a *Übersetzungswissenschaft*, é importante destacar também a tendência de esses autores concentrarem suas propostas teóricas em "textos científicos", pois, como

⁷⁸ Sobre os modelos tradutórios desenvolvidos por teóricos alemães pertencentes à *Übersetzungswissenschaft*, e os diversos nomes atribuídos por eles ao suposto significado metatextual que deveria ficar inalterado ao ser traduzido, cf. as diversas contribuições para a coletânea *Übersetzungswissenschaft*, organizada por Wilss (1981).

destaca Snell-Hornby, o significado de tais textos é considerado mais "controlável" ou "acessível" (1988/1995: 1, 23). Ou seja, esses teóricos não chegam a defender a possibilidade de uma linguagem transparente, com significados estáveis e não ambíguos, para qualquer tipo de texto – defendem-na apenas em relação a textos "técnicos" ou "científicos". A concentração na discussão sobre a tradução desse "tipo" de texto parece ser uma possibilidade de justificar a continuação da procura por uma "ciência da tradução". Na enciclopédia *Brockhaus*, do ano 1974, encontra-se um comentário acerca de "tradução" que corrobora tal observação, pois corresponde à visão defendida pelos teóricos alemães daquela época. Nessa enciclopédia temos que

apenas o lógico-abstrato deixa-se transferir de uma língua para outra sem mudança de caráter, embora, também nesse caso, o perigo de uma modificação de significado sempre esteja presente (na língua de chegada). [Tal perigo de modificação] é pequeno apenas nos casos em que a ciência preparou o caminho para uma boa tradução, ao desenvolver uma terminologia uniforme: agregar, de maneira inequívoca, as palavras às coisas ou às idéias designadas. Porém, quando a [forma] lingüística e o conteúdo formam uma unidade inseparável - e isso acontece tanto em obras poéticas como na fala individual, sobretudo quando marcada por um certo dialeto - qualquer tradução pode ser apenas uma aproximação mais exata possível do original (*Brockhaus*, 1974).

Essa citação pode ser entendida como uma ilustração da idéia, defendida por vários teóricos alemães desde os anos 60, de que possa haver um significado estável e independente do contexto em que seria "decifrado" e que os textos "científicos" seriam o lugar onde tal suposta estabilidade semântica deveria ser alcançada com mais facilidade. A esse respeito, Fritz Paepcke opina que a "linguagem técnica/científica" se "afastaria" da "linguagem comum", pois seria marcada pelo uso "consciente e racional de *nomenclaturas específicas*" (1971/1981: 118; grifo do autor). Em um dos seus trabalhos mais antigos, Reiss argumenta que, na tradução de textos científicos, deveria ser enfocada "especialmente, senão exclusivamente, a transferência de conteúdo, de informação", com o objetivo de se alcançar a "inalterabilidade do conteúdo" (1969/1981: 80). Pode-se, portanto, concluir que os teóricos aqui citados como representantes da *Übersetzungswissenschaft* partem de uma postura que

corresponde à "lingüística cartesiana", estreitamente ligada à crença na possibilidade de uma ciência cartesiana em geral. Kade ilustra essa relação quando pondera que a possibilidade de manter o conteúdo inalterado na tradução "pressupõe que, potencialmente, podem-se causar impressões iguais da realidade objetiva em todos os indivíduos" (1968/1981: 208).

Antes de encerrar este subcapítulo, é necessário ainda mencionar que, apesar da orientação claramente cartesiana revelada em alguns dos primeiros trabalhos da *Übersetzungswissenschaft*, não se deve esquecer o fato de que trabalhos mais tardios – por exemplo, de Reiss ou Vermeer⁷⁹ – partem de visões menos deterministas e mais relativistas em relação ao conceito de significado. Assim, cabe ressaltar que a argumentação que desenvolverei, no próximo item, acerca da postura de Wilss em relação ao significado – definindo-a como fundada na filosofia cartesiana e marcada por algumas mudanças ao longo das últimas décadas – não deve ser, automaticamente, considerada válida para todos os outros teóricos pertencentes à referida vertente. No entanto, como já destaquei na introdução deste trabalho, a concepção de tradução que esse teórico defende me parece bastante sintomática na área de tradução, sobretudo nos países de língua alemã.

⁷⁹ Cf., por exemplo, Reiss e Vermeer (1984) e Vermeer (1996).

II.1.2 O texto "técnico-científico" como base para a "ciência da tradução": a visão de Wilss revela-se questionável

Muitas palavras que já morreram terão um segundo nascimento, e cairão muitas das que agora gozam das honras, se assim o quiser o uso, em cujas mãos está o arbítrio, o direito e a lei da fala.

Horácio, *Ars Poetica*

Conforme apontei no primeiro capítulo, Wilss orienta-se pelo paradigma cartesiano ao versar sobre ciência, tanto ao se referir às ciências naturais como à futura "ciência da tradução". No referido capítulo, procurei evidenciar também que o fato de Wilss mostrar conhecimento sobre os debates que têm ocorrido, concernentes à predominância absoluta desse modelo epistemológico, praticamente não mudou a sua postura a esse respeito. É a partir desse quadro e com base na discussão sobre a "lingüística cartesiana", desenvolvida no item precedente, que inicio agora meu exame da visão de Wilss sobre linguagem e significado e dos problemas implícitos a tal visão, quando relacionada à área da tradução.

Para introduzir minha argumentação – cujo primeiro objetivo é salientar que a orientação de Wilss pelo paradigma cartesiano se manifesta, claramente, na sua visão de linguagem e de tradução –, considero útil mencionar as ferrenhas críticas do referido teórico a pensadores como Sapir, Whorf, Wilhelm von Humboldt ou Leo Weisgerber, que defendem uma concepção de linguagem incompatível com o cartesianismo, ou seja, defendem a idéia de que "o pensamento depende da língua" e atribuem "uma visão de mundo especial a cada língua" (Wilss, 1977/1982: 35). A esse respeito, Wilss explica que

a base filosófica que iguala a linguagem à realidade [conforme proposta por Sapir, Whorf, Humboldt ou Weisgerber] é idealismo subjetivo, que atribui à consciência a primazia sobre o ser objetivo e nega a existência *a priori* dos [...] sistemas conceptuais cuja validade ultrapassa as fronteiras entre as línguas individuais e os princípios universais que governam a ordem global da realidade extralingüística (ibid.: 35).

A argumentação de Wilss ao longo dos três livros focalizados neste trabalho (1977/1982; 1988; 1996a) sugere que ele defende a suposta existência de tal "ordem global da realidade extralingüística" governada por "princípios universais" (ibid.: 50). O autor opina, por exemplo, que qualquer membro da "humanidade" teria uma "experiência extralingüística [...] comparável" (ibid.) e que, conseqüentemente, todas as línguas teriam uma "comensurabilidade cognitiva, comprovada de maneira empírica" (ibid.). Vale a pena frisar que Wilss não explica de que modo ocorreria tal "comprovação empírica". A concepção universalista do teórico, no que tange à linguagem, revela-se também quando ele propõe, referindo-se a Jakobson (1966), que "provavelmente os universais lingüísticos são, ao mesmo tempo, universais cognitivos" (1977/1982: 147). No seu livro mais recente entre os enfocados nesta tese, *Knowledge and Skills in Translator Behaviour* (1996a), o teórico insinua uma postura semelhante, visto que continua julgando as teorias "relativistas", propostas pelos pensadores acima mencionados, como absolutamente fora de qualquer discussão acadêmica na área dos estudos da linguagem (1996a: 87). Além disso, refuta veementemente a tendência daqueles pensadores a um suposto "exagero" do valor do "contexto" e da "cultura" para a produção de um texto (ibid.: 79-90).

Levando em consideração o tema desta tese, parece-me procedente mencionar uma argumentação que acompanha a avaliação negativa de Wilss sobre o "relativismo cultural": o teórico destaca que as teorias relativistas estariam "em desacordo com uma era lingüística que, cada vez mais, se evidencia como sendo universalista e computadorizada, e visa a formular regras comparáveis àquelas das ciências naturais" (ibid.: 87). Ou seja, o teórico apresenta o fato de essas teorias relativistas não estarem em consonância com a orientação "científica" que ele julga ser a atual nesse campo, e de não se adequarem a um modelo com pretensões universalistas, como argumento para corroborar sua postura crítica em relação às mesmas. O interesse do autor em desvalorizar essas teorias é compreensível, já que os princípios que as constituem minariam os pressupostos de uma visão universalista que o teórico considera necessária para se desenvolver

uma "ciência" ou "teoria" da tradução. A postura de Wilss a esse respeito parece transparecer também em uma observação encontrada em *The Science of Translation*, em que o autor pondera que

é óbvio que um modelo que destaca a natureza sistemática inerente às línguas individuais, e que define como bastante pequenas as possibilidades de [alguém] se afastar de um sistema lingüístico, estabelece limites mais estreitos para a comunicação interlingual que a concepção de que duas ou mais línguas cobrem o mesmo significado intencionado (*tertium comparationis*) (1977/1982: 46).

Depois dessa observação, Wilss recorre a uma citação de Toury para sugerir que uma teoria da tradução que pode ser "reduzida a uma versão restrita de traduzibilidade" – como, por exemplo, uma teoria orientada pelas concepções atribuídas ao relativismo cultural – "condena os estudos da tradução ao fracasso" (apud Wilss, 1977/1982: 46). Visto que o interesse de Wilss é exatamente o contrário, isto é, aumentar a reputação acadêmica e "científica" da área, fica claro que ele simpatiza com teorias que sustentam uma "versão de traduzibilidade" não restrita – que, como sugere a última citação, ele considera imprescindível para o "sucesso" dos estudos da tradução, ou de uma respectiva "ciência".

Para reforçar a defesa de sua concepção do suposto caráter universal dos fundamentos da linguagem, independentemente da língua falada, Wilss cita teóricos que, nos itens anteriores desta tese, foram caracterizados como teóricos que desenvolvem suas argumentações a partir de pressupostos cartesianos. Por exemplo, o autor reporta-se a Chomsky para afirmar que a existência de universais "semânticos", "sintáticos" e "pragmáticos" seria "incontroversa" (1977/1982: 39). A despeito dessa referência a Chomsky utilizada para corroborar a sua própria concepção de linguagem, em outros momentos, Wilss manifesta-se criticamente sobre a teoria lingüística chomskeana, acusando-a de se basear em "relações idealizadas entre emissor e receptor" (ibid.: 69) e de se afastar muito "do processo concreto de comunicação e suas condições complicadas" (ibid.). Nessa mesma página, encontra-se outra observação sua de que "testar a legitimidade das pretensões universalistas [da gramática gerativa], aplicando-a à tradução, seria um passo óbvio" (ibid.). No meu entender, essa oscilação ilustra mais uma

vez a "confusão metodológica" do teórico (cf. cap. 1.2.2.). Ou seja, se, por um lado, ele aponta a importância de se levar em consideração o "processo concreto de comunicação", por outro, revela a sua esperança de poder basear a "ciência da tradução" na teoria de Chomsky, que "pretende submeter as muitas línguas naturais a um princípio unitário-lógico e desenvolver um sistema de estruturas profundas universalmente válidos" (ibid.). Com isso, a "aporia" que Wilss identifica em Chomsky, supostamente causada pelo conflito entre a "teoria científica" à qual a gramática gerativa pretende corresponder e o fato de "a realidade" constituir "um sistema aberto que não segue princípios mecânicos" (ibid.), parece estar presente também nos livros do próprio teórico.

Entre os demais autores que Wilss menciona para sustentar a sua visão de linguagem, constam, entre outros, Nida, Mounin e Koschmieder, todos citados como defensores da idéia de que a linguagem, independentemente da língua falada, poderia "representar" a experiência humana universal (1977/1982: 44; 1996a: 90). Sintetizando essas observações, é possível afirmar, em primeiro lugar, que Wilss utiliza sua convicção de que seria possível chegar a uma "ciência da tradução" como argumento para desvalorizar posturas teóricas supostamente incompatíveis com tal "ciência" – ao declarar, por exemplo, que a "abordagem universalista da linguagem" se adaptaria melhor do que qualquer outra à "teoria da ciência" atual (1977/1982: 53). Em segundo lugar, evidencia-se, também, que a sua visão de linguagem está em consonância com o pressuposto da "lingüística cartesiana" de que a linguagem seria um meio para "representar" a realidade extralingüística que, por sua vez, seria igualmente acessível a qualquer pessoa.

Obviamente, a concepção de Wilss em relação à linguagem se reflete nas suas propostas e argumentações sobre a tradução. Ele menciona, por exemplo, que seria "graças" ao caráter supostamente universal da "experiência" humana, e das diversas línguas, que seria "possível [...] atingir a comunicação interlingual [...] com um alto grau de equivalência textual de conteúdo e estilo" (1977/1982: 50). Com base em tal visão de comunicação interlingual, isto é, de tradução –

entendida como a "reprodução"⁸⁰ de conteúdo e estilo e fundamentada no suposto caráter universal da cognição humana – não é difícil imaginar que Wilss acuse os defensores do "relativismo cultural" de erguer "barreiras artificiais" (ibid.: 43) contra a tradução. Fica claro também que o simples fato de Wilss entender a tradução como a "reprodução" de um texto em outra língua se baseia na sua opinião de que, independentemente da língua utilizada, e também do contexto histórico e ideológico, seria possível manter o conteúdo de um texto inalterado. Ou seja, para usar as palavras do próprio autor, as "barreiras artificiais" erguidas pelo "relativismo cultural" entrariam "em colapso assim que se pensa[sse] a tradução como a reprodução de uma série de símbolos da língua de partida" (1977/1982: 43).

As declarações mencionadas até agora permitem várias conclusões acerca da visão de Wilss sobre a linguagem – e também sobre a tradução –, todas corroborando seu caráter cartesiano. Em primeiro lugar, não há dúvida de que Wilss considera as diferenças entre as línguas individuais como insignificantes para a experiência humana de apreensão do mundo "extralingüístico". Em segundo, assim como as experiências humanas, os meios lingüísticos que as exprimem também teriam fundamentos universais. E, em terceiro lugar, a suposição de tais "universais lingüísticos" é o que lhe permite defender a possibilidade de uma "teoria" ou "ciência" da tradução, uma vez que esses universais lingüísticos tornariam possível exprimir o "mesmo significado intencionado" (1977/1982: 46) em duas línguas diferentes. Esse pressuposto, conforme insinua Wilss, seria indispensável para o "sucesso" dos estudos da tradução – e, conseqüentemente, para uma "ciência da tradução".

Partindo de tais premissas, dirijo minha atenção agora a uma dicotomia que Wilss concebe como sendo de suma importância para seu objetivo, o desenvolvimento de uma "ciência da tradução". Refiro-me à divisão que o teórico – a exemplo de outros representantes da *Übersetzungswissenschaft* (cf. II.1.1) –

⁸⁰ Cf. Wilss (1977/1982: 54; 1988: 47; 1996a: xi, 9, 43, 45, 137, 207).

propõe entre os textos "literários" e os "técnico-científicos"⁸¹. Essa divisão e sua caracterização são apresentadas pelo autor de maneira semelhante nos livros aqui focalizados, de modo que os exemplos que utilizo para ilustrá-las foram escolhidos em todas essas três publicações. Destaco, a seguir, um trecho do livro *The Science of Translation* (1977/1982) no qual o autor dedica algumas páginas a uma descrição detalhada da referida dicotomia. Primeiramente, cito sua explicação das supostas características de produção, recepção, análise e tradução de textos "literários". Conforme Wilss, textos desse "tipo"

não são uma forma institucionalizada de linguagem. Eles correspondem à singularidade da expressão artística e, em consequência disso, alcançam muitas vezes um grau de complexidade semântica, denotativa, conotativa e associativa que ultrapassa a precisão conceitual-nocional de textos técnico-científicos. Seu princípio constitucional não é a adesão a normas lexicais e sintáticas, mas a inovação semântica, metafórica e estilística. [...]

O receptor nem sempre responde a um determinado texto literário na maneira pretendida pelo emissor. Isso ocorre porque na abordagem e na compreensão de um texto literário, o emissor e o receptor podem adotar estratégias bastante diferentes. Isso evidencia-se nas interpretações divergentes às quais uma obra literária às vezes está exposta. Em muitos casos, um texto literário é deliberadamente organizado de uma tal maneira que obriga o receptor a tornar explícitas as estruturas ou os elementos que nele estão implícitos, ou seja, força-o a ler a sua própria concepção do significado intencionado no texto. Desse modo, o receptor só terá sucesso se conseguir tornar inativos os seus métodos habituais para decodificar textos e desenvolver métodos para decodificar textos que envolvem sua imaginação. [...]

A estrutura referencial decisiva para a tradução literária não é uma relação ideal de *input/output*, mas de criatividade semântica, metafórica e estilística. [...] Os textos literários são caracterizados por uma poliperspectiva. O caráter complexo da decodificação dos textos literários mostra-se de um modo bastante claro na seguinte matriz:

⁸¹ Nos seus livros analisados aqui que foram publicados em inglês (1977/1982; 1996a), Wilss utiliza a denominação "LSP text" - definindo "LSP" como "*language for special purpose*". No livro publicado em alemão (1988), o teórico utiliza a expressão "*fachsprachlicher Text*". Essas denominações foram traduzidas por mim por "texto técnico-científico". Optei por essa tradução com base na observação do teórico de que textos desse "tipo" visariam a descrever "tópicos científicos e técnicos" (1977/1982: 128).

	Denotação	conotação
Textos técnico-científicos	+	-
Textos literários	+	+

Ao traduzir textos literários, o tradutor tem de enfrentar problemas [...] por duas razões:

1. [...] a decodificação [de conotações] - ou a interpretação, neste caso - é, muitas vezes, vinculada a "operações envolvidas" hermenêuticas ou associativas; só poderá ser determinado objetivamente se ela é bem-sucedida, ou não, se houver um *feedback* estreito entre o tradutor e o autor do texto de partida.
2. [...] o postulado da intraduzibilidade está baseado, em grande medida, nas dificuldades tradutórias que surgem em relação à reprodução adequada, no texto de chegada, de conotações do texto de partida [...].

[...] As ferramentas metodológicas da lingüística moderna de textos ainda não está desenvolvida de maneira a possibilitar uma pesquisa lingüístico-textual que possa descrever e explicar exhaustivamente as características específicas de um texto literário, sobretudo por causa da interação, muitas vezes complicada, entre a forma e o conteúdo. A ciência da tradução [...] tem de se conformar, por enquanto, com o fato de que, na área dos textos literários, as precondições para uma análise textual objetiva, e para estratégias de transporte, são, em grande parte, inexistentes (1977/1982: 125-127).

Essa citação mostra claramente que o teórico parte de uma concepção "logocêntrica" – conforme definida por Arrojo (1992: 35-36)⁸² – ao tratar de textos "literários". Todavia, nota-se também que, no seu entender, esse "tipo" de texto "ainda" não seria suscetível de formar a base para uma "ciência da tradução", já que o "postulado da intraduzibilidade" somente poderia ser ultrapassado se fosse possível a "reprodução" das "conotações" – o que parece ser um empreendimento inexequível, pois tais "conotações" seriam, de acordo com o próprio teórico, dependentes da respectiva língua (1977/1982: 41) e do seu contexto "sociolingüístico" (ibid.: 76).

⁸² Cf. item 1.1. deste capítulo.

A percepção de Wilss de que seria quase nula a possibilidade de tornar a tradução de textos "literários" mais "objetiva" levou-me a concentrar minha análise na concepção de significado empregada por esse autor em suas argumentações acerca de textos "técnico-científicos". Esses, como já indica a citação acima, são considerados pelo autor como o contraponto dos textos "literários". O estudioso comenta que, "em relação aos textos técnico[-científicos], é muito difundida a crença de que é a ciência, pura ou aplicada, que nos conta como as coisas realmente são" (1996a: 157). Partindo dessa "crença", conclui que "a tradução técnica tem uma tendência maior a operações mentais padronizadas, ao passo que a tradução literária é caracterizada, primordialmente, por uma aproximação particularista" (ibid.). O autor também acredita que "a descoberta [...] de equivalentes de tradução é relativamente simples na área dos textos 'técnico-científicos'" (1977/1982: 150; cf. também 1988: 97).

Cito, a seguir, mais um trecho da autoria de Wilss, para ilustrar com detalhes a sua maneira de compreender textos desse "tipo", estreitamente ligada à sua visão de ciência em geral. Versando sobre os textos "técnico-científicos", o autor comenta que

a relação entre emissor e receptor [...] é simétrica. A relação entre a estrutura superficial [...] e a representação semântica subjacente [...] tende à co-extensibilidade. [...] Os textos técnico-científicos são, se olharmos para sua dimensão semântica, funcional e pragmática, praticamente independentes do emissor e do receptor. [...] Eles visam à descrição e à explicação de tópicos científicos e técnicos. Por isso, são, em grande medida, "despersonalizados". [...] A função dos textos técnico-científicos [...] é disseminar conhecimento científico e técnico, que se daria por meio de uma abordagem analítica de textos técnico-científicos num campo específico de pesquisa teórica ou aplicada. [...] Tendo em vista a sua função universal-lógica, os textos técnico-científicos criam condições convergentes de produção e de recepção de texto para o emissor e para o receptor e tornam [...] supérflua uma atitude interpretativa na fase da recepção. [...] Isso significa que as dimensões semântico-textuais e pragmático-textuais de textos técnico-científicos são idênticas. [...] A característica dos textos técnico-científicos é a normatividade, a correspondência não ambígua entre aspectos nocionais e as realizações lingüísticas (superficiais). Por natureza, o texto técnico-científico é arregimentado, padronizado, sujeito à hierarquização conceitual. [...] Por causa da precisão terminológica dos textos técnico-

científicos, o material é, no caso ideal, livre de sinônimos. Pares terminológicos são indesejáveis, visto que contradizem o postulado de correspondência um-a-um entre as substâncias extralingüísticas e a denominação lingüística ou a significação.

[...] Qualquer linguagem técnico-científica é [...] a codificação de uma seção da realidade cuja estrutura conceitual é representada lingüisticamente por um determinado texto técnico-científico.

[...] A medida decisiva para avaliar a qualidade da tradução da linguagem técnico-científica é o grau de equivalência semântico-textual. A tradução técnico-científica não objetiva a perfeição da interpretação do texto, mas a equivalência cognitiva entre o texto de partida e o texto de chegada. [...]

A transferência de linguagem técnico-científica é muito menos marcada por procedimentos de decisão relativos à transferência do que a tradução literária. Quase não há espaço para procedimentos interpretativos ou de tradução por paráfrase [...].

[...] na área da tradução técnico-científica, podemos esperar algo como uma tradução modelo ou uma tradução canônica. [...]

A hipótese do caráter provisório de qualquer resultado de transferência, enquanto aplicável à tradução literária e à tradução da Bíblia, não é, pelo menos não na mesma medida, aplicável à tradução técnico-científica (1977/1982: 128-132).

Em resumo, essas declarações de Wilss acerca das supostas características dos textos "técnico-científicos" evidenciam que ele entende esse "tipo" de texto como sendo marcado por uma função meramente representativa da "realidade" científica e por uma ausência de ambigüidade semântica, possibilitando assim uma tradução isenta de interpretação, visando apenas à "equivalência semântico-textual". O teórico considera esses textos como assinalados por uma alta "precisão terminológica", que pode ser definida como uma consequência do fato de que tais textos se constituíam exclusivamente de "denotações" (1977/1982: 126). Visto que uma "denotação" seria "a relação entre um signo lingüístico e o mundo externo" (ibid.: 38), cada termo deveria ter apenas um significado, correspondendo ao aspecto do "mundo externo" por ele denominado. Isso possibilitaria entender a leitura como sendo uma "decodificação", isenta de qualquer interpretação, uma "reconstrução analítica do significado" (1996a: 161). Essa suposta determinação semântica implicaria a possibilidade de uma "tradução modelo" que não teria apenas um "caráter provisório" como as traduções "literárias" (1977/1982: 132).

É importante ressaltar que, em vários momentos dos três livros discutidos nesta tese, encontram-se observações do autor que reforçam e confirmam essa descrição que apresento sobre o seu modo de conceber a referida dicotomia entre os dois "tipos" de texto⁸³. A fim de ilustrar a perseverança dessa concepção de Wilss ao longo das suas publicações, cito, a seguir, mais um trecho a esse respeito, retirado do seu livro mais recente entre os aqui discutidos. Nesse livro, o teórico alemão estabelece uma relação entre o "conhecimento epistêmico"⁸⁴ e os textos "técnico-científicos", partindo da premissa de que "o conhecimento epistêmico consiste no conhecimento de categorias, regras, relações, etc., e é o pré-requisito para o intercâmbio do significado epistêmico representado em textos técnico-científicos" (1996a: 57-58). O autor explica que,

para o conhecimento epistêmico, a validade é um ponto crucial. Se não pudéssemos articular um princípio para determinar o valor verdadeiro de assuntos epistêmicos, seriam mínimas as chances de se desenvolver uma teoria epistêmica com poder suficiente para testar a validade da nossa percepção e compreensão de textos baseados em conhecimento epistêmico. Se não houvesse nenhum critério de validade, um certo modo de entender um texto fundamentado epistemicamente seria tão legítimo como qualquer outro. Conhecimento epistêmico significa que um texto tem um *significado estável e repetível*. Sem uma norma epistêmica genuinamente estável, sofreríamos a consequência de que o *valor verdadeiro* de tal [tipo de] texto seria altamente indefinível. No mundo do significado epistêmico, o princípio hermenêutico [...] é inaplicável (1996a: 71; meus grifos).

Embora as citações mencionadas aqui representem apenas uma pequena seleção das referências de Wilss a respeito da referida dicotomia, elas permitem, indubitavelmente, concluir que esse autor parte de uma visão extremamente determinista em relação à linguagem e seus significados, principalmente quando se trata de textos "técnico-científicos". A partir disso, interessa-me, como segundo passo neste item, argumentar que essa visão não corresponde ao que acontece em qualquer tradução "técnico-científica". Delineio minha discussão seguinte, sobretudo, a partir de afirmações do próprio Wilss que entram em conflito com os

⁸³ Cf., por exemplo, Wilss (1977/1982: 72, 75, 76, 77, 93, 108, 144, 146, 150; 1988: 43, 49, 87, 97, 101, 114, 170, 185; 1996a: 21, 29, 57, 58, 73, 95, 136, 137, 157, 160, 161, 195, 198).

⁸⁴ Conforme consta no dicionário Houaiss (2001), o termo "epistêmico" pode ser entendido como "relativo ao 'conhecimento verdadeiro' ou ao 'conhecimento científico'".

pressupostos teóricos discutidos até agora. Enfoco três aspectos – estreitamente interrelacionados – que considero especialmente oportunos para corroborar minha argumentação: a suposta possibilidade de submeter os textos "técnico-científicos" à tradução mecânica, a suposta "precisão terminológica" que seria inerente a esse "tipo" de texto e, finalmente, o suposto caráter absoluto da dicotomia entre textos "técnico-científicos" e "literários".

Nos três livros focalizados nesta tese, Wilss mostra grande interesse pelo desenvolvimento da tradução mecânica⁸⁵. Levando em conta a sua concepção de textos "técnico-científicos" – supostamente marcados por significados únicos, estáveis e repetíveis, com equivalentes em qualquer outra língua – parece evidente que o teórico considera esse "tipo" de texto como altamente suscetível de ser o "material" que "não apenas facilita o ótimo entendimento de assuntos científicos, mas também cria as melhores condições para a solução de problemas sintáticos e semânticos no campo da tradução por computador" (1977/1982: 129). Como reconhece o teórico, o computador seria capaz de trabalhar apenas com os significados "potenciais, sistemáticos", que não fossem determinados pelo "contexto" (1996a: 212). Além disso, o estudioso admite que seria "inútil" tentar "'ensinar' o computador a 'pensar' como as pessoas" (ibid.: 214). Contudo, Wilss entende que os textos "técnico-científicos" seriam supostamente "independentes" tanto do seu "emissor" quanto do seu "receptor" (1977/1982: 128). Conseqüentemente, ele acredita que esse "tipo" de texto seria absolutamente adequado para a tradução mecânica, já que o "postulado de correspondência um-a-um entre a substância extralingüística e a denominação lingüística" (ibid.: 129) ofereceria as condições para uma "tradução canônica" (ibid.: 132). Implicitamente, isso sugere também uma independência dos textos "técnico-científicos" dos contextos concretos nos quais se realiza a sua leitura ou a sua tradução.

⁸⁵ Cf. Wilss (1977/1982: 228-250; 1988: 144-251; 1996a: 212-232).

Apesar da sua postura predominantemente positiva em relação à possibilidade da tradução por computador, Wilss não apresenta nenhum exemplo de avanço decisivo que tenha ocorrido nesse campo. Ao contrário, ele observa que "os progressos devem ser vistos mais no sentido de uma problematização abrangente na área [...] da tradução mecânica do que como [uma apresentação de] resultados concretos" (1988: 233). Embora declare que "não há dúvida" de que os "programas da tradução mecânica melhorarão" (ibid.: 244), o teórico afirma que "não é possível" dar uma "resposta clara" sobre "as futuras chances" da tradução por computador, visto que "apenas conhecemos os problemas, mas ainda não podemos oferecer nenhuma solução geral satisfatória" (ibid.: 248). É o próprio Wilss quem indica alguns dos motivos dessas dificuldades quando afirma, por exemplo, que "é difícil compreender os conceitos lingüísticos exclusivamente de forma algorítmica", pois a linguagem "se encontra *sempre* numa condição apenas relativamente estável" (ibid.: 237; meu grifo). No entanto, ao se considerar a possibilidade de a "estabilidade" da linguagem ser "sempre" relativa – isto é, também em textos "técnico-científicos" –, põe-se em xeque a possibilidade de uma tradução mecânica, visto que todas as pesquisas nessa área partem do princípio de que a tradução seria uma "série de programas algorítmicos" (1988: 170).

A incompatibilidade entre as bases necessariamente algorítmicas de qualquer programa de *software* e a caracterização da linguagem como algo não-algorítmico, pois instável, parece gritante. Todavia, Wilss insiste na possibilidade de um futuro sucesso da tradução mecânica (cf. ibid.: 147). Ou seja, seguindo aquela velha idéia de que, "em princípio, tudo [...] pode ser feito ou transformado tecnicamente" (ibid.: 170), o estudioso resiste em reconhecer que a tradução mecânica poderia simplesmente ser um projeto inexecutável. E deixa transparecer a sua confiança no sucesso desse empreendimento no futuro, mesmo que remoto. Isso ocorre, por exemplo, quando explica que "a elaboração [...] de sistemas eficientes de síntese, análise e transferência sintática e semântica, não apenas no nível de frases, mas também de textos, ainda representa mais um desejo do que uma realidade, porque, talvez, as teorias *ainda* sejam incompletas" (1988: 147;

meu grifo). Apenas no livro *Knowledge and Skills in Translator Behaviour* (1996a), a crença de Wilss em um futuro sucesso de um programa que abriria caminho para uma tradução totalmente mecânica parece menos forte, quando afirma que "a pesquisa de tradução mecânica nos ensinou [...] que os problemas tradutórios não podem ser [...] resolvidos por algoritmos convencionais" (1996a: 232). Citando A. Torrens (1994), Wilss declara que "os homens traduzem, os computadores apenas *parecem* traduzir" (1996a: 212; grifo do autor).

Com respeito aos comentários apresentados por esse teórico sobre a tradução mecânica, pode-se inferir que o fato de ele reconhecer que, "com o desenvolvimento progressivo na área da tradução mecânica, os problemas se acumulam" (1988: 233), já sugere que o fundamento necessário de qualquer tradução executada por computador – a possibilidade de uma determinação objetiva dos significados – é questionável. Ou seja, já que os programas de computador só seriam capazes de trabalhar com aquilo que fosse "objetivamente possível" (1988: 153), o fato de não ter havido progresso decisivo na área indica que os elementos "objetivos" da linguagem são bem menos numerosos do que Wilss pressupõe, considerando-se os seus comentários sobre os textos "técnico-científicos". A sua postura cientificista ancorada no paradigma cartesiano – que implica a certeza de que a "ciência", um dia, saberá e conhecerá tudo – é o que o leva a continuar esperando por um "sucesso" da tradução mecânica no futuro.

A meu ver, as contradições na argumentação de Wilss sobre a possibilidade da tradução mecânica são um exemplo claro da sua "confusão metodológica" (1977/1982: 13), traço característico dos três livros aqui discutidos⁸⁶. Isso transparece também num trecho do livro *Kognition und Übersetzen* (1988), no qual o autor reconhece que a linguagem "técnico-científica" – apesar da sua "tendência" de possibilitar uma compreensão "analítica (denotativa)", de oferecer uma "coerência sintático-semântica explícita" e de prestar-se para a "construção de listas de vocabulários convencionais,

⁸⁶ Cf. cap. I.2.2. desta tese.

estruturados" – não existiria como uma "parte bem delimitada dentro da comunicação humana", não seria "estilisticamente neutra" e, além disso, cumpriria "apenas limitadamente as condições da racionalidade técnica" (1988: 184-185). Wilss afirma, no mesmo parágrafo, que "os textos técnico-científicos também apresentam 'interferências' que dificultam o trabalho mecânico com eles" (ibid.). Como exemplos de tais "interferências", o autor cita a "polissemia, a homonímia, a assimetria de forma e função" (ibid.). Observa também que, "desde *Investigações filosóficas*, de Wittgenstein (1958), temos certeza de que a linguagem técnico-científica tem suas raízes na linguagem comum" – o que, em última instância, implicaria um questionamento do paradigma cartesiano, pois este está estreitamente relacionado à diferenciação entre a linguagem "comum" e a "científica", conforme expus no item anterior. Wilss chega até a assinalar que "a existência de textos técnico-científicos é um ideal quase ilusório", devido ao fato de que "as dificuldades das pesquisas sobre textos técnico-científicos [...] mostram claramente que, mesmo no campo técnico-científico, ainda estamos longe de uma relação ideal entre emissor e receptor" (ibid.).

Ao comparar as declarações supracitadas com a relação das supostas características deterministas dos textos "técnico-científicos" (1977/1982: 128-132) que o autor apresenta e que cito no início deste subitem, percebe-se claramente, por um lado, a orientação do teórico pelo paradigma cartesiano e, como decorrência, a sua convicção do caráter transparente e representativo da linguagem "técnico-científica". Por outro lado, observa-se também que o próprio autor reconhece que tal convicção se encontra sobre fundamentos questionáveis. Em outras palavras, embora seus comentários deixem claro que ele não perde a esperança de que seja possível "solucionar" os supostos impedimentos atuais da tradução mecânica, algumas das suas observações citadas neste parágrafo permitem uma interpretação diferente, ou seja, de que ele reconhece ser difícil, ou quase impossível, se chegar a uma linguagem sem "interferências". No entanto, tal linguagem seria imprescindível para qualquer leitura "analítica" ou uma

"decodificação" sem interpretação e, conseqüentemente, para a tradução mecânica.

Outro aspecto problemático, que está estreitamente ligado à discussão sobre as futuras possibilidades de uma tradução mecânica, é a suposta "precisão terminológica", na qual Wilss fundamenta a sua visão determinista dos textos "técnico-científicos". As suas premissas – já discutidas nos primeiros parágrafos deste item – de que, em tais textos, os termos utilizados seriam apenas "denotações" independentes de qualquer contexto, não seriam ambíguos, não teriam sinônimos e seriam entendidos da mesma maneira por qualquer leitor permitem a dedução de que os termos utilizados em seus próprios livros deveriam também satisfazer a essas exigências, já que esses textos "visam à descrição e à explicação de tópicos científicos e técnicos" (1977/1982: 128), neste caso, relativos à "ciência da tradução". Ou seja, seguindo o raciocínio de Wilss, em conseqüência da suposta condição de "ciência" da área da tradução, a produção escrita nesse âmbito – por exemplo, os seus livros aqui discutidos – deveria possuir as características que ele atribui a qualquer texto "técnico-científico". No entanto, podem-se encontrar, nos livros aqui enfocados, várias ilustrações de que até mesmo as palavras-chave dessa "ciência" não correspondem aos pressupostos atribuídos pelo teórico a qualquer texto desse "tipo".

Assim, em *The Science of Translation*, ao comentar uma tradução "literal", Wilss mostra que existem várias possibilidades de se interpretar esse conceito, já que o "isomorfismo sintático" pode – ou não – ser um critério para se avaliar uma tradução como "literal" (1977/1982: 94). Em outro momento, observa que existe uma "falta de acordo" acerca da questão de como definir o conceito de uma "tradução parafrástica", visto que "algumas das definições encontradas na ciência da tradução estão em conflito com outras" (ibid.: 109). A questão do termo "ciência" e suas respectivas traduções – cujas perspectivas semânticas foram discutidas em 1.1.3 e são mencionadas pelo próprio autor (ibid.: 52) – pode ser citada para ilustrar o argumento de que o "alto grau de significado interlingual"

(ibid.: 131) e a "identidade denotativa" (ibid.), mesmo em textos "técnico-científicos", não devem ser considerados pressupostos inquestionáveis. Essa problemática evidencia-se, também, em alguns momentos da argumentação de Wilss como, por exemplo, quando ele observa que os textos "técnico-científicos" não estariam isentos de "polissemia" ou de "homonímia" (1988: 185) ou, mais claramente, quando afirma que "as colocações lexicais estão sempre em movimento, visto que novas esferas de significação são atribuídas aos termos" (1977/1982: 72). O teórico frisa que esse caráter semântico "flutuante" do vocabulário, dependente do "contexto de situação", dificultaria "a generalização e a mecanização" do processo tradutório (ibid.).

Outro momento em que a problemática da visão determinista de Wilss em relação à linguagem "técnico-científica" se revela é quando ele afirma, usando as palavras de Heidrum Gerzymisch-Arbogast (1994), que "não há disponibilidade de nenhuma estratégia sistemática que permita ao tradutor determinar, em caso de dúvida, se o uso de um termo está de acordo com a sua definição terminológica, ou não, e de que maneira [o termo] se desvia da sua descrição normativa, isto é, de que maneira ele está contaminado" (1996a: 181). Nesse caso, o teórico sugere que seria necessário levar em consideração o contexto para definir o suposto significado de um termo (ibid.). Com isso, a "precisão terminológica" (1977/1982: 129), a correspondência "um-a-um" entre a "substância extralingüística e a denominação lingüística" (ibid.) e a função "universal-lógica" (ibid.: 128) de vocabulários "técnicos" tornam-se pressupostos questionáveis.

Uma vez que algumas observações do próprio Wilss deixam claro que o contexto constitui um fator fundamental para se construir um significado de um texto "técnico-científico", esse significado, conseqüentemente, não poderia ser intrínseco aos termos utilizados, como é sugerido pelo autor em outros momentos como, por exemplo, quando menciona que "um texto tem vida própria e é independente de contextos que lhe atribuem significado" (1996a: 160). Apesar da visão determinista revelada por esta última citação, acredito que seja possível

argumentar, levando em conta outras observações de Wilss citadas no parágrafo anterior, que as indeterminações semânticas em relação a alguns termos-chave da “ciência da tradução” não constituem casos específicos – talvez devido ao fato de essa “ciência” ainda ser “nova”, como sugere o autor –, mas sim características de qualquer termo “técnico-científico”, pois, como ele próprio afirma, “o léxico está sempre em movimento”, ganhando “novas esferas de significação” (1977/1982: 72).

Tendo em vista que a noção de contexto constitui a base de um ponto conflitante na proposta teórica de Wilss, parece-me oportuno mencionar a argumentação de João Azenha Junior, desenvolvida no seu livro *Tradução técnica e condicionantes culturais* (1999). Esse autor, que propõe uma “mudança de paradigma em relação à reflexão sobre a tradução técnica” (1999: 11), apresenta, entre outras questões, uma crítica do modelo teórico proposto por Wilss, em que salienta o fato de esse teórico não considerar os condicionantes contextuais e culturais ao tratar de textos “técnicos”. Azenha observa que “Wilss acredita ser o inventário lexical e, dentro dele, a classe dos substantivos, o lugar por excelência em que as linguagens técnicas diferem da linguagem comum” (ibid.: 73). O estudioso afirma ainda que as considerações desse teórico alemão parecem “encerrar a idéia de ser perfeitamente possível a transferência de sentido de um texto, de uma cultura a outra, sem a influência de qualquer variável cultural” (ibid.: 130). Como tentei evidenciar acima, ainda que se possa identificar essa postura nos argumentos de Wilss, há também nos seus livros (1977/1982; 1988; 1996a) vários comentários sobre a importância e a inevitabilidade da influência do contexto.

Baseando-se na sua experiência como tradutor “técnico”, Azenha menciona alguns dos aspectos que marcariam “a relação do texto [técnico] com a constelação de fatores que cerca sua produção, tradução e recepção”, ilustrando a impossibilidade de a tradução de qualquer texto ocorrer “num vácuo de interesses” (ibid.: 12). O autor chama a atenção, por exemplo, para “questões de reservas de

direito nas transferências de tecnologia” ou para “estratégias que têm por objetivo levar um consumidor a adquirir um bem ou serviço” (ibid.). Azenha ilustra a importância do contexto para o “significado” em textos “técnico-científicos” quando destaca que existem

transformações por que passam os conceitos ao longo do processo de evolução tecnológica: aspectos de fenômenos e processos, antes desconhecidos, são explicados e ampliam, especificam, alteram os conceitos em extensão e ritmos diferentes nas diferentes culturas. Em alguns casos, a nomenclatura continua a mesma, embora o conceito sofra alterações que podem levar a uma revisão completa de sua definição (pensemos, por exemplo, no caso do átomo, inicialmente descrito como a menor unidade da matéria). Em outros, tais alterações são tão significativas que o termo inicialmente escolhido para designar tal conteúdo torna-se inadequado. Em síntese: longe de ser estática, a terminologia está em constante transformação (ibid.: 76).

Uma descrição das características dos textos “técnico-científicos” semelhante a essa pode, certamente, ser encontrada em alguns trechos dos livros de Wilss, nos quais o teórico se mostra menos determinista. No entanto, parece-me importante focar a visão de Azenha, menos para corroborar minha própria crítica acerca da visão de Wilss sobre textos “técnico-científicos” do que para argumentar que a “mudança de paradigma”, anunciada por Azenha, parece implicar, antes de tudo, uma mudança de postura na avaliação não só da inevitável inserção dos textos “técnico-científicos” em um contexto, como também das consequências disso. Embora, em alguns momentos, Wilss reconheça a influência dos contextos, sua esperança de que se possa anulá-la, ou controlá-la, é uma constante ao longo do seu trabalho e não há dúvida de que essa influência é considerada por ele um fator negativo, um aspecto perturbador. Azenha, por sua vez, entende os condicionantes culturais como parte constitutiva de qualquer tradução “técnica”, e o enfoque da sua preocupação não está na tentativa de eliminá-las, mas numa reflexão sobre as suas possíveis consequências. Para ilustrar essa postura de Azenha – tão diferente daquela defendida por Wilss – cito mais um trecho do seu livro. Esse estudioso observa que

entre os termos “defensivo agrícola” e “agrotóxico” [...] pode ser que não haja diferenças no plano conceitual, já que ambos os termos poderiam ser empregados para designar um mesmo produto. Contudo,

as redes associativas desencadeadas por tais denominações limitam seu emprego a determinadas áreas: numa época em que ganha importância cada vez maior a preocupação ambiental, dificilmente uma empresa química fabricante de pesticidas para o uso na lavoura colocaria seu produto no mercado usando para ele o rótulo de agrotóxico. Da mesma forma, dificilmente uma entidade de proteção ambiental se referiria a tais produtos como defensivos agrícolas. Assim, para os produtores e, dentre deles, para os tradutores de textos técnicos, cumpre, primeiramente, aceitar os processos de transformação a que estão sujeitos – ainda que em ritmos diferentes – conceitos e suas denominações (ibid.: 77-78; grifos do autor).

Um terceiro aspecto problemático da visão de significado de Wilss é, no meu entender, a própria diferenciação entre os dois referidos "tipos" de texto, à qual o teórico atribui um valor absoluto, já que não menciona, em momento algum, que essa dicotomia seja apenas provisória. Apresenta-a como se fosse óbvia e manifesta-se, veementemente, contra "a tentativa de diminuir a distância entre textos literários e técnico-científicos", proposta, por exemplo, por Mary L. Pratt (1977/1982: 125). No entanto, é novamente o próprio Wilss quem oferece, embora provavelmente de modo involuntário, exemplos que ilustram que essa dicotomia poderia, no máximo, ter um caráter relativo. Num comentário que apresenta acerca de um artigo jornalístico, o teórico observa que esse texto não conteria quase nenhuma "terminologia técnica" (1977/1982: 124). Porém, identifica, no mesmo texto, alguns termos que "poderiam ser", ou "possivelmente" seriam, "técnicos" (ibid.). Com essa insegurança que exhibe acerca do suposto "caráter" de determinados termos, Wilss torna flagrante que a caracterização de certos termos como "técnicos", ou não, dependeria do leitor e de seu contexto e, implicitamente, põe em questão a visão de que o caráter "técnico-científico" seria intrínseco ao texto. Diante disso, vale a pena fazer referência, novamente, à observação de Gerzymisch-Arbogast, citada por Wilss, na qual essa autora também aponta o fato de ser imprescindível levar em consideração o contexto no qual se realiza um determinado texto "técnico-científico", para se tentar estabelecer o seu "significado" (1996a: 181).

Para corroborar minha crítica em relação à dicotomia estabelecida por Wilss entre textos "técnico-científicos" e "literários", considero oportuno relacioná-la a

uma outra dicotomia, denotação/conotação, também utilizada pelo autor. De acordo com Wilss, esses conceitos seriam fundamentais para a diferenciação dos dois referidos “tipos” de textos, já que os textos “técnico-científicos” seriam caracterizados por se constituírem apenas de “denotações”, enquanto os textos “literários” possuiriam tanto “denotações” quanto “conotações” (1977/1982: 126). Para ilustrar a problemática que considero inerente a essa dicotomia, cito o fato de esse autor sugerir que a palavra francesa “*escargot*” e a palavra alemã “*Schnecke*”⁸⁷ teriam significados “conotativos” diferentes em cada língua, levando em conta os diferentes contextos culinários e culturais (1977/1982: 41). No mesmo livro, o autor comenta um texto em alemão, no qual consta a palavra “Mercedes-Benz”, e suas traduções para o inglês, o francês e o espanhol (ibid.: 46-47). Segundo Wilss, por fazer parte de um texto reconhecido como “técnico-científico”, esse termo supostamente não teria nenhuma “conotação”, pois tal tipo de significado seria uma exclusividade dos textos “literários” (ibid.: 126). Se – como propõe o teórico ao se referir aos termos “*escargot*” e “*Schnecke*” – o suposto valor conotativo vai depender dos contextos culturais, de um determinado país ou de uma determinada cultura, por que não levar em consideração as diferenças culturais envolvidas ao traduzir o termo “Mercedes-Benz” para quatro línguas diferentes? Sem querer sugerir que o contexto cultural possa ser claramente definido e, com isso, ser a base para a determinação semântica de um texto ou para um suposto esclarecimento definitivo das “conotações” dos termos envolvidos, parece-me pertinente apontar o fato de Wilss simplesmente desconsiderar, em vários momentos, a influência de fatores culturais em textos “técnico-científicos”, como acontece no exemplo citado. O teórico não apresenta nenhum motivo que possa explicar por que razão os diferentes contextos culturais de países como a Alemanha e o México, por exemplo, não contribuiriam para que um leitor construísse as “conotações” do termo “Mercedes-Benz”. Nesse caso, os argumentos de Wilss revelam a sua opinião de que o contexto cultural não influenciaria na “reconstrução” dos significados de um texto “técnico-científico”. Entretanto, essa opinião revela-se axiomática e não justificada.

⁸⁷ Numa tradução para o português: “lesma”.

Ao discutir a problemática da oposição entre textos "literários" e "técnico-científicos", é interessante mencionar também que Wilss atribui o uso de "metáforas" apenas aos primeiros (1977/1982: 125). Tal separação entre uma suposta linguagem metafórica e outra isenta de metáforas e supostamente literal corresponde claramente à postura defendida pelo "paradigma da ciência moderna" que, conforme mencionei, tem marginalizado "a linguagem literária", pelo seu caráter "metafórico" que não se adaptaria ao "rigor técnico do discurso científico" (cf. Santos, 1989/1993: 127). No livro *Um fazer persuasivo: O discurso subjetivo da ciência*, de Maria José Coracini (1991), há um comentário relevante para abordar essa relação entre o uso tradicional dos conceitos de ciência e de metáfora. De acordo com essa autora,

[o] discurso científico [...] visto ortodoxamente como imparcial e objetivo, não poderia ou não deveria apresentar metáforas de espécie alguma (essa seria, ao menos, a expectativa). Sabe-se, no entanto, que não é bem isso o que de fato ocorre: o tipo de metáforas de que a ciência se serve é considerado pelos lingüistas como 'metáforas mortas' e, por isso mesmo, já com tendência à literalidade e à denotatividade, uma vez que teriam perdido todo valor de surpresa, imagem e expressividade, características da linguagem metafórica. Assim, passando a fazer parte do jargão do discurso científico, esses termos, vistos como técnicos, seriam 'monossêmicos ou mono-referenciais' em oposição aos termos metafóricos propriamente ditos (cf. Rafalovitch, 1983: 43) (1991: 133).

No referido livro, Coracini posiciona-se explicitamente "contra esta visão simplista" (ibid.). Ela frisa tanto a impossibilidade de uma linguagem absolutamente isenta de metáforas quanto a impossibilidade da objetividade absoluta⁸⁸, ou seja, nega o fato de as características de um texto "técnico-científico" serem intrínsecas ao próprio texto. A autora cita vários exemplos do uso de metáforas no discurso científico (cf. ibid.: 138-146) encontrados em textos da área da biologia que analisou. Com esses exemplos e com a constatação de que, mesmo em textos pertencentes ao discurso "científico", não seria "possível determinar *a priori*, sem consideração da comunidade interpretativa, se um enunciado é metafórico ou literal" (ibid.: 146),

⁸⁸ Para uma discussão crítica da crença tradicional numa oposição objetiva entre o significado literal e o metafórico em teorias lingüísticas de ascendência estruturalista, cf. também Arrojo e Rajagopalan (1992).

Coracini corrobora minha crítica em relação à dicotomia apresentada por Wilss entre os dois "tipos" de texto: "técnico-científico" e "literário".

Com suas observações de que o contexto tem de ser levado em consideração, tanto na leitura quanto na tradução de textos "técnico-científicos", Wilss já indica que existe algum ponto problemático no seu pressuposto de que textos desse "tipo" se constituíam apenas de "denotações", supostamente independentes do respectivo contexto extralingüístico. São, portanto, seus próprios comentários que sugerem que nenhum "tipo" de linguagem funcionaria independentemente do contexto concreto no qual é produzido, lido ou traduzido. No entanto, seria exatamente tal independência do contexto que possibilitaria a emergência de uma "ciência da tradução", interessada "em fornecer um conjunto de conceitos e métodos que tornariam possível a descrição objetiva da sincronização interlingual de textos" (1977/1982: 66). Isso significa que o teórico parte de pressupostos que não se sustentam e que, por essa razão, colocam em xeque a sua pretensão de uma "ciência da tradução", fundamentada nas premissas da "lingüística cartesiana".

II.2 O tradutor: sujeito cartesiano ou "problema desagradável"?

II.2.1 A invisibilidade do tradutor: outra condição imprescindível para uma "ciência da tradução"

Antes de abordar o papel atribuído ao tradutor dentro da "ciência da tradução" proposta por Wilss, é importante relembrar que a filosofia cartesiana se fundamenta numa visão dualista que entende a alma e o corpo e, conseqüentemente, o sujeito e o objeto, como realidades completamente separadas. Nesse contexto, a idéia de que o mundo material seja um objeto, cujo funcionamento seria independente do homem e que, portanto, poderia ser compreendido de maneira absoluta, possibilitou o "tratamento da realidade física em termos de quantidade e através da matemática" (ibid.) e assim favoreceu o sucesso da física moderna e das ciências naturais em geral. De acordo com Peter Engelmann, autor do texto introdutório do livro *Postmoderne und Dekonstruktion (Pós-modernidade e desconstrução)*, a relação que contrapõe ao "sujeito conhecedor" o mundo como um objeto a ser descoberto tornou-se o "paradigma da ciência moderna e, a partir daí, da visão do mundo da Modernidade em geral" (1999: 14).

Conforme já mencionei no item 2.1 do capítulo I, dentro dessa mesma concepção filosófica, atribui-se ao "sujeito" – entendido como sinônimo de "pensamento" e, conseqüentemente, de "razão" (Silva, 1993: 7) – uma posição essencial como sendo o "ponto de partida do conhecimento" (ibid.). Em relação a esse papel fundamental atribuído ao pensamento racional dentro da filosofia cartesiana, Silva menciona que Descartes não entenderia as "idéias" racionais

apenas enquanto formas, mas enquanto seres completos, cujo conteúdo, por ser ideal, não lhes diminui em nada a realidade: pelo contrário, torna-a mais evidente e segura, já que não sujeita às flutuações da experiência sensível. A realidade está sempre primeiramente no espírito, isto é, no sujeito, e se apresenta na forma de idéias (1993: 8; grifos do autor).

Dentro do paradigma cartesiano, a experiência sensível – na qual se baseava o modelo filosófico aristotélico (cf. Silva, 1993: 10) – é considerada instável e "flutuante" (ibid.: 8), enquanto o sujeito, e seu pensamento racional, torna-se a suposta garantia para a estabilidade e, portanto, para a validade absoluta do conhecimento. Para tal concepção, é fundamental a compreensão de que o "subjativismo" cartesiano – ou seja, a função "ordenadora do conhecimento" (ibid.) atribuída ao sujeito – não significa, obviamente, uma tendência individualista ou relativista, como poderia sugerir o termo. Ao contrário, a partir da premissa de que a "realidade", ou a "verdade", é única (cf. Descartes, 1637/s.d.: 67), o "sujeito", ao qual Descartes delega a responsabilidade da suposta descoberta dessa "verdade", tem de ser visto como hegemônico (cf. Silva, 1993: 9). Somente a partir da concepção da existência de um sujeito, um pensamento ou uma "razão [...] universal" (Descartes, 1637/s.d.: 99), é possível entender que os "conteúdos" da "mente" corresponderiam às "realidades efetivamente existentes" (ibid.: 10), supostamente únicas e inalteráveis. Conforme observa Santos, uma consequência desse pressuposto da existência de um sujeito hegemônico tem sido que

[a] ciência moderna consagrou o homem enquanto sujeito epistêmico, mas expulsou-o, tal como a Deus, enquanto sujeito empírico. Um conhecimento objetivo, factual e rigoroso não tolerava a interferência dos valores humanos ou religiosos. Foi nesta base que se construiu a distinção dicotômica sujeito/objecto (1987/1993: 50).

A seguir, cito algumas observações do próprio Descartes a título de ilustrar a sua suposição de que existiria um pensamento racional com validade universal e o seu "subjativismo" filosófico. Na sua "busca da verdade" (1637/s.d.: 52), esse filósofo declara confiar apenas no seu próprio pensamento, o qual estaria absolutamente "no [seu] poder" (ibid.: 71). Ao "cultivar a razão" (ibid.: 73), evitando qualquer "precipitação e prevenção" (ibid.), Descartes pretende chegar ao "conhecimento certo" (ibid.), ao "conhecimento da verdade" (ibid.). O filósofo ressalta que, embora possa haver opiniões diferentes sobre um determinado tema, não poderia existir mais que "uma verdade" (ibid.: 67), e que esta verdade única só poderia ser descoberta ao se confiar apenas na "razão", nunca no "costume e [no] exemplo" (ibid.: 63), nem na "imaginação" ou "nos sentidos" (ibid.: 84).

A partir das observações citadas, fica evidente que a filosofia cartesiana parte do pressuposto de que poderia haver uma autonomia completa do sujeito – que, portanto, seria consciente e capaz de atuar de modo absolutamente racional. Diante disso, a figura do cientista seria certamente a mais alta representação de tal sujeito cartesiano. De acordo com Santos, o "paradigma da ciência moderna" parte da visão de que "a verdade, enquanto representação da realidade, impõe-se por si ao espírito *racional e desinteressado*" (1989/1993: 133; meu grifo). A suposta autonomia do sujeito/cientista, ou seja, sua independência de fatores externos, assim como a suposta ausência de qualquer influência por parte do sujeito no objeto estudado – que seria a consequência de uma separação absoluta entre sujeito e objeto – têm sido consideradas, desde Descartes, pressupostos imprescindíveis para se descobrir as "verdades" científicas, especialmente no campo das ciências naturais. No entanto, é conhecido que a distinção sujeito/objeto "nunca foi tão pacífica" nas ciências sociais e humanas quanto tem sido nas ciências naturais e "a isso mesmo se atribuiu [...] o maior atraso das primeiras em relação às segundas" (Santos, 1987/1993: 50). Em relação a essas palavras de Santos, é pertinente lembrar que o reconhecimento desse referido atraso não significa, todavia, admitir que o paradigma cartesiano tenha deixado de ser o modelo para as ciências que não sejam consideradas naturais, como já frisei em I.1.2. E, conforme tentei mostrar em outros momentos, a *Übersetzungswissenschaft* constitui, sem dúvida, uma vertente com pretensões "científicas" cujos representantes – entre eles, Wolfram Wilss – evidenciam, repetidamente, a tendência de se orientar por esse modelo.

Antes de discutir a maneira como a visão cartesiana em relação ao sujeito se reflete na área da tradução, parece-me relevante tecer algumas considerações a esse respeito, focalizando a lingüística. Para isso, baseio-me no artigo "O cientista e a noção de sujeito na lingüística: expressão de liberdade ou submissão?" (1992), de Coracini. Nesse texto, depois de retomar sua crítica sobre a suposta

estabilidade dos significados em textos "científicos"⁸⁹, a autora apresenta alguns comentários sobre a visão de sujeito defendida por estudiosos de diversas vertentes teóricas, os quais, a meu ver, foram fundamentais para o surgimento do interesse em uma "ciência da tradução". De acordo com a autora,

na visão estruturalista, [...] o sujeito falante era [...] visto [...] como mero reproduzidor de estruturas. Reflexo, indubitavelmente, da dicotomia significante/significado - que permite o tratamento isolado dos componentes - e da dicotomia língua/fala propostas por Saussure [...]. O componente subjetivo ou é totalmente rejeitado - por sua variabilidade é lançado na fala - ou é tratado na medida do que ele tem de comum em todas as pessoas.

Na teoria gerativa de Chomsky, a noção de sujeito se vê assumida no sentido idealista do termo, pois pressupõe um sujeito falante ideal, totalmente abstrato, universal, recipiente inato de um conjunto infinito de regras sintáticas, semânticas e fonológicas que constituem o que ele chama de competência lingüística. [...] A teoria gerativa] baseia-se na percepção de tipo racionalista clássico, retoma a concepção cartesiana da valoração do indivíduo dotado de razão, a concepção de que nossa percepção se guia por noções originadas na mente [...].

[O estruturalismo e a teoria gerativa] se atêm ao nível da frase, excluem toda referência ao contexto e, portanto, ao sujeito real, trabalham com critérios de regularidade, de repetição e de completude e, assim, descartam o contingente, o diferente, o incompleto, o ambíguo. [...]

A valorização permanente do estável, do controlável, do presente, assegura ao cientista a ilusão de soberania e poder sobre os dados que crê poder olhar de forma neutra, isenta de toda contaminação dos desejos, fobias, ideologias (experiências e conhecimentos prévios) que integram e determinam nossas crenças, nossas ações, nosso viver (1992: 21-23).

Essas observações evidenciam que as concepções de sujeito no estruturalismo, assim como na teoria gerativa, são compatíveis com as premissas do pensamento cartesiano em relação ao emprego da noção de sujeito – embora os teóricos que representem as duas referidas tendências dos estudos da linguagem não partam, necessariamente, da mesma visão de sujeito e de subjetividade.

A partir das observações citadas, pode-se perceber também que a interpretação da noção de sujeito e de subjetividade subentendida nas palavras de Coracini se opõe claramente àquela implícita no *Discurso* de Descartes (1637/s.d.) – e, conseqüentemente, na filosofia cartesiana em geral. Coracini deixa implícito

⁸⁹ Cf. 1.2. deste capítulo.

que entende o sujeito como definido não só pelo contexto, mas também por seus "desejos, fobias [e] ideologias" e que um "componente subjetivo" seria algo individual e variável.⁹⁰ Como já mencionei, a filosofia cartesiana defende uma postura contrária, segundo a qual a noção de sujeito representa o pensamento supostamente hegemônico, isto é, um pensamento que teria fundamentos idênticos em qualquer ser humano. Nesse sentido, o termo "subjetivismo" expressa a visão de que esse pensamento supostamente hegemônico, ao ser "metodicamente conduzido", encontraria "primeiramente em si os critérios que permitir[iam] estabelecer algo como verdadeiro" (Silva, 1993: 8). Fica claro que, dentro do paradigma cartesiano, os "componentes subjetivos", na maneira entendida por Coracini, constituem-se aspectos negativos que deveriam ser excluídos de qualquer empreendimento científico, pois a realização desse empreendimento dependeria fundamentalmente da existência de um sujeito hegemônico e universal.

Saussure e Chomsky são inegavelmente dois lingüistas que, em suas propostas teóricas "científicas", exemplificam a tentativa de exclusão dos "componentes subjetivos": o primeiro, ao deixar a *parole* (a fala) fora da lingüística; e o segundo, ao se concentrar na "competência" lingüística, supostamente universal, em detrimento do "desempenho", marcado por fatores individuais. Nesse contexto, vale a pena mencionar a argumentação de Frola (1999; 2000), segundo quem, assim como estes dois pensadores, vários teóricos representantes da "lingüística da fala" (1999: 62) – e, mais tarde, alguns teóricos da tradução que reivindicaram a inclusão desta última na referida vertente da lingüística – não teriam se livrado da "perspectiva cartesiana de sujeito" (ibid.: 64), do pressuposto de um "indivíduo senhor" (ibid.: 62). Essa autora coloca em questão se teóricos como, por exemplo, Lawrence Venuti (1995; 1996) ou Gideon Toury (1995), que formulam suas "teorias" claramente em oposição àquelas que se pretendem "científicas" e atribuem grande importância ao momento específico no qual se realiza uma determinada tradução, "conseguem operar uma ruptura

⁹⁰ Essa interpretação dos dois referidos termos corresponde, de maneira geral, àquela defendida por Frola, em *A singularidade na escrita tradutória* (2000).

epistemológica” (Frota, 1999: 62). Frota chega à conclusão de que, apesar do fato de esses teóricos levantarem “questões e faz[ere]m críticas pertinentes”, as mudanças propostas por eles “não rompem com a velha dicotomia paradigmática que envolve a transcendência da língua, de um lado, e o subjetivismo de seu ‘usuário’ de outro”, visto que decretariam “a exclusão do indivíduo de suas teorias, como o fez Saussure” (ibid.).

Partindo dessa premissa defendida por Frota, de que mesmo estudiosos que se opõem ao cientificismo, como Venuti ou Toury, tentariam “excluir” o indivíduo das suas abordagens teóricas sobre a tradução, é certamente possível inferir que, em teorias explicitamente cientificistas – como, por exemplo, as da *Übersetzungswissenschaft* –, tais tentativas devem ter ocorrido de maneira mais óbvia. Em estudos da fase inicial dessa vertente, sobretudo nos anos 60 e 70, observa-se que o “sujeito” tradutor, isto é, a pessoa do tradutor, é simplesmente omitida. Para teóricos como, por exemplo, Koschmieder (1965/1981) ou Kade (1968/1981), a tradução é vista como um empreendimento apenas lingüístico, e o interesse desses autores se concentra na possível definição e caracterização dos elementos lingüísticos supostamente relevantes para a tradução⁹¹. Nesse contexto, o tradutor seria um ponto de “mudança de código” (Stolze, 1994: 46) que, embora realizando a tradução, não interferiria com sua individualidade nesse processo, pois os significados já estariam no texto e sua “transferência” para a outra língua, em última instância, não se diferenciaria decisivamente de um trabalho meramente mecânico⁹². Em *The Science of Translation*, há um comentário de Wilss acerca da posição de Koschmieder a esse respeito, que, a meu ver, ilustra a postura assumida, de maneira geral, pelos teóricos da *Übersetzungswissenschaft*. Segundo Wilss,

Koschmieder tenta excluir a pessoa do tradutor do processo tradutório que, por sua vez, é reduzido a seus fatores básicos lingüísticos e extralingüísticos [...].

⁹¹ Cf. 1.1 deste capítulo.

⁹² Alguns trabalhos de teóricos pertencentes à *Übersetzungswissenschaft*, e que ilustram tal postura, encontram-se em Wilss (org.) (1981).

Com seu alto grau de abstração, a definição [do ato tradutório por Koschmieder] manifesta uma teoria com embasamento científico (1977/1982: 44).

Obviamente, uma visão de tradução como a defendida por Koschmieder só é imaginável se o tradutor for considerado um sujeito no sentido cartesiano, isto é, hegemônico, capaz de se livrar do seu contexto temporal, espacial e de sua "subjetividade", conforme concebida por Coracini (1992) e Frota (1999; 2000). Pode-se resumir, portanto, que os autores que representam a fase inicial da *Übersetzungswissenschaft* partem da concepção de que seria possível a existência de um teórico de tradução de acordo com o paradigma cartesiano, um "cientista racional, impessoal [e] objetivo" que conseguiria "criar [...] teorias altamente explanatórias, tendendo ao universal" (Coracini, 1992: 20). Tais teorias, por sua vez, poderiam ser aplicadas por tradutores, supostamente tão racionais, impessoais e objetivos como os teóricos. Com isso, qualquer individualidade, ou "subjetividade", do tradutor, como também qualquer outra influência de fatores externos ao texto em si, ficariam de fora da teoria, ou pelo menos, "invisíveis". Essa visão de tradução e de "ciência da tradução" é, sem dúvida, a que melhor cumpriria as exigências do modelo cartesiano de cientificidade, pois, futuramente, possibilitaria à lingüística a criação de um "método" de traduzir que permitiria uma tradução absolutamente independente da influência do tradutor ou seu contexto. No entanto, como enfatiza Stolze, embora vários modelos desse tipo tenham sido desenvolvidos por teóricos da *Übersetzungswissenschaft*, nunca se chegou a uma aplicação concreta (1994: 47).

Em trabalhos mais recentes de teóricos pertencentes à *Übersetzungswissenschaft*, a pessoa do tradutor ocupa um papel mais importante. De acordo com Stolze, enquanto os trabalhos mais antigos dessa vertente enfocam o produto da tradução, os trabalhos mais recentes mostram um aumento de interesse pelo processo de tradução (1994: 213). A autora refere-se, por exemplo, a Hans P. Krings que pretende esclarecer a "caixa preta" (*black box*) dos tradutores, documentando seus "pensamentos expressos em voz alta" (ibid.: 215). Já Hans G.

Hönig, partindo de uma postura crítica à tentativa de Krings de igualar “dados cognitivo-verbais às complexas operações mentais”, defende a visão de que “a compreensão [de um texto] é sempre um processo de atribuir significação, que progride progressivamente e que, no final, nunca pode ser objetivo, mas apenas subjetivo, pois [é baseado] no interesse de compreensão da pessoa” (apud Stolze, 1994: 221). Nesse contexto, Wilss pode também ser citado como um teórico cujos trabalhos ilustram uma mudança em relação à postura sobre o sujeito/tradutor. Como aponta Stolze, diferentemente do que ocorre em *The Science of Translation* (1977/1982), em *Kognition und Übersetzen* (1988), Wilss parece reconhecer que a pessoa do tradutor “tem de ser integrada na análise de textos” e que “não é suficiente apenas descrever ‘objetivamente’ a superfície lingüística e os tipos de textos, ou esclarecer o pano de fundo pragmático dos textos” (1994: 217). No entanto, como já mencionei anteriormente citando Frota (1999: 62), um reconhecimento da influência do tradutor no trabalho tradutório não significa, necessariamente, que um determinado teórico tenha abandonado a perspectiva cartesiana de sujeito. Essa questão será discutida, no próximo item, em relação aos livros de Wilss.

II.2.2 O tradutor "ideal" versus o tradutor humano: o impasse de Wilss

Considerando o pressuposto de que o tradutor que melhor se harmonizaria com o modelo paradigmático cartesiano seria a tradutor "invisível" (cf. II.2.1), não causa surpresas encontrar, nos livros de Wilss aqui focalizados, vários comentários que relacionam a condição de maior "cientificidade" da área da tradução à possibilidade de se "excluir" a pessoa do tradutor, a sua individualidade, dessa "ciência". Em *The Science of Translation* (1977/1982), encontram-se as declarações mais explícitas sobre a suposta necessidade de se desconsiderar a pessoa do tradutor para aumentar o "nível científico" do referido campo acadêmico, ou para se chegar a uma tradução "ideal". Provavelmente isso decorre do fato de que, nesse livro – mais do que nos outros dois considerados neste trabalho –, o teórico expunha com mais clareza o seu embasamento no paradigma cartesiano. Como já mencionei, o fato de Koschmieder não levar em consideração uma possível influência da pessoa do tradutor num ato tradutório é considerado por Wilss uma manifestação do "embasamento científico" da sua teoria de tradução (ibid.: 44). Wilss constata também que "a tradução ideal" seria uma "seqüência de procedimentos de substituição mecânicos ou [...] mecanizáveis" (ibid.: 136), ou seja, independentes da individualidade do tradutor. Ao versar sobre as "dificuldades de tradução", o autor evidencia uma postura semelhante, sugerindo que uma abordagem "não relacionada à pessoa [do tradutor]" seria "vantajosa", visto que cumpriria "as exigências de uma estrutura transparente em relação a todas as atividades científicas" (ibid.: 164).

Nos livros mais recentes de Wilss analisados nesta tese, há também vários momentos nos quais o autor deixa transparecer o seu desejo tanto de diminuir, ao máximo possível, a influência do tradutor em qualquer tradução, quanto de justificar essa desconsideração da personalidade do tradutor na abordagem teórica que apresenta. Para ilustrar essa postura do estudioso, pode-se citar sua declaração, em *Kognition und Übersetzen*, de que o tradutor não deve ser considerado um "produtor de texto", mas apenas um "recipiente" e um "reprodutor"

(1988: 47). O teórico destaca que um tradutor seria "tanto mais eficiente quanto mais forte [fosse] a sua capacidade de adaptação" e quanto mais fosse "capaz de relativizar o seu próprio horizonte mental, o seu próprio mundo de experiências e valores, em busca de um horizonte mental alheio, em busca de um mundo de experiências e valores alheios" (ibid.: 50) – ou seja, o tradutor "eficiente" seria o tradutor "invisível". Conforme Wilss, qualquer tradução teria de ser marcada pela "neutralidade" do seu tradutor, para que este pudesse realizar sua tarefa de maneira "objetiva" (ibid.: 96). Tal "objetividade", por sua vez, deveria constituir o "maior objetivo profissional" de qualquer tradutor (ibid.: 105). Essas observações revelam a recusa do autor de admitir a possibilidade de uma influência decisiva de fatores humanos, tanto individuais como contextuais, na tradução. A esse respeito, o teórico ainda declara que qualquer abordagem na área dos estudos da linguagem que se oriente pelo modelo científico fundado por Galilei e, mais tarde, defendido pelo cartesiano Chomsky (cf. Wilss, 1996a: 20) – como o trabalho do próprio Wilss –, necessariamente deixaria de captar "uma dimensão fundamental do comportamento humano" (1988: 171). Essa desconsideração, no entanto, seria tolerada para tornar possível uma "unidade algorítmica da teoria" (ibid.).

No mais recente livro de Wilss entre os discutidos nesta tese, o papel do tradutor ganha mais importância – sobretudo se comparado àquele que lhe cabe em *The Science of Translation*. Isso pode ser observado pelo próprio título da obra, *Knowledge and Skills in Translator Behaviour* (Conhecimento e habilidades no comportamento do tradutor). Porém, antes de focar trechos que ilustram a mudança na visão de Wilss, parece-me importante mencionar que, mesmo nesse último livro, há comentários que indicam que essa mudança não foi total e que, ao abordar a questão do tradutor, esse teórico ainda se orienta, em parte, pelo pensamento cartesiano ortodoxo. Conforme já destaquei na seção 1.2 deste capítulo, em *Knowledge and Skills in Translator Behaviour*, o autor observa que todo texto teria um "significado estável e repetível" (1996a: 71). Isso sugere que o significado seria intrínseco ao texto, podendo ser resgatado pelo leitor/tradutor, tanto que, segundo Wilss, "nas comunicações quotidianas, e especialmente nas

áreas técnico-científicas", a leitura não deveria ser entendida como uma "interpretação". Pelo contrário, ela seria apenas uma "reconstrução" de "significados", de "maneira analítica" e com base no "conhecimento acumulado", que permitiria ao leitor "generalizar acima de experiências particulares" (ibid.: 161). Ao citar Brown/Yule (1983), Wilss também concorda com a observação desses autores de que estaria "comprovado que leitores ou ouvintes de um texto compartilham a mesma experiência" (ibid.: 160). Esses pressupostos permitem a Wilss preconizar que o tradutor não deve ser "contaminado pela ideologia" (ibid.: 40), nem "produzir novos significados" (ibid.: 142), mas simplesmente tentar analisar o texto de partida para realizar uma tradução que não altere os significados e que tenha, na cultura de chegada, o mesmo impacto que o texto original tem na cultura de partida (ibid.: 90). Com base nessas citações, pode-se constatar que a pressuposição de que existiriam frases e textos cujos significados são estáveis e intrínsecos às palavras⁹³ e que, portanto, não deixariam "espaço para interpretações subjetivas" (ibid.: 160) é fundamental para a concepção do tradutor defendida por Wilss.

Pelo que foi mencionado, pode-se afirmar que a postura de Wilss certamente corresponde à perspectiva cartesiana no que se refere ao papel que caberia ao tradutor numa suposta "ciência da tradução". Entretanto, essa postura do teórico deve ser encarada com certas reservas. Faço essa afirmação com base em alguns dos seus comentários que contestam, implícita ou explicitamente, a possibilidade de se apoiar uma "ciência da tradução" na idéia da existência de um sujeito cartesiano. Esses comentários, nos quais o autor contradiz claramente a posição assumida em outras passagens, podem ser encontrados nos três livros focalizados. No entanto, quanto mais recente o ano da publicação da obra, mais evidente se mostra o impasse do teórico em relação à sua perspectiva acerca do sujeito e, conseqüentemente, acerca do papel atribuído à pessoa do tradutor.

⁹³ Para uma discussão sobre a visão de Wilss em relação à suposta existência de significados estáveis e independentes da respectiva leitura, cf. item 1.2. deste capítulo.

Diferentemente do que faz nos outros dois livros discutidos aqui, em *The Science of Translation*, Wilss não dedica um capítulo inteiro a uma discussão sobre o papel que caberia à pessoa do tradutor dentro de uma "ciência da tradução". Nesse livro, um dos objetivos principais é o desenvolvimento de "métodos de processamento livres de valores" (1977/1982: 13) para serem aplicados na tradução. Com isso, o teórico pretende tornar o processo tradutório mais "objetivo" (ibid.: 7). Tal enfoque na busca de métodos "objetivos" constitui certamente um forte motivo para que, nesse livro, o autor revele, de maneira explícita, o seu desejo de "excluir" a pessoa do tradutor da sua teorização – conforme apontei acima. No entanto, apesar dessa postura, em alguns momentos, Wilss não consegue deixar de observar – minando assim a sua argumentação em defesa de uma "ciência da tradução" cartesiana – que a influência da personalidade individual do tradutor em qualquer tradução seria inegável. Desse modo, logo após definir a "tradução ideal" como um conjunto de "procedimentos mecânicos de substituição" (ibid.: 136), o autor afirma que qualquer "processo tradutório mostra uma dimensão variável que está relacionada à pessoa que realiza a tradução" (ibid.: 137)⁹⁴.

O problema com o qual Wilss se confronta ao tentar tornar a tradução mais "objetiva", isto é, independente de fatores humanos individuais e instáveis, fica também evidente quando ele declara que

a tradução, assim como qualquer atuação lingüística, envolve uma atividade humana [...]. Todo tradutor, como todo comunicador, encontra-se numa relação específica com a realidade. Em outras palavras, ele possui um volume específico de experiência lingüística e extralingüística; além disso, possui um determinado número de interesses tradutórios que determinam o seu sistema de valores em relação à tradução [...], que, por sua vez, controla a produção tradutória. Ao traduzir, ele ocupa um papel específico na comunicação [...] que é marcado, de maneira significativa, por conceitos de qualidade subjetivos acerca da natureza semântica e/ou sintática. [...] Por isso, eu não concordo com Vermeer que acredita na "imunidade" ou na neutralidade do tradutor em relação ao texto que traduz (1978, 101). Como todo

⁹⁴ É pertinente mencionar que, em vários trechos do mesmo livro, encontram-se outros comentários do autor nos quais ele destaca a influência do tradutor no ato tradutório. Cf., por exemplo, Wilss (1977/82: 23; 111; 161-162; 175; 219).

tradutor "é um ser humano com uma história psicológica própria e individual" (Kopczyński 1980, 45), o resultado da sua atividade tradutória depende da sua predisposição em relação ao texto a ser traduzido e de sua própria capacidade de resolver problemas [...]. Mesmo nos casos em que o tradutor poderia evitar, em grande medida, tomar decisões tradutórias, [...] sua influência no texto a ser traduzido será notável (1977/1982: 139).

Apesar desse reconhecimento de que o contexto humano, no qual se integram as experiências individuais e sociais do tradutor, é decisivo para se abordar questões da tradução, a argumentação apresentada em *The Science of Translation* sugere, inegavelmente, que quanto menor fosse a influência de fatores contextuais na tradução, melhor seria para o possível desenvolvimento de uma "ciência da tradução". Ao tratar da crítica de tradução, Wilss chega até a sugerir que a pessoa do tradutor seja um "problema desagradável" que teria de ser enfrentado (ibid.: 219), mostrando claramente a sua avaliação acerca do papel do tradutor dentro da vertente dos estudos da tradução que se pretende "científica".

O conflito do teórico entre a tentativa de desconsiderar a pessoa do tradutor e o inevitável reconhecimento da impossibilidade de se negar a sua importância como fator decisivo e fundamental em qualquer processo tradutório permeia também, e de forma progressivamente mais clara, os outros dois livros nos quais concentro minha discussão. Em *Kognition und Übersetzen*, o autor observa que o resultado de uma tradução dependeria, entre outros fatores, "das condições mentais do tradutor e de sua própria escala de valores" (1988: 44). Sua ponderação de que não existiria nenhuma "natureza uniforme do processo tradutório" e de que não se poderia negar "a subjetividade do comportamento tradutório" (ibid.: 58) – assim como outros comentários de semelhante teor apresentados no mesmo livro⁹⁵ – não deixam dúvida de que o conceito de sujeito cartesiano (e portanto hegemônico) não é apropriado para se teorizar sobre a tradução.

⁹⁵ Cf., por exemplo, Wilss (1988: 65; 67; 82; 97; 100; 164; 187; 246).

O problema da incompatibilidade entre uma "ciência" orientada pelo paradigma cartesiano e as características do trabalho prático de tradução evidencia-se também em outro conflito de Wilss. Por um lado, o autor afirma a suposta necessidade de se desenvolver "standardizações metódicas" que tornariam possível "parcelar o complexo campo de trabalho do tradutor numa série de passos metódicos, singulares, e interligados de maneira sistemática" (ibid.: 51), e que, conseqüentemente, possibilitariam a justificação "racional" do "comportamento tradutório" (ibid.: 97). Por outro lado, ele observa que "é sempre mais fácil formular postulados metódicos acerca dos processos de decisão tradutórios do que transformá-los em realidade tradutória" (ibid.).

Em *Knowledge and Skills in Translator Behaviour*, Wilss não se refere mais à possibilidade de se desenvolver uma "ciência da tradução". Mantém, no entanto, a opinião de que o ato de traduzir seria uma mera "reconstrução" de significados (1996a: 161). Nesse livro, o teórico tece vários comentários que indicam que a sua postura mudou, especialmente se comparada com a que defende em *The Science of Translation*. Ou seja, a meu ver, o teor do livro de 1977/1982 é rigorosamente cientificista, apesar da existência de algumas observações relativizantes. Já nos livros de 1988, *Kognition und Übersetzen*, e 1996, *Knowledge and Skills in Translator Behaviour*, a situação é invertida, pois prevalecem os comentários incompatíveis com uma postura cartesiana, embora declarações orientadas pelos pressupostos do paradigma cartesiano ainda persistam. Assim, no livro mais recente, Wilss confirma, por exemplo, que a tradução é "consideravelmente determinada pela personalidade do tradutor" (ibid.: 5), e que o texto de partida "é manipulado pela sua [do tradutor] visão do texto, seus usos, habilidades e experiências lingüísticas, suas capacidades de resolver problemas, a sua rotina, criatividade e sua empatia" (ibid.: 145). Além disso, afirma que a tradução é "uma rede muito delicada de fatores pessoais, textuais, socioculturais, históricos e mentais" (ibid.: 76). Essas observações sugerem certamente que o autor reconhece que cada tradutor teria uma relação específica com um determinado texto e que essa relação influenciaria, inevitavelmente, o

seu trabalho. Entretanto, o estudioso não leva essas observações às últimas conseqüências, uma vez que elas negariam a possibilidade de se chegar a uma teoria que confirmasse a hipótese de um trabalho tradutório livre de influências ideológicas (ibid.: 40) e da produção de novos significados (cf. ibid.: 142) – um desejo que continua a guiar seu trabalho teórico.

A postura conflitante de Wilss revela-se também nas suas declarações sobre dois aspectos que ele considera inseparavelmente ligados ao trabalho tradutório: a “intuição” e a “criatividade”. Por um lado, o teórico reconhece que a “criatividade” – estreitamente relacionada à “intuição” (1996a: 54) – seria uma “competência individual” (1988: 120), não suscetível de ser avaliada por uma “medida geral” ou uma “norma universal” (ibid.). Para se discutir essa “competência individual”, seria necessário, conforme aponta Wilss, “distinguir entre um tradutor e outro, entre um (tipo de) texto e outro e entre uma situação e outra” (ibid.). O estudioso conclui que a “criatividade na tradução não é um conceito ‘universal’” (1996a: 49). Por outro lado, o autor deixa perceber que ainda tem esperança de que se possa “controlar” também essa característica de maneira “científica”. Essa esperança transparece, por exemplo, quando declara que “as pesquisas sobre a criatividade *ainda* não alcançaram a clareza necessária para obter os critérios de objetividade, de simplicidade e de completude que caracterizam, no caso ideal, os empreendimentos científicos” (ibid.: 49-50; meu grifo). Em resumo, embora o autor admita que seria difícil “tornar objetivo o conceito de criatividade de maneira científica e pesquisar as múltiplas dimensões dessa capacidade” (ibid.: 51), a observação acima mencionada parece sugerir que essas “dificuldades” “ainda” serão resolvidas pela “ciência”, mesmo que seja num futuro remoto.

Levando em consideração o fato de Wilss se basear na dicotomia cartesiana razão/sensibilidade – em que o primeiro elemento constituiria a base para qualquer ciência – parece óbvio que, em vários momentos, esse teórico sugira a “exclusão” dos aspectos incompatíveis com a “racionalidade”. A tentativa

de isolar e banir essas influências não passíveis de controle da pretendida "ciência da tradução" revela-se, conforme apontei no início deste item, quando o teórico relaciona o fato de Koschmieder "desconsiderar" a pessoa do tradutor em sua teoria a um aumento da "cientificidade" na área da tradução. O seu desejo de "excluir" o que não seria compatível com o paradigma cartesiano atinge também a "intuição" na escrita tradutória. Para Wilss, esse é um conceito não suscetível de ser explicado ou entendido "cientificamente" (1988: 141), nem a partir do "método cartesiano" (ibid.: 136). A intuição seria apenas uma "ajuda" para o tradutor, na qual "não se pode[ria] confiar" (ibid.). Visto que, para o autor, as "capacidades intuitivas" do tradutor seriam utilizadas apenas quando não se conseguisse "chegar a resultados aceitáveis com base nas estratégias racionais de resolver problemas" (1988: 142), a mais completa "exclusão" da "intuição", tanto de uma possível "ciência da tradução" quanto da prática tradutória, parece perfeitamente plausível. Além disso, essa "exclusão" seria, conforme o raciocínio de Wilss, também desejável, já que o uso da "intuição" representaria sempre um "risco" para a qualidade do trabalho tradutório (1988: 139), justamente por sua falta de embasamento "racional". No entanto, ao confirmar, por exemplo, que um "ponto proeminente do ensino de tradução" seria "desenvolver as habilidades criativas" – e, conseqüentemente, as intuitivas – o autor indica que esses aspectos constituem fatores importantes na prática tradutória. Com isso, a "exclusão" que ele próprio preconiza parece estar sendo posta em xeque.

Partindo da evidência de que os próprios argumentos de Wilss revelam ser impossível simplesmente ignorar a individualidade do tradutor, a "eliminação" dos elementos supostamente inconciliáveis com a "racionalidade" cartesiana revela-se um empreendimento inexecutável. Além do caráter conflitante de seus argumentos acerca da função do tradutor, o autor faz também outras declarações mais específicas que abrem um espaço para a identificação da problemática do paradigma cartesiano nesse contexto. Essa identificação de problemas não é feita de maneira explícita por Wilss, mas transparece em alguns trechos dos seus livros. Refiro-me, por exemplo, às suas observações de que a "ciência da tradução

precisa de um conceito de ciência [...] que não se baseie apenas em princípios do pensamento racional, mas que envolva também maneiras de comportamento 'desordenado'" (1988: 138). Ou de que um conceito de "racionalidade limitada auxiliaria mais à ciência da tradução do que um modelo de racionalidade de pretensão absoluta" (ibid.: 58-59). Ou seja, Wilss parece sugerir que a própria tradução mostra-se como uma atividade impossível de ser conciliada com a pressuposição de um sujeito cartesiano. Com isso, o autor toca no ponto essencial do modelo cartesiano. Tirar o pensamento racional do seu lugar de destaque significaria, certamente, abandonar o próprio fundamento do paradigma. Em outras palavras, ao propor que a área de tradução deveria se basear em um modelo de "racionalidade limitada", Wilss indica que o modelo cartesiano mostrou-se inadequado para cumprir a função de ponto de orientação desse campo. Nesse momento, é a própria argumentação do teórico que parece sugerir um debate sobre a utilidade desse modelo em relação à tradução.

O contexto mais amplo no qual a tradução se insere como uma área em que poderia haver um questionamento do paradigma cartesiano é descrito pelo próprio Wilss em alguns momentos em que o autor declara ter conhecimento da ocorrência de discussões que colocaram em questão a validade desse modelo epistemológico, em todas as áreas acadêmicas. O teórico pergunta, por exemplo, se, com "o postulado pós-moderno, anti-metodológico" de Paul Feyerabend, não teria acabado "o sonho de uma ciência metodologicamente rigorosa" (1988: 11) e levanta a seguinte dúvida: se o fim de tal "sonho" não atingiria, "sobretudo, uma ciência que lida com textos" (ibid.). O autor também evidencia seu conhecimento sobre as mudanças epistemológicas que ocorreram nas ciências naturais, ao longo do século passado, quando aponta o fato de a "separação clara" entre sujeito e objeto ter sido posta em xeque a partir de discussões na física quântica, especificamente por Heisenberg (1988: 15), ou quando menciona que a "física quântica e a teoria da relatividade [...] mudaram profundamente a nossa visão de mundo" (ibid.: 153).

Sem dúvida, Wilss está ciente das mudanças que ocorreram no pensamento epistemológico devido, entre outras razões, às descobertas revolucionárias da física quântica⁹⁶. Além disso, o simples gesto de mencionar esse fato num livro sobre tradução parece indicar que ele não descarta a possibilidade de esses acontecimentos poderem ter algum tipo de repercussão na sua área. Ao mesmo tempo, porém, o teórico mantém uma postura cética em relação às vertentes que questionam alguns aspectos fundamentais do paradigma cartesiano, nas áreas das ciências humanas. Isso evidencia-se, por exemplo, quando refuta a visão de tradução de Jacques Derrida – reconhecidamente um filósofo que tem se destacado nas discussões que apontam supostas falhas e "pontos cegos" no pensamento cartesiano – segundo quem "a tradução não tem como objetivo principal a comunicação" (1996a: 123). Wilss não discute as implicações ou os argumentos derridianos, mas o fato de rejeitá-los permite deduzir que, de um modo geral, não concorda com o chamado pensamento pós-moderno, ou desconstrutivista, do qual o referido filósofo é um dos principais expoentes.

Contudo, é certo que o contexto filosófico no qual se insere, entre outras tendências, a desconstrução de Derrida, não deixa de ser percebido por Wilss. O teórico destaca, por exemplo, que a tendência "pós-moderna" – que, implicaria uma resistência "às tentativas radicais de se geometrizar o mundo e às respostas lógico-calculadas para as perguntas lógico-calculadas" (1988: 150) – teria ganho "cada vez mais discípulos" (ibid.). O sucesso do pensamento "pós-moderno" – que, supostamente, implicaria um "subjativismo radical" (Guggenheim, 1984; apud Wilss, 1988: 150) – teria acontecido em áreas como a literatura, a música, a filosofia, a teoria da ciência, a arquitetura e até na "formação da opinião política", na "nova religiosidade" e na "nova atitude acerca do trabalho" (ibid.). Wilss opina que, como consequência do surgimento desse pensamento "rebelde" (ibid.: 138), a "humanidade" teria se tornado "desconfiada em relação ao presente" (ibid.: 151). Mas, a relação do teórico com a denominada pós-modernidade não deixa de ser

⁹⁶ Cf. cap. III desta tese.

cética, como revela não apenas a sua menção ao "subjativismo radical" (1988: 150) que supostamente marcaria essa tendência de pensamento, mas também a sua observação de que

ainda não há certeza se a pós-modernidade se tornou, efetivamente, uma nova época na história humana; talvez represente apenas um intervalo, um estado transitório [e] anedótico, até a próxima compreensão da humanidade em relação a si mesma (1988: 151).

A desconfiança de Wilss em relação a pensadores vinculados às áreas humanas que representariam uma "ameaça" para o paradigma cartesiano – que, de um modo genérico e homogeneizador, segundo Wilss, seriam aqueles ligados ao "pós-modernismo" – revela-se também quando esse autor aborda questões diretamente ligadas à tradução. É oportuno lembrar que, numa afirmação já citada neste item⁹⁷, Wilss se posiciona claramente contra o teórico Vermeer que, na referida citação, é mencionado como defensor da suposta necessidade de um tradutor ficar imune e neutro no seu trabalho – postura criticada por Wilss nesse trecho. Em outro momento, no entanto, é o próprio Wilss quem salienta a suposta necessidade de o tradutor trabalhar de maneira neutra (1988: 96) e, além disso, manifesta uma postura crítica em relação a Vermeer, visto que esse teórico, em trabalhos mais recentes (1994), atribuiria demasiada importância tanto ao contexto cultural no qual se insere uma tradução (1996a: 88), quanto a fatores individuais que influenciariam qualquer tradução, tornando o tradutor um "co-autor". Assim, Wilss define como "inaceitável" (1996a: 33) e "perigosa" (ibid.: 34) a opinião de Vermeer de que "o público tem direito de saber os motivos da estratégia de escolha usada pelo tradutor, para saber o que e quem lê, assim como de que modo está lendo o autor e o seu co-autor, o tradutor" (apud Wilss, 1996a: 33). Além disso, Wilss refuta a declaração de Vermeer de que um tradutor teria "uma responsabilidade cultural ao introduzir numa sociedade, e na sua tradição literária, novos aspectos, seja de forma, de conteúdo ou de significado e, portanto, novos aspectos do 'mundo'" (ibid.). Ou seja, as tendências teóricas que, de diferentes maneiras, atribuem ao tradutor um direito de contribuir, ativa e declaradamente, na

⁹⁷ Cf. pág. 115 desta tese.

produção de significados – como o faz, por exemplo, Vermeer ou Derrida –, continuam sendo claramente rejeitadas pelo estudioso. Em outras palavras, a “invisibilidade” do tradutor parece continuar tendo um certo papel na sua teorização.

Para sintetizar as inúmeras observações de Wilss concernentes à questão do tradutor, cito mais um trecho, retirado de *Kognition und Übersetzen* (1988), que me parece bastante adequado para ilustrar o “conflito” no qual Wilss se encontra e para o qual ele ainda não achou uma solução satisfatória, uma vez que a mesma problemática já detectada em *The Science of Translation* (1977/1982) continua presente no livro de 1996, *Knowledge and Skills in Translator Behaviour*, embora sendo abordada de um ângulo um pouco diferenciado. No referido trecho, o autor afirma que

qualquer teoria de tradução que se abstrai da pessoa do tradutor, ou se conforma em defini-lo [...] como um “super-comunicador” expõe-se ao perigo de falsificar ou idealizar seu objeto de estudo. [...] Ultimamente, as abordagens teóricas de tradução têm sido mais cautelosas, pluralistas, mas também mais relativistas [...]. Embora essa pluralização seja desejável, parece-me bastante problemática a reivindicação, cada vez mais propagada, de um “direito de participação” do tradutor na produção do texto de chegada (1988: 45).

A meu ver, uma grande problemática que o próprio Wilss cria para o prestígio acadêmico da tradução é que ele relaciona um suposto aumento da cientificidade da área à “exclusão” do sujeito/tradutor e, ao mesmo tempo, reconhece que o tradutor ocupa um lugar determinante em qualquer tradução. Desse modo, a sua própria argumentação inviabiliza a possibilidade de se aumentar a reputação acadêmica dos estudos da tradução. Outro aspecto que destaco é o seu ceticismo em relação à possibilidade de que as vertentes defensoras de um pensamento não cartesiano – genericamente denominadas por ele de “pós-modernas” – nas áreas humanas ou, especificamente, no campo da tradução tragam impulsos positivos à sua área. Essa sua descrença o impede de levar adiante um questionamento sobre a utilidade da sua orientação pelo modelo cartesiano de cientificidade.

Considerando essas observações, e lembrando o exame empreendido no item II.1.2 sobre a visão de Wilss em relação à suposta estabilidade dos significados de textos "técnico-científicos" (que lhe permite supor um trabalho tradutório neutro e compatível com o pensamento cartesiano), continua a impressão de que, na opinião do autor, esse "tipo" de texto ainda poderia "salvar" seu projeto "científico". Conforme o raciocínio do teórico, os argumentos críticos levantados contra a sua visão "científica" por diversos representantes da sua própria área parecem não ser válidos ao se tratar de textos "técnico-científicos", já que, aparentemente, o autor apoia sua teorização no que supõe serem os fundamentos epistemológicos das ciências naturais. Dessa maneira, entendo como justificada uma tentativa de confrontar sua proposta teórica e metodológica com argumentos sobre a linguagem "técnico-científica" e o conceito de sujeito surgidos exatamente no campo das ciências naturais.

No entanto, antes de iniciar tal cotejo, considero pertinente mencionar que, num artigo publicado em 2000 com o título "*Interdisziplinarität: ein neues Übersetzungswissenschaftliches Paradigma*" ("Interdisciplinaridade: um novo paradigma da ciência da tradução"), ainda não citado neste trabalho, o próprio Wilss sugere que as discussões epistemológicas das ciências naturais já tenham provocado reflexos nas áreas humanas. No referido artigo, o teórico enfatiza que "as dúvidas 'pós-modernas' sobre a existência de realidades objetivas são (segundo se diz) confirmadas pela física moderna" (2000: 267). Mostrando, de um modo geral, uma postura mais positiva acerca do "pós-modernismo" – já que essa tendência filosófica teria sido "confirmada" pelas ciências naturais, especialmente pela física – o estudioso destaca o que considera ser uma das consequências dessa tendência para a área de tradução. O teórico declara que, ao se refletir sobre essa temática,

torna-se óbvio, rapidamente, que a tentativa de se tratar todos os assuntos científicos com um método universal, subordinando-os a um princípio uniforme e coerente, deixa perceber [...] uma "utopian engineering" [sic.] (Karl Popper). [...]

A experiência tradutória é rica e diferenciada demais para que seja possível compreendê-la através de um sistema de pensamento, ou de instrumentos metodológicos, universalmente válidos. Todo organismo

[...] vive numa realidade metódica única, que corresponde à sua própria maneira de pensar e atuar e que não pode ser ultrapassada, nem abandonada. Temos de nos preparar para o fato de que existem muitos modos de pensar, e que cada um contém uma parte, pequena ou grande, daquilo que, comumente, chamamos de verdade (2000: 273-274).

Levando em consideração tanto o fato de Wilss, repetidamente, mostrar interesse em aproximar a área da tradução do modelo cartesiano das ciências naturais, quanto o seu reconhecimento de que as "dúvidas pós-modernas" seriam "confirmadas" por essas ciências duras, especialmente pela física quântica (2000: 267), parece-me pertinente argumentar que é o próprio Wilss quem parece estar abrindo o caminho para o confronto que pretendo promover entre seu trabalho e as discussões epistemológicas que marcaram tanto as áreas humanas, como também as ciências naturais durante o século XX.

CAPÍTULO III

O MODELO CARTESIANO EM QUESTÃO: ABALOS EM UM VELHO PARADIGMA

No final do capítulo anterior, sublinhei a postura cética que Wilss expõe, em todos os livros aqui discutidos (1977/1982; 1988; 1996a), em relação à vertente filosófica denominada de pós-modernidade e a trabalhos teóricos sobre tradução que, de uma maneira ou outra, possam ser associados a essa tendência filosófica. Assinalei também que, num artigo mais recente (2000), o teórico mostra uma posição mais positiva acerca dessa mesma linha de pensamento, por entender que ela estaria "confirmada" (2000: 267) pelo menos por uma parte das ciências naturais, ou seja, que ela encontraria respaldo em conhecimentos oriundos em algumas das ciências naturais – às quais o teórico atribui um prestígio maior do que aos estudos acadêmicos nas áreas humanas (cf. Wilss, 1988: 1). Contudo, essa aparente mudança no seu posicionamento não o levou, pelo menos no referido artigo, a sugerir que a sua possível aproximação com o pensamento pós-moderno implicaria a necessidade de repensar, ou reavaliar, a sua própria teorização em defesa de uma "ciência da tradução" cartesiana – cujos pressupostos teóricos e conflitos internos foram discutidos no capítulo II desta tese.

Diante desse cenário, proponho-me a debater duas questões principais neste último capítulo. Em primeiro lugar, defendo que como consequência de uma adesão mais positiva ao pensamento pós-moderno, insinuada por Wilss no artigo supracitado (2000), o estudioso parece abrir um caminho para a possibilidade de se reexaminar sua proposta teórica anterior. Procuro alicerçar esse argumento com base em trabalhos teóricos representativos da tendência dos estudos da tradução que se orienta por pressupostos que marcam a reflexão pós-moderna. Apesar de possíveis divergências, todos os teóricos que cito como incluídos nesse

contexto se caracterizam por uma visão comum absolutamente contrária à possibilidade de se desenvolver uma "ciência da tradução" nos moldes propostos pelo referido teórico alemão. É pertinente ressaltar que não é o propósito deste subcapítulo apresentar uma ampla revisão bibliográfica de todas as idéias formuladas a respeito da conjunção tradução – pós-modernidade, mas sim esboçar algumas concepções acerca das noções de significado e de sujeito no âmbito filosófico da referida vertente, de modo a consubstanciar a argumentação que venho desenvolvendo nesta tese.

Em segundo lugar, considerando a hipótese de que os comentários de Wilss favoráveis à "pós-modernidade" possam ser entendidos apenas como uma "escorregadela" isolada na sua ampla produção bibliográfica, busco mostrar que a linha de argumentação apresentada pelo autor nos seus três livros anteriores – qual seja, de que os pressupostos teóricos de uma "ciência da tradução" seriam sustentados pelos fundamentos epistemológicos das ciências naturais – revela-se altamente questionável. Pretendo evidenciar isso a partir de textos da autoria de diversos representantes das ciências naturais, primordialmente da física moderna, que têm colocado em questão a validade absoluta dos pressupostos cartesianos, entre outros, em relação à linguagem e ao sujeito. Nessas duas questões enfocadas neste capítulo, sigo o objetivo de argumentar que a teorização apresentada por Wilss – fundamentada nas premissas do paradigma cartesiano e já amplamente examinada no presente trabalho – não só apresenta contradições internas, mas também está em conflito com as argumentações defendidas tanto por muitos teóricos da sua própria área, quanto por muitos cientistas naturais. Com isso, contrariamente ao raciocínio seguido pelo teórico, as ciências naturais não representam mais uma área que poderia "salvar" seu projeto "científico".

III.1 Questionamentos do modelo cartesiano nos estudos da tradução

III.1.1 Pós-modernidade, desconstrução e pós-estruturalismo

Antes de iniciar a reflexão sobre a relação entre pós-modernidade e tradução, é indispensável destinar algumas palavras para expor a contextualização da referida tendência filosófica e um possível modo de defini-la. Tendo em vista os limites impostos pelo objetivo da minha pesquisa, não posso oferecer um exame abrangente da história e das diversas interpretações dessa vertente filosófica⁹⁸. Porém, considero fundamental destacar o fato de que as discussões em torno da pós-modernidade são inúmeras e, às vezes, conflitantes⁹⁹ – o que, usando as palavras de Arrojo, pode ser atribuído aos seus "limites generosos" (1993: 10). Tais "limites generosos" já transparecem num texto-chave da pós-modernidade, *A condição pós-moderna*, de Jean-François Lyotard, no qual esse filósofo apresenta como uma possível definição do referido termo o "estado de cultura após as transformações que afectaram as regras dos jogos da ciência, da literatura e das artes a partir do fim do século XIX" (1979/1998). Um aspecto fundamental no contexto da pós-modernidade – já indicado por essa citação de Lyotard – é o fato de ter ocorrido uma revisão crítica, empreendida por pensadores associados a esse "estado de cultura", acerca de valores, idéias, conceitos e bases teóricas que marcaram o pensamento dos últimos séculos. Nesse sentido, no texto *"Beantwortung der Frage: Was ist postmodern?"* (Respondendo à pergunta: o que é pós-moderno?), Lyotard declara que se "impôs um exame rigoroso ao pensamento do Iluminismo, à idéia de um objetivo comum da história e do sujeito" (1982/1990: 35). Engelmann nos oferece outra descrição que esclarece ainda mais o enfoque especial desse "exame rigoroso". De acordo com esse

⁹⁸ Para uma leitura mais aprofundada sobre a pós-modernidade, confira, por exemplo, Bertens (1995); Engelmann (org.) (1990); Lyotard (1979/1998) e Sarup (1989).

⁹⁹ Ilustrações de propostas divergentes – especificamente acerca dos conceitos de linguagem, de interpretação e de texto –, num contexto marcado pelo pensamento aqui denominado de pós-moderno, encontram-se, por exemplo, no livro *Interpretação e Superinterpretação*, de Eco (1992/1993), em que estão reunidos textos desse autor, assim como de Rorty, Culler e Brooke-Rose.

autor, enquanto o pensamento tradicional se caracterizava por uma "exclusão da heterogeneidade e da diferença" (1999: 14), os representantes da pós-modernidade se distinguem por trabalhos que propagam uma valorização desses aspectos. Ou seja, eles se destacam por dedicar uma atenção especial ao contexto concreto e individual de qualquer "texto", entendido aqui no sentido marcado por Derrida, que utiliza esse termo para denominar "praticamente tudo", tanto "a escrita", como "a fala", "o gesto" ou "a realidade" (Engelmann, 1990: 20-21). Tal enfoque na diferença e na singularidade tem sido alardeado por Lyotard e Derrida, mas em obras mais remotas, de Georg Friedrich Hegel, Friedrich Nietzsche e Michel Foucault (cf. *ibid.*: 15-16), já é possível perceber uma atenção especial a esses aspectos.

A revisão crítica dos pressupostos que sustentaram o pensamento filosófico e epistemológico – assim como as artes¹⁰⁰ – da época moderna levou a um profundo questionamento de posições e concepções válidas durante uma longa época. Vale a pena lembrar que o termo "pós-modernidade" parece ser utilizado por Wilss nesse mesmo sentido, ou seja, como uma posição crítica acerca das bases da modernidade e da sua crença no progresso qualitativo da história. Nos seus livros focalizados neste trabalho, esse autor emprega, embora com pouca frequência, o termo "pós-modernidade" para se referir de um modo bastante geral ao "pensamento rebelde" (1988: 138) que teria tornado "a humanidade desconfiada em relação ao presente" e que teria propiciado o surgimento de uma "sensação de ambivalência em relação ao progresso técnico-científico" e um "sentimento contra o universal" (*ibid.*: 151). Mas, apesar de ter havido uma revisão dos fundamentos metafísicos e filosóficos da modernidade, é pertinente mencionar que a base para o surgimento das críticas pós-modernas pode ser identificada já na época moderna. Como aponta, por exemplo, Lyotard, o "pós-moderno [...] faz parte da modernidade" (1982/1990: 45), "não é o fim da modernidade, mas seu parto, seu permanente parto" (*ibid.*). Engelmann posiciona-se ainda mais

¹⁰⁰ Sobre a relação entre pós-modernidade e arte confira, por exemplo, Lyotard (1982/1990) e Bertens (1995).

claramente nesse sentido ao argumentar que a pós-modernidade seria uma “tentativa de se concretizar os conteúdos da modernidade” (1990: 8). Ou seja, ao se destacar as divergências entre os pensamentos moderno e pós-moderno, não se deve esquecer que, ao propor uma revisão das bases que sustentaram a modernidade, a pós-modernidade não propôs um afastamento total de seus conceitos e valores, mas sim uma nova abordagem, um novo olhar, sobre eles.

Diante desse quadro, creio que, de um modo geral, é possível definir as argumentações de filósofos associados à pós-modernidade não como dirigidas contra a racionalidade como um todo – como costumam alegar seus críticos mais ferrenhos¹⁰¹ –, mas contra um determinado tipo de racionalidade que se baseia na exclusão da heterogeneidade e que sustentou o pensamento filosófico, e também o científico, dos últimos séculos (cf. Engelmann, 1990: 16). Uma oposição que constitui uma das bases da racionalidade cartesiana e que tem sido o alvo de críticas predileto para muitos pensadores que se inspiram nas reflexões surgidas no contexto da pós-modernidade é a dicotomia entre sujeito e objeto. Considerando o papel fundamental que essa oposição possui no modelo cartesiano de cientificidade¹⁰², o fato de ela constituir um ponto central nas críticas do pensamento pós-moderno já indica que essa reflexão representa, sem dúvida, uma reviravolta teórica se comparada a trabalhos e teorias que se orientam pelo paradigma fundado por Descartes. Em outras palavras, enquanto o cartesianismo parte de uma visão extremamente determinista e cientificista em relação à natureza e ao homem, à procura de supostas verdades e origens únicas¹⁰³, as diferentes tendências surgidas no contexto da pós-modernidade tendem a relativizar essa visão, atribuindo papéis determinantes às influências históricas, culturais, ideológicas, subjetivas e psicológicas para analisar os valores e conhecimentos anteriormente tidos como supostas verdades. Em relação à busca

¹⁰¹ Cf., por exemplo, Engelmann (1999: 12); Lima e Siscar (2000: 100).

¹⁰² Sobre o papel dessa dicotomia no paradigma cartesiano, cf. cap. I.2.1 e II.2.1.

¹⁰³ Cf. cap. I.2.1.

de qualquer "origem" ou "verdade", mesmo no campo das ciências, Derrida¹⁰⁴ resume a postura que, no meu entender, é geralmente associada aos pensadores da pós-modernidade como uma "afirmação nietzscheana, a afirmação alegre do jogo do mundo de signos sem erro, sem verdade, sem origem, oferecido a uma interpretação ativa" (1967/2002: 248; grifo do autor). A partir dessa citação sobre o que poderia ser considerado uma concepção de ciência para a reflexão pós-moderna, e lembrando o que foi dito no primeiro capítulo deste trabalho sobre o fundamento epistemológico do paradigma filosófico do cartesianismo, a afirmação de que existe um abismo teórico entre essas duas linhas de pensamento – entre outros aspectos, no que tange à própria concepção de ciência – parece, indubitavelmente, justificada, já que essas duas tendências partem de pontos antagônicos para definir o que seria científico.

Apesar desse antagonismo entre as duas tendências, é, todavia, importante ressaltar que o que denomino aqui pós-modernidade não deve ser entendido como sinônimo de uma "falta de conteúdo", ou de "arbitrariedade", como muitas vezes é advogado por aqueles que divergem dessa reflexão (Engelmann, 1999: 12). Com o intuito de ilustrar essa observação, destaco, a seguir, um trecho de uma entrevista concedida por Derrida ao jornalista Evando Nascimento. Essa citação esclarece bastante a posição do filósofo francês acerca de ciência – postura que, sem dúvida, serve de exemplo para outros representantes dessa corrente de pensamento. Derrida afirma que "não [é] relativista" e adverte que

aos que acreditam poder tirar uma lição relativista das leituras de meus livros diria simplesmente que se enganam. [...] Existem coisas que é preciso fazer, às quais é preciso responder de maneira imperativa, com urgência, e que não se deixam relativizar. Acredito também na verdade das ciências, não sou cético, acredito no saber, acredito no objetivo dos cientistas. Trata-se evidentemente de uma objetividade garantida pela discussão, pela comunidade científica, pelos protocolos de interpretação (Caderno Mais!, Folha de São Paulo, 27 de maio de 2001, p. 15).

Além de refletir a postura positiva de Derrida em relação às ciências, esse comentário deixa claro que, diferentemente dos que defendem o pressuposto da

¹⁰⁴ Sobre o papel de Derrida no contexto da pós-modernidade, cf., por exemplo, Bartens (1995: 3-19).

imutabilidade das "verdades", fundamental no modelo cartesiano, Derrida define o próprio discurso científico – os "protocolos de interpretação" – como determinante para a construção dessas "verdades". Embora positiva em relação às ciências, essa visão implica que uma mudança do referido discurso poderia levar, também, a uma "mudança" das "verdades". Ou seja, a "essência" da "verdade" se desloca do objeto a ser "descoberto" para o sujeito pesquisador, o fator humano, a "comunidade científica". Nesse aspecto, acredito ser possível detectar uma certa semelhança entre a abordagem de Kuhn acerca do desenvolvimento dos paradigmas que marcam as ciências¹⁰⁵ e a argumentação de Derrida supracitada, pois os dois pensadores relacionam as "verdades" das ciências às autorizações dadas pelas comunidades científicas, e não a uma suposta correspondência absoluta entre a linguagem "científica" e o mundo extralingüístico, supostamente objetivo, imutável e prestes a ser "descoberto" pela ciência.

Depois dessas observações gerais acerca da pós-modernidade – e antes de me dedicar à abordagem do papel da tradução nesse contexto filosófico – considero pertinente me deter, ainda que de um modo breve, em alguns comentários sobre as relações entre a referida vertente filosófica, a desconstrução e o pós-estruturalismo. Essas três tendências são tratadas, por muitos autores, como estreitamente interrelacionadas e os três termos são usados até mesmo como sinônimos (Sarup, 1989: 118). Como sugerem o texto "*Beantwortung der Frage: Was ist postmodern?*", de Lyotard (1982/1990: 45-48), e o livro *The Idea of the Postmodern: a History*, de Hans Bertens (1995: 3-5), um dos primeiros conceitos que surgiu dentro do contexto maior da pós-modernidade foi o do "pós-modernismo" que tem sido associado ao mundo artístico. De acordo com Bertens, dentro dessa vertente, os interesses têm sido muitos e, às vezes, contraditórios (1995: 3-5). Como única definição possível dos diversos objetivos almejados pelos artistas pós-modernos, sobretudo nos anos 50 e 60, Bertens alega que todos eles procuravam "transcender" as "limitações auto-impostas do

¹⁰⁵ Cf. cap. I.2.1.

modernismo”, quais sejam, a busca de “autonomia”, de “pureza” e de uma “verdade eterna, representativa” (ibid.: 5). Como observa o autor, “ao longo dos anos 70, o pós-modernismo aproximou-se gradualmente da órbita pós-estruturalista” (1995: 5) que, por sua vez, tem suas origens na lingüística¹⁰⁶. Ainda segundo ele, o pós-modernismo também está ligado à desconstrução, pois

foi associado às práticas desconstrutivistas inspiradas no pós-estruturalismo dos últimos trabalhos de Roland Barthes e, especialmente, da [obra de] Jacques Derrida. Mais tarde, aproximou-se de Michel Foucault, da revisão de Freud feita por Jacques Lacan e, ocasionalmente, do trabalho de Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995: 6).

De um modo geral, Bertens sugere que hoje o termo “pós-moderno” se refere a uma determinada “perspectiva”, ou seja, a um certo olhar para o mundo (1995: 9). De acordo com esse teórico, tal “perspectiva” implicaria, por exemplo, as premissas de que a linguagem “constituiria” a realidade, em vez de a “representar”, de que o sujeito “autônomo e estável” da modernidade seria substituído por um “agente pós-moderno cuja identidade é, em grande parte, determinada por outros” e instável, de que o significado seria social e provisório e de que o conhecimento só teria validade dentro de um determinado contexto discursivo (ibid.: 9-10).

Ciente de que uma definição sucinta das três referidas tendências ou uma vinculação hierárquica entre elas poderia implicar uma “banalização teórica” (Érica Lima, Marcos Siscar, 2000: 100), entendo, entretanto, que seja possível afirmar que a pós-modernidade, a desconstrução e o pós-estruturalismo são correntes inter-relacionadas, sem que haja, entre elas, fronteiras nítidas que pudessem ser definidas com validade absoluta¹⁰⁷. De um modo geral, pode-se definir a pós-modernidade como uma tendência filosófica abrangente que remonta ao “pós-modernismo” das artes, mas que tem sido identificada cada vez mais com o pós-estruturalismo – que tem suas raízes na lingüística estrutural. A desconstrução,

¹⁰⁶ Cf., por exemplo, Dosse (1991/1993) e Sarup (1989: 1-5).

¹⁰⁷ Propostas ou tentativas de definições dessas três referidas tendências (ou pelo menos de uma das três) podem ser encontradas em diversas contribuições na revista ALFA (2000), como também em Arrojo (1992; 1993); Culler (1982/1999) e Engelmann (1999).

por sua vez, é identificada, na maioria das vezes, com o trabalho de Derrida e a sua proposta de uma prática de leitura não formalizadora e não totalizadora (cf. Engelmann, 1990: 18).

Para encerrar este subitem – de caráter introdutório para as próximas duas seções – cito uma passagem do livro supracitado de Bertens que ilustra novamente as estreitas relações entre essas três referidas tendências. Além disso, essa citação serve para mostrar a visão comum dessas três tendências em relação à linguagem – uma visão absolutamente oposta àquela definida, neste trabalho, como cartesiana. De acordo com Bertens,

assim como o pós-estruturalismo, [a] pós-modernidade [segundo Lyotard] rejeita a idéia empírica de que a linguagem possa representar a realidade, de que o mundo nos seja acessível através da linguagem [...]. De um ponto de vista empírico, a linguagem é transparente, uma janela para o mundo, e o conhecimento emerge da nossa experiência direta da realidade, sem distorções e não contaminado pela linguagem. Ao aceitar a exposição de Derrida e a sua rejeição da premissa metafísica [...] na qual esse empirismo se sustenta, o pós-modernismo abre mão da função representativa da linguagem e segue o pós-estruturalismo na idéia de que a linguagem constitui – e não reflete – o mundo, de que o conhecimento é, conseqüentemente, sempre deformado pela linguagem, isto é, pelas circunstâncias históricas e pela circunstância específica na qual surge (1995: 6).

III.1.2 As discussões “pós-modernas” sobre o significado

*Meaning is context-bound,
but context is boundless.*

Jonathan Culler

Nas últimas décadas, o diálogo entre os estudos da tradução e a filosofia contemporânea causou uma “reviravolta” que, conforme assinala Arrojo, trouxe a nossa área para um “lugar de destaque” não só “na reflexão sobre a linguagem”, mas também nas discussões sobre as relações que ela “permite estabelecer entre seus usuários” (1993: 9). A teórica frisa que

[a] possibilidade dessa reviravolta sem precedentes na mirrada histórica dos estudos sobre tradução toma corpo a partir da confluência de algumas tendências importantes do pensamento contemporâneo que têm em comum a aceitação pacífica da impossibilidade de se recuperar qualquer origem, como uma essência, ou qualquer outra imagem de estabilidade perene. Num livro fundamental, em que estuda exatamente as relações entre a filosofia contemporânea e a tradução, Andrew Benjamin chega a sugerir que a aceitação dessa impossibilidade [...] é também a emergência do que se tem chamado de “pós-moderno” (ibid.).

Na introdução da revista ALFA, dedicada exclusivamente à “tradução, desconstrução e pós-modernidade”, Marcos Siscar e Cristina Carneiro Rodrigues mencionam que os trabalhos teóricos produzidos nesse contexto se “instauram no espaço da diferença, da multiplicidade” (2000: 6) e se opõem “à idéia de que a tradução recupera a essência de um original atemporal, salientando o papel transformador desempenhado pela tradução e o próprio problema teórico que daí decorre” (ibid.: 7). A divergência entre essa visão de tradução e aquela na qual se ancora a “ciência da tradução” de Wilss salta aos olhos. Enquanto, para teóricos como Wilss, a tradução deveria ser, no maior grau possível, um transporte neutro e objetivo de significados supostamente estáveis e intrínsecos aos textos, os teóricos inspirados pelas reflexões pós-modernas entendem tal empreendimento como inexecutável e compreendem essa impossibilidade “como um dos próprios traços definidores da tradução” (Kanavillil Rajagopalan, 2000: 124).

De todos os filósofos associados à pós-modernidade, Derrida foi, sem dúvida, um dos que mais influenciaram os estudos da tradução. O destaque que suas idéias alcançaram no âmbito dessa área acadêmica está ligado ao fato de a tradução ter um papel fundamental na própria obra filosófica desse pensador, que costuma ser não apenas relacionado à pós-modernidade, mas também ser visto como aquele que possui a "autoridade paterna" (Lima, Siscar, 2000: 104) da desconstrução. Conforme constata Derrida, "a questão da desconstrução é [...] do começo ao fim a questão da tradução e da língua dos conceitos, do *corpus* conceitual da metafísica dita 'ocidental'" (1987/1998: 19; grifos do autor)¹⁰⁸. Um traço central da filosofia derridiana em relação à tradução é o enfoque na "desconstrução" da possibilidade de existir algum significado absolutamente estável. À guisa de exemplo, parece-me oportuno citar uma observação de Theo Hermans, que resume a cesura principal entre a "natureza filosófica" (1999: 51) da visão tradicional de tradução – que, neste trabalho, tenho denominado de cartesiana – e aquela fundamentada no pensamento pós-moderno. Conforme Hermans, qualquer teorização tradicional sobre a tradução parte do "postulado de transferência" (ibid.), ou seja, do pressuposto de que, em qualquer tradução, "haveria algo que pudesse ser transferido" (ibid.). Mas, continua o teórico,

conforme argumentou Jacques Derrida, essa idéia [de transferência] pressupõe que o núcleo informativo [...] poderia ser separado da linguagem [e] que [ele] existiria [...] "antes e além da linguagem" (1982: 120). O problema é que não podemos identificar essa entidade sem usar palavras, outras palavras, mais tradução, [nem sem] continuar a [tratar da] questão maior sobre o que, exatamente, seria transferido, o que ficaria invariável, o que seria transformado. Em outras palavras, não é possível fixar o que, como denomina Derrida, seria a "univocidade" do significado nem controlar sua "plurivocidade". Sendo assim, torna-se impossível manter a noção comum de tradução e traduzibilidade como algo que consista 'no transporte do conteúdo semântico para uma outra forma significativa' ou 'no transporte do significado ou da verdade de uma língua para outra sem qualquer dano essencial' (1999: 52).

O ponto central da crítica à idéia da tradução como um mero "transporte" de significados supostamente estáveis é a premissa assumida pelos teóricos

¹⁰⁸ Sobre a importância da tradução na obra de Derrida, cf. também Arrojo (1992: 78) e Davis (2001: 1).

relacionados à pós-modernidade de que seria impossível uma separação absoluta entre o significado e o significante. No entanto, é importante destacar que, embora os conceitos de signo, de significado e de significante tenham sido “desconstruídos” por vários pensadores da referida vertente filosófica, essa crítica não implica o total abandono desses conceitos. Isso fica bastante claro na leitura da seguinte passagem de Derrida (1981: 20), citada por Alan Bass no seu trabalho “A história de um erro de tradução e o movimento psicanalítico” (1985/1998):

Embora esta oposição ou diferença [entre significado e significante] não possa ser radical ou absoluta, isso não a impede de funcionar e mesmo de ser indispensável dentro de certos limites – limites muito amplos. Por exemplo, nenhuma tradução seria possível sem ela. [...] Dentro dos limites em que é possível, em que pelo menos *parece* possível, a tradução pratica a diferença entre significado e significante. Mas, se essa diferença nunca é pura, a tradução também não o é, e temos de substituir a noção de tradução por uma noção de *transformação*: transformação regulada de uma língua para outra, de um texto para outro. De fato, nunca temos nem teremos contato com qualquer “transporte” de significados puros que o instrumento – ou o “veículo” – significante tivesse deixado virgem e intacto, de uma língua para outra, ou no interior de uma mesma e única língua (1985/1989: 56-57, grifos de Derrida).

Essa proposta derridiana – baseada no pressuposto da impossibilidade de se separar, absolutamente, o significado do significante – de uma substituição da imagem da tradução como “transporte” por uma de “transformação regulada” constitui, indubitavelmente, um aspecto que norteia a maioria dos trabalhos teóricos sobre tradução associados ao pensamento pós-moderno¹⁰⁹.

Partindo do pressuposto de que uma leitura cuidadosa dos próprios livros de Wilss já revela a problemática das oposições absolutas nas quais esse teórico baseia a sua teoria¹¹⁰ – isto é, as dicotomias interpretação versus leitura não-interpretativa, significado conotativo versus denotativo, significado metafórico versus literal –, interessa-me agora discutir a maneira como os teóricos que partem de uma postura contrária àquela do referido autor alemão tratam dessas

¹⁰⁹ Cf., por exemplo, Arrojo (1986/2000; 1992); Frota (1999; 2000); Gentzler (1993); Hermans (1985; 1999); Venuti (1995; 2000) e Vieira (1997).

¹¹⁰ Cf. cap. II.1.2.

questões. Vou me deter particularmente no fato de que, enquanto para estudiosos como Wilss as contradições concernentes a tais oposições produzem um "conflito metodológico", os teóricos citados a seguir desenvolvem reflexões ricas partindo da premissa de que as referidas dicotomias seriam apenas de caráter provisório. Além disso, esses pensadores corroboram a argumentação apresentada neste trabalho de que uma crença no suposto caráter absoluto de tais oposições não só revela uma determinada visão de linguagem e de tradução, mas também de mundo, de realidade e de ciência.

Uma primeira consequência do pressuposto de que não possa existir uma estabilidade total de qualquer tipo de significado é a negação da possibilidade de uma diferenciação clara e absoluta entre os textos "literários" e os "técnico-científicos". Embora muitos dos trabalhos teóricos sobre tradução desenvolvidos no contexto teórico da pós-modernidade tratem de questões ligadas à tradução considerada "literária"¹¹¹, uma abordagem sobre a tradução de textos "técnico-científicos", nesse contexto filosófico, também terá necessariamente contornos divergentes daqueles de uma argumentação tradicional como a de Wilss. Isso porque, mesmo nesse "tipo" de textos, o significado não será mais visto como algo intrínseco à letra, mas como dependente do contexto institucional. Marisa Grigoletto ilustra essa visão ao comentar que, "se o significado é construído durante o processo de leitura, e se não há significação anterior à interpretação" – dois pontos considerados pacíficos entre os teóricos associados à vertente da pós-modernidade em relação a qualquer texto –,

a limitação de sentidos e, portanto, as semelhanças, são determinadas pela convencionalização de sentidos possíveis em diferentes períodos, culturas ou, no dizer de Fish (1980), "comunidades interpretativas", numa restrição imposta pelas instituições. Estas detêm o poder como reguladoras do dizer e dos significados permitidos, de forma que os limites de cada instituição são os limites da significação (1992: 95).

Em outras palavras, a partir de uma visão relacionada ao pensamento pós-moderno, a definição de um texto como "técnico-científico" ou "literário" não

¹¹¹ Cf., por exemplo, Arrojo (1986/2000; 1992); Hermans (1985); Moreno (2001) e Venuti (1995).

depende mais de qualidades intrínsecas ao próprio texto, mas sim da interpretação de seus respectivos leitores¹¹². A qualidade "técnico-científica" constituiria uma "estratégia de leitura" ou uma "maneira de ler" (Arrojo, 1986/2000: 31). Usando ainda as palavras de Arrojo, assim como "há textos que, devido a circunstâncias exteriores e não às suas características inerentes, nossa tradição cultural decide ler de forma literária ou poética" (ibid.), pode-se afirmar que existem outros "tipos" de textos que são lidos de maneira "científica".

Ao discutir a possibilidade – ou a impossibilidade – de se estabelecer uma diferenciação entre "textos técnicos" e "literários", considero procedente me reportar de forma breve a dois trabalhos – já mencionados nesta tese – que tratam especificamente do discurso científico a partir de uma visão teórica diferente daquela que marca os textos de Wilss. Embora não se posicione claramente na tradição pós-moderna, João Azenha, partindo da sua própria prática como tradutor "técnico", comenta acerca das conseqüências que uma visão não determinista implica para uma abordagem sobre esse "tipo" de tradução. Baseando-se na premissa de que "o tipo de texto não é algo rígido e perene, a partir do que se poderiam tecer considerações generalizadoras, válidas para qualquer época e lugar, mas algo instável e de contornos esmaecidos" (1999: 121-122), o autor observa que os textos considerados "técnico-científicos" seriam

formas híbridas expostas à ação de um número elevadíssimo de variáveis e a terminologia, longe de ser estática, é dinâmica e admite uma margem de subjetividade no tratamento de seu objeto. Nesse contexto, o que talvez constitua um elemento diferencial no caso das traduções técnicas são as condições em que a comunicação técnica ocorre e que podem ser consideradas, até certo ponto, passíveis de um maior controle. Tais condições, porém, não são características intrínsecas aos textos e determinam problemas de tradução que são diferentes em grau, mas não de essência, dos problemas de tradução de outros tipos de textos (ibid.: 11).

Outro trabalho que deve ser citado quando se procura corroborar uma argumentação acerca da fragilidade de uma postura axiomática como a defendida

¹¹² Sobre a relação entre o "tipo" de texto e a "comunidade interpretativa" que o define, cf. também Fish (1980: 97-111).

por Wilss acerca das supostas qualidades intrínsecas aos textos "técnico-científicos" é o livro *Um fazer persuasivo*, de Coracini, já mencionado nesta tese. A autora faz uma análise detalhada sobre o "discurso subjetivo" da ciência e declara que os cientistas, ao elaborarem o "discurso científico primário"¹¹³, procuram adequar seus textos ao "caráter objetivo" que se espera de tal texto (1991: 65). Como informa a teórica com base nos resultados de um questionário aplicado em 16 cientistas da área das bio-ciências da Universidade de São Paulo, esses textos "científicos" caracterizam-se não apenas por uma "padronização rígida da organização textual imposta seja pela comunidade científica, seja pela revista" (ibid.: 62), mas também por seu caráter argumentativo (ibid.: 89). Ela salienta que por trás do objetivo de uma "reprodução objetiva e imparcial do experimento" (algo impossível de ser atingido) estaria o desejo dos autores de "criar no enunciatório a ilusão da evidência empírica", por meio de recursos tais como "a seqüência linear dos eventos" ou "a tentativa de apagamento do enunciador" (ibid.: 89). Com isso, Coracini posiciona-se claramente a favor de uma visão oposta àquela de Wilss que, como vimos, parte da premissa de que um objeto ou experimento científico possa ser representado objetivamente através da linguagem "científica".

Levando em consideração a relevância da questão do significado no texto "técnico-científico" para o encaminhamento da argumentação nesta tese, cito a seguir outro trecho do referido livro de Coracini. Mais uma vez meu propósito é ilustrar o fato de que a visão de Wilss a respeito desse "tipo de texto" – fundamentada numa visão determinista tanto acerca da realidade extralingüística quanto da própria linguagem "científica" – já pode ser considerada ultrapassada no contexto teórico aqui denominado de pós-moderno, que se caracteriza justamente por reconhecer o caráter relativo e a validade limitada das dicotomias que sustentam a concepção do teórico alemão. Trata-se de um trecho do final do referido livro, no qual a autora apresenta a seguinte conclusão do seu trabalho:

¹¹³ Conforme a autora, essa denominação refere-se a "relatos de experiência" de cientistas como, por exemplo, artigos para revistas científicas (cf. Coracini, 1991: 41).

não há lugar para dicotomias do tipo subjetivo/objetivo, literal/metafórico..., uma vez que [...] esses conceitos são relativos e arbitrários: o que para um grupo social é subjetivo, para outro pode ser objetivo, e vice-versa; [...] o que é metafórico para uns pode ser literal para outros, o que é verdadeiro para uns pode não o ser para outros. Para compreender tais afirmações, basta pensar no leitor do texto científico primário. Conforme faça ele parte de uma comunidade científica ou de uma comunidade de leigos, o modo de encarar o mesmo discurso muda radicalmente; para o primeiro, a normalidade, a obediência aos aspectos convencionais o torna, ao mesmo tempo, "cúmplice" e juiz do discurso: apenas aquele texto que apresentar as características aceitas pela comunidade científica poderá ser digno de figurar no rol das obras ditas científicas. Quanto ao segundo, o desconhecimento das regras e da especificidade do assunto, leva ao que Kerbrat-Orecchioni (1977) denomina de 'reações de terror', reações essas que se manifestariam em comportamento de humilde submissão [...] diante do 'saber', do 'poder' e do 'fazer' do sujeito-enunciador, cuja autoridade ele confunde inteiramente com a do sujeito-pesquisador. Fica claro, pois, que o conceito ou a idéia que faz o leitor do tipo do texto decorre também da comunidade interpretativa. [...] Acha-se, assim, desfeita a dicotomia subjetivo/objetivo segundo critérios estabelecidos *a priori*, sem nenhuma consideração do ordem cultural ou mesmo situacional (1991: 192-193).

Partindo das premissas apresentadas nos últimos parágrafos – isto é, de a terminologia "técnica" ser "dinâmica" e de a definição do "tipo" de um texto depender da comunidade interpretativa da qual o leitor faça parte –, não há dúvida de que a tradução como um "transporte" de significados supostamente estáveis torna-se um empreendimento inexecutável. No seu livro *Contemporary Translation Theories*, Gentzler ilustra a posição assumida pelos teóricos pós-modernos a esse respeito e comenta que uma "ciência da tradução", na maneira proposta, por exemplo, por Wilss, tenderia sempre

a ser fundada teoricamente numa suposição sobre a natureza da linguagem, que não pode ser verificada empiricamente. Na metodologia, [ela] tende a proceder de maneira a universalizar e generalizar tanto que se elimina o que é único, diferente e novo em relação às idéias expressas na linguagem. [...] Ao valorizar muito a noção da estrutura profunda, [a ciência da tradução] tende a trivializar seus próprios produtos, os trabalhos em tradução, e as contribuições que os atos de traduzir podem dar para o desenvolvimento e a evolução do texto original (1993: 67).

A insistência de Wilss no desenvolvimento de uma "ciência da tradução" aplicável em textos "técnico-científicos" está respaldada em sua crença de que o

leitor/tradutor poderia compreender os significados intrínsecos às palavras, isto é, poderia resgatá-los. Como já foi debatido nesta tese, de acordo com a concepção de Wilss, no trabalho tradutório com textos desse "tipo", seria "quase totalmente supérflua uma atitude interpretativa na fase da recepção" (1977/1982: 128) – diferentemente do que aconteceria na leitura de textos "literários" que, conforme alega o teórico, permitiram "interpretações divergentes" (ibid.: 125). No entanto, se, por um lado, Wilss mantém sua confiança de que eventuais limitações que ainda existiriam na sistematização total dos significados "técnico-científicos" poderiam ser superadas no futuro; por outro lado, a sua argumentação revela, em vários momentos, que tal projeto é inexecutável¹¹⁴. Numa observação em que se refere a Francis Aubert – mas que, no meu entender, cabe perfeitamente também em relação a Wilss –, Arrojo afirma que existe um "enorme hiato que separa o ambicioso projeto" de se estabelecer uma sistematização dos significados – projeto típico dos teóricos ligados ao pensamento logocêntrico, ou cartesiano – "e os resultados a que [tais teóricos] efetivamente pode[m] chegar" (1992: 70). Conforme a autora, esse "hiato" mostra

a impossibilidade de um nível de apreensão "neutra" de significados, que possa ocorrer fora de um contexto e independentemente da interferência de um sujeito. O projeto logocêntrico [e cartesiano] está fadado à frustração e ao insucesso pois ignora a temporalidade, a finitude e a mortalidade de todos os empreendimentos humanos e trata categorias inevitavelmente marcadas pelo tempo e produzidas por sujeitos sempre situados em algum contexto sócio-cultural como instâncias 'divinas', acima de qualquer perspectiva ou interesse subjetivo. Assim, a *compreensão*, num plano humano e "não-divino" será, sempre, também "*interpretação*", uma *produção* - e não um *resgate* - de significados que impomos aos objetos, à realidade e aos textos. A interpretação, ou a compreensão, escapa, portanto, a qualquer tentativa de sistematicidade pois a possibilidade de sistematizá-las implicaria, inescapavelmente, a própria possibilidade de se sistematizar e pré-determinar tudo aquilo que constitui o "humano": o subjetivo, o temporal, o inconsciente e até mesmo suas manifestações sócio-culturais presentes e futuras (1992: 70, meus grifos).

Ao pressupor que qualquer leitura, ou tradução, envolva uma interpretação, os teóricos de tradução que se situam num contexto inspirado pelas reflexões

¹¹⁴ Cf. a argumentação apresentada no capítulo II.1.2. desta tese.

pós-modernas também descartam a possibilidade de se distinguir, de maneira absoluta, entre os significados ditos "denotativos" e os "conotativos". Trata-se aqui de outra dicotomia problemática utilizada por Wilss para fundamentar sua teoria, visto que pensar os textos "técnico-científicos" como constituídos apenas de "denotações" torna viável admitir uma leitura não interpretativa¹¹⁵. Conforme menciona Stanley Fish, o termo "linguagem denotativa" é apenas um dos muitos – entre eles: "linguagem ordinária", "linguagem literal", "linguagem neutra", "linguagem matemática", "linguagem científica", "linguagem representativa" e "linguagem objetiva" – que têm sido usados para "especificar um nível no qual a linguagem está em correlação com o mundo objetivo" (Fish, 1980: 97). Fish aponta que tal compreensão da linguagem implicaria partir de uma determinada visão sobre a "natureza da realidade, a estrutura do espírito, [...] a autonomia do sujeito, a estabilidade de textos literários (e, com isso, de textos não literários), a independência entre fatos e valores e a independência entre significados e interpretação" (ibid.). Ao estabelecer essas relações entre uma determinada visão de linguagem e uma concepção de "realidade" e de "espírito", as palavras de Fish corroboram minha argumentação sobre a relação entre a visão de linguagem de Wilss e a sua concepção de ciência – que está fundada na certeza de que exista uma realidade extralingüística imutável que possa ser descoberta e explicada na sua totalidade, de um modo neutro e objetivo¹¹⁶.

Retomando a discussão acerca de significados "denotativos" versus "conotativos", reporto-me aqui a um artigo da autoria de Arrojo e Rajagopalan (1992). Nesse texto, os teóricos apontam que o início da desconstrução do "pressuposto sobre o qual se baseia todo o projeto 'científico' do homem, que depende da possibilidade de uma distinção clara e objetiva entre sujeito e objeto" (1992: 53) deu-se na obra de Nietzsche. Os autores referem-se, especificamente, a um ensaio desse filósofo, "*Über Wahrheit und Lüge im aussermoralischen Sinn*" ("Sobre verdade e mentira no sentido extra-moral"), no qual o referido filósofo põe

¹¹⁵ Cf. cap. II.1.2.

¹¹⁶ Cf. cap. I.2.2.

em xeque a possibilidade de se distinguir entre palavras metafóricas e outras que não seriam metafóricas, mas "literais". Sem querer repetir aqui a argumentação de Nietzsche citada no referido ensaio (1992: 53-54), interessa-me, no entanto, destacar a estreita relação que Arrojo e Rajagopalan estabelecem, a partir daí, entre uma suposta separação absoluta entre sujeito e objeto e a possibilidade de uma "oposição objetiva e descontextualizada entre o sentido literal e o sentido metafórico" (ibid.: 47) e, conseqüentemente, entre o significado "literal", "denotativo" e o "figurado", ou "conotativo" (ibid.). De acordo com esses teóricos,

toda visão teórica da oposição literal x figurado [e, com isso, denotativo x conotativo] – que não deixa de ser, na verdade, mais uma versão de tantas outras oposições que também são geralmente aceitas como "objetivas" e não problemáticas: sujeito x objeto, verdade x retórica, ciência x arte, realidade x ficção – traz embutida uma determinada concepção de leitura [e de tradução], reflexo de uma determinada ideologia e concepção de mundo (1992: 47-48).

Creio que todas as citações reunidas neste item que expressam a visão que pensadores ligados ao pensamento pós-moderno têm acerca do significado e da sua disseminação incontrolável (mesmo na comunicação ou leitura intralingual¹¹⁷) mostraram claramente o abismo entre essa visão pós-moderna e aquela da qual Wilss parte para formular a sua proposta teórica. Resta a pergunta sobre que conseqüências a visão defendida por esses teóricos traria para o trabalho tradutório, o papel do tradutor e suas responsabilidades. Nesse sentido, pode-se mencionar que a postura dos referidos teóricos implica aceitar o "caráter provisório das soluções de tradução" (Azenha, 1999: 131), contrariando a opinião de Wilss de que, "na área da tradução técnico-científica, podemos esperar algo como uma tradução modelo ou uma tradução canônica" (1977/1982: 132) e, como decorrência, uma tradução mecânica. Azenha justifica a sua postura lembrando, por exemplo, o "envelhecimento" dos "textos técnicos, "devido à vida média dos conhecimentos científicos que abordam", e observando que mesmo os "textos técnicos que se tornam clássicos dentro de suas áreas e que, por essa razão, têm sua validade extensível para períodos de tempo maiores", a cada reedição,

¹¹⁷ A concepção que equaciona qualquer ato de comunicação à tradução é discutida e ilustrada, por exemplo, no artigo "A tradução como paradigma dos intercâmbios intralingüísticos" (Arrojo, 1993: 51-69).

reclamariam "algum tipo de ajuste, por menor que seja" (1999: 131). Como bem ilustra o referido livro de Azenha, trata-se, sem dúvida, de textos "ancorad[os] historicamente" (ibid.: 121), cuja leitura estaria tão marcada por essa ancoragem que poderia haver a falsa idéia de que a sua validade transcenderia o momento atual. Num âmbito marcado pelas reflexões pós-modernas, essa suposta leitura independente das circunstâncias poderia ser apenas uma ilusão, pois, mesmo tratando-se de textos "técnico-científicos", poderia haver, no máximo, uma grande estabilidade interpretativa, garantida pela "comunidade interpretativa" autorizada a aprovar, ou reprovar, as possíveis interpretações. A partir dessa compreensão, a idéia de que possa ser estabelecida uma sistematização dos significados "técnico-científicos" que, futuramente, possibilitaria a tradução mecânica é refutada. Admite-se que uma lista bilíngüe de palavras poderia ter validade para o tradutor "técnico", mas apenas num determinado momento e lugar, uma vez que mesmo os significados dos termos "científicos" não são estáveis nem correspondem a uma suposta essência intrínseca ao objeto científico.

Outra consequência que uma discussão marcada pelas premissas pós-modernas traria para uma abordagem sobre o trabalho tradutório seria a mudança de expectativas a respeito de quais responsabilidades caberiam ao tradutor, pois, no referido âmbito teórico, qualquer tradução implica uma interpretação (e não um transporte) de significados. Assim, evidentemente, num contexto marcado pelas idéias da pós-modernidade, o tradutor não pode mais ser visto como neutro, ou como um descobridor de significados supostamente verdadeiros e estáveis. Conseqüentemente, ao equacionar a tradução à interpretação, a responsabilidade do tradutor "pela produção de significados que realiza e pela representação do autor a que se dedica" (Arrojo, 1992: 104) torna-se muito maior do que dentro de uma concepção essencialista, ou cartesiana, de tradução. No próximo item, serão enfocadas as consequências que as discussões sobre a tradução inspiradas nas reflexões pós-modernas trazem consigo em relação ao papel que cabe ao tradutor em qualquer ato tradutório.

III.1.3 O tradutor visto pela psicanálise: um sujeito social e subjetivo

Descartes afirmou: "Penso, logo sou"; Lacan, a partir de Freud, vai dizer: "ou não penso, ou não sou."

Maria Paula Frota

O objetivo deste item é contrapor o papel que Wilss atribui à pessoa do tradutor ao papel que lhe cabe em abordagens teóricas sobre tradução inspiradas pelo pensamento pós-moderno. Para introduzir essa discussão, acho útil lembrar, novamente, o fato de que é a própria argumentação do referido teórico que parece abrir um caminho – embora de maneira inconseqüente e contraditória – para uma reflexão sobre a problemática inerente a uma abordagem cartesiana a respeito da pessoa do tradutor e para um diálogo com a pós-modernidade. Referindo-se a um artigo de Wilss do ano 1977, Azenha descreve, por exemplo, o raciocínio mais ortodoxo defendido por esse teórico nos seus trabalhos mais antigos e observa que, na visão de Wilss,

o tradutor teria de anular tudo o que o caracteriza como sujeito produtor de textos e tornar-se uma instância mediadora absolutamente neutra; um meio ideal, totalmente permeável, capaz de se manter absolutamente eqüidistante durante todo o tempo que durasse a transposição de tais conteúdos de uma língua para outra (Azenha, 1999: 130).

Abordando outros livros mais recentes do mesmo autor, tanto Gentzler (1993: 67) quanto Stolze (1994: 217) e Azenha (1999: 125) apontam a mudança que se percebe nos argumentos de Wilss a respeito do tradutor e destacam que, ao longo dos seus livros, o teórico tem atribuído cada vez mais relevância a uma inclusão do fator humano numa teorização sobre tradução. É possível ilustrar essa mudança com palavras do próprio Wilss que, no artigo "*Interdisziplinariät: ein neues Übersetzungswissenschaftliches Paradigma*", já citado nesta tese, afirma que seria impossível compreender a "experiência tradutória" através de "um sistema de pensamento, ou de instrumentos metodológicos, universalmente válidos", entre outros motivos, por causa do fato de "existirem muitos modos de pensar, e [...] cada um conter uma parte, pequena ou grande, daquilo que, comumente, chamamos de verdade" (2000: 274). Embora bastante sucinto e

isolado no contexto dos outros trabalhos do autor, esse comentário permite deduzir que Wilss endossa alguns pressupostos geralmente associados ao dito pensamento pós-moderno¹¹⁸ que, como vimos, está marcado por uma postura crítica a qualquer reivindicação de se poder chegar a uma única verdade – ou a um único modelo científico – válida universal e eternamente.

Uma divergência que marca o limite entre uma postura teórica cartesiana, ou moderna, e uma fundamentada nas reflexões pós-modernas é a maneira como o sujeito é concebido. Para ilustrar essa diferença, considero útil reportar-me à observação de Madan Sarup acerca das visões geralmente atribuídas a essas duas tendências filosóficas. Para o autor,

o [...] termo ["indivíduo"] remete à Renascença e pressupõe que o homem é um agente intelectual livre e que os processos de pensar não são constituídos pelas circunstâncias históricas e culturais. Essa visão de razão é expressa na obra filosófica de Descartes. [...] O "Eu" de Descartes supõe-se como sendo totalmente consciente e, portanto, capaz de se auto-conhecer. Não é apenas autônomo, mas coerente; a noção de um outro território psíquico, em contradição com a consciência, é inimaginável. [...]

Os pós-estruturalistas, como Foucault, pretendem desconstruir as concepções com as quais temos entendido, até agora, o ser humano. O termo "sujeito" ajuda-nos a entender a realidade humana como uma construção, como um produto de atividades significativas que são, ao mesmo tempo, culturalmente específicas e geralmente inconscientes. A categoria do sujeito põe em questão a noção do Eu como sinônimo de consciente; ela "descentraliza" a consciência (1989: 1-2).

Outra referência que esclarece a concepção do sujeito num âmbito marcado pelas idéias pós-modernas encontra-se no livro *The Idea of the Postmodern: a History*, de Bertens (1995), em que esse autor observa que,

sob a pressão dos argumentos de Derrida e da psicanálise de Lacan, que considera o sujeito como algo construído pela linguagem, o sujeito autônomo da modernidade, objetivamente racional e auto-determinado, abre o espaço para o sujeito pós-moderno que é altamente determinado por outros, ou seja, determinado dentro de uma linguagem e por ela constituído (ibid.: 6).

¹¹⁸ Outros comentários de Wilss que sustentam essa minha percepção encontram-se no cap. II.2.2 desta tese.

Essas duas observações evidenciam que houve uma ruptura entre o conceito de sujeito no qual se baseia o modelo epistemológico da modernidade e o conceito de sujeito que marca o pensamento pós-moderno. Porém, o conceito de um "sujeito pós-moderno" – usando a denominação utilizada por Bertens na citação acima – não deve ser entendido como algo sobre cuja definição concreta haja um consenso absoluto em todos os trabalhos inspirados pela referida reflexão. No entanto, creio que existe uma base comum acerca dessa conceituação que inclui, por exemplo, a aceitação pacífica de que o sujeito e a linguagem são estreitamente interrelacionados, e o reconhecimento de que o sujeito é determinado, entre outros fatores, pelo seu inconsciente. O fato de essa visão ser compartilhada por muitos pensadores pós-modernos transparece, claramente, nas duas últimas observações, de Sarup e Bertens. Pode-se concluir que, nesse âmbito teórico, a visão cartesiana de sujeito – discutida no item 1.2.1 desta tese – é rejeitada.

Partindo desses pressupostos, passo agora a discutir as possíveis implicações desse abismo teórico entre o sujeito cartesiano e o "sujeito pós-moderno" (Bertens, 1995: 6), referindo-me especificamente à área dos estudos da tradução. Entre as várias tendências do pensamento contemporâneo que têm sido associadas à pós-modernidade – entre elas, a desconstrução, o pós-estruturalismo, o feminismo, o pós-colonialismo e os estudos de gênero – a psicanálise¹¹⁹, por se dedicar exclusivamente ao sujeito, parece-me a mais conveniente para refletir sobre o papel que a pessoa do tradutor deve ocupar em qualquer abordagem teórica da área que esteja vinculada ao pensamento pós-moderno. Para desenvolver minha discussão, reporto-me, sobretudo, ao livro *Tradução, desconstrução e psicanálise*, de Arrojo (1993), e a dois trabalhos de Frota, "Por uma redefinição de *subjetividade* nos estudos da tradução" (1999; grifo

¹¹⁹ Uma vinculação explícita da psicanálise freudiana à pós-modernidade encontra-se, por exemplo, em Arrojo (1993: 101).

da autora) e *A singularidade na escrita tradutora* (2000)¹²⁰. Nesses textos, encontrei os subsídios necessários tanto para esclarecer as implicações de se pensar o sujeito num âmbito marcado pelos pressupostos da psicanálise, quanto para discutir as possíveis consequências dessa reflexão sobre o sujeito para os estudos da tradução. Não é meu propósito oferecer um resumo completo das propostas inovadoras de Arrojo e Frota, mas sim limitar-me a tratar daqueles aspectos que considero pertinentes para o encaminhamento geral da argumentação desenvolvida neste item. Nesse sentido, procuro estabelecer um confronto entre a concepção de tradutor defendida por Wilss e aquela que nutre os trabalhos das referidas autoras. Além disso, reportando-me sobretudo a Frota, considero proveitoso mencionar as concepções de sujeito defendidas por alguns teóricos de tradução, as quais podem ser entendidas como afastamentos graduais de uma visão de sujeito puramente cartesiana em direção à visão assumida pela psicanálise.

Em relação à história do pensamento sobre a linguagem e a tradução, Frota distingue várias tendências de abordagem do sujeito e, implicitamente, as várias abordagens do significado que decorrem de cada uma delas – sustentando a argumentação de que uma determinada visão de sujeito implica, necessariamente, uma determinada visão de significado, e vice-versa¹²¹. Assim, a "visão universalista dos significados", que compreende "as línguas como distintas apenas no plano material das palavras", ou como meras "*nomenclaturas*", desencadeia, conforme aponta a teórica, "uma visão da tradução como simples troca mecânica de invólucros" (1999: 54; grifo da autora). Como procurei esclarecer no subcapítulo II.1, essa concepção está, em grande medida, em consonância com aquela defendida por Wilss em relação à tradução "técnico-científica" e é

¹²⁰ Outros trabalhos relevantes para uma discussão sobre a relação entre a psicanálise e a tradução – mas que tratam de aspectos não diretamente relacionados à abordagem aqui desenvolvida – são, por exemplo, Benjamin (1989; 1992); Bass (1985/1998); revista TTR: *Psychanalyse et traduction: voies de traverse; psychoanalysis and translation: passages between and beyond*, Volume XI, número 2, s.d.

¹²¹ Cf. cap. II deste trabalho.

claramente compatível tanto com os pressupostos da "lingüística cartesiana", quanto com o pressuposto da existência de um sujeito cartesiano.

De acordo com Frota, Saussure criticou essa abordagem essencialista ou naturalista da linguagem, "vinculando as línguas às sociedades que as falam" e enfatizando a diferença entre elas (1999: 53). Esse enfoque na diferença leva a autora a observar que a "ciência" da *langue* saussureana teria, "se não inaugura[do], consolida[do], no âmbito dos estudos da linguagem, o início de uma trajetória de diferenças que culmina[ria] na singularidade" – que é propriamente o aspecto estudado pela teórica (2000: 33)¹²². De modo semelhante, reportando-se a Samuel Weber (1991), Arrojo declara que "o germe da 'revolução' engendrada por Saussure deve ser procurado [...] na radicalização da idéia da diferença como princípio do signo lingüístico" (1993: 97). Apesar do papel fundamental que, sem dúvida, Saussure cumpre na história das reflexões sobre a linguagem no século XX, é relevante ressaltar que o seu interesse cientificista o levou a excluir "enfaticamente [...] do sistema da língua o indivíduo falante" (Frota, 2000: 33). Esse "indivíduo falante" foi associado por ele à fala – que, por sua vez, foi considerada como "tendo uma face de escândalo a ser posta de lado" (ibid.: 37), ou "separada", da "ciência" lingüística (ibid.: 34). O mais importante aqui é deixar claro que, apesar de reconhecer as diferenças entre as línguas e as individualidades dos falantes, o *Curso de lingüística geral* não deve ser concebido como uma ruptura total com o subjetivismo cartesiano que, conforme analisado anteriormente, se caracteriza por sua crença na autonomia completa do sujeito, entendido como racional, hegemônico e universal. A proximidade de Saussure com essa visão de sujeito evidencia-se, por exemplo, em dois trechos do *Curso* que apresentam a concepção do lingüista acerca do "indivíduo fala/nte". De acordo com Saussure, citado por Frota no artigo a que me refiro acima,

¹²² Sobre o papel de Saussure no contexto do pensamento pós-moderno, cf. também Derrida (1967/1973).

[a fala] fica de fora [da ciência lingüística], pois a sua execução nunca é feita pela massa; é sempre individual e *dela o indivíduo é sempre senhor* (1975: 21).

A fala é, ao contrário [da língua], *um ato individual de vontade e inteligência* (Ibidem, p. 22) (apud Frota, 1999: 62; grifos da autora).

A descrição que Frota oferece sobre o modo como Saussure concebe o sujeito deixa claro que o lingüista tentou excluir a subjetividade da sua "ciência" por considerá-la incompatível com a sua visão sobre o que seria científico, embora tivesse reconhecido o fator subjetivo da linguagem. Esse fator, por sua vez, foi tratado pelo lingüista de maneira homogeneizadora, ou seja, o falante considerado como indivíduo é posto de lado, de maneira semelhante ao que ocorre na "lingüística cartesiana".

Rejeitando a lingüística saussureana da *langue*, cuja preocupação com a diferença entre as línguas individuais produziu – conforme já mencionei¹²³ – o "postulado de que a operação tradutória é muitas vezes impossível" ou ilegítima (Frota, 1999: 54), os estudos descritivos da tradução de cunho culturalista ou marxista têm proposto uma valorização do contexto cultural ou social em que a tradução é feita – e, conseqüentemente, uma valorização do trabalho tradutório como tal. Isso fica evidenciado na idéia difundida pelos teóricos dessas vertentes (Frota refere-se, por exemplo, a Toury, Bassnett e Lefevere) de que "ilegítima não é a tradução, mas a sua concepção como cópia do original" (1999: 54). Valorizando ou a "cultura" – no caso de Toury, por exemplo – ou o "contexto social" – como no caso de Venuti –, esses teóricos partem da premissa de que a tradução sempre significa uma "reescritura" (ibid.: 55), isto é, "um texto que inevitavelmente transforma o texto estrangeiro", não só por causa das "diferenças estritamente lingüísticas", mas também, e sobretudo, "devido a diferentes funções que o texto traduzido pode ter na cultura de chegada" (ibid.). Nesse contexto, o tradutor não é mais visto como um mero transportador de significados imutáveis, mas enxergado como um sujeito determinado por seu ambiente cultural, ou social,

¹²³ Cf. cap. I.1.1.

e que tem de assumir um papel ativo ao "reescrever" – isto é, inevitavelmente transformar – um texto que será interpretado em circunstâncias distintas daquelas em que o original foi escrito (cf. *ibid.*: 56-57). Não retomo aqui a crítica de Frota aos conceitos de "cultura" e de "formações discursivas" utilizados nos trabalhos dos autores supracitados¹²⁴. No entanto, é forçoso mencionar que, segundo a teórica, apesar de as propostas de Toury e de Venuti representarem um avanço em relação à "ciência lingüística" homogeneizadora de Saussure, por exemplo, ou às teorias de tradução baseadas em conceitos como *tertium comparationis* ou *equivalência*, elas também "redundam em um grave silenciamento acerca da dimensão subjetiva que a atividade tradutória necessariamente implica" (1999: 52). Em outras palavras, elas recaem num "pensamento generalizante" que desconsidera "a singularidade do sujeito inconsciente" (*ibid.*).

As críticas de Frota aos trabalhos de Toury e de Venuti indicam claramente que a autora se distancia desses autores, pois, conforme menciona, "embora [eles] visem descartar e substituir [o] modelo [teórico representado pelas noções saussureanas de língua e de fala/nte], na verdade o preservam", com a "nova roupagem da reescritura e da transformação" (1999: 64). Esse distanciamento, porém, não significa que a proposta de Frota, baseada na psicanálise freudiana e lacaniana, implique uma ruptura total com as abordagens anteriores. A autora considera a psicanálise uma "alternativa à perspectiva cartesiana de sujeito" (*ibid.*), na qual a linguagem é pensada como "uma estrutura que preexiste ao indivíduo" e em que este último se torna "sujeito justamente por assujeitar-se" à linguagem. A psicanálise enfoca o caráter "plural e dividido" do sujeito, sem ignorar sua determinação "social e históric[a]" (*ibid.*). Desse modo, conforme ilustra o trabalho de Frota, uma abordagem sobre a tradução inspirada pela psicanálise não substitui o conceito de sujeito defendido por teóricos como Toury ou Venuti por outro totalmente novo. A psicanálise apenas acrescenta, às dimensões consideradas por esses autores como determinantes para o sujeito – a social e a histórica –, um conceito novo: a subjetividade individual do tradutor.

¹²⁴ Sobre esse tema, confira Frota (1999: 53-61; 2000: 43-136).

Frota destaca, repetidamente, que concorda com uma parte das propostas teóricas de Venuti e menciona compartilhar com ele "o interesse em negar a visão de subjetividade como pura consciência, como algo que determina a si próprio e seus atos" (2000: 195). Porém, diferentemente de Venuti, que orienta seu trabalho pela noção de formação discursiva, Frota volta-se para a dimensão de diferença singular, relacionada à "história do sujeito individual" (ibid.), e entende a escrita do tradutor como "uma escrita (também) do inconsciente, pressupondo o sujeito como assujeitado e as línguas como constitutivas" (ibid.). Para "negar a possibilidade de exclusão" (ibid.: 18) entre o sujeito e a linguagem, a autora orienta-se, conforme já mencionado, pelo pensamento de Jacques Lacan (cf. ibid.: 63-70). De acordo com Sarup, para esse psicanalista "não pode haver um sujeito humano sem linguagem", nem um sujeito "independente" da linguagem (1989: 12). Na passagem que cito a seguir, Sarup ainda esclarece a diferença entre a postura saussureana e a lacaniana a respeito de linguagem e sujeito:

Enquanto Saussure infere que podemos, de alguma maneira, ficar fora da linguagem, Lacan insiste que estamos todos imergidos na linguagem cotidiana e dela não podemos sair. Não existe algo como uma metalinguagem. [...] Na verdade, nosso único acesso aos outros é através da linguagem. [...] Uma consequência do *status* não representativo da linguagem é, certamente, que o significado é sempre provisório. (1989: 12-13).

Considerando esse comentário que destaca o papel essencial que o inconsciente ocupa numa teorização sobre a linguagem a partir das premissas da psicanálise, é pertinente observar que o conceito de inconsciente está presente também nos textos de Wilss aqui discutidos. Por exemplo, em seu livro *Knowledge and Skills in Translator Behaviour*, esse teórico comenta o seguinte acerca desse tema:

Na base das nossas experiências, que construímos ao longo das nossas vidas e no decorrer das incessantes confrontações com um espectro amplo de textos, somos capazes de generalizar acima de experiências individuais e de reconhecer tipos de eventos que entram nas nossas memórias no nível do *inconsciente* e, desse modo, tornam-se uma parte daquilo que tem sido denominado de "*normalidade assumida do mundo*" (van Dijk 1977: 99) (1996a: 161-162; meus grifos).

Porém, é exatamente contra essa visão limitada – o inconsciente entendido como uma acumulação de conhecimentos que nos permitiria realizar certos atos de maneira automática – que a psicanálise se coloca ao estudar "aqueles nossos atos que advêm do *inconsciente*" (Frota, 1999: 65; grifo da autora)¹²⁵. Na psicanálise, deu-se um "descentramento" do sujeito, isto é, uma "divisão da subjetividade" entre o consciente e o inconsciente (ibid.: 65). É importante ressaltar que, para os representantes dessa área, essa divisão não ocorre "de modo equilibrado" (ibid.: 66). Como observa Frota, referindo-se a Freud, "a consciência só pode nos oferecer uma cadeia incompleta e rompida de fenômenos", de modo que o inconsciente se torna essencial para se entender o psíquico, torna-se o "verdadeiro psíquico" (ibid.).

Arrojo nos oferece outra definição do inconsciente que considero proveitosa para este trabalho. Ela observa que o inconsciente – que falaria "a partir do próprio discurso da consciência" (1993: 101) – pode ser entendido como

[um] outro nome para essa área reservada ao reprimido, ao que precisa ficar de fora para a constituição de um objeto que agrada à razão e à necessidade de dominar o caótico e o imprevisível, [...] aquilo que, em termos freudianos, é excluído pelas regras e pela lei, mas que retorna, sempre retorna, e pode ser rastreado não apenas nas várias manifestações "autorizadas" pela cultura – na literatura, na poesia, nos atos falhos, nas ambigüidades – mas também e, principalmente, nas teorias que pretendem controlá-lo e cercear sua interferência (1993: 98).

Essa observação final sobre a influência do inconsciente nas "teorias" aponta um aspecto que considero de grande importância, especialmente no contexto deste trabalho em que abordo o conceito de "ciência". Trata-se do fato de que a psicanálise – assim como a desconstrução ou a pós-modernidade em geral – se impõe como um campo de reflexões que constantemente coloca em xeque os saberes e as práticas já estabelecidos como, por exemplo, as ciências. Esse traço característico da psicanálise transparece também na observação de Frota de que "não temos controle sobre a distribuição [dos] funcionamentos [do inconsciente e do consciente]; isto é, não temos como decidir que, ao fazermos um trabalho

¹²⁵ Sobre a concepção de inconsciente na psicanálise e a diferença em relação à visão tradicional, cf. também Benjamin (1989: 127).

científico ou uma tradução, somente os processos conscientes estejam em jogo" (2000: 209). Conseqüentemente, ao se reconhecer que a ciência – ou qualquer outra atividade humana – não poderia ser "limpa do humano e de suas vicissitudes" (Arrojo, 1993: 100), torna-se ilusória uma concepção de verdade, de ciência e de língua como aquela que fundamenta o paradigma cartesiano, isto é, que exclui o sujeito. Ao contrário, para um pensador orientado pelas premissas da psicanálise, tanto a "realidade externa" quanto a ciência necessariamente "implicam o sujeito", além disso, sofrem uma "distorção" ao passarem "pela individualidade psíquica" daqueles que as percebem (Frota, 2000: 210).

O papel crítico da psicanálise em relação ao modelo tradicional de ciência – e de sua compreensão de sujeito – é abordado também por Andrew Benjamin, em *"Psychoanalysis and Translation"*. De acordo com esse autor, na psicanálise ocorreu uma "reorientação" que substituiu o enfoque na consciência por análises que se concentram na "relação entre a consciência e a inconsciência" (1989: 129). A partir disso, houve uma "desvalorização" da consciência, que "tem de ser interpretada, em parte, como a desvalorização daquilo que tem sido chamado o sujeito da certeza epistemológica" (ibid.), isto é, o sujeito cartesiano (ibid.: 130). Conforme ainda complementa Benjamin, o "reconhecimento da existência de um território que surge além do controle do sujeito" teria, como conseqüência, levado também ao reconhecimento da "impossibilidade de um sujeito cartesiano", tornando-o um "objeto de um desejo impossível" (ibid.: 130).

Nas passagens supracitadas de Frota (2000), Arrojo (1993) e Benjamin (1989), evidencia-se a postura crítica da psicanálise acerca das concepções cartesianas de ciência e de sujeito. Levando em consideração esse caráter crítico da psicanálise e as pretensões "científicas" da lingüística em meados do século passado, é claro que a psicanálise também vai mostrar uma postura contrária ao modelo cartesiano nessa área. Conforme aponta Arrojo, foi Lacan quem introduziu a psicanálise na área dos estudos da linguagem e quem,

[a] essa lingüística desinfetada do viscoso, do humano, do inconsciente,
[...] opõe [...] uma "lingüisteria", que não ignora a intervenção do sujeito

e de seu desejo. Ao invés da "língua", que cabe apenas no gesso pronto da lingüística, teríamos a "alíngua", a área do equívoco, da heterogeneidade e, principalmente, do jogo, da interferência do desejo, da paixão e do prazer (1993: 98).

A presença do sujeito, que vem à tona nessas observações inspiradas pelas teorias psicanalíticas e que significa uma reviravolta no pensamento epistemológico acerca do sujeito e seu relacionamento com todos os tipos de conhecimento e de ciência, constitui também o alvo do interesse de qualquer abordagem teórica dos estudos da tradução que dialogue com o referido campo, conforme enfocarei a seguir. Obviamente, tal diálogo levaria a uma visão de tradução, e de tradutor, distinta de qualquer outra defendida em trabalhos ortodoxos. Isso pode ser ilustrado com uma observação de Else R. P. Vieira. Segundo a autora, num contexto pós-moderno, a "imagem tradicional do tradutor" seria "questionável", pois

o tradutor torna-se autônomo e visível dentro do texto. A tradução passa a ser vista como uma polifonia pluricultural. O tradutor e as vozes que falam através dele não se deixam inserir no quadro tradicional (1997: 109).

No meu entender, o ponto crucial de uma reflexão sobre o tradutor a partir de uma visão de sujeito orientada pela psicanálise é a crença de que, em qualquer ato de comunicação, existe um "leitor", ou um "receptor", que "inevitavelmente se apropria do significado do outro e o traduz para o seu próprio 'idioma', para aquilo que o constitui também enquanto linguagem" (Arrojo, 1993: 59). Desse modo, nenhuma leitura ou tradução poderá ser a "recuperação" de significados supostamente intrínsecos às palavras, pois será sempre uma interpretação motivada não apenas pelas circunstâncias históricas, culturais e sociais do ato comunicativo, mas também por desejos, agressões e paixões individuais. Diante desse quadro, Frota defende que os estudos da tradução deveriam se deter com mais interesse no modo como a psicanálise "aborda a relação do sujeito (do inconsciente) com a estrutura da linguagem" (2000: 25). Tendo sua pesquisa ancorada no conceito de singularidade na escrita tradutória, a autora discorre sobre essa relação do sujeito (do inconsciente) com a estrutura

da linguagem. Para Frota tanto os "lapsos de tradução" – os quais poderiam envolver a "nítida omissão inconsciente de uma palavra [...] ou de toda uma cadeia lingüística", ou até "ostensivos acréscimos e distorções inconscientemente realizados" (2000: 230) – quanto os "erros por ignorância" (ibid.: 211) constituiriam "indiscutivelmente" (ibid.: 230) soluções incorretas de tradução. A singularidade, entretanto, "não encontra unanimidade em termos da sua in-correção"; não é considerada "nem em absoluto acordo com [o código], nem como sua evidente transgressão" (ibid.: 234). Ou seja, as singularidades – que só podem ser identificadas no cotejo do texto traduzido com o original (ibid.: 239) – não constituem erros unânimes, embora, via de regra, sejam rotuladas como "erro de interpretação" (ibid.: 240). São, no entanto, erros que "não sabemos ser[em] fruto de ignorância ou de desejo" (ibid.).

O exemplo que Frota utiliza para ilustrar seu estudo acerca da singularidade – e que cito aqui com o mesmo objetivo – é o relato de uma experiência com uma aluna que, na tradução de um poema de Sylvia Plath, traduziu o inglês "*picking up*" por "colando", em vez de um "previsível" "catando" ou "pegando" (ibid.: 25). Nas palavras de Frota, essa tradução seria "uma expressão singular", um "efeito de um trânsito particular de um certo sujeito entre os elementos estruturais da linguagem" e de uma "certa vinculação subjetiva com esses elementos" (ibid.: 25; grifo da autora). Na argumentação apresentada pela referida teórica, esse caráter subjetivo da tradução possibilitaria o surgimento de uma "diferença" que existiria "além da polissemia já codificada de *picking up*" (ibid.). Levando em consideração o enfoque da discussão desenvolvida nesta tese, é fundamental esclarecer que, embora, no exemplo supracitado, a singularidade se manifeste na tradução de um poema, não há motivo para se descartar a possibilidade de ela ocorrer também em textos considerados técnico-científicos. Essa avaliação parece compartilhada por Frota que enfatiza que a singularidade, assim como o lapso de escrita, se "concretiza na materialidade de uma língua, em qualquer tipo de texto, literário ou não – cartas, receitas médicas, etc." (ibid.: 231; meu grifo).

Outro aspecto relevante na discussão de Frota acerca da singularidade é o fato de que uma postura teórica baseada na concepção freudiana, ou lacaniana, de sujeito implica uma valorização da materialidade dos significantes, ou seja, uma ruptura com o "lugar privilegiado" (ibid.: 206) que o significado tem ocupado tradicionalmente nos estudos da tradução, sobretudo em trabalhos que não tratam da tradução poética. Em oposição à "lingüística cartesiana", a "lingüística freudiana" atribui "o mesmo peso" ao significante e ao significado, ou, "em termos freudianos, à representação de palavra" e à "representação de objeto" (ibid.: 247). E com essa atribuição de valor de significação também aos significantes – em qualquer tipo de texto –, a "lingüística freudiana" põe em xeque outro pressuposto fundamental de uma visão de tradução cartesiana, qual seja, o pressuposto de que o significado seria a representação do real e, por essa razão, seria imutável e independente do significante. Dentro dessa visão ortodoxa, esse efeito seria mais flagrante em textos "técnico-científicos" – cuja tradução é vista, como tentei evidenciar por meio da minha análise dos livros de Wilss, quase como uma mera mudança de rótulos de significados supostamente estáveis. Essa ruptura teórica leva Frota a argumentar que a visão de linguagem e de sujeito implícita na "lingüística freudiana" traria "implicações de maior importância para a redefinição de conceitos que vêm norteando o ofício tradutor, como os de in/fidelidade, in/traduzibilidade, equivalência" (ibid.: 207). A partir da premissa de que "a ação do inconsciente não pode ser evitada" (ibid.: 216), podendo, no máximo, ser corrigida (ibid.), a autora argumenta que uma das questões que se deveria colocar para os tradutores seria "por que, então, insistir em não aceit[ar a ação do inconsciente], confundindo-a com simples pressa ou com uma desatenção provocada por fator alheio?" (ibid.). Posicionando-se contra as supostas tentativas de ignorar esse fator tão relevante, Frota chama a atenção para a importância da "conscientização, pelos tradutores, do processo psíquico" responsável pelos supostos "erros" (ibid.: 217), mesmo que o "alvo principal" do ensino de tradução continuasse a ser "a [...] eliminação" dos lapsos e das singularidades.

Partindo dos pressupostos de que não é possível "tudo entender, tudo escrever e prever" (ibid.: 251) – e inspirada pelo livro *Tradução: dados para uma abordagem psicanalítica*, de Silveira Jr. (1983) –, Frota propõe que se passe a "enxergar a experiência tradutora como uma *relação de amor*" (ibid.). Para isso, baseia-se na concepção freudiana do "amor possível e satisfatório [que] se daria em uma relação que, fundamentalmente, preservasse a diferença entre as representações psíquicas do eu e do outro" (ibid.: 258). Para os tradutores, isso significaria assumir "a real impossibilidade da tradução enquanto fusão que transforma dois em Um, assim deixando de ter, como único alvo, a imaginária dimensão da completude, a simetria perfeita entre as línguas" (ibid.: 255). Sintetizando sua proposta, Frota conclui:

[esse] o tradutor-amante: sabe, em alguma medida, que há falta e desejo, em si e no outro, assim deixando de buscar tanto um Outro, sem falhas, quanto um eu idealizado, um Eu. Um tradutor que consegue conviver com a diferença e com a imperfeição das línguas e dos escritores e, por isso mesmo, pode desfrutar de pequenos momentos de amor – um encontro especial com um autor, um texto prazeroso, uma palavra desejada, um sentido exato (ibid.: 262).

De modo semelhante, Arrojo reporta-se a Stephen H. Straight (1981) para se opor à "missão impossível inventada pelo logocentrismo para o tradutor" que "praticamente deve[ria] saber tudo o que há para ser sabido" sobre "o sistema lingüístico e o contexto cultural do autor e do original", "sobre a linguagem e a cultura do público-alvo da tradução" (1993: 134). A autora explica como as discussões sobre a linguagem e o sujeito à luz da pós-modernidade – e, conseqüentemente, da psicanálise – poderiam alterar essa visão do trabalho tradutório e do ensino de tradução:

Se o que futuros tradutores devem aprender [...] é como fazer traduções que sejam aceitáveis e celebradas dentro da comunidade cultural em que desejam atuar e já que não é humanamente possível ensinar-lhes tudo que há para se saber – simplesmente porque não existe tal possibilidade de conhecimento – a única abordagem realista ao ensino de tradução deve se concentrar no esforço de fornecer aos futuros profissionais um aparato crítico que lhes permita descobrir que tipo de estratégia deve ser empregada em cada projeto tradutório que decidirem realizar. Esse aparato crítico pode apenas ser desenvolvido junto a um grupo que esteja disposto a analisar e a discutir seus próprios métodos de produzir "significados" e de exercer poder e a abrir

mão da esperança fútil de encontrar o dicionário ou o glossário definitivo, o equivalente exato, a fidelidade absoluta, a tradução imortal (ibid.: 147-148).

Levando em conta as palavras de Arrojo e de Frota acerca do papel que cabe ao tradutor num contexto teórico inspirado por pressupostos da psicanálise, pensar a tradução como um trabalho executado por um sujeito cartesiano implica desconsiderar vários aspectos que, no referido ambiente teórico, são considerados intrínsecos a qualquer uso da linguagem e, portanto, intrínsecos ao sujeito. Assim, partindo da hipótese de que Wilss, de fato, teria iniciado um diálogo com o pensamento pós-moderno, pode-se concluir que uma eventual persistência do autor em sua visão sobre a tradução "técnico-científica" – isto é, sua crença na predominância dos supostos significados intrínsecos aos textos e no trabalho tradutório como um ato puramente mecânico – deverá ser entendida como uma inconseqüência teórica, e até como um indício de um conhecimento incompleto acerca das implicações que uma postura favorável ao pensamento pós-moderno acarreta. De qualquer maneira, a visão de Wilss sobre tradução, analisada no capítulo II deste trabalho, é evidentemente incompatível com as premissas que alicerçam o pensamento pós-moderno. Uma aproximação do teórico com essa vertente filosófica implicaria, necessariamente, uma renúncia ao objetivo que norteia seus trabalhos anteriores, qual seja, o desenvolvimento de um "ciência da tradução" orientada pelo modelo cartesiano de cientificidade.

III.2 O abalo do modelo cartesiano nas ciências naturais

III.2.1 A física quântica: o início de uma "metamorfose" da ciência

*Pode a Natureza ser tão absurda
como nos tem parecido nessas
experiências com os átomos?*

Werner Heisenberg

*Quem não ficou espantado com a
física quântica, não a entendeu.*

Niels Bohr

Em alguns momentos, em textos mais recentes (1988; 1996a; 2000), Wilss sugere que o modelo científico cartesiano – que, como venho argumentando ao longo desta tese, marca a sua visão de ciência e de tradução “técnico-científica” – tem sofrido alguns abalos em virtude de questionamentos oriundos principalmente da física do século XX¹²⁶. É o objetivo deste item esclarecer os aspectos mais relevantes para que se possa entender o alcance desses questionamentos que, na opinião de alguns pensadores, provocaram o aparecimento de um novo paradigma que sucederia ao cartesiano¹²⁷.

Enquadradas no modelo cartesiano durante séculos, as ciências têm sido associadas a um complexo de noções como causalidade, determinismo, mecanismo, racionalidade e objetividade. Levando em consideração o longo período durante o qual o paradigma cartesiano foi o único possível para as ciências – sobretudo para a física, a “rainha” das ciências naturais –, é compreensível que tenha sido grande o espanto dos cientistas quando estes se viram confrontados com fatos que indicavam não ser mais possível admiti-lo como o modelo exclusivo de cientificidade. Não foram apenas filósofos como Schopenhauer, Nietzsche¹²⁸ e, mais tarde, por exemplo, Jürgen Habermas¹²⁹ que

¹²⁶ Cf., por exemplo, o cap. II.2.2 desta tese, ou Wilss (1988: 15, 153; 1996a: 31; 2000: 267).

¹²⁷ Essa idéia é defendida, por exemplo, por Capra (1975/1995), Santos (1987/1993) e Crema (1989).

¹²⁸ Cf., por exemplo, Gadamer (1983: 19).

¹²⁹ Cf., por exemplo, Habermas (1968/1994).

forneceram material para os debates críticos sobre as bases epistemológicas da ciência moderna. Foram também cientistas das áreas naturais – principalmente da física – que se destacaram nesses debates. Dentro da física, a física quântica – que visa descrever o comportamento das moléculas, dos átomos e das partículas subatômicas, assim como da luz e de outras formas de radiação – tem sido considerada o principal propulsor dessa grande crise paradigmática. Por causa disso, ela se tornou o símbolo de uma transição da ciência clássica – na qual valem exclusivamente as leis de Newton e o pensamento cartesiano – para uma ciência nova, contemporânea, orientada por um novo paradigma filosófico e que, conforme argumenta Santos (1989/1993), por exemplo, ainda se encontraria na sua fase de emergência.

Embora muitas vezes se atribua à “teoria geral da relatividade” (1905), formulada por Albert Einstein, o mérito de ser a maior revolução científica do século passado, foi a física quântica que não só causou profundas mudanças no âmbito das ciências naturais, mas que também lançou uma nova luz sobre os problemas filosóficos, epistemológicos, éticos e políticos dessa época¹³⁰. Enquanto a física clássica – de Newton a Einstein – “forneceu uma imagem clara e inteligível do mundo, a qual permanecia inalterada independentemente da maneira como se olhava para ele” (Jonathan Powers, 1982: xvi), a física quântica colocou em xeque essa imagem. A esse respeito, vale a pena citar a observação de Almir Caldeira de que a física quântica, “com a sua nova conceituação sobre a matéria e os seus intrigantes postulados, gerou debates não só no âmbito das ciências exatas, mas também no da filosofia, provocando assim uma grande revolução intelectual no século XX” (2001: 1)¹³¹. Em uma passagem de F. S. Northrop – autor da introdução do livro *Física e filosofia*, de Werner Heisenberg (1958/1999) – a importância da física quântica (e também do físico Heisenberg) para a ciência e

¹³⁰ Sobre os diferentes papéis da teoria da relatividade e da física quântica em relação às mudanças filosóficas e epistemológicas do século XX, cf., por exemplo, Gribbin (1984/2000: 13) e Powers (1982: xv-xvii).

¹³¹ Para discussões aprofundadas sobre as implicações filosóficas da física quântica, cf., por exemplo, Bohr (1934/1978), Cushing e McMullin (1989) ou Eddington (1958).

a filosofia no século XX é também claramente assinalada. De acordo com Northrop,

há uma consciência generalizada de que a física contemporânea deu lugar a uma revisão importante da concepção que o homem tem do universo e de seu relacionamento com ele. Já se disse que essa revisão atinge o que há de mais fundamental no destino e liberdade humanas, afetando mesmo a concepção que o homem tem acerca de sua capacidade de controlar o seu próprio destino. Em ponto algum da física isso é tão flagrante quanto no princípio de indeterminação da mecânica quântica, descoberto pelo autor deste livro e que, comumente, leva seu nome (1958/1999: 9).

Ultrapassaria os limites deste trabalho descrever os experimentos da física quântica responsáveis por essa "grande revolução intelectual"¹³². No entanto, para deixar mais clara a grande reviravolta na visão ortodoxa do mundo que aconteceu a partir de determinadas descobertas nessa área, acredito ser útil lançar um olhar sobre alguns fatos que se tornaram marcos importantes na história dessa ciência. Conforme aponta o próprio Heisenberg, não foi seu princípio de indeterminação – segundo o qual é impossível medir simultaneamente e com precisão pares de variáveis de uma partícula, como a velocidade e a posição de um elétron¹³³ –, mas a "lei de Planck da radiação térmica" que deu início ao abalo dos "fundamentos de nossa descrição da Natureza" (ibid.: 49)¹³⁴. A idéia, expressa na referida lei, de que "a energia radiante somente pudesse ser emitida e absorvida em quantidades discretas", não claramente previsíveis, era "tão nova" que "não havia como introduzi-la na estrutura tradicional da física" (ibid.). O próprio Planck, "um conservador em sua maneira de ver as coisas", "não gostou nada" da sua "hipótese quântica" (ibid.), que o obrigaria a defender uma "nova formulação" das bases epistemológicas da física, e tentou "reconciliar" essa sua nova hipótese com as leis da radiação já conhecidas. Não obteve sucesso, pois a pretendida reconciliação "malogrou em seus pontos essenciais" (ibid.).

¹³² Descrições detalhadas, dirigidas ao público leigo, dos experimentos mais significativos da física quântica podem ser encontradas, por exemplo, em Capra (1975/1995) e Gribbin (1984/2000; 1995/2000).

¹³³ Cf., por exemplo, Gribbin (1995/2000: 35).

¹³⁴ Sobre a referida "lei de Planck" e seu caráter revolucionário na área da física, cf., por exemplo, Fleming (2001).

O segundo passo importante em direção a um novo paradigma da física foi dado por Albert Einstein quando este grande cientista contestou o tradicional modelo ondulatório da luz, mostrando que

[a] luz poderia ser interpretada como consistindo de ondas eletromagnéticas, de acordo com a teoria de Maxwell, ou então como sendo constituída de *quanta* de luz, pacotes de energia que se propagam pelo espaço com velocidade assaz elevada (ibid.: 50-51).

É evidente que tal definição da luz contradiz fundamentalmente qualquer descrição possível dentro do paradigma cartesiano, pois sugere que o caráter dos elétrons não resultaria da sua própria "matéria" – independentemente de eles serem observados ou não –, mas da maneira como eles fossem medidos ou "interpretados". Einstein reconheceu a existência de uma contradição entre o "modelo ondulatório e a idéia dos *quanta* de luz", mas relutou em aceitar que tal reconhecimento implicaria um novo olhar sobre as alicerces que sustentavam a sua própria visão de mundo. Assim, encarou as incompatibilidades que encontrou na sua teoria da luz "como algo que provavelmente seria entendido somente muito tempo depois" (ibid.: 51). Mais tarde, quando conceitos como probabilidade e indeterminação já tinham sido aceitos por muitos físicos como fundamentais para se interpretar o mundo atômico, Einstein manteve a sua postura adversa a uma visão de mundo não absolutamente determinista e previsível e pronunciou a famosa observação de que não poderia acreditar que "Deus joga[sse] dados com o universo" (Gribbin, 1995/2000: 293).

O primeiro físico que ousou propor não mais tentar adaptar as descobertas feitas na física quântica ao modelo tradicional utilizado para interpretar a realidade, mas sim repensar esse modelo a partir das referidas descobertas, foi Niels Bohr. Ele introduziu o conceito de *complementaridade* na física e considerou

a maneira quântica de descrever em seus dois aspectos, de partícula e de onda, como duas descrições complementares da mesma realidade. Cada uma dessas descrições pode ser só parcialmente verdadeira, e limitações devem ser impostas ao uso, tanto do conceito de partícula como do de onda, caso contrário, não haveria como se evitar as contradições (Heisenberg, 1958/1999: 64).

Conforme menciona Heisenberg, essa nova visão da realidade do mundo dos átomos introduzida por Bohr permitiu, em 1927, uma "interpretação consistente da teoria quântica", que ficou conhecida como a "interpretação de Copenhague" (ibid.). Esse modelo interpretativo representou a primeira tentativa de se oferecer uma explicação para as descobertas da física quântica que se mostravam incompatíveis com as premissas do paradigma da física clássica.

Os pontos centrais da "interpretação de Copenhague", conforme descritos, por exemplo, por Gribbin (1995/2000: 26-33; 212), são, em primeiro lugar, o princípio de complementaridade (já citado acima) que define os dois tipos de caráter para se descrever o fenômeno da luz, o ondulatório e o de partículas, como "descrições complementares da mesma realidade" (Heisenberg, 1958/1999:64). Em segundo lugar, é relevante mencionar o fato de essa interpretação considerar fundamental a existência de "ondas de probabilidade". Essa expressão implica a idéia de que o lugar e o impulso dos elétrons e dos prótons só podem ser definidos quando estes últimos estão sob observação. Quando não observados, seu lugar só pode ser definido com uma certa probabilidade, nunca com certeza absoluta. Desse modo, o fato de um acontecimento quântico ser ou não ser observado passa a se constituir um fator determinante na física. Em terceiro lugar, deve-se mencionar como outra característica da "interpretação de Copenhague" o pressuposto de que os elétrons, quando observados, entrariam em colapso, isto é, quando não observados, comportar-se-iam como ondas; mas, sob observação, parecem tornar-se partículas. Finalmente, o quarto aspecto fundamental do referido modelo interpretativo é a não-localidade dos elétrons, isto é, o fato de os elétrons "conhecerem" não apenas as suas próprias localidades, mas as condições do experimento inteiro. Contrariando bases essenciais do pensamento científico moderno, esses pressupostos da física quântica deram espaço para aspectos como o livre arbítrio ou o acaso se tornarem "questões centrais" da física moderna (Gribbin, 1984/2000: 233) e levaram, entre outros paradoxos, ao do "gato de

Schrödinger" que, quando fora de observação, estaria vivo e morto ao mesmo tempo¹³⁵.

A "interpretação de Copenhague", defendida sobretudo por Bohr, Heisenberg e Max Born, foi testada repetidamente em experimentos físicos e em "experiências ideais" (Heisenberg, 1958/1999: 55)¹³⁶. Durante esse "processo de clarificação", os "paradoxos" não desapareceram; pelo contrário, "tornaram-se ainda mais marcantes e mais estimulantes" (ibid.) – mesmo quando as experiências foram realizadas por físicos que, por não concordarem com a "interpretação de Copenhague"¹³⁷, tentavam mostrar a sua suposta inconsistência. De acordo com Gribbin, até os anos 80, a "interpretação de Copenhague" foi uma posição quase incontestada, pois era a única aplicável com sucesso na prática (1995/2000: 211). Para a maioria dos físicos, ela seria válida ainda hoje graças ao seu grande valor prático¹³⁸ (ibid.: 33). Certamente existem críticas e propostas alternativas a respeito de uma possível interpretação da física quântica colocando em discussão a "interpretação de Copenhague"¹³⁹. Mas, como pondera, por exemplo, Sílvio Seno Chibeni, mesmo os físicos que até hoje não se distanciaram da "visão filosófica do realismo científico, segundo a qual a ciência objetiva a descrever uma realidade independente de qualquer observação ou cognição", aceitam

o desafio de reformular radicalmente as concepções de realidade associadas às teorias clássicas. Em particular, procura-se conceber uma ontologia compatível com a informação contida nas funções de onda quântica. Uma das consequências seria a presença no mundo de objetos aos quais não se poderiam atribuir o conjunto inteiro das propriedades clássicas (2001: 5).

¹³⁵ Cf., por exemplo, Gribbin (1995/2000: 39-43).

¹³⁶ Nas palavras de Nussenzveig, trata-se de "experiências de pensamento" (2001: 101), em que, por exemplo, Bohr e Einstein, "para ilustrar seus pontos de vista, imaginavam situações físicas que seriam adequadamente descritas (ou não, segundo Einstein) pela teoria quântica" (ibid.).

¹³⁷ Cf., por exemplo, Gribbin (1995/2000: 44; 209-260).

¹³⁸ Gribbin aborda detalhadamente os diversos usos da física quântica no nosso dia-a-dia, por exemplo, na tecnologia a *laser*, na televisão, nos computadores ou aparelhos de som (cf., por exemplo, 1984/2000: 149-168).

¹³⁹ Cf., por exemplo, Gribbin (1995/2000: 211-313).

Assim, a "interpretação de Copenhague", embora em constante discussão, ainda parece ser aceita por uma grande parte dos físicos contemporâneos, o que pode ser corroborado também com a seguinte passagem de Almir Caldeira:

Muitos autores, por não se sentirem confortáveis com a chamada *interpretação ortodoxa* ou *de Copenhague* da mecânica quântica, tentam criar teorias alternativas para substituí-la. Entretanto, cabe notar que, apesar da sua estranheza, a mecânica quântica não apresentou qualquer falha desde que foi elaborada na década de 20, o que não nos proporciona evidência experimental que aponte para onde buscar as questões capazes de derrubá-la (2001: 5).

Tendo em vista o propósito desta tese, considero pertinente destacar o fato de as referidas descobertas desse ramo da ciência terem levado alguns de seus representantes a uma reflexão sobre as suas implicações filosóficas e epistemológicas. É certo que, desde o início, essas discussões foram polêmicas. Inicialmente, os físicos dividiam-se em dois campos: os adversários e os defensores das mudanças nas teorias da física¹⁴⁰. Cientistas como Albert Einstein, Max Planck, Paul Ehrenfest, Erwin Schrödinger e Louis de Broglie opunham-se à idéia de que o modelo tradicional de ciência não pudesse mais ser o único válido. E outros como Niels Bohr, Werner Heisenberg, Arnold Sommerfeld, Max Born, Wolfgang Pauli (cf. *ibid.*: 60) mostravam claramente sua disposição em aceitar modelos científicos que eram pouco comuns e que contestavam o suposto determinismo da natureza e a validade absoluta da dicotomia entre sujeito e objeto¹⁴¹.

Entre os defensores da "interpretação de Copenhague", Heisenberg é um dos físicos que mais se dedicou às questões filosóficas postas aos físicos quânticos depois das suas surpreendentes descobertas. No seu livro *Física e filosofia* (1958/1999), faz várias observações que apontam as mudanças mais importantes em relação ao paradigma filosófico que se manteve em vigor pelo

¹⁴⁰ Cf. Emter (1995: 59-60).

¹⁴¹ Nesse contexto, considero interessante mencionar que o contexto filosófico e social do período entre 1900 e 1927, predominantemente crítico em relação ao racionalismo, parece ter facilitado a aceitação do caráter não-determinista da natureza por vários físicos como, por exemplo, Bohr e Heisenberg (Emter, 1995: 60-62; Prigogine 1984: 6).

menos até 1900, ano da referida "lei de Planck da radiação térmica". Isso ocorre quando o físico declara, por exemplo, que "a influência da divisão cartesiana [entre *res cogitans* e *res extensa*] sobre o pensamento humano [...] dificilmente poderá ser exagerada". No entanto, como ele próprio afirma, é "justamente essa divisão que teremos de criticar [...] do ponto de vista da física do nosso tempo" (1958/1999: 112-113). Conforme mencionei, a física quântica colocou em xeque a possibilidade de se conhecer o comportamento de um elétron independentemente da observação humana. A partir disso, explica-se a postura contrária que Heisenberg assume em relação à cartesiana, que pressupõe a possibilidade de se descrever a natureza de um modo neutro e independente, ou seja, pressupondo uma separação total entre sujeito e objeto. Para Heisenberg,

na interpretação de Copenhague, podemos proceder sem nos mencionarmos como indivíduos, embora não possamos ignorar que a ciência natural é feita por homens. A ciência natural não se restringe simplesmente a descrever e explicar a Natureza; ela resulta da interação entre nós mesmos e a Natureza e propicia uma descrição que é revelada pelo nosso método de questionar. Essa foi uma possibilidade que não poderia ter ocorrido a Descartes, mas que torna impossível uma separação bem nítida entre o Mundo e o "Eu" (ibid.: 115).

Apesar de não questionar a utilidade dos conceitos clássicos da física para o estudo do mundo diretamente observável, o físico mostra-se bastante crítico em relação a vários pressupostos caros ao pensamento cartesiano. Ele observa, por exemplo, que o postulado da "elucidação lógica de qualquer enunciado sobre a Natureza" – e, conseqüentemente, o postulado de a razão ser a base para qualquer empreendimento científico – não poderia mais ser mantido na época da física quântica (ibid.: 121). Nesses tempos, seria muito mais válido o lema de que "jamais será possível chegar-se, pela razão pura, a alguma verdade absoluta" (ibid.: 130). Essa postura crítica acerca das nossas capacidades de chegarmos a "verdades" definitivas e intrínsecas ao mundo físico, sugere que a visão de Heisenberg seja compatível com a de Gribbin para quem, na física quântica,

todas as interpretações são mitos, maletas, que podem nos ajudar a chegar a uma concepção dos acontecimentos no nível quântico e a previsões verificáveis. Nenhuma delas pode pretender ser a verdade, mas todas elas são "verdadeiras", mesmo quando se contradizem (1995/2000: 343; grifo do autor).

Essas observações de Heisenberg e Gribbin permitem deduzir que, na física contemporânea, é bastante aceita a idéia de que a ciência não deve mais ser vista como uma mera representação da realidade. Isso pode ser ilustrado com o fato, também mencionado por Gribbin, de cientistas de várias áreas (como da física e da química) utilizarem diferentes modelos teóricos de átomo, às vezes até contraditórios, mas todos úteis para os devidos fins (cf. *ibid.*: 263-264). De acordo com o este mesmo autor,

todos os modelos de átomo são não verdadeiros, visto que não dizem a verdade *única* sobre o átomo. E, vice-versa, todos os modelos são verdadeiros e úteis, enquanto nos dão acesso a um aspecto do mundo atômico (*ibid.*: 264, grifo do autor).

Nas ciências naturais, a contestação da validade absoluta do paradigma cartesiano ocorreu não apenas na física. Nas últimas décadas, cientistas de outras áreas também têm publicado trabalhos que, na tradição da física quântica, colocam em questão diversos aspectos essenciais do referido paradigma. Um exemplo disso é o trabalho de Kurt Gödel¹⁴² que, conforme Santos, demonstrou “que o rigor da matemática carece ele próprio de fundamento”, sugerindo que suas “condições de êxito na ciência moderna não podem continuar a ser concebidas como naturais e óbvias” (Santos, 1987/1993: 27)¹⁴³. Vale a pena também citar o físico-químico e Prêmio Nobel Ilya Prigogine, que introduziu, nas ciências, o conceito de tempo como um fator que altera os fenômenos¹⁴⁴. Prigogine trouxe para as ciências o conceito da “flecha do tempo”, opondo-se ao fato

de que as leis fundamentais da física neguem a diferença entre o passado e o futuro, sem a qual, no entanto, não podemos conceber nem a experiência humana, nem sequer os procedimentos experimentais sem os quais não haveria experiência física (1988/1992: 5).

¹⁴² Sobre a teoria de Gödel, cf., por exemplo, Shanker (org.) (1988).

¹⁴³ Em relação à matemática, a ciência que forma a base do paradigma cartesiano, é interessante mencionar que Heisenberg também aponta que nessa “mais exata das ciências, não podemos nos furtar ao uso de conceitos que envolvam contradições” (1958/1999: 278).

¹⁴⁴ Para uma leitura mais aprofundada sobre a teoria desse cientista, cf., por exemplo, Prigogine e Stengers (1984; 1988/1992) ou Prigogine (1996).

De acordo com Prigogine, os "conceitos básicos que fundamentaram a 'concepção clássica do mundo'" chegaram aos seus "limites", o que teria iniciado uma "metamorfose da ciência" (1984: 5). O cientista explica essa "metamorfose" da seguinte maneira:

[a] própria ambição de reduzir o conjunto de processos naturais a um pequeno número de leis foi abandonada. As ciências da natureza descrevem, de ora em diante, um universo fragmentado, rico de diversidades qualitativas e de surpresas potenciais. Descobrimos que o diálogo racional com a natureza não constitui mais o sobrevôo desencantado dum mundo lunar, mas a exploração sempre local e eletiva, duma natureza complexa e múltipla (ibid.).

Referindo-se a Prigogine, Santos nos fornece ainda uma definição do que entende ser o cerne da atual crise do paradigma cartesiano, desse "movimento convergente [...] que atravessa as várias ciências da natureza e até as ciências sociais" (Santos, 1987/1993: 28-29):

a importância desta teoria está na nova concepção da matéria e da natureza que propõe, uma concepção dificilmente compaginável com a que herdamos da física clássica. Em vez da eternidade, a história; em vez do determinismo, a imprevisibilidade; em vez do mecanicismo, a interpenetração, a espontaneidade e a evolução; em vez da ordem, a desordem; em vez da necessidade, a criatividade e o acidente (ibid.: 28).

A referida crise paradigmática mostra seus efeitos também em várias discussões interdisciplinares cuja temática passa a ser constituída pelas implicações desse novo contexto epistemológico. A título de exemplo, cito aqui alguns trabalhos ilustrativos desses diálogos, especialmente entre as ciências humanas e as naturais, baseando-me em artigos publicados no livro *Novas epistemologias: desafios para a universidade do futuro* (Olinto e Schollhammer, 1999)¹⁴⁵, uma coletânea de artigos publicada em ocasião de um seminário

¹⁴⁵ Como outros exemplos de diálogos interdisciplinares que enfocam a questão de um suposto novo paradigma, pode-se mencionar o livro *An den Grenzen des Wissens: Siegeszug und Dilemma der Naturwissenschaften* (*The End of Science. Facing the Limits of Knowledge in the Twilight of the Scientific Age*) (1996/2000), em que John Horgan menciona o simpósio "*The Interpretation of Quantum Theory: Where do We Stand?*" realizado em 1992. Nesse encontro, físicos e filósofos discutiram sobre o papel da física quântica nas suas respectivas áreas (ibid.: 151). Dois artigos, incluídos em outras publicações, "Comentários sobre o ator-dançarino e o paradigma quântico-relativista" (Siqueira, 1998) e "O camelo e a ovelha: A síntese entre arte e ciência desafia o teatro" (Kinas, 2001) podem ser mencionados como exemplos das discussões sobre esse suposto novo paradigma na área das artes cênicas.

internacional dedicado à "reflexão sobre novas formas de compreender e produzir saber" (ibid.: 7), com participantes de diversas áreas, como a física, a economia, a bioquímica e a imunologia, a matemática, a filosofia, a antropologia, a psicologia, a educação e a literatura. Nesse caderno, o físico Mário Novello propõe, por exemplo, "a ruptura definitiva com o dialeto newtoniano" (1999: 45). O teólogo e físico Pe. Paul Schweitzer – partindo do pressuposto de que "a opinião de que haja um conflito entre ciência e religião esta[ria] ultrapassada" (ibid.: 47) – sugere que o "diálogo entre a teologia e a ciência física se configure como uma tarefa importante para a universidade no próximo século" (ibid.: 54). Nessa mesma publicação, há um artigo do professor de literatura comparada Hans Ulrich Gumbrecht sobre o seu diálogo teórico com o físico Steven Chu, premiado com o Nobel de Física. No artigo, Gumbrecht discute as influências e as semelhanças entre as áreas naturais, especificamente a física quântica, e as áreas humanas no século XX (ibid.: 61-77). O tópico central que permeou as discussões do referido seminário foi a questão se a "ciência estaria gerando um novo olhar cuja identificação seria feita a partir de uma oposição ao anterior e que estaria produzindo um mundo evolutivo, dinâmico, *não-determinista, imprevisível e aberto*" (Novello, ibid.: 33; grifos do autor).

Antes de encerrar este item, considero interessante ainda me deter brevemente em alguns textos que tratam da situação atual da física quântica e que, quase 100 anos depois das suas descobertas revolucionárias, avaliam as consequências que ela trouxe para o pensamento contemporâneo, tanto científico quanto filosófico. As discussões sobre o mundo dos átomos aparentemente tão cheio de paradoxos ainda são atuais e continuam polêmicas. Enquanto, por exemplo, o físico Roger Penrose "promete acabar com o paradoxo mais famoso da mecânica quântica, o do gato que está vivo e morto ao mesmo tempo" (Ivan Semeniuk, Folha de São Paulo, 31 de março de 2002, p. 21), o físico Mário Novello acredita ser possível levar os paradoxos ainda mais longe, pois tem "quase" certeza de ser possível fazer um fóton, isto é, a partícula mínima da luz, "voltar no

tempo" (Salvador Nogueira, Folha de São Paulo, 28 de outubro de 2001, p. 21). Em geral, pode-se observar que o desenvolvimento da física quântica e de outras áreas das ciências naturais que contestaram as premissas do modelo tradicional de cientificidade tem levado, nos dias de hoje, a uma concepção de ciência e de realidade às vezes bastante diferente daquela que vigorava nos últimos séculos, quando o mundo era visto como um sistema totalmente autônomo, à espera de ser completamente decifrado e explicado. De acordo com Carlos Vogt, chegamos a uma "visão probabilística e não mais racionalista da verdade" (2001: 5). Michael Paty, em uma resenha do livro *Cem anos de física quântica*, organizado por Mahir S. Hussein e Sílvia R. A. Salinas (2001), sintetiza o que considera hoje a "mais clara lição" da física quântica da seguinte maneira:

a física quântica nos obrigou a pensar quanticamente – isto é, segundo conceitos propriamente quânticos, que não se reduzem aos clássicos – o mundo de fenômenos e de sistemas físicos reais. A "física quântica em ação" passa então a assumir o papel de uma "epistemologia prática", que torna real o conhecimento da natureza, instruindo-nos sobre o que estes dois *não são* (embora pouco antes tivéssemos desejado que fossem), mas também o que *são*, a saber, conhecimento e natureza (Jornal de Resenhas, Folha de São Paulo, 13 de abril de 2002, p. 7, grifos do autor).

No referido livro, *Cem anos de física quântica*, um dos seus organizadores sintetiza a consequência maior que a física quântica teria trazido para o pensamento atual: depois de, no século XIX, a física ter parecido "completa", "perto da iminência de uma grande síntese", ou de uma "teoria final", os acontecimentos no mundo científico, "nas duas ou três primeiras décadas do século XX", teriam causado uma "redefinição extremamente radical daquilo que se entende por realidade física" (Hussein, 2001: i).

No item 2.2 do primeiro capítulo desta tese, argumentei que o uso que Wilss faz do termo "ciência" está estreitamente vinculado a noções características do paradigma cartesiano – como, por exemplo, a objetividade, a universalidade, a neutralidade e a racionalidade. Como procurei evidenciar na minha discussão apresentada até agora neste capítulo, tanto nas áreas humanas como nas ciências naturais, esses conceitos têm sido repensados e relativizados. Quando o

valor absoluto e independente desses conceitos tão caros ao pensamento científico ortodoxo passou a ser questionado, os alicerces do paradigma cartesiano começaram a desabar, também dentro das ciências naturais. A própria argumentação de Wilss não esconde isso, embora o teórico se pronuncie muito timidamente a esse respeito e não leve adiante uma discussão sobre as possíveis conseqüências dessa mudança de paradigma para seu próprio empreendimento “científico”. Assim, depois de defender que tanto as contradições inerentes à teorização desse estudioso quanto o conjunto de reflexões surgidas no contexto da pós-modernidade colocam em questão a possibilidade de se elaborar uma “ciência da tradução” nos moldes por ele propostos, procurarei agora evidenciar que uma orientação pelo modelo científico das ciências naturais também não implica, necessariamente, uma ajuda no desenvolvimento de uma “ciência da tradução” conforme suas pretensões.

III.2.2 Novos olhares "científicos" sobre o significado

Retomando algumas passagens já citadas neste trabalho, gostaria de lembrar que Wilss, em muitos momentos dos seus livros aqui analisados (1977/1982; 1988; 1996a), parte de uma concepção extremamente determinista em relação às supostas características da linguagem "técnico-científica" e em relação ao sujeito. O teórico pressupõe, por exemplo, que um texto "técnico-científico" seria marcado por significados estáveis e repetíveis (1996a: 71), independentes do "emissor" e do "receptor" (1977/1982: 128) e livres de metáforas. A característica que, de acordo com a argumentação apresentada por Wilss, possibilitaria essas supostas qualidades de qualquer texto "técnico-científico" seria "o postulado de correspondência um-a-um entre a substância extralingüística e a denominação lingüística ou a significação" (ibid.: 129). A premissa de que a função da linguagem científica seria meramente representativa transparece também quando o teórico observa que "qualquer linguagem técnico-científica" seria a "codificação de uma seção da realidade cuja estrutura conceitual é representada lingüisticamente por um determinado texto técnico-científico" (ibid.: 131). Seguindo um raciocínio orientado pelo paradigma cartesiano, Wilss também defende que o tradutor deveria ficar "invisível", sobretudo ao traduzir um texto considerado "técnico-científico". Uma vez que o significado de um texto desse "tipo" seria supostamente independente de qualquer fator humano e de qualquer interpretação, essa invisibilidade aumentaria o "nível científico" da tradução (cf., por exemplo, 1977/1982: 44, 136, 164).

A postura teórica de Wilss em relação à linguagem e ao sujeito – que venho denominando cartesiana – tem sido refutada por muitos pensadores vinculados ao pensamento pós-moderno, conforme expus em III.1. Nestes últimos dois itens, tentarei evidenciar que a maneira como Wilss entende esses dois referidos aspectos tem sido colocada em xeque também por parte dos cientistas naturais contemporâneos. Destaco a física quântica como a área de conhecimento que tem propiciado um enfoque especial nas questões de linguagem e do sujeito.

Para tornar mais claro esse aspecto, reporto-me principalmente a um livro já mencionado no item anterior, *Física e filosofia*, de Werner Heisenberg (1958/1999). Com citações de livros mais recentes de cientistas, principalmente da física, e de estudiosos da teoria científica que discorrem sobre as mudanças paradigmáticas no século XX, procuro mostrar que tanto a concepção de linguagem quanto a de sujeito constituem questões relevantes nas discussões epistemológicas de hoje e se afastam daquela assumida por Wilss.

Preliminarmente, considero útil mencionar que alguns dos físicos que deram os primeiros impulsos no sentido de se repensar o modelo cartesiano de cientificidade – por exemplo, Bohr e Heisenberg – exibem claramente uma visão de linguagem contrária àquela defendida pelos membros do Círculo de Viena, tendência filosófica com forte influência no pensamento científico das décadas de 20 e 30, época também das grandes descobertas revolucionárias da física quântica. À guisa de exemplo da visão defendida pela referida vertente neo-positivista, cito uma descrição de Inês Lacerda Araújo a esse respeito. Conforme a autora, Rudolf Carnap, um dos representantes mais conhecidos do Círculo de Viena,

defende a adoção de uma linguagem unitária em que cada asserção da ciência pudesse ser anunciada garantindo a compreensão intersubjetiva. Todos devem poder compreender os enunciados do mesmo modo e todo e qualquer fato ou situação deve poder ser enunciado em uma linguagem empírico-fisicalista. Nesta linguagem os conceitos não precisam ser exclusivamente quantitativos, porém permanece a exigência de que todos os termos pudessem ser relacionados a coisas, suas propriedades e interligações entre eles (1993/1998: 48-49).

Sem dúvida, essa visão de linguagem, sobretudo no âmbito científico, corresponde àquela apresentada por Wilss nos livros analisados nesta tese (1977/1982; 1988; 1996a)¹⁴⁶.

¹⁴⁶ Cf. cap. II.1.2 deste trabalho.

É interessante notar que a problemática levantada pelos referidos físicos quânticos acerca da concepção neo-positivista de linguagem pode ser vista como uma consequência de suas próprias experiências com o mundo dos átomos. De acordo com Heisenberg, na tradição neo-positivista, cada "procedimento" das ciências naturais seria concebido como uma "atribuição de símbolos aos fenômenos" (1958/1999: 120). Seguindo as leis da matemática, esses símbolos podem ser combinados "de acordo com certas regras" e, dessa maneira, as "afirmações feitas sobre os fenômenos poderão ser representadas por combinações desses símbolos" (ibid.). Dentro desse modelo teórico, uma "combinação de símbolos que viole as regras" é considerada como "desprovida de sentido" (ibid.). Heisenberg nega claramente a possibilidade de sucesso de tal procedimento, pois, conforme observa, haveria uma "ausência de qualquer critério geral que nos permita afirmar que uma sentença não tem sentido" (ibid.). Isso poderia ocorrer apenas no caso de a sentença "pertencer a um sistema fechado de conceitos e axiomas", o que, nas palavras desse físico, "no desenvolvimento das ciências naturais", constituiria "mais exceção que regra" (ibid.). A partir dessas reflexões, Heisenberg conclui que

o esquema positivista, calcado que foi na matemática, é demasiadamente estreito para permitir uma descrição da Natureza, descrição que forçosamente terá de fazer uso de termos e conceitos só vagamente definidos (1958/1999: 121).

Desde os seus primórdios, a física quântica tem trabalhado muitas vezes ou com hipóteses que não podem ser verificadas empiricamente¹⁴⁷, ou com experimentos cujos resultados permitem interpretações diferentes, e até contraditórias, mas todas aceitas por partes da comunidade científica¹⁴⁸. Esses fatores parecem ter contribuído para que surgisse um questionamento da visão cartesiana de que possa existir uma "correspondência um-a-um entre a substância extralingüística e a denominação lingüística ou a significação" (Wilss, 1977/1982: 129). Certamente, defender tal concepção foi mais confortável para os cientistas naturais durante os últimos séculos, quando os resultados dos

¹⁴⁷ Cf., por exemplo, Chu (1999: 30) ou Powers (1982: xvii).

¹⁴⁸ Cf., por exemplo, Gribbin (1995/2000: 263-264; 307-311).

experimentos não eram apenas previsíveis, mas também não contradiziam o nosso "senso comum" — que, por sua vez, está intensamente marcado pelas premissas do pensamento cartesiano. A esse respeito, Heisenberg nos diz o seguinte:

a tese filosófica de que todo conhecimento é essencialmente baseado na experiência conduziu por fim a um postulado que diz respeito à elucidação lógica de qualquer enunciado sobre a Natureza. Tal postulado poderia ser justificado nos tempos da física clássica mas, desde o advento da teoria quântica, aprendemos que ele não pode ser satisfeito. Os termos "posição" e "velocidade" de um elétron, por exemplo, pareciam outrora estar perfeitamente bem definidos tanto no que diz respeito ao seu sentido como também em suas possíveis ligações um com outro [...]. Mas, do ponto de vista da mecânica quântica, viu-se que eles não estavam, de fato, bem definidos [...]. Pode-se assim dizer, a respeito do seu posicionamento na mecânica newtoniana, que aqueles conceitos eram bem definidos, mas não frente à Natureza. Isso mostra que jamais poderemos saber, de antemão, que limitações deverão ser impostas na aplicabilidade de certos conceitos quando os estendemos a partes mais recônditas da Natureza, nas quais só conseguimos penetrar pelo uso das técnicas mais elaboradas. Portanto, nesse processo de penetração, somos às vezes obrigados a usar nossos conceitos de uma maneira injustificada e desprovida de sentido. Assim sendo, a insistência no postulado de uma completa elucidação lógica tornaria a ciência inexequível (ibid.: 121-122).

Para ilustrar ainda melhor a posição do referido físico no que concerne às características do discurso científico, pode-se mencionar uma passagem em sua autobiografia intelectual *A parte e o todo* (1971/1996), na qual ele observa que não concorda com "a afirmação positivista de que toda palavra tem um sentido claro e de que é impróprio utilizá-la de qualquer outra maneira" (ibid.: 159). No mesmo livro, o físico cita também seu colega Niels Bohr, que evidencia uma postura semelhante. De acordo com Bohr, seria

claro que a linguagem tem [um] caráter estranho e móvel. Nunca sabemos o que uma palavra significa exatamente. O sentido de nossas palavras depende de como as juntamos numa frase, das circunstâncias em que as formulamos e de uma infinidade de fatores adicionais. [...] Embora nossa mente pareça captar apenas o sentido mais importante de uma palavra que ouvimos enunciada, outros sentidos surgem em seus recônditos mais obscuros, ligam-se a conceitos diferentes e se espalham pelo inconsciente. Isso acontece na fala cotidiana e *a fortiori* com a linguagem dos poetas. Em menor grau, aplica-se também à linguagem da ciência. Particularmente na física atômica, a natureza nos

ensinou que alguns de nossos conceitos mais confiáveis têm uma aplicação estritamente limitada (ibid.).

Essas observações evidenciam que a concepção cartesiana de linguagem, defendida por Wilss, de que os termos científicos teriam um "valor verdadeiro", um "significado estável e repetível" (1996a: 71), está em contradição com a concepção de linguagem de físicos como Heisenberg ou Bohr. Mesmo como uma possibilidade remota, a instabilidade do significado tende a não ser admitida num contexto cartesiano ortodoxo. A instabilidade semântica – ou, nas palavras de Heisenberg, as "limitações" que possam ser descobertas na "aplicabilidade" dos conceitos científicos (1958/1999: 131) – é um pressuposto mais freqüente na argumentação dos pensadores associados à tendência filosófica "pós-moderna". Para esses pensadores, o significado nunca depende de uma relação direta e representativa entre um termo "científico" e a natureza extralingüística, mas da sua constante construção pela comunidade científica¹⁴⁹.

O fato de o suposto caráter representativo do discurso científico ter sido questionado no contexto da física quântica está estreitamente relacionado com as mudanças que ocorreram acerca das concepções tradicionais de "verdade" e de "objetividade" nessa mesma área de conhecimento. Conforme já observei em outros momentos, a visão cartesiana dessas duas concepções só se torna plausível com base na crença de que a linguagem possa ser apenas um meio que possibilita o acesso "objetivo" à "realidade". Ao abordar a "ciência pós-moderna" que teria surgido com o "rombo" provocado no modelo ortodoxo de cientificidade pelas reflexões desenvolvidas por cientistas como Heisenberg, Gödel, Prigogine e outros (1989/1993: 25), Santos parte de uma postura bem diferente:

A verdade de um discurso de verdade não é algo que lhe pertença inerentemente, acontece-lhe no decurso de discurso em luta com outros discursos num auditório de participantes competentes e razoáveis. Quando tal acontece, o discurso, de subjectivo, passa a objectivo. Durante demasiado tempo concebemos objectividade como propriedade de algo que corresponde à realidade. Ao lado ou por baixo deste conceito de objectividade tem persistido marginalmente um outro que

¹⁴⁹ Cf. item 1.1 deste capítulo.

concebe objectividade como propriedade de algo que obtém o consenso numa discussão argumentativa (1989/1993: 109).

Sendo a “verdade” o resultado de uma “luta” entre vários discursos dentro de uma comunidade científica renomada, as habilidades argumentativas dos cientistas certamente ganharão importância. Trata-se aqui obviamente de outra concepção incompatível com a cartesiana. Como observa Santos, nesta última, teria ocorrido uma “marginalização da retórica”, que foi defendida pelo próprio Descartes ao declarar que “uma das regras” do seu método seria “considerar falso tudo aquilo que é apenas provável” (ibid.: 111). Hoje, o “domínio da argumentação” seria “o razoável, o plausível, o provável, e não o certo ou o falso” (ibid.). Na física contemporânea, onde verificar uma determinada hipótese com experimentos empíricos constitui um empreendimento muitas vezes difícil – e até impossível –, o papel da argumentação parece talvez mais óbvio do que em outras áreas. À guisa de exemplo, pode-se mencionar que o fato de a “interpretação de Copenhague” ter sido considerada por muito tempo o único modelo válido na física quântica é atribuído, entre outros aspectos, à “personalidade impressionante” do seu maior defensor, Niels Bohr, que “difícilmente” teria saído como perdedor de uma controvérsia a respeito da referida interpretação (Gribbin, 1995/2000: 211).

A relativização de noções como verdade, objetividade e estabilidade semântica no âmbito das ciências naturais não deve ser entendida em termos absolutos, como costumam fazer seus adversários¹⁵⁰. Mas, ela trouxe, sem dúvida, conseqüências marcantes para a concepção de linguagem científica. Uma delas foi a discussão que surgiu sobre a relação entre o discurso científico e o literário. Heisenberg afirma que, embora “alguns conceitos [sejam] partes integrantes dos métodos científicos [...] e instrumentos indispensáveis na execução do trabalho científico”, o significado de um conceito “jamais será definido com precisão absoluta” (1958/1999: 131). Essa declaração do físico pode ser facilmente associada à definição de texto “literário” na obra de Wilss, qual seja,

¹⁵⁰ Cf., por exemplo, Descamps (1984/1989: 11) e Marcelo Gleiser (Caderno Mais!, Folha de São Paulo, 10 de fevereiro de 2002, p. 27).

um texto aberto para diferentes interpretações e que não teria um significado estável e único (1977/1982: 126). O próprio Heisenberg aponta a proximidade entre a linguagem "científica" e a "literária", mencionando que o "emprego impreciso da linguagem é, em muitos aspectos, *deveras satisfatório*, por nos fazer lembrar de um uso semelhante no falar cotidiano ou na linguagem poética" (1958/1999: 248; meu grifo). Deve-se destacar que tal "semelhança" entre a linguagem supostamente técnica e a supostamente literária não levou Heisenberg a duvidar do caráter científico da sua área. Muito pelo contrário, o físico considera essa semelhança como "deveras satisfatória".

O reconhecimento de uma proximidade entre a linguagem dita científica e a literária manifesta-se também num trecho do livro *Speakable and unspeakable in quantum mechanics*, de John Bell (1987/1988), no qual esse famoso físico quântico compara uma das interpretações atuais da teoria quântica, a dos "muitos universos", com a ficção literária:

Em que medida esses universos possíveis são ficções? São comparáveis às ficções literárias no sentido de que são invenções livres do espírito humano (1987/1988: 194).

Bell reconhece que muitos físicos teóricos, diferentemente dos autores literários, mostram uma pretenciosa tendência de acreditar que suas "histórias" sejam "verdadeiras" (ibid.: 195). Mas o referido físico relativiza essas pretensões, com ajuda de uma analogia que constrói entre os cientistas e os escritores de ficção:

Talvez haja uma analogia com os escritores de romances históricos. Se o enredo é colocado no ano 1327, o Papa tem de ser localizado em Avignon, não em Roma. As teorias sérias da física teórica não podem contradizer os fatos experimentais. Se pensamentos são colocados na mente do Papa João XXII, então eles devem ser razoavelmente consistentes em relação ao que é conhecido das suas palavras e ações. Quando inventamos mundos na física, temos de construí-los como continuações matemáticas consistentes do mundo visível para o invisível (ibid.).

O físico Gribbin mostra uma concepção semelhante em relação aos modelos teóricos da física contemporânea. Embora pessoalmente acredite que um

desses modelos – a "interpretação de transação"¹⁵¹ – seja o mais esclarecedor de todos, destaca que "o lado racional" do seu próprio "consciente" lhe diz que a busca de um "modelo verdadeiramente real" seria "inútil" e que poderíamos apenas pretender encontrar "um mito que, para o nosso tempo, seja coerente" (ibid.: 310). No contexto desta tese, considero especialmente relevante destacar o argumento que Gribbin usa para defender a "interpretação de transação" como a "melhor compra no mercado atual da realidade quântica" (ibid.):

Vou lhes apresentar a interpretação que [...] oferece uma quantidade de *analogias* e *metáforas* as quais, na minha opinião, estão no melhor caminho para mudar as idéias dos físicos sobre o mundo (ibid.: meu grifo).

Considerando esta última observação de Gribbin e retomando a constatação de Heisenberg sobre uma proximidade entre a linguagem "científica" e a linguagem "literária" – citada anteriormente –, é forçoso destacar um aspecto que entendo ter implicações ao se refletir sobre a visão de linguagem nas ciências contemporâneas: a questão da metáfora. Para Wilss, a metáfora existiria apenas na linguagem "literária", justamente por esta não ser constituída apenas de supostos significados unívocos e, portanto, por estar sujeita a diversas interpretações. Entretanto, vários estudiosos já se pronunciaram a respeito da inevitável existência de metáforas também no discurso científico. Assim, por exemplo, Coracini argumenta, conforme já foi mencionado nesta tese¹⁵², que o discurso científico se constituiria, em parte, por "metáforas mortas" (1991: 133) que teriam uma "tendência à literalidade e à denotatividade, uma vez que teriam perdido todo valor de surpresa, imagem e expressividade, características da linguagem metafórica" (ibid.)¹⁵³.

Acredito ser possível argumentar que o desenvolvimento das ciências naturais nas últimas décadas mostrou, mais claramente do que nunca, que esse tipo de discurso não só consiste de "metáforas mortas", mas também depende do

¹⁵¹ Cf. Gribbin (1995/2000: 313-345).

¹⁵² Cf. capítulo II.1.2.

¹⁵³ Sobre o uso de metáforas e outras "figuras retóricas" no discurso científico, cf. também a detalhada análise sobre esse tema de Fahnestock (1999).

uso aberto de metáforas, assim como do uso de termos não absolutamente definidos – todos eles rejeitados por Wilss como inadequados para o discurso científico. Santos, por exemplo, posiciona-se contra uma visão do discurso científico como sendo constituído apenas de termos supostamente denotativos e, depois de apontar o caráter relativo das metáforas, observa que

[dado] o papel da analogia e da metáfora na inovação e na extensão do pensamento é de supor que elas tenham um lugar central num pensamento que, por excelência, privilegia a inovação e a extensão: o pensamento científico. Longe de constituírem um entrave ao desenvolvimento científico, os argumentos pela analogia e pela metáfora são talvez uma das suas alavancas principais (1989/1993: 129).

Partindo desse ponto de vista sobre o papel das metáforas no discurso científico, Santos conclui que

[as] imagens, analogias e metáforas desempenham um papel mais importante e muito menos negativo do que a epistemologia racionalista quer admitir. Trata-se, outrossim, de um papel essencial, responsável em boa medida pelo desenvolvimento e pela inovação científica (ibid.: 131).

Em um exemplo ilustrativo que corrobora essa visão, Santos menciona o termo "corrente de eletricidade" (ibid.: 129), uma metáfora fundamental para a física contemporânea que, no entanto, já teria se transformado em "pensamento literal" (ibid.: 130).

Outro exemplo que sustenta a visão de que termos metafóricos, ou não considerados denotativos, são essenciais para a ciência é fornecido pelo próprio Heisenberg. O autor relata que

[em] alguns casos, a conjectura de que uma certa sentença seja desprovida de sentido [segundo a visão neo-positivista] deu lugar historicamente a progressos importantes, pelo fato de abrir caminho à criação de novas associações, o que não teria sido possível se a sentença fizesse sentido. Um exemplo em teoria quântica [...] é a sentença que segue: "Em que órbita, em torno do núcleo, se move o elétron?" (1958/1999: 120).

Essa designação mediante termos que estabelecem uma suposta relação de semelhança entre estruturas atômicas e o sistema planetário não corresponde,

como se descobriu mais tarde, à “realidade física”, mas ainda é conveniente e útil para determinados experimentos¹⁵⁴.

A “luta cerrada” que a ciência moderna travou contra a linguagem comum, a linguagem literária e contra as metáforas e analogias (Santos, 1989/1993: 126-127) continua na teoria de tradução de Wilss, conforme argumentei no item 1.2. do capítulo II. Mas, esse embate já não ocorre tanto nas próprias ciências, onde o enfoque parece ter mudado. Em vez de se opor à metáfora, muitos cientistas passaram ao estudo das implicações advindas com a evidência de que mesmo a linguagem “científica” não pode ser considerada absolutamente denotativa. Isso transparece não apenas nas passagens supracitadas de Santos, mas também, por exemplo, num texto de Christian Descamps, a introdução ao livro *Idéias contemporâneas* (1984/1989), uma coletânea que reúne artigos de cientistas naturais e sociais. Nessa introdução, Descamps refere-se à “metáfora da auto-organização” (ibid.: 11) e aponta tanto o seu uso comum quanto a divergência no seu uso, em diversas áreas das ciências naturais:

A auto-organização tanto pode descrever um sistema vivo fechado sobre si mesmo, que só visa à reprodução idêntica, como algo completamente oposto: uma auto-instituição social que só se apóia em sua própria autoridade. Existe aí uma dificuldade estimulante, um impulso dado pela biologia e pela física (1984/1989: 11).

Ao destacar que não existe apenas um único significado do termo “auto-organização”, mesmo no discurso científico, Descamps mostra uma posição semelhante à de Grigoletto que, conforme já mencionei em outro momento nesta tese, opina que “a limitação de sentidos” seria determinada pela “convencionalização” nas diversas “comunidades interpretativas” (1992: 95). Ou seja, os “significados permitidos”, por exemplo no caso do termo “auto-organização” supracitado, dependem não de algum significado intrínseco que poderia talvez representar a “realidade” extralingüística e, conseqüentemente, deveria ser idêntico em todas as áreas científicas, mas sim dos limites da sua significação estabelecidos pelas respectivas áreas acadêmicas.

¹⁵⁴ Cf., por exemplo, Bell (1987/1988: 182).

A concepção cartesiana de linguagem, exemplificada aqui com a argumentação de Wilss, ignora as relações mútuas que existem entre a nossa percepção do mundo físico e a linguagem. Como procurei evidenciar, é exatamente essa relação que tem sido discutida por Heisenberg – e por outros físicos contemporâneos, dos quais citei alguns neste item. Assim como os debates surgidos no contexto filosófico da pós-modernidade, essas reflexões também podem ajudar a entender a complexidade da chamada linguagem "técnico-científica" e contribuir para uma melhor conscientização dos profissionais que se dedicam à tradução de textos desse "tipo". Para a argumentação desenvolvida nesta tese, destaco como relevante o fato de uma parte da comunidade científica contemporânea, e da teoria da ciência, ter reconhecido a impossibilidade de a linguagem "científica" ser considerada, em termos absolutos, denotativa e representativa. Mais do que isso, os argumentos desses cientistas evidenciam que o caráter instável e metafórico desse "tipo" de linguagem é essencial para o desenvolvimento das próprias ciências naturais. Ou seja, os físicos citados atribuem às alterações semânticas, assim como ao caráter relativo de conceitos como verdade e objetividade, um valor positivo. De maneira semelhante aos pensadores pós-modernos, uma parte da comunidade científica contemporânea mudou o enfoque, passando a considerar essas incertezas e indeterminações como inevitáveis e a apontar o papel importante que elas ocupam no desenvolvimento da linguagem e da ciência. Essa visão, portanto, distingue-se fundamentalmente daquela de Wilss que, embora reconheça em alguns momentos a impossibilidade da existência de uma linguagem que cumpra as exigências do modelo da "lingüística cartesiana", não deixa de lamentar essa situação¹⁵⁵.

¹⁵⁵ Cf. capítulo II.1.2 desta tese.

III.2.3 O sujeito como parte integrante do processo científico: as ciências naturais relativizam o dualismo cartesiano

Numa certa época de cientificismo ingênuo, pensou-se que a subjetividade pertencia ao mundo da ilusão, que devia ser rejeitada, reprimida, e que só o saber objetivo expressava a verdade. Hoje em dia, sabemos muito bem que isso é falso; essa subjetividade não é uma ilusão, é uma outra parte do real, não menos importante.

Henri Atlan

A possibilidade de uma separação absoluta entre sujeito e objeto constitui um dos principais pressupostos do paradigma cartesiano de cientificidade. Conforme argumentei anteriormente, a idéia de que esse pressuposto seria imprescindível para aumentar o “nível científico” dos estudos de tradução pode ser identificada como uma das causas da “confusão metodológica” de Wilss (1977/1982: 13)¹⁵⁶. É pertinente lembrar que, já no século XIX, iniciou-se dentro das áreas humanas uma discussão crítica sobre o suposto caráter absoluto do referido dualismo cartesiano. Usando as palavras de Gumbrecht, pode-se dizer que, nessas áreas, o sujeito cartesiano – isto é, o “observador do primeiro grau” que “toma distância frente ao mundo” para “garantir a objetividade do saber produzido” (Gumbrecht, 1999: 65) – foi substituído pelo “observador do segundo grau” (ibid.). De acordo com o referido teórico, este último seria um “observador privilegiado”, “condenado à auto-reflexividade” e que não conseguiria “evitar de observar-se no ato da observação” (ibid.).

Dentro das ciências naturais, a física quântica foi a área onde, pela primeira vez, o suposto caráter absoluto desse dualismo tornou-se alvo de dúvidas e de tentativas de relativização. É o próprio Wilss quem, referindo-se especificamente a Werner Heisenberg, aponta que esse ramo da física teria nos fornecido os indícios de que a “separação clara” entre sujeito e objeto teria de ser colocada em questão

¹⁵⁶ Cf. cap. II.2 desta tese.

(1988: 15). A relativização do dualismo cartesiano sujeito/objeto tem sido, sem dúvida, um dos tópicos mais discutidos, e mais polêmicos, que surgiram em decorrência do desenvolvimento das ciências naturais, e especialmente da física, no século XX. Nesta última seção, meu objetivo é enfocar alguns aspectos dessas discussões sobre uma nova compreensão do sujeito nas ciências naturais. É fundamental ressaltar que os aspectos que serão comentados representam apenas uma pequena parte do total das reflexões desenvolvidas sobre o referido tema¹⁵⁷. Minha intenção ao focalizá-los não é ilustrar a complexidade dos debates que têm ocorrido nesse contexto, mas enriquecer a argumentação aqui desenvolvida, pois entendo que esses aspectos servem para esclarecer e corroborar a minha crítica acerca da concepção de sujeito defendida por Wilss no seu empreendimento “científico”.

Certamente, muitas das questões abordadas por cientistas naturais acerca do papel do sujeito já foram discutidas por pensadores de outras áreas, inclusive por teóricos de tradução¹⁵⁸. Desse modo, os argumentos dos cientistas naturais aos quais me reporto não constituem necessariamente novidades nesta área. Mas, visto que a argumentação de Wilss sugere – com raras exceções – que os pressupostos cartesianos seriam ainda incontestavelmente válidos nas ciências naturais, considero pertinente citar alguns exemplos ilustrativos que evidenciam o contrário. Com isso, a suposta relação que Wilss estabelece entre a sua “ciência da tradução” e o modelo metodológico das ciências naturais perde a sua força argumentativa.

Um primeiro aspecto que deve ser levado em consideração quando se discute o papel do sujeito na construção do conhecimento, especificamente na física quântica, é a observação. Nos experimentos que visam esclarecer o mundo atômico, a observação assim como a medição de partículas interferem no modo

¹⁵⁷ Para uma leitura mais aprofundada sobre as diversas posições de cientistas naturais em relação ao conceito de sujeito, cf., por exemplo, *Idéias contemporâneas: Entrevistas do Le Monde* (1984/1989) ou Olinto e Schollhammer (1999).

¹⁵⁸ Os argumentos de alguns deles foram expostos nos itens 1.1 e 1.2 deste capítulo.

como estas últimas se comportam e, conseqüentemente, nos resultados do referido experimento¹⁵⁹. Diante dessa evidência, a premissa de uma separação total entre sujeito e objeto em experimentos científicos começou a ser repensada. Carlos Vogt aponta, por exemplo, a importância que a pessoa do cientista passou a ter nesse contexto quando constata que a física quântica iniciou a "introdução do observador como elemento integrante, integrado e integrador da observação e do fenômeno observado", relativizando assim "o racionalismo objetivista" (2001: 3), fator tão fundamental para a visão cartesiana de ciência.

De acordo com Heisenberg, na física clássica, o "ponto de partida" teria sido "a crença", ou a "ilusão", de que se "poderia descrever o mundo [...] sem referência alguma a nós mesmos" (1958/1999: 81). O físico opina que tal independência entre sujeito e objeto seria "em grande medida, de fato, possível" (ibid.). Mas, também deixa claro que na física quântica essa visão sofreu alterações. Embora ressalte que, nessa área, não tenha havido uma integração da "mente do físico como parte do evento atômico" (ibid.: 82), Heisenberg observa que a divisão absoluta entre sujeito e objeto seria "arbitrária e, historicamente, uma conseqüência direta do modelo científico" (ibid.). Além disso, ao atribuir um papel relevante ao "método de questionar" e à "nossa interação com a Natureza" (ibid.: 115), dentro das ciências naturais, Heisenberg certamente delega uma responsabilidade maior ao próprio cientista, ou à comunidade científica (da qual dependeria a forma de questionamento), do que aquela que lhe cabia dentro do modelo cartesiano. Dito de outra maneira, as leis da física – ou parte delas – deixaram de ser uma descrição da "realidade" e de serem consideradas absolutamente "objetivas" no sentido cartesiano, supostamente válidas universal e eternamente, para se tornarem o resultado da "interação" entre o homem e a "Natureza" (ibid.) e, em decorrência disso, sujeitas a mudanças.

Além de evidenciar que, em determinados casos, a própria medição e/ou a maneira como ela ocorre constituírem fatores integrantes na avaliação do

¹⁵⁹ Cf. também item 2.2.1 deste capítulo.

experimento, a física quântica tocou ainda em outras questões importantes para se refletir sobre o papel do sujeito nas ciências contemporâneas. Assim, as hipóteses para cujas verificações não se pode mais recorrer a experimentos empíricos mostraram, por exemplo, o quão importante é o contexto histórico, religioso e ideológico dos cientistas para que haja a aceitação ou a recusa das mesmas em suas respectivas comunidades. A esse respeito, Powers comenta o seguinte:

Se nos dedicarmos a desenvolver uma discussão sobre as diferentes vertentes filosóficas que têm sido associadas à física moderna [não-clássica], encontramos-nos confrontados com os argumentos dos próprios físicos. Pode ser que os físicos lidem com "o mundo real, externo", mas é possível que existam diferentes interpretações para as teorias físicas sem que haja método "científico" para avaliá-las – a escolha pode tornar-se uma questão de relações religiosas ou políticas. [...] Devem existir pontos no desenvolvimento da teoria física em que essas relações ocupam um papel inegável (1982: xvii; grifo do autor).

Nesse contexto, vale a pena lembrar novamente a reação negativa de Einstein à "interpretação de Copenhague", vista por ele como uma "teoria incompleta" (Steven Chu, 1999: 25), por contradizer a sua visão de mundo determinística. Heisenberg atribui essa postura à incapacidade de Einstein de sair dos limites filosóficos impostos pelo paradigma cartesiano. Conforme esse físico, a "dificuldade" de Einstein de "entender e aceitar" o referido modelo de interpretação poderia ser explicada com base na "divisão cartesiana" entre sujeito e objeto que, ainda de acordo com Heisenberg, "penetrou tão profundamente na mente humana durante os três séculos que se seguiram a Descartes", que levará "muito tempo até que ela seja substituída por uma atitude realmente diferente" (1958/1999: 116).

No seu ensaio "A epistemologia da física", Steven Chu toca numa questão semelhante. O físico aborda o que ele denomina os "aspectos religiosos da ciência" (1999: 30). Ele observa que "muitos praticantes da ciência" acreditam "religiosamente" sobretudo que sejam necessárias três condições para o progresso científico: a necessidade absoluta de experimentos para a evolução do conhecimento científico, a obrigatoriedade de prever os resultados de futuros experimentos, o que traria o reconhecimento de uma determinada teoria, e a existência do determinismo da natureza (ibid.). Embora essas três premissas

sejam mencionadas como as bases “religiosas” para muitos cientistas experimentais atualmente, a argumentação de Chu não deixa de mostrar que também existem cientistas que aderem a outras “religiões”. Esses “outros” cientistas pressupõem, por exemplo, que os experimentos não constituem mais um requisito imprescindível para o progresso científico (ibid.: 30-31). Para os fins desta tese, não interessa avaliar qual das duas posturas seria a mais produtiva ou eficiente. Entretanto, considero relevante apontar a aceitação (até mesmo por cientistas renomados como Chu) do fato de existirem diversas “religiões” com o poder de determinar que uma determinada hipótese científica seja aceita ou rejeitada. Ou seja, a questão sobre o que deve ser denominado “científico” torna-se relativa, mesmo dentro das ciências naturais. E as respostas possíveis mostram-se dependentes, entre outros fatores, do contexto “religioso” – no sentido usado por Chu – no qual se inserem os diversos cientistas.

Os livros *O tao da física* (1975/1995) e *O ponto da mutação* (1982/1995), de Fritjof Capra, constituem outros exemplos que ajudam a mostrar que a física quântica trouxe uma maior conscientização sobre a relação entre a ciência e o contexto ideológico dos cientistas envolvidos. Assim, de acordo com Capra, as “transformações geradas pela Física moderna”, isto é, não clássica, parecem “conduzir” a uma “visão de mundo semelhante às existentes no misticismo oriental” (ibid.: 21). O físico explica que “os conceitos da Física moderna oferecem, não raro, surpreendentes paralelos” com as “idéias expressas nas filosofias religiosas do Extremo Oriente” (ibid.: 21-22). Nos dois referidos livros, Capra objetiva “explorar” a “relação entre os conceitos da Física moderna e as idéias básicas existentes nas tradições filosóficas e religiosas do Extremo Oriente” (1975/1995: 22). Sem procurar oferecer uma análise ou avaliação desse projeto, parece-me útil fazer menção de três citações apresentadas pelo autor. Elas são de autoria de “grandes físicos” (ibid.) do século XX que se manifestaram sobre a referida relação entre física e religião. Em primeiro lugar, trata-se de Julius Robert Oppenheimer. Esse físico destaca o fato de “as noções gerais acerca da compreensão humana” que teriam sido “descobertas na Física atômica”

possuírem “uma posição mais destacada e central no pensamento budista ou hindu” (apud Capra, 1975/1995: 22). Niels Bohr, o segundo físico citado por Capra, argumenta que “a lição da teoria atômica” teria um “paralelo” nos “problemas epistemológicos com os quais já se defrontaram, no passado, pensadores como Buda e Lao Tse” (ibid.). Além de Oppenheimer e Bohr, Capra reporta-se a Heisenberg, físico que também aponta a “relação entre as idéias filosóficas presentes na tradição do Extremo Oriente e a substância filosófica da teoria quântica” (ibid.).

Diante desse cenário, é possível argumentar que o ambiente ideológico – num sentido amplo – de um cientista pode influenciar na sua postura acerca de uma determinada teoria científica, sobretudo se não há como chegar a resultados experimentais absolutamente verificáveis. No livro *Física e filosofia* (1958/1999), há um comentário de Heisenberg, que me parece bastante revelador a esse respeito e que se encontra logo depois da supracitada passagem a que Capra se reporta. O físico quântico observa que seria “mais fácil adaptar-se ao conceito quântico de realidade” se “não se viveu o modo ingênuo do pensamento materialista, que ainda prevalecia na Europa nas primeiras décadas” do século XX (Heisenberg, 1958/1999: 280). Com essas palavras, Heisenberg dá a entender que o “senso comum” – que, de acordo com Descartes, seria marcado pelas características históricas, culturais, etc. dos diferentes “povos” (1637/s.a.: 63) e, portanto, alheio às “verdades” científicas – tornou-se um fator pertinente em algumas áreas das ciências naturais. Ou seja, segundo o físico, para a aceitação de uma hipótese seria importante não apenas a “representação” da “realidade” que a teoria científica supostamente poderia oferecer – como “ingenuamente” tem sido defendido dentro do contexto paradigmático cartesiano –, mas também, e principalmente, o “modo de pensamento”, isto é, o contexto ideológico dos cientistas.

É necessário mencionar que, em discussões mais recentes sobre o conceito de sujeito, alguns teóricos das ciências abordam claramente as mudanças que

ocorreram em decorrência dos primeiros impulsos que vieram da física quântica. À guisa de exemplo, pode-se citar Santos que, em suas reflexões sobre a mudança paradigmática que teria marcado todas as áreas científicas nas últimas décadas, faz o seguinte comentário acerca da dualidade sujeito/objeto:

a ciência torna-se reflexiva sempre que a relação “normal” sujeito-objecto é suspensa e, em seu lugar, o sujeito epistêmico analisa a relação consigo próprio, enquanto sujeito empírico, com os instrumentos científicos de que se serve, com a comunidade científica em que se integra e, em última instância, com a sociedade nacional de que é membro. Neste sentido amplo, a reflexividade não é de modo nenhum específica das ciências sociais. Pelo contrário, todo movimento de desdogmatização da ciência [...] com referência às ciências naturais está saturado de momentos de reflexividade, com os cientistas questionando, a cada passo, a sua prática concreta e o seu lugar, enquanto sujeitos epistêmicos, entre os ingredientes de que ela é feita (1989/1993: 87).

A partir dessa citação – e lembrando minhas ponderações sobre a concepção de sujeito que Wilss defende ser adequada para o contexto científico¹⁶⁰ –, é possível perceber que algumas questões absolutamente ignoradas, ou até desprezadas, pelo estudioso em relação ao tradutor parecem ocupar um espaço importante, pelo menos em parte das ciências naturais de hoje, quando se aborda o papel do cientista. Um exemplo seria o questionamento do cientista acerca da sua própria “prática concreta”, do seu “lugar”, do seu posicionamento como sujeito “epistêmico” e “empírico” dentro de uma determinada “comunidade científica” e uma “sociedade nacional”. Não se trata mais de pressupor, ou buscar, a “neutralidade” do cientista, mas de lidar com a sua individualidade e o seu contexto social e com as possíveis influências desses aspectos no seu trabalho.

Ainda quero citar aqui Ilya Prigogine, como outro exemplo de um pensador que, a partir da sua própria experiência prática como cientista natural, chega a questionar o ideal de uma ciência “neutra” e, conseqüentemente, de cientistas “neutros” que, independentemente de seu momento histórico e de seu contexto

¹⁶⁰ Cf. cap. II.2.2 desta tese.

ideológico, deveriam descobrir as “leis” eternas da natureza. Conforme declara esse físico e matemático,

[a] questão do tempo e do determinismo não se limita às ciências, mas está no centro do pensamento ocidental [...]. Como conceber a criatividade humana ou como pensar a ética num mundo determinista? Esta questão traduz uma tensão profunda no interior de nossa tradição, que se pretende, ao mesmo tempo, promotora de um saber objetivo e afirmação do ideal humanista de responsabilidade e de liberdade. A democracia e as ciências são ambas herdeiras da mesma história, mas essa história levaria a uma contradição se as ciências fizessem triunfar uma concepção determinista da natureza, ao passo que a democracia encarna o ideal de uma sociedade livre. [...] Pensamos situar-nos hoje [...] no ponto de partida de uma nova racionalidade que não mais identifica ciência e certeza, probabilidade e ignorância (1996: 14).

De um modo geral, pode-se constatar que, nas discussões atuais acerca do papel que caberia ao sujeito, ou ao observador, dentro das ciências naturais, o pressuposto de um sujeito “cartesiano” está sendo praticamente descartado. Além disso, as influências “subjetivas”, quando relevantes no processo científico, são enxergadas de uma maneira mais positiva, diferentemente do que acontece na teorização de Wilss. Esse teórico, conforme já citei em 11.2.2, considera a “objetividade” o “maior objetivo profissional” de qualquer tradutor (1988: 105) que, por sua vez, deveria se basear, preferencialmente, em “métodos e processamentos livres de valores” (1977/1982: 13). Ao ter de admitir que tal procedimento é inexecutável¹⁶¹, o estudioso da tradução chega a se referir ao tradutor como sendo um “problema desagradável” (1977/1982: 219), visto que ele evitaria uma aproximação da “ciência da tradução” com o modelo cartesiano de cientificidade. Para Wilss, qualquer aspecto “subjetivo” – como a “criatividade” ou a “intuição” – constitui sempre um “risco” (1988: 139) para o trabalho tradutório, por tais fatores não poderem ser “controlados cientificamente”, nem tornados “objetivos” (1996: 51). Conforme destaca o teórico alemão, no caso da “criatividade”, tratar-se-ia de uma “competência individual” (1988: 120), não suscetível de ser explicada a partir do “método cartesiano” (ibid.: 136).

¹⁶¹ Cf., por exemplo, Wilss (1977/1982: 139, 1988: 44, 58, 1996: 5, 76, 145).

Diferentemente do que acontece na argumentação de Wilss, as “competências individuais” vêm perdendo o valor negativo nas discussões de alguns cientistas naturais. Isso transparece, por exemplo, na crítica ao pressuposto cartesiano de que a “mente” seria “completamente determinada” por “princípios” que corresponderiam “às leis da física e da química” (Heisenberg, 1958/1999: 114-115). Heisenberg declara que “toda essa descrição cartesiana [do sujeito] é um tanto artificial e mostra os graves defeitos da divisão exibida pela filosofia de Descartes” (ibid.: 115). É interessante mencionar também que a crítica acerca de uma visão cartesiana de sujeito pode ser observada em algumas hipóteses sobre o funcionamento do cérebro humano, apresentadas por cientistas naturais contemporâneos de diversas áreas. Um caso ilustrativo é a hipótese do eminente neurologista Sir John Eccles, que defende que a “ativação ou não de sinapses no cérebro é um evento em que pode valer a indeterminação quântica e em que a liberdade humana pode atuar de maneira decisiva” (Schweitzer, 1999: 52). Embora não concorde plenamente com Eccles, o físico Roger Penrose também acredita que “efeitos quânticos” estariam envolvidos na “consciência e na atividade mental” (ibid.). Com isso, coloca-se em xeque novamente, embora de um outro ponto de vista, a concepção cartesiana determinista de sujeito e de racionalidade.

Os cientistas cujos trabalhos venho citando para evidenciar que a concepção cartesiana de ciência, e de sujeito, não é mais a única possível no mundo científico se predispõem a estudar as consequências do fim do caráter absoluto do dualismo cartesiano sujeito/objeto, em vez de lamentar a perda da suposta estabilidade e certeza que o modelo cartesiano prometia. É claro que a relação entre sujeito e objeto se dá de maneiras divergentes num experimento físico e na tradução de um texto. Não obstante, a impossibilidade de se pressupor a existência de um “sujeito cartesiano” tem sido destacada tanto por cientistas naturais quanto por vários teóricos de tradução. O “conflito metodológico” de Wilss a esse respeito indica, portanto, muito mais o caráter ultrapassado da sua posição – tanto no contexto da sua própria área quanto no contexto das ciências em geral –

do que uma tentativa de aproximar sua teorização de um suposto modelo “prestigioso” das ciências naturais.

É ainda pertinente ressaltar que muitos cientistas naturais que refletem sobre o papel do sujeito em suas respectivas áreas criticam a “interpretação excessiva” (Chu, 1999: 19) que tem havido, sobretudo em algumas ciências humanas, a partir da física quântica. Embora este fato não possa ser ignorado, também não se pode deixar de observar que a visão tradicional de sujeito como sendo absolutamente auto-determinado e racional não representa mais uma concepção defendida pela comunidade científica como um todo. Chu, por exemplo, afirma que “a história genética e circundante de toda pessoa necessariamente influenciará a observação que essa pessoa faz” (ibid.). No manifesto “Ciência nova”, assinado por um grupo de cientistas que inclui químicos, físicos, astrônomos, cientistas de computação, engenheiros, matemáticos, filólogos, filósofos, estudiosos de literatura, etc., os autores expõem uma visão semelhante (Allegra McLeod et. al., Folha de São Paulo, 24 de novembro de 2002, p. 4-8). Todos esses cientistas destacam que concedem ao “observador externo” “menos poder e independência” do que lhe tem sido concedido sob as “epistemologias ‘construtivistas’ contemporâneas” (ibid.: p. 6). Entretanto, não há dúvida de que esses cientistas e estudiosos das mais diversas áreas estão longe de defender uma visão ortodoxa de sujeito, pois conforme declaram, por exemplo, há um consenso “amplo” quanto à premissa de que assim como “os fenômenos” têm um “impacto” sobre os seus observadores, a observação “inevitavelmente altera o fenômeno” (ibid.) – o que significaria que *“qualquer produção de conhecimento ocorre como uma co-emergência do fenômeno em questão e de seu observador”* (ibid.; grifo dos autores). Tal declaração já indica a crença dos referidos teóricos na impossibilidade de uma separação absoluta entre sujeito e objeto. Além disso, o caráter determinístico e plenamente racional e previsível do sujeito também está sendo rejeitado. O referido manifesto evidencia bem isso no trecho onde se lê que “a revisão do conceito do agente humano [...] leva à convicção de que não se deveria nunca tentar prever [as consequências do desenvolvimento científico] e

menos ainda controlá-las completamente” (ibid.: 8). Ou seja, o “agente humano”, envolvido necessariamente em qualquer empreendimento científico, significa sempre um fator – em diversos graus de importância – de incerteza, subjetividade e imprevisibilidade.

Como um último exemplo ilustrativo do novo conceito de sujeito que estaria emergindo nas ciências naturais, gostaria de citar uma passagem do ensaio “Epistemologia tradicional e epistemologia nova”, do filósofo Danilo Marcondes Filho, que faz parte da coletânea supracitada, *Novas epistemologias*, organizada por Olinto e Schollhammer (1999). Nesse trabalho, o autor responde a uma pergunta feita por Chu em outro ensaio da mesma coletânea. Chu, tentando achar uma possível explicação para as “muitas semelhanças nas formas de proceder” (1999: 9) de cientistas naturais e humanistas, questiona se não deveríamos reconhecer que “antes de sermos humanistas e cientistas, somos seres humanos” (ibid.). Marcondes Filho concorda “essencialmente” com tal visão e ilustra, mais uma vez, que o humano tem seu lugar também nas áreas naturais. O teórico aponta que, “apesar das diferenças profundas entre ciência experimental e discussão filosófica”, essas duas áreas compartilhariam um “pressuposto comum do ponto de vista epistemológico” (1999: 87). Tratar-se-ia da premissa de que todas as duas seriam “construções humanas, e enquanto tais” conduziriam a “interpretações, debates, questionamentos” e dependeriam disso (ibid.).

A afirmação de que toda ciência seria uma “construção humana”, na qual as “leis” e “teorias” podem ser vistas como “interpretações” da nossa “interação” com a natureza, não deve ser entendida no sentido de um “vale tudo”. Usando as palavras de Chu, “os cientistas” ainda acreditam em “verdades objetivas, distintas de interpretações pessoais ou de modismos, ainda que estes últimos possam ter um papel importante durante o desenvolvimento de qualquer área particular da ciência” (1999: 9). No meu entender, parecem haver mudado a definição de “verdade objetiva”, agora vista como um conjunto de afirmações e de fatos sobre os quais existe um “acordo universal e incontrovertido” (Santos, 1989/1993: 112), e

a disposição da comunidade científica em aceitar tal definição. Ainda de acordo com Santos,

[há], pois, sempre um conjunto de verdades incontroversas que funcionam como verdade, ou seja, como moldura vazia que torna possível a sucessão das imagens verdadeiras produzidas pelo animatógrafo da ciência. Essas verdades-molduras correspondem no plano científico (enquanto premissas de argumentação) ao paradigma ou matriz disciplinar de Kuhn. Essas verdades-molduras são teorias, conceitos e factos (1989/1993: 114).

Retornando à questão principal deste item, o papel do sujeito nas ciências, gostaria de sintetizar o que me parece ser o mais importante para a argumentação que venho desenvolvendo neste trabalho: embora reconheça que os estudos da tradução deveriam ser considerados uma “ciência suave” (*soft science*), em vez de uma “ciência dura” (*hard science*) (1996: 30) – Wilss revela-se mais cientificista, racionalista e cartesiano do que muitos dos representantes das ciências naturais. Procurei mostrar que, nas ciências naturais, pode ser detectada uma forte tendência de substituir o sujeito cartesiano pelo “observador do segundo grau”, que seria “condenado à auto-reflexividade” (Gumbrecht, 1999: 65). Pode-se sintetizar que, de um modo geral,

durante muito tempo a missão quase vital da ciência foi eliminar o incerto, o indeterminado, o impreciso, o complexo, a fim de dominar e controlar o mundo. No entanto, este objetivo resultou nas ciências contemporâneas, que justamente trabalham com o aleatório, o incerto, o indeterminado, o complexo (Descamps, 1984/1989: 11-12).

Contrariando essa tendência da ciência contemporânea, Wilss – apesar de admitir que para uma “ciência que lida com textos” seria muito mais difícil tornar-se uma “ciência metodologicamente rigorosa” (1988: 11) do que, por exemplo, para as ciências naturais – continua preso ao pensamento científico tradicional, isto é, cartesiano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O enfoque principal deste trabalho foi, em poucas palavras, uma discussão crítica acerca do conceito de ciência utilizado por Wolfram Wilss na sua defesa do desenvolvimento de uma “ciência da tradução”. Apontei que esse teórico sugere que, para ganhar mais reputação acadêmica, a área de tradução deveria tentar cumprir as exigências do modelo epistemológico pelo qual se orientariam as ciências naturais – vistas por ele como mais prestigiosas. A reflexão que Wilss apresenta parte da premissa de que esse modelo, supostamente cartesiano, se basearia em dois pressupostos relevantes para a tradução: a possibilidade de significados absolutamente estáveis, sobretudo em textos “técnico-científicos”, e a possibilidade da existência de um tradutor que tivesse as características geralmente atribuídas a um “sujeito cartesiano”. Procurei evidenciar, sobretudo no segundo capítulo desta tese, que, por causa da sua postura ancorada no paradigma cartesiano, Wilss se encontra numa “confusão metodológica”, isto é, não consegue evitar que haja interesses conflitantes em suas propostas e contradições em sua argumentação. Por exemplo, apesar de esse teórico não deixar de se orientar pelas duas premissas supracitadas acerca da linguagem e do sujeito, escapa à sua argumentação, repetidamente, o reconhecimento de elas não corresponderem à realidade concreta da tradução. Tal descompasso põe em questão a utilidade do seu projeto de aumentar o reconhecimento acadêmico da área por meio dessa postura cientificista cartesiana.

Partindo de alguns comentários de Wilss que indicam uma certa aproximação – embora muito tímida – do autor em direção do pensamento “pós-moderno”, abordei a maneira como geralmente os conceitos de linguagem e de sujeito têm sido tratados por teóricos que, de uma maneira ou outra, podem ser associados a essa vertente filosófica. Procurei evidenciar que, caso Wilss intensifique o diálogo com a visão “pós-moderna” de tradução, ele será levado a repensar seu problemático empreendimento “científico”. Ao longo deste trabalho, me propus a destacar que os teóricos de tradução que, de acordo com o

pensamento de Wilss, podem ser associados à abrangente tendência filosófica conhecida como “pós-modernidade” têm apresentado reflexões ricas a partir da “desconstrução” dos pressupostos cartesianos acerca dos conceitos de linguagem e de sujeito. Para esses estudiosos de tradução, não se constitui um “obstáculo” assumir a impossibilidade de haver qualquer tipo de significado absolutamente estável e de que exista um tradutor que corresponda à concepção cartesiana de sujeito. Pelo contrário, esses pressupostos têm sido o ponto de partida para discussões construtivas sobre a prática tradutória.

Na última parte deste trabalho, procurei mostrar que o paradigma cartesiano – a principal causa da “confusão metodológica” de Wilss – tem sido debatido e relativizado não apenas por teóricos das áreas humanas, como a dos estudos da tradução, mas também por muitos cientistas naturais, sobretudo na área da física quântica onde as discussões se iniciaram. Os físicos quânticos se defrontaram com evidências físicas que não podiam ser explicadas com base nos pressupostos epistemológicos do paradigma cartesiano. Na minha argumentação, tenho procurado não cair na armadilha de estabelecer analogias diretas entre aspectos da física e dos estudos da linguagem. No que tange a essa questão, concordo com Marcelo Gleiser que qualifica de “enorme confusão” o resultado de se tentar equiparar, por exemplo, o fato de na física quântica ser impossível separar o observador do observado, que formam “um todo indivisível”, à evidência de que, na literatura, o significado de um texto depende “de como ele é lido, constituindo leitor e texto um todo indivisível” (Caderno Mais! Folha de São Paulo, 10 de fevereiro de 2002, p. 27).¹⁶²

Depois dessa ressalva, entendo, no entanto, ser relevante mencionar que as reflexões sobre os limites de aplicabilidade do modelo cartesiano às ciências

¹⁶² Um teórico que pode ser citado aqui para ilustrar a tentativa de se aplicar conceitos das ciências naturais aos estudos da linguagem é Beaugrande. Esse lingüista opina que “o significado tem, um aspecto quântico” isto é, existiriam “possibilidades alternativas” acerca da sua interpretação enquanto esse significado não estivesse sendo “contemplado”. Mas, assim que fosse “contemplado”, tais “possibilidades” entrariam “em colapso” (1989: 33).

naturais têm envolvido, entre muitos outros temas, as questões de linguagem e de sujeito. As posturas teóricas evidenciadas por vários cientistas, sobretudo físicos, em relação a esses dois aspectos revelaram-se opostas a uma posição cartesiana – apesar da existência de discordâncias entre as diversas visões que surgiram nesse contexto. Como tentei deixar claro, muitos cientistas têm assumido posturas teóricas acerca dos conceitos de linguagem e de sujeito que se aproximam daquelas dos teóricos aqui denominados de “pós-modernos”. Isso se evidencia, por exemplo, na aceitação da instabilidade semântica, mesmo de termos “científicos”, e na aceitação da impossibilidade de se pressupor a existência de um sujeito “cartesiano”, mesmo em empreendimentos científicos. Partindo dessas premissas, torna-se impossível considerar a tradução como sendo um mero “transporte” de significados supostamente estáveis, mas corrobora-se a concepção da tradução como sendo uma “transformação regulada”, na maneira proposta por Derrida (1985/1989: 57) e defendida em contextos “pós-modernos” dos estudos da tradução.

No meu entender, pode-se presumir que existe um consenso implícito entre os estudiosos “pós-modernos” da linguagem e vários cientistas naturais contemporâneos acerca da idéia de que o uso da linguagem no contexto científico é submetido a uma “regulação” maior do que, por exemplo, na área da literatura. Ao mesmo tempo, parece haver um acordo também sobre o fato de que em textos “científicos” os significados não são intrínsecos aos textos ou às palavras, nem “representam”, em termos absolutos, a “realidade” extralingüística; dependem, na verdade, dos limites impostos pela comunidade científica. Com isso, aceita-se a relativização das premissas acerca da linguagem e do sujeito nas quais Wilss fundamenta sua crença na possibilidade de sucesso da tradução mecânica, na estabilidade semântica em textos “técnico-científicos”, na existência de critérios absolutos para diferenciar os textos “técnico-científicos” dos “literários” e na viabilidade de um trabalho tradutório absolutamente neutro e objetivo – para mencionar apenas os aspectos mais discutidos ao longo deste trabalho. Se a necessidade de uma relativização desses pressupostos já é indicada pelos

problemas e contradições detectados na argumentação de Wilss, o seu reconhecimento tanto nas áreas humanas como nas naturais esclarece ainda mais a inviabilidade de uma “ciência da tradução” cartesiana.

Para sintetizar a discussão apresentada nesta tese, destaco as três conclusões que considero serem as mais relevantes. Em primeiro lugar, a “ciência da tradução” proposta por Wilss é inviável. Procurei mostrar que os problemas nela existentes não se devem ao fato de se tratar, conforme argumenta Wilss, de uma “ciência jovem”, mas de um projeto que se fundamenta em pressupostos absolutamente incompatíveis com a prática tradutória – como já revela um olhar crítico sobre a teorização do referido teórico.

A constatação de que a visão de ciência defendida por Wilss, fortemente marcada pelo paradigma cartesiano, tem sido colocada em xeque em todas as áreas acadêmicas durante as últimas décadas me leva a uma segunda conclusão, que tem relação direta com a questão de a área de tradução dever, ou poder, ser considerada uma ciência ou não. Creio que a argumentação desenvolvida até aqui só permite a conclusão de que isso não pode ser respondido em termos absolutos. Como foi evidenciado, pelo menos desde o início do século XX, não existe mais unanimidade, nem mesmo dentro das ciências naturais, sobre o que deveria ser tomado como absolutamente válido e inquestionável para definir uma área como “científica”. A concepção cartesiana de que possa existir um modelo único de cientificidade tem sido colocada em xeque, até nas áreas mais “exatas” como a matemática e a física. As antigas “certezas” e “verdades” perderam sua posição intocável e, nas diversas áreas “científicas”, procura-se lidar com as novas incertezas e inseguranças que têm surgido. É claro que tais incertezas terão características e conseqüências distintas e de diversos graus de intensidade em áreas como a física, a química, a filosofia ou os estudos da linguagem. Mas, como procurei ilustrar ao longo desta tese, as incertezas em relação à linguagem e ao sujeito são reconhecidas por muitos cientistas de todas as áreas e, já que a área da tradução não pode ser concebida sem tratar dessas questões, fica ainda mais

claro que lidar com essas incertezas é simplesmente inevitável. Essa concepção, abertamente defendida por pensadores da vertente “pós-moderna” dos estudos da tradução, encontra sustentação nas áreas naturais a partir das discussões realizadas por renomados cientistas acerca dos dois referidos conceitos. A questão se o campo da tradução deve, ou não, ser denominado uma “ciência”, torna-se portanto secundária, já que depende certamente do significado que é atribuído ao termo “ciência”. Além disso, já que a concepção de ciência norteadas pela “filosofia” cartesiana perdeu a sua posição de modelo científico único e insubstituível, não apenas nas áreas humanas, mas também nas ciências naturais, o argumento apresentado por Wilss de que a reputação acadêmica de sua área dependeria de uma aproximação com esse modelo evidencia-se ineficaz.

A terceira conclusão relevante a ser mencionada ao se tentar sintetizar a discussão desta tese, é o fato de que a concepção de linguagem e de sujeito pelas quais o teórico em foco se orienta não estão em consonância com as bases teóricas das ciências naturais, conforme sugerido pelo mesmo. Ou seja, enquanto Wilss ainda acredita na possibilidade de se realizar uma tradução “cartesiana” e almeja encontrar meios de viabilizar sua “ciência da tradução” nas ciências naturais, as discussões que surgiram exatamente nesses campos acerca dos dois conceitos supracitados se mostram, muitas vezes, em consonância com os debates de cunho “pós-moderno”, tão criticados por Wilss. Entendo ser pertinente destacar que não é meu objetivo negar que uma reflexão sobre os conceitos de linguagem e de sujeito poderá mostrar interesses e abordagens bastante diferentes dependendo de quem a realize – por exemplo, um representante de uma determinada área humana ou um cientista natural. Meu interesse é mostrar o fato de que uma parte dos representantes das ciências naturais parece avaliar a compreensão cartesiana acerca dos dois referidos aspectos como sendo tão simplista e problemática quanto os teóricos “pós-modernos” a consideram. Com isso as ciências naturais perdem o caráter de “salvadora” do projeto “científico” de Wilss.

As reflexões que foram expostas no presente trabalho não visam ter implicações imediatamente práticas para o trabalho tradutório. Ou, melhor dito, as conclusões práticas que podem ser deduzidas da minha argumentação correspondem àquelas advindas das propostas de teóricos que venho definindo como “pós-modernos”, que se manifestam, grosso modo, em favor de uma maior conscientização dos teóricos e praticantes da tradução acerca da impossibilidade de os tradutores agirem como meros “transportadores” neutros de significados supostamente estáveis. Ao defender que a linha de argumentação desses referidos teóricos “pós-modernos” parece estar em consonância com as reflexões de vários cientistas naturais, não pretendo sugerir que, com isso, a área dos estudos da tradução ganhe mais “prestígio”, porque talvez seus pressupostos estejam “confirmados” por abordagens feitas nessas áreas. Entretanto se, por um lado, uma orientação pelo modelo epistemológico das ciências naturais não deve levar à conclusão de que, com isso, as áreas humanas ganhariam mais “peso” acadêmico, por outro lado, uma atitude de fechar as portas para as discussões que acontecem em outras disciplinas acadêmicas impede o aumento do próprio horizonte teórico e intelectual. Assim, ao me reportar a alguns trabalhos de cientistas naturais, procurei oferecer uma pequena contribuição para o enriquecimento das discussões teóricas na nossa área, sobretudo no que tange à tradução “técnico-científica”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Inês Lacerda. *Introdução à filosofia da ciência*. Curitiba: UFPR, 1998.
- ARROJO, Rosemary. *Oficina de tradução: a teoria na prática*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2000.
- _____. (org.). *O signo desconstruído: Implicações para a tradução, a leitura e o ensino*. Campinas, SP: Pontes, 1992.
- _____. *Tradução, desconstrução e psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.
- _____. A tradução como 'problema teórico', as estratégias do logocentrismo e a mudança de paradigma. *TradTerm - Revista do Centro Interdepartamental de Tradução e Terminologia, FFLCH – USP*, São Paulo, n. 1, p. 39-48, 1994.
- _____, RAJAGOPALAN, Kanavillil. A noção de literalidade: metáfora primordial. In: ARROJO, R. (org.). *O signo desconstruído: Implicações para a tradução, a leitura e o ensino*. Campinas, SP: Pontes, 1992. p. 47-55.
- AUBERT, Francis Henrik. *As (In)Fidelidades da Tradução: Servidões e autonomia do tradutor*. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1994.
- AZENHA, João, Jr. *Tradução técnica e condicionantes culturais: primeiros passos para um estudo integrado*. São Paulo: Humanitas, 1999.
- BAKER, Mona. *In Other Words: A Coursebook on Translation*. Londres e Nova York: Routledge, 1992.
- BASS, Alan. A história de um erro de tradução e o movimento psicanalítico. Tradução: Neuza Vollet. In: OTTONI, P. (org.). *Tradução: a prática da diferença*. Campinas: UNICAMP, FAPESP, 1998, p. 55-90.
- BASSNETT-McGUIRE, Susan. *Translation Studies*. Londres e Nova York: Methuen, 1980.
- BEAUGRANDE, Robert de. Quantum Aspects of Perceived Reality: A New Engagement of Science and Art. *Journal of Literary Semantics*. XVIII (i), p. 1-49. 1989.

- BELL, John S. *Speakable and unspeakable in quantum mechanics*. Nova York: Cambridge University Press, 1988.
- BENJAMIN, Andrew. *Translation and the Nature of Philosophy: A New Theory of Words*. Londres e Nova York: Routledge, 1989.
- _____. Translating origins: psychoanalysis and philosophy. In: VENUTI L. (org.). *Rethinking Translation: Discourse, Subjectivity, Ideology*. Londres e Nova York: Routledge, 1992.
- BERTENS, Hans. *The Idea of the Postmodern: A History*. Londres e Nova York: Routledge, 1995.
- BLOOMFIELD, Leonard. *Language*. Londres: Allen & Unwin, 1969.
- BOHR, Niels. *Atomic Theory and the Description of Nature*. Cambridge: University Press, 1978.
- BORSCHKE, Tilman (org.). *Klassiker der Sprachphilosophie: Von Platon bis Noam Chomsky*. Munique: Beck, 1996.
- BROWN, G., YULE, G. *Discourse Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- CALDEIRA, Almir. A Física Quântica: o que é, e para que serve. In: Com Ciência [online], junho 2001. Disponível na Internet: <http://www.comciencia.br/reportagens/fisica/fisica02.htm>, Acesso em: 06/06/2002
- CAPRA, Fritjof. *O tao da física - Um paralelo entre a física moderna e o misticismo Oriental*. Tradução: José Fernandes Dias. 10. ed. São Paulo: Cultrix, 1995.
- _____. *O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente*. Tradução: Álvaro Cabral. 14. ed. São Paulo: Cultrix, 1995.
- CARROLL, John B. *Language, Thought and Reality: Selected Writings of Benjamin Lee Whorf*. Cambridge, Massachusetts: Massachusetts Institute of Technology, 1987.
- CATFORD, John C. *Uma teoria lingüística da tradução*. Tradução: Centro de Especialização de Tradutores de Inglês de Letras da PUC Campinas. São Paulo: Cultrix, 1980.

- CHESTERMAN, Andrew. *Memes of Translation*. Amsterdã e Filadélfia: John Benjamins, 1997.
- CHIBENI, Silvio Seno. A Interpretação da Mecânica Quântica. In: Com Ciência, junho 2001. Disponível na Internet: <<http://www.comciencia.br/reportagens/fisica/fisica04.htm>> Acesso em: 06/06/2001
- CHOMSKY, Noam. *Linguística cartesiana: um capítulo da história do pensamento racionalista*. Tradução: Francisco M. Guimarães. Petrópolis: Vozes, São Paulo: Universidade de São Paulo, 1972.
- CHU, Steven. The Epistemology of Physics. OLINTO, H. K., SCHOLLHAMMER K. E. (orgs.). *Novas epistemologias: desafios para a universidade do futuro*. Rio de Janeiro: Nau, 1999. p. 13-32.
- CORACINI, Maria José. *Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência*. São Paulo: Educ, Campinas, SP: Pontes, 1991.
- _____. O cientista e a noção de sujeito na linguística: expressão de liberdade ou submissão?. In: ARROJO, R. (org.). *O signo desconstruído: Implicações para a tradução, a leitura e o ensino*. Campinas: Pontes, 1992. p. 19-23.
- CREMA, Roberto. *Introdução à visão holística: breve relato de viagem do velho ao novo paradigma*. São Paulo: Summus, 1989.
- CRYSTAL, David. *A linguística*. Tradução: Isabel Hub Faria. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1991.
- CULLER, Jonathan. *Dekonstruktion: Derrida und die poststrukturalistische Literaturtheorie*. Tradução: Manfred Momberger. Hamburgo: Rowohlt Taschenbuchverlag, 1999.
- CUSHING, James T, McMULLIN Ernan (orgs.). *Philosophical Consequences of Quantum Theory: Reflections on Bell's Theorem*. Indiana: Notre Dame Press, 1989.
- DAVIS, Kathleen. *Desconstruction and Translation*. Manchester: UK & Northampton, MA: St. Jerome Publishing, 2001.
- DELISLE, Jean. *Translation: An Interpretative Approach*. Tradução: Patrícia Logan e Mônica Creery. Londres: University of Ottawa Press, 1988.

- DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. Tradução: Miriam Schnaiderman e Renato Janini Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- _____. *Posições*. Tradução: Maria Magarida C. C. Barahona. Lisboa: Plátano, 1975.
- _____. *Positions*. Tradução: Alan Bass. Chicago: University of Chicago Press, 1981.
- _____. Carta a um amigo japonês. Tradução: Érica Lima. In: OTTONI, P. (org.). *Tradução: a prática da diferença*. Campinas: UNICAMP, FAPESP, 1988.
- _____. *A escritura e a diferença*. Tradução: Maria Beatriz Marques Nizza da Silva. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- DESCARTES, René. *Discurso do Método*. Tradução: Fernando Melro. Mem Martins: Francisco Lyon de Castro, [s. d.].
- DESCAMPS, Christian. Novas fronteiras da ciência. Novas interrogações das ciências humanas. In: *Idéias Contemporâneas: Entrevistas do Le Monde*. Tradução: Maria Lúcia Blumer. São Paulo: Ática, 1989, p. 7-14.
- DILTHEY, Wilhelm. *Introducción a las ciencias del espíritu*. Tradução: Julián Marías. Madri: Alianza, 1980.
- DOSSE, François. *História do estruturalismo, v. 1: o campo do signo, 1945-1966*. Tradução: Álvaro Cabral. São Paulo: Ensaio, Campinas, SP: UNICAMP, 1993.
- DUCROT, Oswald, TODOROV, Tzvetan. *Dicionário das ciências da linguagem*. Tradução: Antônio J. Massano, et al. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1974.
- ECO, Umberto. *Interpretação e Superinterpretação*. Tradução: Pérola de Carvalho. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- EDDINGTON, Sir Arthur. *The Philosophy of Physical Science*. Michigan: University Press, 1958.
- ENGELMANN, Peter (org.). *Postmoderne und Dekonstruktion: Texte französischer Philosophen der Gegenwart*. Stuttgart: Reclam, 1999.

- FAHNESTOCK, Jeanne. *Rhetorical figures in science*. Nova York, Oxford: Oxford University Press, 1999.
- FEYERABEND, Paul. *Wider den Methodenzwang*. Frankfurt am Main, 1983.
- FIRTH, J. R. Modes of Meaning. In: FIRTH, J. R. *Papers in Linguistics 1934-1951*. Londres: Oxford University Press, 1969. p. 190-215.
- _____. *Papers in Linguistics 1934-1951*. Londres: Oxford University Press, 1969.
- _____. Linguistic Analysis and Translation. In: PALMER, F. R. (org.) *Selected Papers of J. R. Firth 1952-59*. Bloomington e Londres: Indiana University Press, 1968, p. 74-83.
- _____. Linguistics and Translation. In: PALMER, F. R. (org.) *Selected Papers of J. R. Firth 1952-59*. Bloomington e Londres: Indiana University Press, 1968, p. 84-95.
- FISH, Stanley. *Is There a Text in This Class?* Cambridge: Harvard University Press, 1980.
- FLEMING, Henrique. Max Planck e a Idéia do Quantum. In: HUSSEIN, M. S., SALINAS, S. R. (orgs.). *Cem anos de física quântica*. São Paulo: Livraria da Física, 2001.p. 1-12.
- FREIGANG, Karl-Heinz. Überlegungen zu einer theorethisch-linguistisch fundierten Methodologie der Übersetzungswissenschaft. In: WILSS, W. (org.). *Übersetzungswissenschaft*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1981, p. 150-170.
- FROTA, Maria Paula. Por uma redefinição de *subjetividade* nos estudos da Tradução. In: MARTINS, M. A. P. (org.). *Tradução e multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999, p. 52-70.
- _____. *A singularidade na escrita tradutora: linguagem e subjetividade nos estudos da tradução, na lingüística e na psicanálise*. Campinas: Pontes, 2000.
- GADAMER, Hans-Georg. *A razão na época da ciência*. Tradução: Ângela Dias. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

- GENTZLER, Edwin. *Contemporary Translation Theories*. Londres e Nova York: Routledge, 1993.
- GERZYMISCH-ARBOGAST, Heidrun, MUDERSBACH, Klaus. *Methoden des wissenschaftlichen Übersetzens*. Tübingen und Basel: A. Francke, 1998.
- GLEISER, Marcelo. Ciência pós-moderna. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 10 de fevereiro de 2002. Caderno Mais!, p. 27.
- GRIBBIN, John. *Auf der Suche nach Schrödingers Katze: Quantenphysik und Wirklichkeit*. Tradução: Friedrich Griesse. 6. ed. Munique, Zurique: Piper, 2000.
- _____. *Schrödingers Kätzchen und die Suche nach der Wirklichkeit*. Tradução: Christiana Goldmann. 4. ed. Frankfurt: Fischer, 2000.
- GRIGOLETTO, Marisa. A constituição do sentido em teorias de leitura e a perspectiva desconstrutivista. In: ARROJO, R. (org.). *O signo desconstruído: Implicações para a tradução, a leitura e ensino*. Campinas: Pontes, 1992. p. 93-98.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. Breve romance epistemológico. In: OLINTO, H. K., SCHOLLHAMMER K. E. (orgs.). *Novas epistemologias: desafios para a universidade do futuro*. Rio de Janeiro: Nau, 1999, p. 61-78.
- HABERMAS, Jürgen. *Técnica e ciência como "ideologia"*. Tradução: Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1994.
- HATIM, Basil, MASON, Ian. *Discourse and the Translator*. Nova York: Longman, 1990.
- HALLIDAY, Michael A. K. Categories of The Theory of Grammar. In: KRESS, G. R. *Halliday: System and Function in Language, Selected Papers*. Londres: Oxford University Press, 1976, p. 52-72.
- _____, McINTOSH, Angus, STREVEENS, Peter. *As ciências lingüísticas e o ensino de línguas*. Tradução: Myriam Freire Moran. Petrópolis: Vozes, 1974.
- HEISENBERG, Werner. *A parte e o todo: encontros e conversas sobre física, filosofia, religião e política*. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

- _____. *Física e filosofia*. Tradução: Jorge Leal Ferreira. 4. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1999.
- HERMANS, Theo. *The Manipulation of Literature: Studies in Literary Translation*. Londres & Sydney: Croom Helm, 1985.
- _____. *Translation in Systems: Descriptive and System-oriented Approaches Explained*. Manchester: St. Jerome, 1999.
- HJELMSLEV, Louis T. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. Tradução: J. Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975.
- HOLMES, James S. The Name and Nature of Translation Studies. In: VENUTI, L. (org.). *The Translation Studies Reader*. Londres e Nova York: Routledge, 2000. p. 172-185.
- HÖNIG, Hans G. Übersetzen zwischen Reflex und Reflexion - ein Modell der übersetzungsrelevanten Textanalyse. In: SNELL-HORNBY, M. (org.). *Übersetzungswissenschaft, Eine Neuorientierung: Zur Integrierung von Theorie und Praxis*. Tübingen: 1986.
- HÖNIG, Hans G., KUSSMAUL, Paul. *Strategie der Übersetzung: Ein Lehr- und Arbeitsbuch*. Tübingen: Gunter Narr, 1984.
- HORGAN, John. *An den Grenzen des Wissens: Siegeszug und Dilemma der Naturwissenschaften*. Tradução: Thorsten Schmidt. 2. ed. Frankfurt am Main: Fischer, 2000.
- HOUSE, Juliane. *A Model for Translation Quality Assessment*. Tübingen: Gunter Narr, 1981.
- HUSSEIN, Mahir S., SALINAS, Sílvia R. *Cem anos de física quântica*. São Paulo: Livraria da Física, 2001.
- IDÉIAS CONTEMPORÂNEAS: *Entrevistas do Le Monde*. Tradução: Maria Lúcia Blumer. São Paulo: Ática, 1989.
- JAKOBSON, Roman. On Linguistic Aspects of Translation. In: SCHULTE, R., BIGUENET, J. *Theories on Translation, An Anthology of Essays from Dryden to Derrida*. Chicago e Londres: The University of Chicago Press, 1992, p. 144-151.

- JOSEPH, John E. Trends in Twentieth-Century Linguistics: An Overview. In: KOERNER E. F. K., ASHER R. E. *Concise History of the Language Sciences: From the Sumerians to the Cognitivists*. Londres: Pergamon, 1996, p. 221-233.
- KADE, Otto, Kommunikationswissenschaftliche Probleme der Translation. In: WILSS, W. (org.). *Übersetzungswissenschaft*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1981, p.199-218.
- KELLY, Louis G. *The True Interpreter*. Nova York: St. Martin's Press, 1979.
- KINAS, Fernando. O camelo e a ovelha: a síntese entre arte e ciência desafia o Teatro. Bravo, n. 45, p. 16-17, junho 2001.
- KOERNER E. F. K., ASHER R. E. *Concise History of the Language Sciences: From the Sumerians to the Cognitivists*. Londres: Pergamon, 1996.
- KOSCHMIEDER, Erwin. Das Problem der Übersetzung. In: WILSS, W. (org.). *Übersetzungswissenschaft*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1981, p. 48-59.
- KRESS, G. R. (org.). *Halliday: System and Function in Language, Selected Papers*. Londres: Oxford University Press, 1976.
- KUHN, Thomas S. *The Structure of Scientific Revolutions*. 2. ed. Chicago: Univ. of Chicago Press, 1970.
- _____. *A estrutura das revoluções científicas*. Tradução: Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- KÜHLWEIN, Wolfgang, THOME, Gisela, WILSS, Wolfram. Kontrastive Linguistik und Übersetzungswissenschaft. In: Akten des Internationalen Kolloquiums Trier/Saarbrücken 25-30.9.1978. Munique: Wilhelm Fink Verlag, 1981.
- LAUER, Angelika, et al. (orgs.). *Übersetzungswissenschaft im Umbruch: Festschrift für Wolfram Wilss*. Tübingen: Narr, 1996.
- LEPSCHY, Giulio C. *A lingüística estrutural*. Tradução: Nites Therezinha Feres. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural*. Tradução: Chaim Samuel Katz e Eginaldo Pires. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1970.

- LEVÝ, Jiří. Übersetzung als Entscheidungsprozess. In: WILSS, W. (org.). *Übersetzungswissenschaft*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1981, p. 219-235.
- LIMA, Érica, SISCAR, Marcos. O decálogo da desconstrução: tradução e desconstrução na obra de Jacques Derrida. *ALFA – Revista de Lingüística da Universidade Estadual Paulista, São Paulo*, 44 (n. esp.), p. 99-112, 2000. (Edição Especial Tradução, Desconstrução e pós-modernidade.)
- LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. Tradução: Ricardo Correa Barbosa. 5. ed. Rio de Janeiro: Olympio, 1998.
- _____. Beantwortung der Frage: Was ist postmodern?. In: ENGELMANN P. (org.). *Postmoderne und Dekonstruktion: Texte französischer Philosophen der Gegenwart*. Stuttgart: Reclam, 1990, p. 33-48.
- MARCONDES FILHO, Danilo. Epistemologia tradicional e epistemologia Contemporânea. In: OLINTO, H. K., SCHOLLHAMMER K. E. (orgs.). *Novas epistemologias: desafios para a universidade do futuro*. Rio de Janeiro: Nau, 1999, p. 79-88.
- MARTINET, André. *Elementos de lingüística geral*. Tradução: Jorge Morais Barbosa. Lisboa: Sá da Costa, 1972.
- MARTINS, Marcia A. P. (org.). *Tradução e multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- MAYORAL ASENSIO, Roberto. *Aspectos epistemológicos de la traducción*. Castelló de la Plana: Publicacions de la Universitat Jaume I. D. L., 2001.
- MORENO, Silene. *Ecos e reflexos: a construção do cânone de Augusto e Haroldo de Campos a partir de suas concepções de tradução*. 2001. Tese (Doutorado em Lingüística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas S.P.
- MOUNIN, George. *Introdução à lingüística*. Tradução: José Meireles. Lisboa: Iniciativas, 1968.
- _____. *Os problemas teóricos da tradução*. Tradução: H. de Lima Dantas. São Paulo: Cultrix, 1975.

- NAGEL, Ernest. *The Structure of Science, Problems in the Logic of Scientific Explanation*. Nova York & Burlingame: Columbia University, 1961.
- NASCIMENTO, Evando. A solidariedade dos seres vivos. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 27 de maio de 2001. Caderno Mais!, p. 12-16.
- NEUBERT, Albrecht. Pragmatische Aspekte der Übersetzung. In: WILSS, W. (org.) *Übersetzungswissenschaft*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1981, p. 60-75.
- NEWMARK, Peter. *Approaches to Translation*. Oxford: Pergamon Press, 1981.
- NIDA, Eugene A. *Toward a Science of Translating*. Leiden: E.J. Brill, 1964.
- NOGUEIRA, Salvador. Como distorcer o tempo. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 28 de outubro de 2001. Caderno Mais!, p. 20-21.
- NORD, Christiane. Text Type and Translation Method: An Objective Approach to Translation Criticism. *The Translator*. Manchester: St. Jerome Publishing, vol. 2, n. 1, p. 81-88, 1996.
- NOVELLO, Mario. Cosmologia contemporânea e o dialeto newtoniano. In: OLINTO, H. K., SCHOLLHAMMER K. E. (orgs.). *Novas epistemologias: desafios para a universidade do futuro*. Rio de Janeiro: Nau, 1999, p. 33-46.
- NUSSENZVEIG, Paulo A. Mecânica Quântica em Ação: Experimentos Ilustrativos dos Fundamentos Básicos. In: HUSSEIN, Mahir S., SALINAS, Sílvia R. *Cem anos de física quântica*. São Paulo: Livraria da Física, 2001, p. 101-136.
- OLINTO, Heidrun Krieger, SCHOLLHAMMER, Karl Erik (orgs.). *Novas epistemologias: desafios para a universidade do futuro*. Rio de Janeiro: Nau, 1999.
- OTTONI, Paulo R. O papel da lingüística e a relação teoria e prática no ensino da tradução. *TradTerm – Revista do Centro Interdepartamental de Tradução e Terminologia*, FFLCH-USP, São Paulo, vol. 4.1, p. 125-139, 1997.
- _____. (org.). *Tradução: a prática da diferença*. Campinas, S.P.: UNICAMP, FAPESP, 1998.

- PAES, José Paulo. *Tradução: a ponte necessária: aspectos e problemas da arte de traduzir*. São Paulo: Ática, 1990.
- PALMER, F. R. (org.). *Selected Papers of J. R. Firth 1952-59*. Bloomington e Londres: Indiana University Press, 1968.
- PAEPCKE, Fritz. Sprach-, text- und sachgemässes Übersetzen: Ein Thesenentwurf. In: WILSS, W. (org.). *Übersetzungswissenschaft*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft 1981. p. 112-199.
- PATY, Michel. Velha revolucionária: a física quântica em sua vertente brasileira. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 13 de abril de 2002. Jornal de resenhas, p. 7.
- POWERS, Jonathan. *Philosophy and the new physics*. Londres e Nova York: Methuen, 1985.
- PRIGOGINE, Ilya. *O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. 2. ed. São Paulo: Unesp, 1996.
- PRIGOGINE, Ilya, STENGERS, Isabelle. *A nova aliança: a metamorfose da Ciência*. Tradução de Miguel Faria e Maria J. M. Trinciera. Brasília: Universidade de Brasília, 1984.
- _____. *Entre o tempo e a eternidade*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- RAJAGOPALAN, Kanavillil. Traição versus transgressão: reflexões acerca da tradução e pós-modernidade. *ALFA - Revista de Lingüística da Universidade Estadual Paulista, São Paulo*, 44 (n. esp.), p. 123-130, 2000. (Edição Especial Tradução, Desconstrução e pós-modernidade.)
- RANKE, Martina. Auf der Suche nach dem archimedischen Punkt oder: Die Problematik übersetzungskritischer Bewertungskriterien in Theorie und Praxis. *Textcontext*, vol. 4, p. 72-89, 1989.
- REISS, Katharina. Textbestimmung und Übersetzungsmethode: Entwurf einer Texttypologie. In: WILSS, W. (org.). *Übersetzungswissenschaft*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1981, p. 76-91.

- _____. *Texttyp und Übersetzungsmethode: der operative Text*. Kronberg: Scriptor Verlag, 1976.
- _____. Was heisst und warum betreibt man Übersetzungswissenschaft? In: SNELL-HORNBY, M., KADRIC, M. (orgs.). *Grundfragen der Übersetzungswissenschaft: Wiener Vorlesungen von Katharina Reiss*. Viena: Universitätsverlag, 1995. p. 9-18.
- _____. VERMEER, Hans J. *Grundlagen einer allgemeinen Translationstheorie*. Tübingen: Niemeyer, 1984.
- RODRIGUES, Cristina Carneiro. *Tradução e diferença: uma proposta de desconstrução da noção de equivalência em Catford, Nida, Lefevere e Toury*. 1998. Tese (Doutorado em Lingüística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas S.P.
- RUSSELL, Bertrand. *História da filosofia ocidental: a filosofia antiga*. Tradução: Brenno Silveira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957a. vol. 1.
- _____. *História da filosofia ocidental: a filosofia moderna*. Tradução: Brenno Silveira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957c. vol. 3.
- SALEVSKY, Heidemarie (org.). *Wissenschaftliche Grundlagen der Sprachmittlung: Berliner Beiträge zur Übersetzungswissenschaft*. Frankfurt am Main: Peter Lang, 1992.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. 6. ed. Porto: Afrontamento, 1993.
- _____. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. 3. ed. Porto: Afrontamento, 1993.
- SAPIR, Edward. *Lingüística como ciência, ensaios*. Tradução: J. Mattoso Câmara Jr. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1969.
- SARUP, Madan. *An Introductory Guide to Post-structuralism and Postmodernism*. Athens: The University of Georgia Press, 1989.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. Tradução: Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. 3. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 1969.

- SCHMITT, Peter A. (org.). *Paradigmenwechsel in der Translation: Festschrift für Albrecht Neubert zum 70. Geburtstag*. Tübingen: Stauffenberg Verlag, 2000.
- SCHULTE, Rainer, BIGUENET, John. *Theories on Translation, An Anthology of Essays from Dryden to Derrida*. Chicago e Londres: The University of Chicago Press, 1992.
- SCHWEITZER, Pe. Paul. Um diálogo entre ciência e fé. In: OLINTO, H. K., SCHOLLHAMMER K. E. (orgs.). *Novas epistemologias: desafios para a universidade do futuro*. Rio de Janeiro: Nau, 1999, p. 47-54.
- SEMENIUK, Ivan. O quantum sai da caixa. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 31 de março de 2002. Caderno Mais!, p. 20-22.
- SHANKER, S. G. (org.). *Gödel's Theorem in focus*. Londres, Nova York, Sidney: Croom Helm, 1988.
- SILVA, Franklin Leopoldo e. *Descartes - a metafísica da modernidade*. São Paulo: Moderna, 1993.
- SIQUEIRA, Adilson. Comentários sobre o Ator-Dançarino e o Paradigma Quântico-Relativista. *Cadernos da Pós-Graduação – Revista do Instituto de Artes, UNICAMP*, ano 2, vol. 2, n. 1, p. 103-110, 1998.
- SNELL-HORNBY, Mary (org.). *Übersetzungswissenschaft, Eine Neuorientierung: Zur Integration von Theorie und Praxis*. Tübingen: Francke, 1986.
- _____. *Translation Studies, An Integrated Approach*. 2. ed. Amsterdã, Filadélfia: John Benjamins Publ., 1995.
- SNELL-HORNBY, Mary, KADRIC, Mira (orgs.). *Grundfragen der Übersetzungswissenschaft: Wiener Vorlesungen von Katharina Reiss*. Viena: Universitätsverlag, 1995.
- SNOW, Charles Percy. *The Two Cultures and the Scientific Revolution*. Nova York: Cambridge University Press, 1961.
- SOKAL, Alan, BRICMONT, Jean. *Eleganter Unsinn: Wie die Denker der Postmoderne die Wissenschaften missbrauchen*. Tradução: Johannes Schwab e Dietmar Zimmer. Munique: Beck, 1999.

- SORVALI, Irma. *Translation Studies in a New Perspective*. Frankfurt am Main: Peter Lang, 1996.
- STEINER, George. *Nach Babel*. Tradução: Monika Plessner. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1994.
- STOLZE, Radegundis. Zur Bedeutung von Hermeneutik und Textlinguistik beim Übersetzen. In: SNELL-HORNBY, M. (org.). *Übersetzungswissenschaft, Eine Neuorientierung: Zur Integration von Theorie und Praxis*. Tübingen: Francke, 1986.
- _____. *Übersetzungstheorien: Eine Einführung*. Tübingen: Gunter Narr, 1994.
- TABAKOWSKA, Elżbieta. *Cognitive Linguistics and Poetics of Translation*. Tübingen: Gunter Narr Verlag, 1993.
- VENUTI, Lawrence (org.). *Rethinking translation: discourse, subjectivity, ideology*. Londres e Nova York: Routledge, 1992.
- _____. *The Translator's Invisibility: A History of Translation*. Londres e Nova York: Routledge, 1995.
- _____. (org.). *The Translation Studies Reader*. Londres e Nova York: Routledge, 2000.
- VERMEER, Hans J. Zur Objektivierung von Translaten - eine Aufforderung an die Linguistik. *Textcontext*, vol. 3, 3/4, p. 243-376, 1988.
- _____. *A Skopos Theory of Translation: Some arguments for and against*. Heidelberg: TEXTconTEXT-Verlag, 1996.
- VIEIRA, Else Ribeiro Pires (org.). *Teorizando e contextualizando a tradução*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 1996.
- _____. Eine postmoderne Übersetzungstheorie. In: WOLF, M. (org.). *Übersetzungswissenschaft in Brasilien: Beiträge zum Status von Original und Übersetzung*. Tübingen: Stauffenberg, 1997, p.103-116.
- VINAY, Jean-Paul, DARBELNET, Jean. *Comparative Stylistics os French and English*. Tradução: Juan C. Sager e M.-J. Hamel. Amsterdã e Filadélfia: John Benjamins, 1984.

- VOGT, Carlos. O salto cântico na física. In: Com Ciência, junho 2001. Disponível na Internet: <http://www.comciencia.br/carta/fisica.htm> Acesso em: 06/06/2001.
- WHORF, Benjamin Lee. Science and Linguistics. In: CARROLL, J. B. *Language, Thought and Reality: Selected Writings of Benjamin Lee Whorf*. Cambridge, Massachusetts: Massachusetts Institute of Technology, 1987, p. 207-219.
- _____. Linguistics as an Exact Science. In: CARROLL, J. B. *Language, Thought and Reality: Selected Writings of Benjamin Lee Whorf*. Cambridge, Massachusetts: Massachusetts Institute of Technology, 1987, p. 220-232.
- WILSS, Wolfram. *Semiotik und Übersetzen*. Tübingen: Narr, 1980.
- _____. Kontrastive Lingüistik und Übersetzungswissenschaft – Einleitung. In: KÜHLWEIN, W., THOME, G., WILSS, W. (orgs.). *Kontrastive Lingüistik und Übersetzungswissenschaft*. In: Akten des Internationalen Kolloquiums Trier/Saarbrücken 25-30.9.1978. Munique: Wilhelm Fink Verlag 1981, p. 7-17.
- _____. (org.). *Übersetzungswissenschaft*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1981.
- _____. *The Science of Translation*. Tradução: W. Wilss. Tübingen: Gunter Narr Verlag, 1982.
- _____. *Kognition und Übersetzen: Zu Theorie und Praxis der menschlichen und der maschinellen Übersetzung*. Tübingen: Max Niemayer Verlag, 1988.
- _____. The Future of Translator Training. *Meta*, n. 37/3, 1992a.
- _____. *Übersetzungsfertigkeit: Annäherung an einen komplexen übersetzungswissenschaftlichen Begriff*. Tübingen: Narr, 1992b.
- _____. *Knowledge and Skills in Translator Behaviour*. Amsterdã e Filadélfia: John Benjamins Publ., 1996a.
- _____. *Übersetzungsunterricht: Eine Einführung; begriffliche Grundlagen und methodische Orientierungen*. Tübingen: Gunter Narr Verlag, 1996b.
- _____. *Translation and Interpreting in the 20th Century: Focus on Germany*. Amsterdã e Filadélfia: John Benjamins Publ., 1999.

- _____. Interdisziplinarität: ein neues übersetzungswissenschaftliches Paradigma. In: SCHMITT, P. A. (org.). *Paradigmenwechsel in der Translation: Festschrift für Albrecht Neubert zum 70. Geburtstag*. Tübingen: Stauffenberg Verlag, 2000, p. 265-278.
- _____, THOME, Gisela (orgs.). *Translation Theory and its Implementation in the Teaching of Translating and Interpreting*. Tübingen: Narr, 1984.
- WOLF, Michaela (org.). *Übersetzungswissenschaft in Brasilien: Beiträge zum Status von Original und Übersetzung*. Tübingen: Stauffenberg, 1997.